



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Políticos e Sociais

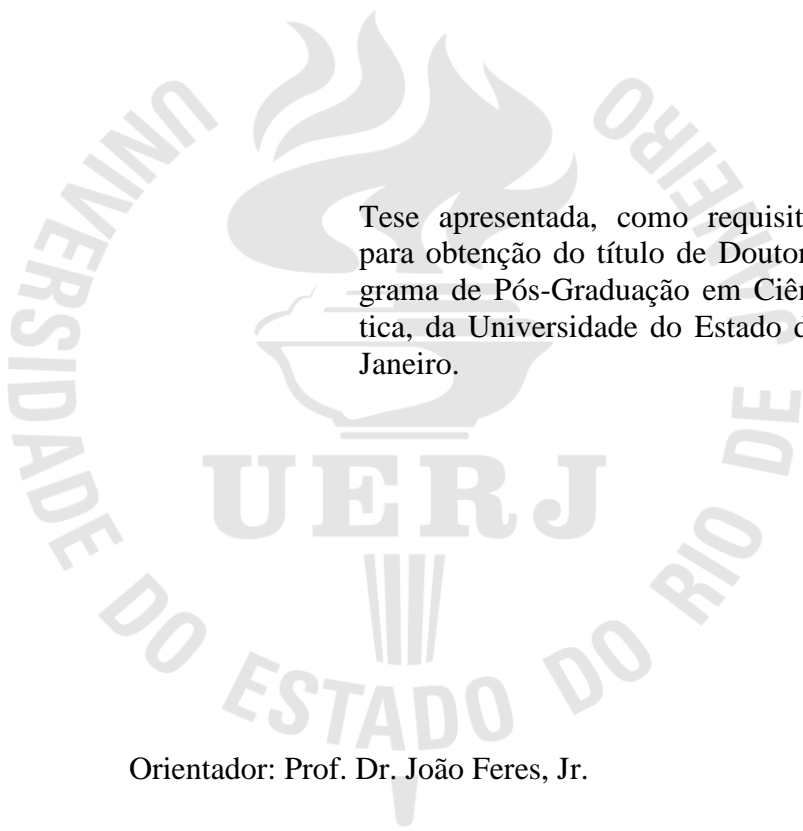
José Victor Regadas Luiz

**Crise da ciência política behaviorista e as origens dos *think tanks*
nos Estados Unidos**

Rio de Janeiro
2017

José Victor Regadas Luiz

**Crise da ciência política behaviorista e as origens dos *think tanks*
nos Estados Unidos**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. João Feres, Jr.

Rio de Janeiro
2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA IESP

L953 Luiz, José Victor Regadas.
Crise da ciência política behaviorista e as origens dos think tanks
nos Estados Unidos / José Victor Regadas Luiz. – 2018.
300 f.

Orientador: João Feres Junior.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Estados Unidos - Teses. 2. Guerra Fria – Teses. 3. Think tanks –
Teses. 4. Ciência Política – Teses. I. Feres Junior, João. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais
e Políticos. III. Título.

CDU 378.245

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde
que citada a fonte.

Assinatura

Data

José Victor Regadas Luiz

**Crise da ciência política behaviorista e as origens dos *think tanks*
nos Estados Unidos**

Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao Pro-
grama de Pós-Graduação em Ciência Polí-
tica, da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro.

Aprovada em 22 de dezembro de 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Feres, Jr. (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Gabriel Romero Lyra Trigueiro
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro
2017

A Juliana, Leon e Luiza, meus amores

AGRADECIMENTOS

Vivemos tempos sombrios no Brasil. Os porões da ditadura jamais foram totalmente esvaziados depois da democratização do país e hoje todo aquele entulho abominável, que muitos lamentavelmente preferiram ignorar ou menosprezar, se esparrama, veloz, por todo o edifício da nação. Nenhum de seus vários cômodos, porém, parece estar mais apinhado com tais “reliquias de casa velha”, como certa vez aludiu Machado de Assis aos “ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais” da escravidão, do que o estado do Rio de Janeiro. Nessa atmosfera asfíxiante, onde o odor de gás lacrimogêneo já se tornou habitual, trabalhadores e estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição pública na qual tive a honra de me graduar e agora a oportunidade de me doutorar, resistem bravamente. Este trabalho é dedicado à nossa luta.

Ao professor e orientador João Feres, Jr., que proporcionou todas as condições possíveis para a realização deste trabalho, muito obrigado.

Aos professores Christian Lynch, Pedro Villas Bôas, Fernando Perlatto e Gabriel Trigueiro, por terem aceitado prontamente participar da banca de defesa desta tese, bem como pelos seus valiosos comentários críticos, que me auxiliaram a enxergar este trabalho por outros ângulos que certamente contribuirão para os seus futuros desdobramentos.

A todos os professores, trabalhadores e estudantes do IESP, por sua intensa dedicação em manter vivo o espírito crítico que anima há gerações esta instituição.

A todos os funcionários, estudantes e professores do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD), que foram extremamente acolhedores durante o período em que lá estive a me dedicar integralmente aos estudos e à pesquisa. Em especial, agradeço imensamente ao professor Thomas Medvetz por me orientar nesta breve e intensa jornada. Também sou grato a Bervely Bernhardt, sempre bastante solícita, por ter me ajudado a transpor todas as barreiras burocráticas da UCSD, sem o que não teria conseguido realizar com tranquilidade meu estágio de pesquisa. Agradeço particularmente a dois colegas que fiz do curso de pós-graduação em Sociologia da UCSD: Ian Mullins, que muito cordialmente me cedeu excelente espaço em sua sala de estudos, além de incontáveis cafés expressos, que regaram fecundas conversas sobre o movimento conservador nos Estados Unidos, seu tema de pesquisa; e Tito Brige de Carvalho, grande companheiro baiano, que tive a sorte de encontrar em terra estrangeira, e com quem dividi as angústias sobre o que se passava em nosso atormentado país.

A Omar Warqeez e Danila Copino, que me receberam em sua casa em San Diego durante longos meses com uma hospitalidade incomparável.

A Teresa Grana, o meu profundo agradecimento por acolher este desconhecido por uma semana em seu lindo lar em Washington, D.C., sem cujo amável e desprendido gesto eu não teria tido a oportunidade de realizar proveitosa pesquisa nos arquivos da Universidade George Washington e no *Institute for Policy Studies* (IPS). Também agradeço a Ethelbert Miller, Sarah Anderson, John Cavanagh e, muito especialmente, a Marcus Raskin por terem me recebido de portas e arquivos abertos no bravo IPS.

Ao meu queridíssimo amigo dos idos tempos da UFRJ, compadre e padrinho do Leon, Daniel Gras, e seu companheiro Greg Reynolds. Muito obrigado por me abrigarem camaradamente em seu apartamento em Nova Iorque na única semana que tive de “férias” para arejar a cabeça e exercitar os pés.

Ao longo de tanto tempo de dedicação ao trabalho é inevitável que nos afastemos de amigos queridos que, mesmo à distância, nos dão uma força imprescindível. Gostaria de agradecer, em especial, a Tarsila Fonseca e a Fábio D’Arrochella.

A todos os meus amigos e colegas de trabalho da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e da Fundação Oswaldo Cruz, que têm consciência da necessidade de integrar a reflexão crítica à ação política na defesa da saúde e do ensino públicos no Brasil, algo indispensável, sobretudo nesses tempos bicudos que atravessamos hoje. Nesses dez anos em que trabalho na Fiocruz, além dos dois anos em que lá estive como bolsista CNPq durante a graduação, foram muitas as pessoas que contribuíram para a minha formação e seria simplesmente impossível nomeá-los todos. Agradeço, com a lamentável certeza de injustos esquecimentos, a todos os colegas do Nuted/EPSJV, Tarcísio, Edmar, Cláudio, Cynthia e Gregório, e aos queridíssimos amigos, Camila Borges, Muza Clara Velasquez, Ialê Faleiros, André Malhão, Carlinhos Fidelis, Dalia Elena Romero, Carlos Batistela e Renata Batistela, Felipe Rangel de Souza Machado e Marcela Alves Abrunhosa, João Roberto Maia e Larissa Carneiro, José Roberto Franco Reis e Tininha. Sou grato, muito especialmente, ao Felipe, ao João, ao Zé Roberto, e ao Batistela, pelo constante e valioso estímulo que me deram ao longo de todo o percurso do doutorado.

Também agradeço a todos os inúmeros companheiros e companheiras do Comitê Fiocruz pela Democracia, com os quais, lado a lado, resistimos (e continuaremos a resistir) ao golpe que, mais uma vez, suprimiu nossa já tão combalida e racionada democracia.

A minha mãe, Isabel, e meu pai, José Walter (*in memoriam*), à minha avó Maria de Lourdes (*in memoriam*), e aos meus irmãos, Beatriz e William, sem cujo apoio, a cada passo meu, jamais teria chegado até aqui.

A Ednéia Paulo Queiroz, pelo mais inestimável dos suportes!

A Juliana, grande amor da minha vida, incentivadora obstinada, por sua imensa ternura, infatigável paciência, inabalável vigor e criteriosíssimo senso crítico, além de sua inquebrantável e admirável teimosia, que me cativa de uma maneira simplesmente inexplicável.

Finalmente, aos meus filhos, Leon e Luiza, que nasceram no curso desse doutorado. Nesses anos, eu tive o prazer indescritível de os ver aprender (e aprender com vocês) muito mais do que poderia em qualquer um dos livros das pilhas e pilhas de inexprimíveis “estórias” com que vivia me cercando e que tanta curiosidade lhes provocavam.

Why I Became a Social Scientist

*because I saw Hitler
floating in the steady Mediterranean
of his mother's womb
because I loved the morning
– dawn hours
when surprise attacks
are made when
cavalries charge
a few mortar rounds
slam into the barracks
the bomb explodes 2,000 feet
over Hiroshima
because the priest said
something
to the man in the electric chair
because nothing
became simple because my skin
changed color
because even in me cities burned up –
I starved and my bones gleamed like
searchlights
because I couldn't help it
because
I needed quietness
because I saw this jar
where nations lay still
like malformed embryos
And I looked at it from the
outside
and from the inside
and I began to tremble like a child
scalded
on the back of his neck by snow that
someone
had dropped from
high up
and designed to burn*

RESUMO

LUIZ, José Victor Regadas. *Crise da ciência política behaviorista e as origens os think tanks nos Estados Unidos*. 2017. 300f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A formação do espaço institucional dos *think tanks*, atualmente o principal meio de vinculação entre poder político e produção intelectual nos Estados Unidos, foi um elemento crucial para a consolidação e a ascensão do moderno movimento conservador nas últimas décadas neste país. Mais do que simplesmente se opor ao conteúdo ideológico específico do chamado “consenso liberal” do pós-guerra, o que contribuiu decisivamente para a acentuada guinada à direita na política estadunidense, os *think tanks*, preponderantemente conservadores, cristalizaram uma nova matriz de produção discursiva e de exercício do poder político, convencionalmente caracterizado como “mercado de ideias”. A hipótese central do trabalho é que esta nova matriz discursiva, balizada pela noção de equilíbrio na oferta de opiniões ideológicas antagônicas, emergiu em oposição à antiga matriz de produção discursiva liberal ancorada nas noções de objetividade e neutralidade científicas, estabelecidas, por sua vez, pelo aparato acadêmico estadunidense, particularmente no campo das ciências sociais, com o advento da “revolução behaviorista”, no contexto determinante da Guerra Fria. O objetivo desta tese é desvendar a gênese desse novo tipo de intelectual coletivo e, mais apropriadamente, de sua matriz discursiva, hoje capaz não somente de influir e moldar a adoção de políticas públicas específicas, como usualmente se argumenta, porém, muito mais importante, capaz de estabelecer o próprio horizonte ideológico dentro do qual tais políticas passam a ser legitimamente concebidas, debatidas e viabilizadas. Defende-se, assim, que a emergência desse fenômeno somente foi possível devido a uma forte crise no interior da própria academia de Guerra Fria, simbolizado pela rebelião estudantil nos campi universitários e, o que é menos lembrado, pela significativa insurgência de profissionais nas disciplinas de ciências sociais, em particular, a que me proponho a analisar neste estudo, a ciência política.

Palavras-chave: Estados Unidos. Ciência Política. Behaviorismo. Think tanks. Guerra Fria.

ABSTRACT

LUIZ, José Victor Regadas. *Crisis of behavioralist political science and the origins of the think tanks in the United States*. 2017. 300f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The formation of the institutional space of think tanks, currently the main liaison between political power and intellectual production in the United States, was a crucial element in the rise and consolidation of the modern conservative movement in that country in recent decades. Rather than simply opposing the specific ideological content of the so-called post-war “liberal consensus”, contributing decisively to the sharp right-wing turn in American politics, the prevailing conservative think tanks forged a new matrix of discursive production and exercise of political power, conventionally characterized by what has been called the “market of ideas”. The main hypothesis of this work is that this new discursive matrix, founded in the notion of equilibrium in the supply of conflicting ideological opinions, emerged as an attack on the old liberal matrix of discursive production, anchored in the idea of scientific objectivity and nonpartisan neutrality, which, in its turn, was established by the American academic apparatus, particularly in the field of social sciences, with the advent of the “behaviorist revolution” in the context of the Cold War. The purpose of this dissertation is to unveil the genesis of this new type of collective intellectual and, more appropriately, its discursive matrix, capable today not only of influencing and shaping the adoption of specific public policies, as it is usually argued, but, much more importantly, also capable of setting the ideological horizon within which such policies are legitimately conceived, debated and made feasible. It is argued, therefore, that the emergence of that phenomenon was only made possible due to the deed crisis inside Cold War academy, symbolized by the students’ rebellion on university campuses and, which is less reminded, by the insurgency of professionals in the social sciences’ disciplines, particularly, what I propose to analyze here, in the political science.

Keywords: United States. Political Science. Behavioralism. Think tanks. Cold War.

LISTA DE SIGLAS

ADA	<i>American for a Democratic Society</i>
AFL	<i>American Federation of Labor</i>
APSA	<i>American Political Science Association</i>
APSR	<i>American Political Science Review</i>
CENIS	<i>Center for International Studies</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIO	<i>Congress of Industrial Organizations</i>
CNPS	<i>Caucus for a New Political Science</i>
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FSM	<i>Free Speech Movement</i>
NSF	<i>National Science Foundation</i>
ICA	<i>International Cooperation Administration</i>
IPS	<i>Institute for Policy Studies</i>
MSU	<i>Michigan State University</i>
MSUAG	<i>Michigan State University Advisory Group</i>
POR	<i>Operations and Policy Research</i>
OSRD	<i>Office of Scientific Research and Development</i>
OSS	<i>Office of Strategic Services</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
SDS	<i>Students for a Democratic Society</i>
SORO	<i>Special Operations Research Office</i>
SNCC	<i>Students Nonviolent Coordinating Committees</i>
SSRC	<i>Social Science Research Council</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
USAID	<i>U.S. Agency for International Development</i>
VBI	<i>Vietnamise Bureau of Investigation</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 DO “CONSENSO LIBERAL” AO “FIM DA IDEOLOGIA”	28
1.1 A historiografia do “consenso liberal”	28
1.1.1 Daniel J. Boorstin e o “gênio americano” contra a “filosofia da democracia”	30
1.1.2 Louis Hartz e o “absolutismo liberal” em busca de uma “centelha de filosofia” ...	34
1.1.3 Richard Hofstadter e o liberalismo como conservadorismo.....	36
1.2 O “fim da ideologia” nas ciências sociais.....	39
1.2.1 Arthur Schlesinger Jr. e o “centro vital” contra o “totalitarismo”.....	39
1.2.2 Edward Shils e uma interrogação ao “fim da ideologia”	44
1.2.3 Daniel Bell e a afirmação do “fim das ideologias”.....	46
1.3 A transmutação sociocientífica do discurso político na Guerra Fria.....	52
1.3.1 Do ambivalente “consenso liberal” e ao inequívoco “fim da ideologia”.....	52
1.3.2 Os cientistas sociais tomam o bastão dos historiadores.....	54
1.3.3 “Consenso liberal” particular, “fim da ideologia” universal.....	57
2 A CIÊNCIA POLÍTICA BEHAVIORALISTA VISTA NO SEU TEMPO ...	64
2.1 As transformações da ciência política estadunidense no pós-guerra.....	64
2.1.1 1945: Pendleton Herring anuncia grandes promessas de transformação.....	65
2.1.2 1953: Pendleton Herring anuncia o começo da grande transformação.....	71
2.2 A “revolução behaviorista” segundo a sua vanguarda.....	74
2.2.1 O “modelo soviético de revolução” de Robert Dahl e David Easton.....	78
2.2.2 O “modelo de revolução científica” de David Truman e Gabriel Almond.....	85
2.3 A “revolução behaviorista” segundo os primeiros historiadores da disciplina	91
2.3.1 Bernard Crick e a <i>ciência</i> política como ciência <i>política</i>	92
2.3.2 Albert Somit, Joseph Tanenhaus e a ascensão do “credo behaviorista”.....	98
3 A CIÊNCIA POLÍTICA BEHAVIORALISTA NA VISÃO DISCIPLINAR	105
3.1 A crise da ciência política behaviorista e a crítica da ideologia liberal.....	105
3.1.1 Ricci e a “tragédia” da “nova matriz liberal” behaviorista.....	107
3.1.2 Seidelman e Harpham e o behaviorismo em “desencanto”.....	114
3.2 Os debates metodológicos no reinício da história disciplinar da ciência política..	121
3.2.1 A crítica “internalista” de Farr e Gunnell contra Ricci, Seidelman e Harpham.....	122
3.2.2 Uma defesa de Ricci, Seidelman e Harpham contra Farr e Gunnell.....	128

4	A CIÊNCIA POLÍTICA BEHAVIORALISTA ALÉM DA DISCIPLINA...	140
4.1	Os limites ideológicos da história disciplinar da ciência política e seus críticos...	140
4.1.1	Ball e a ciência política behavioralista no contexto da Guerra Fria.....	143
4.1.2	Katznelson e a ciência política behavioralista como guardião liberal na Guerra Fria	150
4.2	A nova historiografia das “ <i>cold war social sciences</i> ”	154
4.2.1	A ciência política além dos limites disciplinares.....	159
4.2.2	Algumas críticas marginais à categoria de “ <i>cold war social sciences</i> ”	163
4.3	A ciência política behavioralista como uma <i>cold war social science</i>	166
5	CRISE DO LIBERALISMO E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DE GUERRA FRIA	179
5.1	Declaração de Port Huron: buscar o inalcançável para evitar o inimaginável.....	182
5.2	A marcha da insensatez: da Universidade Estadual do Michigan ao Vietnã.....	190
6	A REVOLTA CONTRA A CIÊNCIA POLÍTICA BEHAVIORALISTA E A GÊNESE DE UMA “NOVA IMAGEM” PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS	213
6.1	O <i>Caucus for a New Political Science</i> e o clamor por “relevância e ação”	213
6.2	As armas da crítica do CNPS e a busca da superação teórica do behaviorismo	226
6.3	A crítica das armas do CNPS e a busca da superação prática do behaviorismo	247
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
	REFERÊNCIAS	284

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se originou de um projeto de pesquisa sobre a ascensão do movimento conservador nos Estados Unidos na segunda metade do século vinte e o papel desempenhado nesse processo pelos chamados *think tanks*. O principal objetivo era compreender como tais instituições, que conjugam produção intelectual à intervenção política, auxiliaram a direita conservadora estadunidense não só a forjar uma identidade comum entre conservadores de diferentes cepas (algo que vinha sendo feito, mas com um alcance bem menor, através de polos de atração intelectual como a *National Review*, sob a batuta de William Buckley, Jr. e do mentor da dita estratégia “fusionista”, Frank Meyer), mas também a traduzir essa mesma identidade num discurso público eficaz, eventualmente responsável por provocar uma transformação ideológica tremenda na cena política dos Estados Unidos (e conseqüentemente em todo o planeta). Investigações sobre as origens do fenômeno dos *think tanks*, no entanto, conduziram as pesquisas noutras direções, que resultaram no presente trabalho, ainda que o entenda como parte e desdobramento daquele projeto inicial.¹

Com efeito, a formação do espaço dos *think tanks*, atualmente o principal meio institucional de ligação entre poder político e produção intelectual nos Estados Unidos, foi um elemento crucial para a consolidação e ascensão do moderno movimento conservador em gestação pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. É bem comum na literatura historiográfica sobre o conservadorismo estadunidense o emprego de termos como “*conservative counterintelligentsia*” (O’Connor, 2008), “*counter-establishment*” (Blumenthal, 1986; Himmelstein, 1990), “*new power brokers*” (Hacker e Pierson, 2006), “*shadow establishment*” (Horwitz, 2013), entre outros de mesma conotação, para aludir ao papel fundamental desempenhado por essas instituições na promoção ideológica e no avanço de uma agenda de políticas públicas de caráter conservador nos Estados Unidos em detrimento da ideologia e do conjunto de políticas públicas liberais.² Porém, mais do

¹ Os contornos iniciais da pesquisa para esta tese de doutorado podem ser encontrados em: Luiz, 2016.

² O termo “liberal” é aplicado aqui conforme a sua conotação na cultura política dos Estados Unidos, pelo menos desde os anos 1930, quando o conceito de “liberalismo” passou por uma drástica inflexão no discurso público, passando a significar, grosso modo, senão inteiramente o inverso, algo bastante distinto do que havia significado até então, quando estava significativamente associado à defesa do livre mercado preconizada pela doutrina do *laissez faire* ou do chamado “liberalismo clássico” (sentido que fora transladado para o conceito de “conservadorismo”). O conceito de “liberalismo”, reformulado a partir do bem-sucedido advento do New Deal, passaria a corresponder, assim, em linhas gerais, à defesa de maior intervenção do Estado sobre a economia a fim de promover o desenvolvimento social e o bem-estar público, de outra forma

que simplesmente se contrapor à ordem liberal, definida pela atuação, ainda que bastante limitada, do Estado como regulador da economia e promotor de bem-estar social, fornecendo, assim, um novo conteúdo para as políticas públicas baseado na intransigente defesa do livre mercado, da responsabilização dos indivíduos, bem como de valores morais de caráter fundamentalista cristão, contribuindo, assim, decisivamente para a guinada à direita na política estadunidense, os *think tanks* conservadores forjaram uma nova forma de produção discursiva e de exercício do poder político caracterizado pelo que se convencionou chamar de “mercado de ideias”, ou ainda, num prolongamento semântico da noção de competição embutida no termo “mercado”, de “guerra de ideias”.

Essa “nova matriz discursiva”, por assim dizer, estaria fundamentada na compreensão de que a esfera pública de debate não deveria ser orientada por critérios como objetividade do conhecimento científico e neutralidade partidária, componentes que, conforme acusariam os conservadores, não sem alguma razão, sempre serviram de véu para o predomínio da ideologia liberal, mas, ao invés disso, por um critério alternativo baseado na noção de equilíbrio da oferta entre distintos pontos de vista ideológicos. Como afirmou o historiador Jason Stahl (2016, p. 47), em seu estudo sobre os *think tanks* conservadores e a cultura política nos Estados Unidos, “embora o termo [“mercado de ideias”] já tivesse sido empregado no passado, a elite conservadora, especialmente aquela nos *think tanks*, começou a adotar o termo como um modo de minar o consenso tecnocrático liberal. Essa abordagem elevou valores como balanceamento e abertura para um plano mais alto do que aqueles valores como apartidarismo, neutralidade e objetividade”. Assim, a “nova matriz discursiva” do “mercado de ideias”, mais do que simplesmente a difusão e a sedimentação de determinado conteúdo ideológico expresso da direita conservadora estadunidense, teria sido a grande inovação institucional introduzida pelos *think tanks* na vida política dos Estados Unidos, através da qual as ideias conservadoras, e todo o cortejo de políticas públicas a elas associadas, puderam ser emplacadas.

O interesse por essa dimensão dos *think tanks* foi suscitado quando se pesquisava a sua origem histórica. De fato, quase todos os estudos existentes sobre esse fenômeno são acompanhados de uma introdução, geralmente breve, sobre a gênese dessa espécie de instituição, usualmente para enfatizar o seu caráter excepcionalmente estadunidense. E,

inalcançáveis pela simples vigência das “leis do mercado”. Como será abordado ao longo desta tese, todavia, o conceito de “liberalismo” não permaneceu estaticamente vinculado ao período reformador do New Deal, sofrendo, após a Segunda Guerra Mundial, outras reformulações, não tão drásticas, mas certamente importantes, em decorrência das pressões políticas e ideológicas exercidas no contexto da Guerra Fria.

embora haja até mesmo uma grande variação de interpretações sobre qual seria o primeiro *think tank* nos Estados Unidos, alguns apostando, por exemplo, na *Brookings Institution*, fundada em 1916 (McGann, 1992), outros, na *National Conference of Social Welfare*, de 1873 (Linden, 1987), outros, na *Russell Sage Foundation*, de 1907 (Abelson, 2009), além de outros ainda que iriam mais longe, apostando na *American Social Science Association*, de 1865 (Smith, 1991), em geral, todos os autores tendem a concordar que este fenômeno mesmo é um produto originário da chamada Era Progressista, período em que intelectuais, filantropos e empresários resolveram mobilizar as ciências sociais para formular políticas públicas que mitigassem conflitos sociais. Desde então, em sucessivas “ondas”, prossegue a narrativa padrão, cada vez mais e mais *think tanks*, resultados de diferentes impulsos históricos, como a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria (as periodizações variam apenas ligeiramente), teriam se agregado aos primeiros até que, a partir dos anos 1970, teria ocorrido um verdadeiro boom na criação de *think tanks*, a ponto de que aquilo que se contava às dezenas, hoje se contaria aos milhares.

Esse grande big-bang dos *think tanks*, por sua vez, seria, via de regra, explicado pelo intenso processo de polarização ideológica do debate político nos Estados Unidos nas últimas décadas do século passado, engendrado pelos grandes conflitos sociais e políticos dos anos 1960 e 1970, responsáveis por estilhaçar de vez o alardeado “consenso liberal” do pós-guerra. Nascido como reação (“*backlash*”) a esses eventos, ou pelo menos fortalecido por esta reação, lemos nesses estudos, um fulminante movimento conservador eventualmente emergiu na cena política estadunidense – robustecido agora pela adesão de um significativo contingente de antigos intelectuais liberais recém-convertidos ao conservadorismo como a tábua de salvação da ordem política contra uma ameaçadora Nova Esquerda e um degenerado e impotente liberalismo –, finalmente conseguindo conquistar o grande empresariado para a causa do livre mercado. Este, incentivado pela campanha conservadora e neoconservadora empreendida por figuras como William E. Simon, Lewis F. Powell, Irving Kristol, William Buckley, Jr., entre outros, decidiu verter rios de dinheiro através de um conjunto de novas e impetuosas fundações conservadoras, como a *Scaife Foundation* e *John M. Olin Foundation*, no projeto de construção de uma rede de institutos e centros de pesquisa orientados para a promoção agressiva do ideário conservador como contraponto ao establishment tecnocrático liberal, desencadeando, no processo, a politização dos *think tanks*.

De acordo com essa versão, sustentada pela maioria dos estudiosos sobre os *think tanks* e também por muitos estudiosos sobre o movimento conservador, esta “ideologização” dos *think tanks* contrastaria enormemente com a sua condição anterior.³ Assim, por exemplo, Andrew Rich, em seu estudo sobre o impacto dos *think tanks* na determinação das políticas públicas, afirmaria que:

Os estudiosos discutem se a pesquisa em política pública é mais útil por oferecer prescrições específicas para problemas públicos ou, como é sugerido mais comumente, como esclarecimento geral em questões públicas. Mas, na maioria das avaliações, quanto mais especialistas melhor para a formulação de políticas públicas. Durante grande parte do século vinte, este julgamento foi exato; os peritos cumpriram esses mandatos. Mesmo que seu trabalho às vezes fosse usado por outros com uma finalidade bastante política, os especialistas permaneceram ostensivamente neutros e desapegados. Os especialistas ofereceram idéias e recomendações políticas que foram rigorosamente elaboradas, racionais e, no longo prazo, úteis para o trabalho dos tomadores de decisão. Ao contrário destas experiências anteriores e dos entendimentos acadêmicos, no entanto, no final do século vinte, na vida real, as fileiras de especialistas em políticas públicas não se conformava com a promessa de tornar as escolhas políticas mais claras e mais rigorosas e as decisões necessariamente mais racionais. (Rich, 2004, p. 3)

Em um estudo recentemente aclamado sobre a “histórica secreta dos bilionários por trás da ascensão da direita radical”, como se lê no subtítulo de *Dark Money*, a jornalista investigativa Jane Mayer reproduz o mesmo conhecimento convencional. Diz ela que “institutos de pesquisa independentes existem desde a virada do século nos Estados Unidos, mas como John Judis escreve em *The Paradox of American Democracy*, os primeiros *think tanks* lutavam para promover o interesse público geral, não interesses estreitos e partidários. Na tradição do movimento progressista, eles professavam se orientar pela ciência social, não pela ideologia”. Porém, “nos anos 1970, com o financiamento de um punhado de doadores extremamente ricos, como *Scaife*, assim como com o apoio de algumas grandes corporações, toda uma nova forma de ‘*think tanks*’ emergiu, mais empenhada em vender uma ideologia predeterminada a políticos e ao público do que empreender pesquisas acadêmicas” (Mayer, 2017, p. 96).

Narrativas como essa são a moeda mais comum nos estudos sobre *think tanks* e sobre o movimento conservador. Como arrematou o cientista político James G. McGann (1992), um dos pesquisadores mais citados na literatura sobre os *think tanks*, a emergência dos *think tanks* conservadores teria levado à passagem “de acadêmicos para ideólogos”.

³ Duas ótimas relativamente recentes revisões da literatura sobre o movimento conservador nos Estados Unidos que corroboram esta avaliação podem ser encontradas em: Phillips-Fein, 2011; Zelizer, 2010b. Outra revisão crítica, mais antiga, embora igualmente relevante, é: Kazin, 1992.

Ainda que reconheçamos que a nova matriz discursiva implementada pelos *think tanks* conservadores, o dito “mercado de ideias”, de fato se baseia ostensivamente na defesa da livre oferta das opiniões ideológicas em vez do apelo à neutralidade e à objetividade científicas característico da antiga matriz discursiva liberal, o que mais surpreende em todas essas narrativas é que elas tendem a tomar acriticamente esta última pelo seu valor de face. Dessa forma, o conhecimento convencional sobre os *think tanks* e também sobre o movimento conservador nos Estados Unidos (usualmente disseminado por autores eles mesmos liberais) é de que, até os anos 1970, essas instituições eram apartidárias e objetivas, respaldadas nas ciências sociais, e que, desde então, uma vez dominadas por incansáveis conservadores empenhados numa feroz “guerra de ideias”, elas teriam se degradado à condição daquilo que se costuma denominar de “*advocacy think tanks*”, o que, por seu turno, teria lamentavelmente provocado um deletério impacto no debate público, não mais ilustrado pelo conhecimento objetivo e desinteressado de cientistas sociais, mas sim tumultuado por uma cacofonia de opiniões ideológicas infundadas fabricadas sob medida para atender a interesses específicos.

O sociólogo Thomas Medvetz iria contestar, de forma bastante convincente, esta narrativa histórica sobre os *think tanks*. Em oposição à narrativa hegemônica, segundo a qual os *think tanks* parecem ter surgido como uma instituição pronta e acabada desde o final do século dezenove e início do século vinte, Medvetz argumenta que o surgimento daquilo que ele chama, inspirando-se na teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, de “espaço dos *think tanks*”, teria começado, a rigor, somente a partir de meado dos anos 1960, como resultado do embate entre dois tipos de intelectuais coletivos antagônicos, de um lado, o “establishment tecnocrático liberal”, e, de outro, um grupo de intelectuais ativistas, segundo ele majoritariamente conservador. Os *think tanks*, em suma, seriam, na interpretação de Medvetz, o produto (eventual) da colisão entre dois tipos distintos de organizações intelectuais ou “conjuntos de posições no campo da *expertise*” nos Estados Unidos (Medvetz, 2012, p. 115) – o primeiro formado por vários centros de pesquisa criados na primeira metade do século vinte com base na “crença comum em soluções técnicas para as crises do capitalismo” e que desempenhariam muitas das vezes funções equivalentes à burocracia oficial, o que ele denomina de “proto-*think tanks*”; e o segundo constituído por intelectuais ativistas, principalmente à direita, críticos da “razão tecnocrática” da ordem liberal, cujo principal apoio viria de um “crescente movimento empresarial a favor do livre mercado, que procurava ter o controle sobre o campo econômico” (*ibid.*,

p. 54). “O principal resultado desse processo foi a formação de um novo subespaço de produção de conhecimento com a sua própria ortodoxia, convenções e normas internas”, afirmaria o sociólogo (*ibid.*, p. 17).

Medvetz, assim, ao contrário da imensa maioria dos estudiosos sobre o fenômeno dos *think tanks* – é preciso excluir dessa lista os estudiosos alinhados à chamada “teoria crítica das elites”, como Joseph G. Peschek (1987) e William G. Domhoff (2013), que constituem minoria –⁴ rejeita fortemente aquela versão idealizada sobre o passado dessas organizações. O que Medvetz denomina de “proto-*think tanks*” (isto é, o conjunto daquelas instituições que integravam a tecnocracia liberal, cada qual percebida até os anos 1960 como *sui generis*, e que eventualmente passaram a se reconhecer mutuamente e a serem reconhecidas no discurso público como *think tanks*), eram tudo, exceto neutros e objetivos – muito embora fosse esse tivesse sido o seu principal discurso de legitimação.

Todavia, se Medvetz corretamente identifica os “proto-*think tanks*”, a despeito de seu discurso tecnocientífico, como profundamente ideológicos, seu trabalho, que, sem sombra de dúvida, é a mais elaborada pesquisa sobre os *think tanks* nos Estados Unidos realizada até hoje, tanto em termos históricos (ao recusar o anacronismo do uso corrente do termo “*think tanks*” para tratar das instituições anteriores ao fenômeno, mesmo aquelas que porventura passaram a ser reconhecidas assim), quanto em termos mais propriamente sociológicos (ao definir essas instituições muito mais por sua posição topológica em relação a outros campos de poder do que por uma definição tipológica arbitrária), em suma, apesar de seus inegáveis méritos, ele tende a não identificar como parte do aparato tecnocrático liberal desafiado nos anos 1960 e 1970 justamente a instituição mais fundamental para a sustentação ideológica do “consenso liberal” no pós-guerra, a saber, a universidade.

Em sua recapitulação histórica sobre a constituição dos “proto-*think tanks*”, por exemplo, Medvetz identifica cinco ondas geracionais – 1) a fundação de várias “federações cívicas” por reformadores urbanos para lidar com a questão da pobreza e dos conflitos de trabalho (1893-1907); 2) a criação de institutos municipais por empresários e cientistas sociais interessados em usar técnicas modernas de administração pública na governança local (1907-1916); 3) a instituição de organizações por aspirantes a diplomatas, empresários, banqueiros e cientistas sociais voltadas atender à necessidade do governo

⁴ Para uma discussão sobre a perspectiva da teoria crítica das elites sobre os *think tanks*, confrontada à teoria pluralista de McGann e outros, e à abordagem relacional proposta por Medvetz, ver: Luiz, 2015.

por conhecimento em política externa (1910-1939); 4) a formação de centros de pesquisa econômica na recessão após a Primeira Guerra Mundial e durante a Grande Depressão (1920-1943); e 5) o estabelecimento de uma série de grupos para planejamento militar fundados por militares e empresários com o auxílio de cientistas sociais interessados em análise de sistemas (1942-1961). Em nenhuma dessas sucessivas ondas evolutivas, contudo, Medvetz menciona o papel das universidades e nem chega perto de sugerir que elas pudessem compor, juntamente com os chamados “proto-*think tanks*”, o aparato tecnocrático liberal, muito embora o discurso da objetividade e da neutralidade científica adotado por todas essas instituições tenha sido inegavelmente produto do campo acadêmico (*ibid.*, pp. 47-72). Aliás, Medvez não apenas retira as universidades do conjunto de instituições da tecnocracia liberal, como constantemente opõe os *think tanks* ao que ele alude como “intelectuais mais autônomos” supostamente vinculados à academia. É nesse sentido que ele afirma, por exemplo, que “na falta de um espaço dos *think tanks* altamente desenvolvido nos Estados Unidos, o conhecimento sociocientífico autonomamente produzido provavelmente desempenharia um papel maior no delineamento dos termos e condições do debate sobre políticas públicas depois dos anos 1960” (*ibid.*, p. 211).

Desta forma, se, por um lado, ao contrário da imensa maioria dos estudiosos sobre os *think tanks*, Medvetz não trata os “proto-*think tanks*” (que, para ele, sintetizam a tecnocracia liberal) como um manancial de conhecimento neutro e objetivo, identificando, muito corretamente, seu papel na legitimação de determinados interesses de classe, por outro lado, ao excluir as universidades do aparato tecnocrático liberal, ele não se atém ao fato de que essa instituição, talvez mais do que qualquer outra, foi um dos principais sustentáculos ideológicos da ordem liberal no contexto da Guerra Fria. É por isso que, estranhamente, quando ele aborda o ataque lançado pelos “intelectuais ativistas” à tecnocracia liberal, ponto central do seu argumento sobre a emergência do “espaço dos *think tanks*”, ele afirma que:

Primeiro, é crucial reconhecer que, ao desafiar a autoridade dos tecnocratas, os ativistas enfrentavam um problema fundamental. Com virtualmente nenhuma credencial ou título acadêmico para mostrar, e nenhum corpo de conhecimento reconhecido sob seu domínio – isto é, nenhuma forma de *expertise* – eles não podiam se constituir facilmente como críticos embasados no debate político. E nem poderiam exercer qualquer controle de propriedade sobre o seu conhecimento e, por extensão, reivindicar qualquer dividendo material ou simbólico normalmente pago a um especialista. Conseqüentemente, o seu conhecimento estava sempre em risco de ser cooptado por outros especialistas, incluindo tecnocratas. Com respeito a sua posição no campo da *expertise*, os ativistas enfrentavam o problema de excessiva *abertura*. Como resultado, muitas de suas

atividades durante os anos 1960 e 1970 podem ser compreendidas como elementos de uma estratégia de fechamento, uma tentativa de “certificar” o seu conhecimento e se constituir como *experts* de novo tipo. O elemento principal de sua estratégia foi estabelecer uma série de centros de pesquisa politicamente orientados e sem fins lucrativos que serviu como uma função de auto-credenciamento. Organizações como o *Institute for Policy Studies* (fundada em 1963) e a *Heritage Foundation* (1973) exemplificam essa estratégia. Por volta de meados dos anos 1980, centenas de centros de pesquisa em políticas públicas ideologicamente orientados emergiram nos Estados Unidos. (*Ibid.*, p. 91)

Não apenas as universidades e os seus inúmeros centros de pesquisa, que tantos serviços prestaram ao aparato estatal no contexto da Guerra Fria, são excluídos da tecnocracia liberal, como os próprios “intelectuais ativistas”, que se rebelaram contra esta tecnocracia, são retratados como verdadeiros *outsiders* desprovidos de certificação acadêmica, sem vínculos com as instituições universitárias, o que, como veremos mais à frente, é uma percepção bastante limitada, tanto acerca da tecnocracia liberal, que teve nas universidades uma de suas instituições mais atuantes, quanto dos chamados intelectuais ativistas, que, em grande parte, tinham trajetórias claramente vinculadas à academia.

Medvetz, porém, não é o único que parece querer excluir ou subestimar consideravelmente o papel das universidades e de seus intelectuais na constituição do aparato tecnocrático liberal nos Estados Unidos. Stahl, por exemplo, apesar de ter o mérito de reconhecer ao menos o papel das disciplinas de ciência política, economia e psicologia na “despolitização” da visão de mundo do “consenso liberal”, argumentaria que, “embora muito do pensamento acadêmico do consenso liberal alcançou poder através de instituições tradicionais de ensino superior, *think tanks* como a *Brookings* também eram parte integral, especialmente no que se referia ao poder de produção de políticas públicas. Eles serviam como ponte institucional para o Estado de um modo que a maioria das universidades não poderia competir” (Stahl, 2016, p. 12). Stahl cita, nesse sentido, o trabalho do historiador Nils Gilman (2003) sobre as origens da ideologia do desenvolvimento e modernização durante a Guerra Fria, a fim de corroborar o seu argumento, segundo o qual alguns “novos *think tanks* emergentes foram capazes de se posicionar explicitamente como *think tanks* ‘objetivos’ em relação à política externa de Guerra Fria, especialmente nos anos 1950 e 1960” (Stahl, 2016, p. 12). Acontece, porém, que o “*think tank*” mencionado por Stahl em uma nota explicativa remetida ao trabalho de Gilman era o *Center for International Studies* (CENIS), uma reconhecida instituição acadêmica de pesquisa vinculado ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts, dirigida por muitos anos pelo cientista político Ithiel de Sola Pool. Ademais, segundo o próprio Gilman, antes da teoria da modernização ser consagrada por aquele centro universitário, ela teria se originado no

Departamento de Relações Sociais de Harvard, com forte apoio financeiro do *Social Science Research Council*, através do seu *Committee on Comparative Politics*, coordenado, por sua vez, pelo cientista político Gabriel Almond. Assim, o que não deixa de ser curioso, a informação apresentada por Stahl, no lugar de corroborar a sua proposição, a fragiliza ainda mais.

A pesquisa aqui desenvolvida parte, assim, da compreensão, correta, de Medvetz de que o “espaço dos *think tanks*” foi, de fato, o produto do choque entre dois conjuntos de intelectuais: por um lado, aqueles que integravam o aparato tecnocrático e, por outro lado, aqueles chamados de “intelectuais ativistas”. Mas, diferentemente deste autor, argumentamos que as universidades formaram uma parte integral da tecnocracia liberal no contexto da Guerra Fria, assim com observamos que o ataque que tais instituições sofreram no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970 não veio somente de “intelectuais ativistas” externos, mas, ao contrário, foram, em grande medida, ataques provenientes de intelectuais assentados no interior de suas estruturas, isto é, de estudantes e professores rebelados precisamente contra a anexação das universidades e de suas disciplinas, muito especialmente as ciências sociais, ao colossal aparato do Estado de Segurança Nacional erigido após o fim da Segunda Guerra Mundial. Assim, parte considerável destes ataques vieram na forma da contestação, com fortes credenciais acadêmicas, ao contrário do que afirma Medvetz, de estudantes e professores situados nos campi universitários e também nas associações profissionais de suas disciplinas acadêmicas. Tais ataques, por sua vez, foram desferidos contra o núcleo teórico e metodológico das ciências sociais no pós-guerra, ou seja, contra o behaviorismo, precisamente a abordagem que enfatizava a objetividade e a neutralidade como aspectos basilares do conhecimento legitimamente científico e que, através da teoria democrática pluralista a ela estreitamente associada, servia de sustentação ideológica à ordem liberal da Guerra Fria.

Desse modo, além de demonstrar que as universidades não apenas eram parte integral do aparato tecnocrático liberal, e que muitos dos considerados “proto-*think tanks*” estavam diretamente ligados às universidades, quando não diretamente, ao menos se espelhavam no seu modo de produção intelectual baseado no etos acadêmico da objetividade científica e neutralidade axiológica, base da matriz discursiva de defesa do capitalismo democrático liberal nos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, procuro também demonstrar que aquilo que possibilitou a emergência do “espaço dos *think tanks*” não foi meramente o ataque de “intelectuais ativistas” preponderantemente conservadores

ao aparato tecnocrático liberal (“proto-*think tanks*” e universidades inclusive), mas também uma crise no interior da própria academia, simbolizada pela rebelião estudantil nos campi universitários e pela insurgência de profissionais nas associações disciplinares, e que repercutiu profundamente no questionamento epistemológico das ciências sociais, em particular, a que me proponho a analisar a fundo nesta tese, à semelhança de um estudo de caso exemplar, a ciência política.

Enfim, a história da ascensão dos *think tanks* (ou um certo fragmento de sua pré-história, para sermos mais precisos), e, por tabela, da gênese do movimento conservador nos Estados Unidos, passariam pela história da produção do conhecimento nas ciências sociais na Guerra Fria e de como, a partir de sua crise nos anos 1960, elas deixaram de servir de esteio ou tornaram-se em grande parte desfuncionais à fabricação do “consenso liberal” do pós-guerra. A aguda crítica ao behavioralismo esteve intimamente ligada a um intenso debate sobre formas institucionais alternativas à academia, em que a produção intelectual da ciência política pudesse escapar das muitas amarras impostas pela “revolução behavioralista” e se tornar ao mesmo tempo mais crítica, isto é, não mais servir de fonte de legitimação do sistema político dos Estados Unidos, e mais relevante, quer dizer, que pudesse intervir diretamente na transformação daquela realidade. A emergência, assim, daquele “espaço dos *think tanks*”, como me proponho a defender, seria, em medida considerável, uma eventual resposta institucional à crise das universidades e das disciplinas de ciências sociais behavioristas, locus por excelência da produção intelectual de legitimação ideológica da ordem liberal do pós-guerra.

Nesse sentido, os *think tanks* surgem, em parte, como uma oposição ao establishment liberal, à esquerda e à direita, e, em parte, no que diz respeito à preponderância rapidamente alcançada pelos conservadores, como o seu guardião diante dos desafios lançados pela esquerda radical a partir da academia, em suma, um guardião da ordem capitalista liberal dos Estados Unidos sem as veleidades típicas do etos acadêmico (que prezaria pela neutralidade, objetividade, etc.). É assim que os *think tanks* introduziriam um novo modo de produção discursiva a partir da imagem de um “mercado de ideias”, muito mais baseado na defesa de “valores” do que na análise de “fatos”, mais preocupado com a relevância do ponto de vista da ideologia adotada do que com o rigor metodológico, mais abertamente voltado para a propagação de uma posição ideológica do que para a busca neutra e objetiva do conhecimento científico. Procuro mostrar, em resumo, como esse todo esse debate epistemológico, a princípio esotérico, esteve bastante presente e foi

um dos catalizadores na formação do espaço social dos *think tanks*, uma nova espécie institucional a unir produção de conhecimento e ação política que surge da crise da ordem liberal do pós-guerra e que eventualmente foi responsável por deslocar as universidades como o principal suporte de criação discursiva na defesa ideológica da nascente hegemonia conservadora.

No primeiro capítulo, a fim de compreender os contornos do discurso de legitimação da ordem política estadunidense no pós-guerra, analiso as obras fundamentais de alguns dos principais teóricos do propalado “consenso liberal” (Daniel Boorstin, Louis Hartz e Richard Hofstadter) e também do “fim da ideologia” (Edward Shills, Daniel Bell, Seymour Martin Lipset e Arthur Schelesinger, Jr.). Usualmente, esses autores são todos colocados no mesmo pacote quando se procura identificar os principais traços ideológicos que sustentavam o liberalismo do pós-guerra, profundamente marcado pela Guerra Fria. Como tento demonstrar, no entanto, os autores do “consenso liberal”, em geral historiadores, escrevendo no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, possuíam um discurso bem mais ambíguo em relação à ordem emergente da Guerra Fria do que terão os autores do “fim da ideologia”, em sua maioria cientistas sociais, que se mostraram muito mais aderentes ao liberalismo de Guerra Fria no final dos anos 1950 e começo dos anos 1960. A diferença, como avento a hipótese, quase como um prólogo ao restante do trabalho, é que do “consenso liberal” ao “fim da ideologia”, o discurso liberal teria passado por uma “transmutação sociocientífica”, que já refletiria as transformações provocadas no discurso liberal pela chamada “revolução behaviorista”.

No segundo capítulo, apresento a ascensão e a consolidação da perspectiva behaviorista nas ciências sociais e, particularmente, na ciência política, a partir da visão de seus contemporâneos, seja de alguns de seus próprios proponentes (Pendleton Herring, Robert Dahl, David Easton, David Truman e Gabriel Almond), seja dos primeiros historiadores da disciplina (Bernard Crick, Albert Somit e Joseph Tanenhaus). Essa abordagem se faz necessária na medida em que tais interpretações não foram apenas leituras ou descrições sobre aqueles eventos, mas constituíam também suas forças motrizes, e, portanto, vitais para a compreensão das condições que possibilitaram a emergência do movimento behaviorista. O modo como os adeptos do movimento behaviorista o entendiam, assim como a percepção dos primeiros historiadores propriamente ditos da ciência

política sobre o emergente movimento disciplinar, ao qual respondiam diretamente, fornece elementos importantes para a compreensão dos limites, possibilidades e contradições da chamada “revolução behaviorista”.

No terceiro capítulo, busco contextualizar e me posicionar no debate historiográfico da disciplina de ciência política que tomou um novo impulso em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, em grande parte como resposta à crise do behaviorismo e às frustrações com as promessas não realizadas do chamado “pós-behaviorismo” do fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, e, claro, em resposta também à própria crise do liberalismo nos Estados Unidos. Aqui, faço uma defesa das interpretações de David Ricci e Raymond Seidelman e Edward Harpham contra as críticas elaboradas por John Gunnell e James Farr, baseados em uma perspectiva “internalista” da história da disciplina, indicando o quanto o contexto da Guerra Fria, longe de ser apenas um pano de fundo sobre o qual o movimento behaviorista se desenrolou, foi, de fato, um fator determinante para a sua constituição.

No quarto capítulo, avanço na crítica aos limites ideológicos da história disciplinar internalista da ciência política, recorrendo, inicialmente, às interpretações alternativas de Terrence Ball e Ira Katznelson, ambos também cientistas políticos, mas que, devido às suas preocupações com o impacto dos contextos históricos sobre a produção intelectual da ciência política, irão conferir uma importância fundamental a Guerra Fria como fator crucial para o delineamento das teorias e métodos elaborados por cientistas políticos behavioristas na sua postura de “guardião da ordem liberal”. Em seguida, examino a recente (e crescente) literatura sobre a história das ciências sociais no contexto da Guerra Fria, realizada não por cientistas sociais ou cientistas políticos, mas sim por historiadores de profissão, em particular historiadores especializados na história da ciência, que, também concedendo importante peso aos contextos políticos na determinação do pensamento social, irão igualmente destacar o papel proeminente da Guerra Fria na conformação da ciência política behaviorista de meados do século vinte. Por meio dessa vasta literatura é possível argumentar que a ciência política behaviorista bem pode ser apreendida como uma *cold war social science*, o que demonstraria bem o quanto as universidades e as disciplinas de ciências sociais, a despeito de seu discurso de neutralidade e objetividade, estariam estreitamente entrelaçadas ao Estado de Segurança Nacional estadunidense.

No quinto capítulo, procuro apresentar o contexto de crise que levará ao colapso dessa ciência social de Guerra Fria a partir do exame de dois eventos: em primeiro lugar,

nos primórdios da contestação ao papel das ciências sociais e da ciência política como baluarte da ordem liberal de Guerra Fria, analiso a crítica realizada pelos integrantes do *Students for a Democratic Society* (SDS), o principal movimento estudantil universitário dos Estados Unidos na década de 1960, cristalizada no seu manifesto, *The Port Huron Statement*, certamente um dos documentos mais ricos e relevantes para se entender o momento inicial da crítica acadêmica interna à anexação das universidades pelo aparato tecnocrático liberal da Guerra Fria; em segundo lugar, investigo um caso específico de envolvimento de uma universidade, a exemplo de tantas outras que desenvolviam projetos semelhantes, com o Estado de Segurança Nacional, a saber, o caso do *Michigan State University Advisory Group* (MSUAG), um destacado grupo de pesquisadores acadêmicos, em sua grande maioria composto por cientistas sociais, que serviu de sustentáculo para a ditadura de Ngo Dinh Diem no Vietnã, e analiso também a repercussão que a revelação do episódio na imprensa suscitou na ocasião. A escolha desses dois casos se deve à forma como eles servem para iluminar o desenvolvimento da crítica às universidades e às ciências sociais ao longo dos anos 1960: inicialmente uma crítica liberal ao liberalismo, o movimento estudantil passará, no curso de poucos anos, sob o impacto direto da Guerra do Vietnã, a uma crítica radical de esquerda à anexação da academia e, em especial, das ciências sociais, ao Estado de Segurança Nacional na Guerra Fria.

Por fim, após realizar essa contextualização do adensamento das críticas ao papel das universidades e seus profissionais como guardiões da ordem liberal da Guerra Fria, focalizo, no sexto capítulo, um caso específico, mas emblemático e representativo, da rebelião no interior da *American Political Science Association* (APSA) provocada pela sublevação de inúmeros cientistas políticos dissidentes ao movimento behaviorista na ciência política que aspiravam uma disciplina mais engajada e relevante diante do conturbado contexto de crise política e social pela qual passavam os Estados Unidos no final dos anos 1960 e início nos anos 1970. Reunidos em torno do *Caucus for a New Political Science* (CNPS), esses cientistas políticos dissidentes iriam desencadear uma longa e árdua batalha intelectual, política e organizacional que buscou extrapolar as fronteiras da disciplina e da profissão. Através dos debates suscitados pelo CNPS, procuro mostrar como foi evocada uma “nova imagem” para a ciência política, avessa ao behaviorismo, que priorizaria a relevância ao rigor metodológico, a firme defesa de valores em oposição à insípida descrição factual, uma “nova imagem” que, em suma, uma vez suscitada, foi traduzida numa busca tateante, repleta de altos e baixos, por novas vias institucionais que

possibilitassem a conjugação da produção intelectual desses intelectuais com a intervenção política na sociedade, vias institucionais que necessariamente apontavam para além das formas estabelecidas na universidade dominada pelo etos cientificista, e que, eventualmente, alimentariam a eclosão do fenômeno dos *think tanks* nos Estados Unidos.

1 DO “CONSENSO LIBERAL” AO “FIM DA IDEOLOGIA”

The thesis of this book is that nothing could be more un-American than to urge other countries to imitate America. We should not ask them to adopt our “philosophy” because we have no philosophy which can be exported. My argument is simple. It is based on forgotten commonplaces of American history – facts so obvious that we no longer see them. I argue, in a word, that American democracy is unique. It possesses a “genius” all its own.

Daniel J. Boorstin (1953, p. 1)

A basic premise of this book is that a democracy is not only or even primarily a means through which different groups can attain their ends or seek the good society; it is the good society itself in operation.

Seymour Martin Lipset (1960, p. 403)

1.1 A historiografia do “consenso liberal”

Nos anos 1950, consolidou-se nos círculos intelectuais estadunidenses a tese de que o país estaria fortemente alicerçado em um pervasivo “consenso liberal”. Embora não fosse uma tese exatamente inovadora, tendo sido evocada em diversos momentos anteriores, ela havia se tornado particularmente persuasiva a partir da publicação, no imediato contexto do pós-guerra, de algumas ambiciosas obras sobre o caráter político íntimo dos Estados Unidos: *The American Political Tradition* (publicada em 1948), de Richard Hofstadter, *The Genius of American Politics* (1953), de Daniel Boorstin, e *The Liberal Tradition in America* (1955), de Louis Hartz.

Escritas com propósitos variados por historiadores de estilos e temperamentos diversos, tais obras revelariam um retrato muito semelhante daquilo que consideravam ser o traço mais distintivo da história política estadunidense: a persistente ausência de conflitos ideológicos, derivada da aceitação generalizada e irrefletida dos valores liberais como base de sua ordem sociopolítica. Esta linha de argumentação logo se tornaria o

mantra mais recitado, em toadas variadas, nos principais centros intelectuais dos Estados Unidos até pelo menos meados dos anos 1960, quando, por uma conjugação de múltiplos fatores, o país experimentou o adensamento e a eclosão de vultosos e acirrados conflitos político-ideológicos que abalariam fortemente a tênue paz social sobre a qual, a princípio, estaria fundada o alardeado – mas, no fim das contas, não tão sólido assim – “consenso liberal”.

Nas duas décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial a tese central dos chamados “historiadores do consenso” angariou considerável prestígio. Tamanha era a celebração do consenso liberal que rapidamente os elementos mais críticos contidos na obra daqueles historiadores foram alegremente polidos e, finalmente, esquecidos. Poucos se recordam que Boorstin, embora certamente fosse um contumaz apologista liberal e dedicado anticomunista, repudiava o entusiasmo que muitos liberais nutriam pela ideia de “exportar a democracia” mundo afora, ou que Hartz possuía grandes reservas acerca do “irracionalismo lockeano” inerente ao “americanismo”, ou que Hofstadter era um duro crítico da “cupidez” da democracia estadunidense. Pouco se comenta também sobre os desacordos, alguns muito contundentes, que havia entre os mesmos.

Enquanto Hofstadter se lamentava da falta de uma alternativa ideológica ao liberalismo capaz de fomentar reformas consistentes e duradouras nos Estados Unidos, Hartz apostava no potencial regenerador do liberalismo lockeano para se tornar mais reflexivo de modo a superar as suas próprias contradições e transcender a incendiária mistura entre provincianismo e imperialismo que o marcava, ao passo que Boorstin, avesso a todo tipo de teorização do “gênio político” dos Estados Unidos, contrapunha às pretensões imperiais dos exportadores de democracia um isolacionismo de pronunciado teor chauvinista que não pouparia aqueles intelectuais minimamente críticos do liberalismo estadunidense. Sob a forte pressão do contexto político da época, marcado pela emergência da Guerra Fria, as forças centrífugas de suas análises acabaram facilmente sobrepujadas pelas forças centrípetas, como se as suas divergências, por maiores que fossem, servissem apenas para robustecer ainda mais as suas convergências. A despeito de suas diferentes percepções acerca do consenso liberal nos Estados Unidos, a descrição comum que fizeram dele foi poderosa o suficiente para municiar o “arsenal da democracia” à disposição da Guerra Fria. De certa forma, todos acabariam vítimas do próprio consenso que ajudaram a propagar.

1.1.1. Daniel J. Boorstin e o “gênio americano” contra a “filosofia da democracia”

De todos os escritores que compunham a trindade da “historiografia do consenso”, certamente Daniel J. Boorstin foi o mais enfático e resoluto. O “consenso liberal”, para ele, não era apenas uma descrição histórica correta sobre a natureza política dos Estados Unidos. Era também um juízo de como ela deveria ser, ou melhor, de como ela deveria permanecer sendo o que era desde a sua fundação. A tese central do livro *The Genius of American Politics* – uma coletânea, publicada em 1953, de palestras ministradas no ano anterior na Universidade de Chicago sob os auspícios da Fundação Charles R. Walgreen para o Estudo das Instituições Americanas – era de que “a democracia americana é única. Ela possui um ‘gênio’ inteiramente próprio”, e que tal “gênio” não seria derivado de qualquer projeto idealmente concebido ou pensamento político sistemático, mas antes do próprio caráter natural e histórico irreplicável dos Estados Unidos (Boorstin, 1953, p. 1).

A ausência de uma “filosofia política” nos Estados Unidos, em vez de ser percebida como falha, seria exaltada como algo providencial para a sua própria existência. “O maravilhoso sucesso e a vitalidade de nossas instituições é equivalente à incrível pobreza e à desarticulação de nossa teorização sobre política”. A crença em convicções políticas comuns seria tão arraigada que qualquer esforço de imaginação teórica redundaria supérfluo. “Nenhuma nação jamais acreditou tão firmemente que sua vida política esteve assentada em uma teoria perfeita. E, contudo, nenhuma nação jamais foi tão desinteressada em filosofia política e realizou tão pouco no sentido de uma teoria” (Boorstin, 1953, p. 8). Dessa condição, o historiador concluiu que “nada poderia ser mais antiamericano do que instigar outros países a imitar a América. Não devemos pedir para que adotem a nossa ‘filosofia’, porque não temos uma filosofia que possa ser exportada” (*ibid.*, p. 1). Os Estados Unidos não teriam uma “teoria” ou “filosofia” política porque teriam algo melhor, um “gênio” político, e algo assim, além de raríssimo, seria intransferível: bom para quem teve a sorte de o ter recebido quase como uma dádiva, azar para os demais.

A princípio, uma tese como esta soaria completamente inofensiva e inoperante para os desígnios da Guerra Fria que então começava a moldar (ou deformar) o liberalismo herdado do New Deal. Afinal, o propósito traçado pelos seus principais artífices

seria nada menos que o “triunfo da ideia de liberdade e da democracia” em todo mundo.⁵ Para que serviria enaltecer as virtudes ímpares da democracia americana, se tão preciosa mercadoria genuinamente *made in America* não se prestava à exportação? Se a ideia de uma “democracia imposta” parecia ao historiador um “deturpado cinismo”, de modo que era preciso “rejeitar se tornar um cruzado do liberalismo, a fim de se manter liberal”, contentando-se, assim, em “defender nossas instituições, sem insistir em propagá-las” (*ibid.*, p. 187, 189), como a sua obra poderia contribuir para a luta contra o comunismo?

Apesar dessas advertências, que seriam eventualmente lembradas como uma sóbria denúncia contra os planos imperialistas dos Estados Unidos, o argumento central de Boorstin estaria bem longe de ser uma inocente e desarmada celebração do “gênio americano”.⁶ Se, por um lado, havia a clara intensão de soar o sinal de alerta contra os perigos de uma política externa intervencionista que buscasse exportar para os quatro cantos do mundo o que mais tarde resolveu se chamar de “mudança de regime”, por outro, havia também uma forte preocupação em relação aos descaminhos que uma incauta importação

⁵ De acordo com o relatório NSC-68, documento ultrassecreto entregue a Harry Truman em 1950 que definiria os contornos ideológicos e estratégicos básicos da política de segurança nacional dos Estados Unidos por décadas, “Em um mundo decadente, que agora enfrenta a ameaça da guerra atômica, não é um objetivo adequado apenas conter os planos do Kremlin, uma vez que a ausência de ordem entre as nações está se tornando cada vez menos suportável. Este fato nos obriga, em nosso próprio interesse, a aceitar a responsabilidade da liderança mundial. Isto exige que nos empenhemos, e aceitemos os riscos inerentes a isso, a trazer ordem e justiça pelos meios consistentes com os princípios da liberdade e da democracia”. A “contenção” da União Soviética dependeria, assim, segundo os autores do relatório, da “demonstração prática da integridade e da vitalidade do nosso sistema”. “Tal desenvolvimento seria o triunfo da ideia de liberdade e democracia. Ele deve ser o objetivo imediato da política dos Estados Unidos” (Drew, 1996, p. 42, 43).

⁶ O cientista político Terrence Ball, por exemplo, evocaria as lições de Boorstin contra as pretensões de Ronald Reagan e de seu sucessor George H. W. Bush de construir uma “Nova Ordem Mundial”. Para ele, aquelas teses, mais do que simplesmente uma “ingênua celebração do excepcionalismo estadunidense”, seria um “alerta contra o aventureirismo americano”, um “libelo contra as aspirações dos entusiastas do tempo da Guerra Fria em exportar a democracia americana para países e culturas que não compartilham a nossa história (...). Se tornar o mundo seguro para democracia significa moldar o mundo à imagem da América, então o mundo não poderá e não será jamais ser seguro ou democrático. Isto era, no contexto inicial da Guerra Fria – e é, ainda agora, na era da Nova Ordem Mundial – uma afirmação surpreendente e até mesmo herética” (Ball, 1995, p. 61–62). De fato, qualquer clamor por uma política externa não intervencionista, ainda que baseado em uma “ingênua celebração do excepcionalismo estadunidense”, é bem-vinda. As remotas declarações de um velho conservador republicano como Robert A. Taft (1951, p. 13) contra a “teoria da guerra preventiva” como um “empreendimento perigoso em qualquer tempo” são sem dúvida alguma mais alentadoras do que a política de “intervenção humanitária” de Bill Clinton e a “guerra ao terror” de George W. Bush, sem nos esquecermos da “política de drones” de Barack Obama. Contudo, não havia nada de ingênuo na posição de Boorstin, que, neste caso, era próxima a de Taft, um ponderado pacifista para fora, e um feroz combatente para dentro. É preciso ter em mente que a Guerra Fria não teve apenas uma face externa, mas também travou algumas de suas batalhas mais importantes no cenário político interno dos Estados Unidos. A literatura que aponta para os desdobramentos internos da Guerra Fria é imensa e uma parte dela, que trata sobre sua influência na história intelectual dos Estados Unidos na segunda metade do século vinte, será abordada mais à frente. Um abrangente estudo, porém, sobre essa face interna da Guerra Fria e seus impactos na política, na religião, no consumo de massa, na cultura em geral, é encontrado em Whitfield (1991).

de ideias e instituições estrangeiras poderia causar à democracia estadunidense. Ambas as formas de transplante de filosofias seriam consideradas expressões de uma mesma inclinação “antiamericana”.

Desta forma, a excepcionalidade estadunidense, ancorada em certos “fatos geográficos” e em sua “peculiar história”, decretaria um embargo de mão dupla: tanto não seria conveniente aos Estados Unidos exportarem suas ideias e instituições, como tampouco lhes seria aconselhável importar ideias e instituições alhures. No primeiro caso, Boorstin alega que seria simplesmente inútil. Se houvesse algo como uma “filosofia política” dos Estados Unidos, esta seria fruto espontâneo da “experiência”, e não consequência intencional de um “dogma”, de modo que, no limite, caberia aos Estados Unidos mostrar ao mundo o seu “exemplo”, jamais lhes ditar uma “doutrina”.⁷

No segundo caso, qualquer tentativa de driblar o embargo para importar “filosofias” estrangeiras seria percebida não apenas como um gesto vão, porém, ainda mais grave, como uma transgressão, comparada, nos termos religiosos usados por Boorstin, à “idolatria”, típica das “tirantias de nossa época” (Boorstin, 1953, p. 2). Por sua natureza e história, que deixaram marcas indelévels inscritas em suas instituições políticas e em seu mais trivial modo de vida, os estadunidenses nutririam hostilidade e antipatia por qualquer “modelo de reconstrução da sociedade” (*ibid.*, p. 3). “Não é de surpreender que não tenhamos qualquer entusiasmo por planos de refazer a sociedade. De fato, construímos uma nova sociedade sem um plano. Ou, mais precisamente, por que *nós* deveríamos elaborar um plano quinquenal se Deus parece ter nos reservado um plano milenar já pronto?” (*ibid.*, p. 179, ênfase do autor).

Nossa história nos inclina, assim, a ver o fascismo e o nazismo e o comunismo não apenas como más filosofias, mas como violações da natureza essencial das instituições. Para nós, as instituições têm se revelado como uma continuidade natural de nosso meio não-institucional e de nosso passado histórico. *Deste ponto de vista, aqui, o papel condizente do cidadão e do homem de estado é de conservação e reforma, em vez de invenção. Ele é livre para se ocupar dos meios de aperfeiçoamento da sociedade; pois há relativamente poucas contravérsias quanto aos fins.* (*Ibid.*, grifo meu)

O argumento de Boorstin, que a princípio poderia ser hasteado como uma bandeira contra as pretensões imperialistas da Guerra Fria hipocritamente escamoteadas nos elevados lemas da democracia e da liberdade, logo deixaria transparecer o seu forte ranço

⁷ Afinal, exclamaria o historiador: “O grande filósofo político americano foi a Nação Americana”. “Se o que nos manteve unidos como nação não foi uma explícita teoria política comum, mas sim um fato da vida, como esperar unir outras nações com teorias?” (Boorstin, 1953, p. 164, 186).

chauvinista – percepção que ele, aliás, pouco faz questão de rechaçar, preferindo em vez disso denunciar aqueles intelectuais que, por se perceberem como “órgãos críticos de nossa comunidade”, se mostravam “muito sensíveis” a este tipo de insinuação (*ibid.*, p. 183).⁸ Ao engendrar a sua eloquente e ao mesmo tempo tão prosaica apologia do caráter excepcionalmente genial da política estadunidense, Boorstin tem em mira não só os intelectuais que buscavam forjar uma “filosofia da democracia americana” como arma contra o inimigo soviético – a estes advertia que tal “guerra de filosofias” significava aceitar os “termos do debate propostos pela Rússia e pela Europa”, o que só poderia resultar num “fiasco” (*ibid.*, pp. 184, 189, 4).

Presente em toda sua diatribe estava também a recusa em acolher qualquer exame crítico das instituições políticas dos Estados Unidos que não fosse mensurada a partir de sua própria régua. Como ele esclarece, não se trata de um simples equívoco intelectual – a adoção de “más filosofias” –, mas de uma sedição – “violações da natureza essencial das instituições”. Por isso, a reação mais contundente de Boorstin era endereçada aos intelectuais “mais dispostos a nos dizer o que nos falta do que nos ajudar a descobrir o que temos”. “Nossos historiadores e cientistas políticos”, prosseguiria ele, “fracassaram em nos ajudar a descobrir as virtudes peculiares de nossa situação”, “segundo as potencialidades de nosso peculiar e magnífico continente” (*ibid.*, p. 183). Possíveis correções de deficiências da democracia estadunidense a partir de lições forasteiras não seriam mera especulação inconsequente, mas uma ameaça direta a todo o edifício político do país. Não por acaso, os seus ataques mais duros são reservados àqueles intelectuais, “principalmente acadêmicos”, “especialmente suscetíveis aos conselhos bem-intencionados de nossos amigos doentes da Europa”. Estes seriam “facilmente persuadidos de que os cânceres da vida europeia (especialmente da vida política europeia) são saudáveis desenvolvimentos, e de que nós somos deformados por não os ter” (Boorstin, 1953, p. 182). “Na Europa os homens são mais intransigentes em relação à política porque se preocupam com uma questão mais básica: quais devem ser os fins da sociedade? (...) Nada disto é verdade nos Estados Unidos. Aqui o número de pessoas que não aceita os valores predominantes da nossa sociedade é negligenciável” (*ibid.*, p. 138).⁹ Os intelectuais que, “intrigadas com o fato de termos chegado tão longe sem termos uma filosofia

⁸ “Não seria por acaso que a própria palavra ‘patriotismo’ tornou-se suspeita entre os intelectuais? Não seria por acaso que sofremos de uma hipocondria cultural?” (Boorstin, 1953, p. 183)

⁹ “Em uma sociedade desintegrada a política se torna uma controvérsia sobre os fins. Nada disto é verdade nos Estados Unidos. Aqui o número de pessoas que não aceita os valores predominantes da nossa sociedade

sobre a qual se baseie nossas instituições”, e que, inadvertidamente, buscavam sanar este defeito inoculando nos Estados Unidos os “cânceres” do carcomido Velho Mundo, seriam, assim, tratados como “nossos mais perigosos amigos”, “porque irão nos falsear mundo afora e nos corromper em casa” (*ibid.*, p. 185).

A obra de Boorstin deve ser lida, assim, não apenas como a celebração indulgente da história política estadunidense, e nem somente como um alerta amigável àqueles liberais bem-intencionados que ansiavam espalhar a todos os rincões do planeta as benesses do gênio político dos Estados Unidos, e que, para tanto, se punham a afiar as suas armas filosóficas para caçar o mais feroz animal filosófico que a história mundial já havia conhecido, espécie de polvo vermelho com uma cabeça gigante e múltiplos tentáculos que ameaçavam tragar todo o mundo livre. A obra de Boorstin deve ser entendida também como uma dura invectiva contra aqueles intelectuais que, não satisfeitos em se ocupar apenas dos meios para “conservar e reformar” a sociedade, ousavam também questionar os seus fins, quando não a transformar.¹⁰

1.1.2. Louis Hartz e o “absolutismo liberal” em busca de uma “centelha de filosofia”

é negligenciável. A política é, assim, raramente, se é que foi alguma vez, sobre o reino dos fins. Uma boa vida no novo continente não seria o produto de qualquer visão articulada da sociedade, mas, em vez disso, como vimos, das condições – ou talvez da mágica – do próprio Novo Mundo. Não obstante quão primariamente ou desafortunadamente articulados, os fins da sociedade na América em geral são consensuais” (Boorstin, 1953, pp. 138-139).

¹⁰ Fiel a este propósito, quando chamado a prestar testemunho, em 1953, ao Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Boorstin mostrou-se um “excelente exemplo de testemunha cooperativa”, conforme as palavras do historiador Peter Novick (1988, p. 237). Além de ter denunciado integralmente as atividades de seus companheiros durante a sua brevíssima participação no Partido Comunista, entre os anos de 1938 e 1939, e de ter endossado sem hesitar a opinião dos inquisidores de que os comunistas deveriam ser impedidos de lecionar nas universidades estadunidenses, Boorstin aproveitou para se gabar de suas contribuições no combate contra o comunismo. Segundo ele, além de participar ativamente de atividades religiosas – a religião, nas suas palavras, seria um “bastião contra o comunismo” –, ele também exerceria sua oposição como intelectual acadêmico, tentando “descobrir e explicar para os estudantes, nas minhas aulas e nos meus escritos, as virtudes únicas da democracia americana. Eu fiz isso em parte no meu livro sobre Jefferson, que, aliás, foi duramente atacado pelo *Daily Worker* como algo em defesa das classes dirigentes da América, e num livro a ser publicado em breve, chamado *The Genius of American Politics*” (Boorstin apud Novick, 1988, p. 238). A exaltação do “gênio político” estadunidense em Boorstin, se não se ajustava adequadamente à Guerra Fria no plano externo, ao menos servia perfeitamente bem aos seus propósitos no plano interno.

Nem toda produção intelectual dos anos 1950 associada à “escola do consenso” foi tão exacerbadamente entusiasta das virtudes políticas dos Estados Unidos. Outros autores se mostraram mais reservados, ambíguos, e, em alguns casos raros, até mesmo bastante críticos acerca deste penetrante consenso que, no entanto, todos, invariavelmente, assumiam existir. Louis Hartz, em outra obra emblemática desta tendência, *The Liberal Tradition in America*, publicada em 1955, empregou um tom mais sóbrio e divergiu de várias posições de Boorstin, algumas importantes, mas aceitou fundamentalmente a sua descrição do “gênio americano”.

Diferentemente dele, porém, Hartz não teve receio em lhe conferir um pedigree filosófico, classificando-o claramente no interior de uma linhagem “Lockeana”. Apesar da ascendência europeia, a tradição liberal estadunidense não seria um mero decalque, contudo. Enquanto para aqueles, os princípios liberais ainda discrepariam da realidade do Velho Mundo, ainda assolado no século vinte por relíquias feudais, para estes, os princípios liberais estariam sedimentados de tal forma em suas vidas no Novo Mundo, que não seria incomum recorrerem à “linguagem absoluta da autoevidência”. Noutras palavras, para os europeus, o liberalismo ainda seria uma tradição intelectual crítica em desconcerto com a vida, ao passo que, para os estadunidenses, ele seria a expressão cultural mais acabada do senso comum. Aquilo que na Europa precisaria ser intencionalmente articulado, nos Estados Unidos, dispensaria reflexão sistemática. O “colossal absolutismo liberal” identificado por Hartz nos Estados Unidos resultaria precisamente da confluência entre “valores” e “fatos”.

O absolutismo americano, fluindo de uma honesta experiência com a universalidade, carecia até mesmo daquela paixão que a dúvida pode suscitar. Era tão seguro de si mesmo que dificilmente precisou se tornar articulado, tão seguro, que pôde, com efeito, sustentar um pragmatismo que, na superfície, parecia lhe trair. O pragmatismo americano sempre foi enganoso, porque, embora parecesse glacial, repousava sobre milhas de convicção submersa, e o etos conformista que tal convicção gerava sempre foi atormentador, porque rejeitava conceder a seus críticos até mesmo o aceno de um argumento. (...) os americanos lidam com casos concretos porque jamais duvidaram dos princípios gerais. (Hartz, 1955, pp. 58-59)

Ao contrário de Boorstin, porém, Hartz não concebia a tradição liberal nos Estados Unidos como algo livre de contradições. O “liberalismo Lockeano” incorporaria em si mesmo uma inextinguível tensão entre, de um lado, a explícita defesa do indivíduo e, de outro, a implícita defesa do estado. Esta tensão, tornada ainda mais aguda a partir da nova condição de potência mundial, teria desencadeado um impasse na política externa

estadunidense. O “absolutismo moral” dos Estados Unidos, que ora os levaria a se “afastar das coisas ‘alienígenas’”, ora os impeliria a “transformá-las” conforme a sua própria imagem, os colocaria diante de um novo e inescapável dilema: entre ter de escolher uma postura “isolacionista”, de “fuga do velho mundo decadente que somente pode infectá-la com suas moléstias” ou a atitude de “cruzado” de “tipo wilsoniano”, “projetando-se de cabeça sobre as antigas e incógnitas sociedades da Europa e da Ásia”.

Como sugere Hartz, tal dilema só poderia ser satisfatoriamente resolvido, contrariamente ao conselho de Boorstin, a partir de algum esforço teórico. Não poderia haver outra “resposta favorável”, segundo ele, senão “o envolvimento com o mundo”, “pois se este envolvimento intensifica a cegueira nacionalista em alguns, ele serve para educar outros”, “o que significa dizer que a América deve buscar contato com outras nações a fim de gerar aquela centelha de filosofia, aquele grão de relativo discernimento que a sua própria história lhe negou” (Hartz, 1955, pp. 285-287, *passim*).

Se o isolacionismo chauvinista de Boorstin é resoluto, o cosmopolitismo ilustrado de Hartz não deixaria de ser ambíguo, pois embora nenhum daqueles dois caminhos fosse desejável, ainda assim eles seriam percebidos como expressão de uma contradição inerente ao “consenso lockeano”. Transcender o “irracional lockeanismo” dependeria de um “novo nível de consciência”, que, por sua vez, só poderia ser alcançado a partir do contato com o mundo. O sucesso desta empreitada, que implicaria em abandonar “toda uma orientação pragmática” e “toda uma aversão ao pensamento social sistemático”, seria uma questão deixada em aberto por Hartz. Tratava-se, em sua visão, de uma potencialidade não necessariamente realizável. “Em todo caso, dado o caráter totalitário da Rússia socialista”, concluía Hartz, “a esperança do mundo livre certamente depende do poder de transcender a si mesmo inerente ao liberalismo americano” (*ibid.*, pp. 307-309, *passim*).

1.1.3. Richard Hofstadter e o liberalismo como conservadorismo

Na mesma vertente dessa literatura do “consenso”, a obra do renomado historiador Richard Hofstadter, *The American Political Tradition*, publicada em 1948, se destacaria por ser bem menos afável do que a recitação laudatória de Boorstin e bem menos reticente do que a ambivalente apreciação de Hartz, e, por isso mesmo, se prestando menos aos desígnios da emergente Guerra Fria que rapidamente remodelava – e asfixiava –

o liberalismo herdado do período reformador do New Deal. Nela, o autor observa, a partir de uma série de ensaios histórico-biográficos sobre alguns dos principais líderes políticos dos Estados Unidos, desde os “pais fundadores” até Franklin D. Roosevelt, que, apesar dos inúmeros conflitos que pontilhavam a história do país e dos clamores que vez ou outra surgiam em torno de “uma nova concepção de mundo para substituir a ideologia da autoajuda, livre iniciativa, concorrência e da cupidez benevolente que tem alimentado os americanos desde a fundação da República, nenhuma concepção nova, com força comparável, se enraizou”. Até mesmo o New Deal, embora tenha “assinalado muitos desvios no curso americano”, por não ter sido suficientemente “sistemático e consistente”, “não provocou qualquer ruptura claramente articulada com a crença herdada” (Hofstadter, 1973, p. xxxvi).

Para Hofstadter, a história dos Estados Unidos, antes de ser uma história de grandes conflitos, como sugeriam os chamados historiadores progressistas da geração anterior, como Frederick J. Turner e Charles A. Beard, deveria ser narrada com o foco no tenaz “clima de opinião comum” que sempre ditara, ao fim e ao cabo, os compromissos políticos fundamentais entre os mais contrastantes grupos e movimentos políticos do país, que, salvo esparsas, marginais e momentâneas exceções, se irmanariam na “crença compartilhada no direito de propriedade, na filosofia do individualismo econômico e no valor da livre competição” (*ibid.*, p. xxviii). Os historiadores progressistas teriam se equivocado em não notar que, sob a rebulhada superfície da história política do país, restava, em seu âmago, a aceitação enraizada das “virtudes da cultura capitalista como qualidades necessárias ao homem”.

O reconhecimento deste longo consenso liberal em Hofstadter era o que mais se distanciava da complacência patrioteira de Boorstin.¹¹ Até mesmo quando ressaltou que entre os estadunidenses haveria uma “forte inclinação em favor da democracia igualitária”, ele logo faria um adendo, afirmando ser esta muito mais “uma democracia da cobiça do que uma democracia da fraternidade” (*ibid.*, p. xxxvii). A clara incongruência

¹¹ Hofstadter divergia de Boorstin não apenas em relação ao caráter estridentemente apologético da obra deste em relação à democracia estadunidense, sempre retratada como uma ilibada vestal, mas também não compartilhava de seu notório anti-intelectualismo, como fica evidente em outro estudo seu sobre este tema, *Anti-intellectualism in American Life* (Hofstadter, 1962). Quando Boorstin admitiu certa vez que a Guerra Civil nos Estados Unidos causava certo embaraço a sua interpretação histórica, Hofstadter chegou a imaginar uma situação caricata que sintetiza bem seu desacordo: “Um rebelde e um ianque se encontram em 1865 para avaliar a devastação física e moral da guerra. ‘Bem’, diz um para o outro em tom de consolação, ‘ao menos nós escapamos da loucura derradeira de produzir teóricos políticos’” (Hofstadter, 1968, p. 462).

entre esta obra de Hofstadter e as outras duas que comporiam a trindade da historiografia do consenso não escapou ao comentário do historiador. Em um novo prefácio ao livro, escrito duas décadas depois, ele admitiu ter sido “bastante incômodo” “ser associado a historiadores com os quais tinha significativas diferenças” (*ibid.*, p. xxviii). Como ponderou, entretanto, o seu escrito, embora reverenciado no mesmo altar, pertencia, de fato, a outra igreja.

De acordo com Hofstadter, *The Political Tradition in America* deveria ser lido, em grande medida, como o “livro de homem jovem”, um “produto do criticismo dos anos 1930”, “sob um ponto de vista bem à esquerda”, resultado de seus anos de formação, em uma “era de intensa disputa ideológica e incomum (para os americanos) consciência doutrinária”. Escrito entre 1943 e 1947, em uma época de saturação e refluxo do impulso reformador do New Deal, quando ficara claro, sobretudo com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, que a promessa de ruptura com as crenças e com a ordem dominantes tinha se esgotado, o livro de Hofstadter trazia as marcas do cansaço e da desilusão de uma geração de reformadores que lamentava o New Deal não ter nascido de uma “filosofia”, mas sim de um “temperamento”, isto é, não de um arranjo sistemático de ideias voltado para a transformação das estruturas sociais, mas do senso pragmático de um líder político que, “embora não tivesse profundidade, possuía grande generosidade” (*ibid.*, pp. 411, 413).¹²

Daí, naquele momento, a preocupação central de Hofstadter ter sido a “ausência de um profundo, duradouro e consistente conflito de classes” nos Estados Unidos (*ibid.*, p. xxviii).¹³ O liberalismo seria uma força de coesão e continuidade, em suma, uma força

¹² Ao final do capítulo sobre Franklin D. Roosevelt, Hofstadter reconhece, por exemplo, que “Roosevelt está destinado a se tornar a figura dominante na mitologia de qualquer liberalismo americano ressurgente. Há muito nos seus escritos para homens de boa vontade se alimentarem; mas seria fatal se contentar com sua crença na benevolência pessoal, arranjos pessoais, na suficiência das boas intenções e nas improvisações de mês a mês, sem buscar alcançar uma concepção mais inclusiva e sistemática do que está acontecendo no mundo” (Hofstadter, 1973, p. 458-459).

¹³ Uma ausência que, com o tempo, ele deixaria de apreender de forma tão crítica, o que explicaria o fato de ter sido um dos alvos recorrentes dos chamados “historiadores radicais” a partir dos anos 1960 (Cf. Linden, 1996). Ao longo dos anos 1950, Hofstadter paulatinamente migrou para o centro liberal da política estadunidense, chegando mesmo a demonstrar certo interesse intelectual pelo conservadorismo nos Estados Unidos antes da Era Progressista, entre os anos de 1890 e 1920, como evidenciou no livro *The Age of Reform* (1955), embora fosse um crítico ferrenho do “pseudo-conservadorismo” da “Nova Direita” nos Estados Unidos, como expressou em livros como *The Paranoid Style in American Politics* (1952) e *Anti-intellectualism in American Life* (1962). A própria distinção que ele fez entre “conservadorismo” e “pseudo-conservadorismo” já explicita o quanto ele valorizaria certos aspectos do primeiro, em detrimento do último. Nos últimos anos de vida – ele faleceu em 1970 –, impactado, sobretudo, pela ascensão da esquerda radical no final dos anos 1960 – a Universidade de Columbia, onde lecionava havia muitos anos, foi ocu-

conservadora, na história dos Estados Unidos a servir de poderoso dique ideológico contra a irrupção de conflitos políticos que poderiam desencadear processos alternativos de reforma potencialmente capazes de transformar uma “democracia na cobiça” em uma “democracia na fraternidade”.

1.2 O “fim da ideologia” nas ciências sociais

1.2.1. Arthur Schlesinger Jr. e o “centro vital” contra o “totalitarismo”

Escrevendo à mesma época, porém mais preocupado como o imediato contexto de emergente Guerra Fria, o também historiador Arthur Schlesinger Jr., que se tornaria um dos intelectuais liberais mais influentes da segunda metade do século vinte nos Estados Unidos, não recebeu com preocupação esse arrefecimento dos conflitos de classe. Ao contrário, em seu livro *The Vital Center*, publicado em 1949, ele celebrou a capacidade do New Deal de manter-se nos limites da tradição liberal estadunidense, preservando a baixa intensidade dos conflitos de classe ao mesmo tempo em que combatia a desigualdade. “A luta por parte dos ‘mais humildes membros da sociedade’ contra a dominação dos homens de negócio sempre foi um tema consistente do liberalismo americano. Longe de ter importado ideias europeias subversivas quando renovou este tema, Franklin Roosevelt apenas retomava uma doutrina política de passado venerável” (Schlesinger Jr., 1988, p. 172).

Contrariamente aos marxistas, que procurariam precipitar a luta de classes até a sua resolução revolucionária em uma ditadura do proletariado, os liberais lutariam para manter os conflitos de classes dentro dos limites de uma “sociedade livre”.

O conflito econômico é essencial se a liberdade deve ser preservada, porque é a única barreira contra a dominação de classe; contudo, o conflito econômico, perseguido até o excesso, pode acabar destruindo a fábrica essencial que sustenta a sociedade livre (...). Não posso conceber uma sociedade livre que tenha

pada por uma rebelião estudantil – Hofstadter começou a demonstrar uma sensibilidade próxima a de muitos de seus colegas do círculo intelectual de Nova Iorque posteriormente conhecidos como “neoconservadores”, como Daniel Bell, Seymour Martin Lipset, Irving Kristol e Nathan Glazer (Cf. Brown, 2007).

eliminado o conflito. (...) Todavia, este conflito deve ser mantido dentro de limites a fim de que a liberdade sobreviva. (*ibid.*, p. 173)

O “centro vital” da política nos Estados Unidos dependeria necessariamente de uma “domesticação dos conflitos de classe”, conforme o elogiado exemplo da Grã-Bretanha, que procurava então estabelecer uma cooperação responsável entre a “esquerda não-comunista” e a “direita não-fascista” a fim de promover o “desenvolvimento da sociedade livre”. O New Deal, ao enfrentar a Grande Depressão dos anos 1930 a partir da imposição de restrições às grandes corporações empresariais, antes de ter se colocado a favor de uma das classes contra a outra, buscou somente “evitar que as próprias classes se petrificassem em castas”, atuando, assim, da melhor maneira para “impedir que os conflitos de classe cindissem a sociedade” (*ibid.*, p. 174). Agindo desta forma, Roosevelt não apenas teria aliviado a miséria e o flagelo de milhões de trabalhadores, mas também preservado a liberdade democrática, ao encontrar “os meios apropriados para acelerar a circulação das elites” (*ibid.*, p. 175).

No entanto, por mais que as reformas introduzidas durante os anos 1930 tivessem criado as condições sociais necessárias para a sobrevivência dos Estados Unidos como uma sociedade democrática, segundo Schlesinger Jr., “o estado de bem-estar não é suficiente”. Não seria mais cabível “descrever a sociedade livre apenas conforme os meios: devemos pôr também os fins na linha de frente de nossa filosofia da democracia”. Antes do advento dos regimes totalitários, o liberalismo teria sido demasiadamente otimista em relação a seus fins, tendo dado atenção apenas aos meios. A democracia “assumiu, muito confidentemente, que os alarmantes problemas de dúvida e de ansiedade [inerentes às “sociedades industrialistas”] seriam banidos pelo avanço da ciência e curados pela elevação dos padrões de vida” (*ibid.*, pp. 246-250, *passim*).

O otimismo preponderante ocorrera porque “o liberalismo há muito se identificava inextricavelmente com a imagem do homem como um ser perfectível, dotado de sabedoria e altruísmo suficientes para suportar o poder e usá-lo infalivelmente para o bem geral” (Schlesinger Jr., 1988, p. xviii). A ascensão do totalitarismo, “mais do que uma crise interna da democracia”, seria encarada como “uma crise interna do homem democrático”. Daí a insuficiência das reformas institucionais avançadas pelo New Deal, isto é, não somente como uma crise histórica das instituições políticas, mas, sobretudo, uma crise ontológica do próprio homem político. Não porque elas deveriam ter se aprofundado, como denunciara Hofstadter, mas porque, por mais fundamentais que fossem as

reformas sociais introduzidas por Roosevelt para criar as condições de sobrevivência da democracia, tais condições sociais jamais seriam o bastante. Apesar de ser uma “parte indispensável das tarefas democráticas”, para Schlesinger Jr., “a reforma das instituições não pode jamais substituir a reforma do homem” (*ibid.*, p. 250). E esta reforma fundamental somente se daria por meio da defesa aferrada do “valor do indivíduo” como “força essencial da democracia contra o totalitarismo” (*ibid.*, p. 248).

Desta forma, se a improvisação do New Deal havia sido crucial para a construção das condições sociais indispensáveis à estabilização democrática na primeira metade do século vinte, dali em diante, seria preciso arquitetar uma “filosofia da democracia” capaz de se contrapor conscientemente aos apelos totalitários. Nisso consistiria a “tarefa fundamental de reexame e autocrítica por que passara o liberalismo” responsável por criar uma “nova e distinta geração política”, que Schlesinger Jr. nomearia de “novos radicais” – futuramente identificados por seus críticos como os “liberais da Guerra Fria” (*ibid.*, p. xvii).

Os “novos radicais”, ao contrário dos velhos radicais da época do New Deal, ou os chamados *new dealers*, não sendo mais esquerdistas ingênuos, inteiramente conscientes que estavam então das imperfeições do homem e de seu potencial para fazer o mal quando no poder, se dedicariam a lutar não em favor da esquerda contra a direita, mas em favor de um “centro vital” contra os extremismos da esquerda e da direita. Assim, a “filosofia da democracia” dos “novos radicais”, baseada em um entendimento realista do “valor do indivíduo”, serviria como um freio aos impulsos irracionais e às pretensões irresponsáveis de reforma social dos velhos radicais. Schlesinger Jr. revela, portanto, e corretamente, um aspecto distinto do chamado “consenso liberal”. Este não seria mera continuidade do liberalismo anterior. Em grande medida, o “centro vital” representaria um freio ao avanço do liberalismo herdeiro do New Deal, uma rejeição deliberada de determinados aspectos do liberalismo anterior à Segunda Guerra, de combate à Grande Depressão, agora percebido como ingênuo, irracional e potencialmente perigoso, e não o seu simples desdobramento.

Segundo Schlesinger Jr. (*ibid.*, p. 166), “as próprias necessidades da política externa – a crescente necessidade de conter o comunismo ao desenvolver alguma alternativa construtiva – incitou a clarificação das ideias liberais em 1947 e 1948”. Um dos exemplos que ele ofereceu a respeito dessa clarificação das ideias liberais teria sido o expurgo dos

comunistas do *Congress of Industrial Organizations* (CIO), um dos bastiões operários na defesa radical do New Deal – o que, eventualmente, ocasionaria a sua fusão em 1955 com a moderada *American Federation of Labor* (AFL). Schlesinger Jr. tributou a “clarificação de ideias liberais” na CIO à vitória do anticomunista Walter Reuther para a presidência da *United Auto Workers*, em 1946, mas curiosamente omitiu o *Labor Management Relations Act*, de 1947, conhecido como *Taft-Hartley Act* (por ter sido apresentada pelo senador Robert Taft e pelo deputado Fred Hatley Jr., ambos da ala conservadora do Partido Republicano). Apelidada então pelos trabalhadores de *Slave-Labor Bill*, essa lei praticamente desfez o *National Labor Relations Act* que Franklin D. Roosevelt havia conseguido aprovar em 1935, no auge das reformas do New Deal. Dentre as inúmeras restrições aos sindicatos impostas por essa lei, como a limitação do direito de greve, havia a obrigação de as lideranças sindicais assinarem um termo de lealdade afirmando não ter vínculos com o Partido Comunista. A CIO abrigava então várias lideranças comunistas que se recusaram a assinar este juramento, acreditando estarem protegidas pelo direito de livre discurso previsto na Primeira Emenda da Constituição. Foi esta recusa, afinal, que deu ensejo ao seu expurgo das fileiras da CIO.

Outro exemplo, correlacionado, teria sido a fundação do *Americans for Democratic Action* (ADA), “uma nova organização liberal, excluindo comunistas e dedicada aos princípios democráticos”, na qual Schlesinger Jr. teve participação ativa. “A formação da ADA marcou talvez, mais do que qualquer outra coisa, um divisor d’águas a partir do qual o liberalismo americano começou a se basear mais uma vez em uma sólida concepção do homem e da história” (1988, p. 166). Formado por intelectuais, políticos, líderes sindicalistas e até mesmo teólogos liberais anticomunistas, como Reinhold Niebuhr – uma das inspirações filosóficas de Schlesinger Jr. –, a ADA se constituiu logo após o fim da Segunda Guerra com o objetivo de promover políticos democratas comprometidos com a preservação do legado do New Deal e também partidários da política externa intervencionista então delineada pelo governo de Harry Truman. Neste sentido, a ADA constituía uma oposição aos democratas mais radicais que pretendiam aprofundar as reformas do New Deal e eram adeptos de uma política externa pacifista e, em alguns casos, até mesmo cooperativa em relação a União Soviética.

Com efeito, a ADA fez uma dura campanha contra Henry Wallace, antigo braço direito de Franklin Roosevelt na Secretaria de Agricultura e seu vice-presidente entre 1941 e 1945, um reformista radical, defensor dos direitos ao sufrágio dos negros e da

abolição imediata da segregação no Sul, além advogado de um sistema de saúde pública universal e opositor declarado do acordo bipartidário em relação à emergente Guerra Fria, que resolvera concorrer à presidência em 1948 pelo Partido Progressista, contando, para isso, com o apoio de inúmeros sindicatos ligados a CIO.¹⁴

Se, em termos de política externa, o manifesto de Guerra Fria de Schlesinger Jr. não apresentava ambiguidades, sendo de um maniqueísmo tosco e desavergonhado – tratava-se pura e simplesmente da defesa das “sociedades livres” contra o “totalitarismo”, quer dizer, das democracias capitalistas ocidentais sob liderança dos Estados Unidos contra as ditaduras comunistas orientais sob liderança da União Soviética¹⁵ –, em termos de política doméstica, este panfleto era mais ambivalente.¹⁶ A “política da liberdade” reivindicada na proposta de um “centro vital” seria uma maneira de preservar o legado de reformas do New Deal contra as investidas da direita de retornar ao *status quo ante* dominado pela ideologia do *laissez-faire* e, ao mesmo tempo, de conter o seu avanço contra as aspirações utópicas da esquerda para pôr um fim à livre empresa em uma economia planificada. Na curiosa retórica de Schlesinger Jr. (1988, p. 255): “O objetivo do novo radicalismo é restaurar o centro (...) em oposição aos extremos da tirania”.

O “centro vital” exortado por Schlesinger Jr. no final dos anos 1940, caracterizado, por um lado, pela afirmação, na política doméstica, do caráter positivo da atuação do Estado na promoção do bem-estar social e da prosperidade econômica, segundo os contornos básicos estabelecidos pelo New Deal, e, por outro, pela aceitação, na política

¹⁴ Evocando os ensinamentos de Walt Whitman, Schlesinger Jr. diria que “a esperança para as sociedades livres reside em última instância no tipo de homens que ela cria”, e que “a expansão dos poderes do governo não oferece solução para isso”. “Não há semana, dia ou hora em que a tirania”, escreveria Whitman, citado por Schlesinger Jr., “não pode entrar nesse país, se as pessoas perderem a suprema confiança em si mesmas”. “A expansão dos poderes do governo pode ser uma parte essencial do ataque da sociedade aos males da carência e da injustiça”. “Todavia, a expansão dos poderes do governo, a dependência nas lideranças, como Whitman percebeu, também se tornou um meio de se esquivar as responsabilidades individuais” (Schlesinger Jr., 1988, p. 251, 252). Desta forma, Schlesinger Jr. se opõe aos planos de um serviço público universal de saúde – programa defendido por Henry Wallace – nos seguintes termos: “Em resumo, o fracasso das iniciativas individuais convida à expansão do poder estatal. No longo prazo, o desaparecimento de associações voluntárias pavimenta o caminho para a pulverização das estruturas sociais essencial para o totalitarismo” (ibid., p. 253). Fica claro como o discurso anticomunista ou antitotalitário se prestava, mesmo em um liberal defensor infatigável do New Deal, a constrengar os horizontes de reforma social. Nisso consistia a “política da liberdade” do “centro vital”.

¹⁵ O teor “orientalista” na abordagem de Schlesinger Jr. ficaria evidente na introdução à segunda edição de seu livro, quando descreve o totalitarismo como “abomináveis barbaridades”, “despotismos brutais e caóticos” equiparáveis a “tribunais tártaros equipados com tecnologia moderna” (Schlesinger Jr., 1988, p. x).

¹⁶ O próprio autor reconhece, nos agradecimentos finais, que partes extensas de seu livro foram tomadas emprestadas de panfletos que ele redigira para a ADA.

externa, da liderança dos Estados Unidos como o guardião mundial da democracia contra a ameaça comunista, de acordo com as novas diretrizes ideológicas da Guerra Fria, seria considerado, no final dos anos 1950, não mais como um projeto a ser realizado, mas como a expressão acabada da realidade.

Se Schlesinger Jr. escrevia em uma época em que o destino do liberalismo nos Estados Unidos ainda parecia estar em disputa, o que poderia parecer uma demonstração de vulnerabilidade diante de um inimigo totalitário que se mostrava coeso e implacável, na década seguinte, o “centro vital” da ordem liberal parecia firmemente estabelecido. À medida que a Grande Depressão recedia na memória e os Estados Unidos se consolidavam após a Segunda Guerra Mundial como a maior potência econômica e militar do planeta, a “era de ansiedade” que afligira Schlesinger Jr. gradualmente cedeu lugar à imagem da “sociedade afluyente” festejada – não sem críticas – por John Kenneth Galbraith (1972).¹⁷

1.2.2. Edward Shils e uma interrogação ao “fim da ideologia”

No final dos anos 1950, o propalado “consenso liberal” nos Estados Unidos havia se transfigurado no próprio “fim da ideologia” em todo o Ocidente. A expressão surgiu num artigo do sociólogo Edward Shils para a revista *Encounter*, em 1955, no qual ele relatava os debates ocorridos ao longo de toda uma semana em uma conferência em Milão convocada pelo *Congress for Cultural Freedom*, com a presença de mais de cento e cinquenta intelectuais de inúmeros países do chamado “mundo livre” das democracias capitalistas, de socialistas a conservadores. Entre os presentes, alguns dos luminares do liberalismo estadunidense, como Seymour Martin Lipset, Daniel Bell, Irving Kristol, George Kennan, John Kenneth Galbraith e Arthur Schlesinger Jr. De acordo com Shils (1955, p.

¹⁷ Galbraith (1972) era crítico da variedade de keynesianismo adaptado pela economia neoclássica que vingou nos Estados Unidos do pós-guerra. Embora louvasse a “afluência” da sociedade estadunidense, que, segundo ele, havia eliminado quase todos os grandes problemas que afetaram a maior parte das sociedades na história, principalmente a pobreza generalizada, ele identificava alguns problemas, como as “ilhas de pobreza” ainda existentes nas áreas rurais e nas favelas dos grandes centros urbanos, que deveriam ser combatidos não apenas por uma política econômica de estímulo à demanda e ao pleno emprego, isto é, por soluções apenas de mercado, mas também pelo investimento maciço em serviços públicos como promotor de cidadania.

54), “a conferência tinha em parte a atmosfera de um baile pós-vitória. Existia um sentimento muito difuso de que não havia mais qualquer necessidade de nos justificarmos *vis-à-vis* a crítica comunista de nossa sociedade” (uma percepção, observa-se, bastante contrastante com a de Schlesinger Jr no final dos anos 1940). Intelectuais de diferentes origens e formação, um a um, debate após debate, ressaltavam, conforme o vivaz relato de Shils, o equívoco das velhas distinções entre esquerda e direita, socialismo e *laissez-faire*, para, em vez disso, enfatizarem a busca de consenso a partir do tratamento de problemas concretos, sem colocar em questão princípios gerais, mas apenas analisando cada situação segundo os seus próprios méritos.

Os trabalhos, a despeito da diversidade de seus pontos de vistas e dos temas abordados, circulavam em torno de um mesmo tema. Quase todos os trabalhos eram de um modo ou de outro uma crítica ao doutrinário, ao fanatismo, à possessão ideológica. Quase todo trabalho expressava ao menos a ideia do autor sobre a humanidade cultivando e aperfeiçoando o seu próprio jardim, seguros contra as visões e fantasias obsessivas, e livres do assédio de ideólogos e zelotas. Era a intenção dos organizadores da conferência orientar o pensamento um pouco mais em torno do ponto de virada a que havíamos chegado nos últimos anos. Este ponto de virada pode ser descrito como o fim do entusiasmo ideológico. (*Ibid.*, p. 53)

Seymour Martin Lipset, quando da publicação de seu best-seller, *The Political Man*, em 1959, reforçou a impressão de Shils. “As únicas ocasiões em que o debate se acalorou foram quando alguém se comportou como um ‘comissário comunista’ ao dizer alguma coisa que pudesse ser definida como senso muito favorável a Rússia”. A única voz a se levantar contra a convergência de ideias foi a do “economista arqueconservador” Friedrich Hayek.

O professor Hayek, num discurso de encerramento, atacou os delegados por estarem preparando o enterro da liberdade em vez de a salvar. Somente ele estava perturbado pela disposição geral. O que o incomodava era o acordo generalizado entre os delegados, independentemente da crença política, de que as questões tradicionais que separavam a esquerda da direita haviam declinado a uma relativa insignificância. Com efeito, todos concordavam que o aumento do controle estatal ocorrido em vários países não resultaria na redução da liberdade democrática. Os socialistas não mais defendiam o socialismo; eles estavam tão preocupados como os conservadores com os perigos de um estado todo-poderoso. As questões ideológicas que dividiam esquerda e direita haviam se rebaixado a um pouco mais ou um pouco menos de propriedade estatal e planejamento econômico. Ninguém parecia acreditar que realmente fazia diferença qual partido político controlava as políticas públicas de cada nação. Hayek, acreditando honestamente que a intervenção do Estado era má e inerentemente totalitária, encontrava-se na pequena minoria daqueles que ainda levavam a sério as divisões no interior do campo democrático. (Lipset, 1960, pp. 404-405)

Shils também observou, ao fim de seu artigo, que nem todos os debates foram tão amistosos e harmônicos assim. Segundo ele, “havia espaço para desacordos” quando

o tema discutido era a situação dos países pobres da África, da Ásia, da América do Sul e do Oriente Médio que lutavam por independência política e, acima de tudo, por seu desenvolvimento econômico. Os representantes intelectuais desses países, “alguns falando com a sensibilidade de estadista, outros com sardônico desafio, alguns em uma sóbria linguagem acadêmica, outros com franca convicção”, “eles pediram auxílio dos países mais avançados, assinalaram quão precária era a situação da liberdade entre eles, e expressaram a sua crença de que, sem uma elevada taxa de progresso econômico, a liberdade iria colapsar” (Shils, 1955, p. 55).

Diversos representantes dos “países mais avançados” se pronunciaram em seguida. Em “raivosa eloquência” e “vigoroso criticismo”, rechaçaram “a obrigação dos países mais ricos de proverem ajuda econômica aos países mais pobres”, e atacaram os intelectuais destes últimos países por suas “excessivas demandas que criavam esperanças que não podiam se concretizar” (*idem*). Shils, confrontado com o fosso que separava países ricos e pobres, concluiu seu relato em tom de preocupação e alerta: “É muito cedo para afirmar ainda como ajudar no desenvolvimento de uma promissora liberdade nos países asiáticos, africanos e sul-americanos. Algumas poucas coisas, contudo, são bem claras: tendo recentemente nos libertado do radicalismo ideológico, não podemos ser afrontados ao ver surgir entre os nossos amigos asiáticos e africanos que o aprenderam em nossas próprias universidades no Ocidente” (*ibid.*, pp. 57-8). Certamente, esse inesperado contratempo explica o ponto de interrogação que Shils acrescentou ao título de seu artigo: *The end of ideology?*

1.2.3. Daniel Bell e a afirmação do “fim das ideologias”

Poucos anos depois, em 1960, Daniel Bell parecia não ter dúvidas quando eliminou a interrogação do título de sua coletânea de ensaios e acrescentou um subtítulo com a função de ponto final, *The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the Fifties*. Mesmo quando tratou diretamente da controvérsia em relação aos países pobres, Bell buscou rebaixar a questão da ideologia. Ainda que admitisse o “fato extraordinário” de que tais estados pareciam estar “modelando novas ideologias”, para ele, tratavam-se de ideologias totalmente distintas daquelas que ele considerava “exauridas”. De fato, ele

confere a essas novas ideologias, seguindo a sua própria definição, um caráter a-ideológico.¹⁸ “As ideologias do século dezenove eram universais, humanísticas, e foram elaboradas por intelectuais. As ideologias de massa da África e Ásia são paroquiais, instrumentais e foram criadas por líderes políticos” – as “antigas ideologias” apontariam para um horizonte de “igualdade social” e “liberdade”, ao passo que as “novas ideologias” buscariam a realização de objetivos mais pragmáticos, como o “desenvolvimento econômico” e o “poder nacional”.

Assim, as novas ideologias dos países pobres, longe de representar, como temia Shils, a reencarnação das velhas ideologias incubadas nas universidades dos países ricos, serviria, para Bell, apenas de comprovação da tendência geral de “exaustão” das ideologias políticas. As novas ideologias – se pudessem ainda ser chamadas assim – não possuiriam nem a profundidade, nem o alcance das antigas. E talvez por isso ainda contassem com adeptos, ao contrário destas últimas.

Poucos espíritos sérios ainda acreditam que é possível preparar ‘planos’ e, por meio da ‘engenharia social’, construir uma nova utopia de harmonia social. Ao mesmo tempo, as antigas contracrenças perderam sua força intelectual. Poucos liberais ‘clássicos’ insistem hoje em que o Estado se mantenha à margem da economia, e poucos conservadores sérios – pelo menos na Inglaterra e no continente da Europa – veem no *Welfare State* um ‘caminho para a servidão’. Há hoje, portanto, no mundo ocidental, um certo consenso entre os intelectuais a respeito dos problemas políticos: a aceitação do Estado assistencial, a preferência pela descentralização do poder, e pelo sistema de economia mista e de pluralismo político. Nesse sentido, pode-se dizer que a era da ideologia terminou. (Bell, 1980, p. 326)

Paradoxalmente, alguns dos principais ensaios reunidos por Bell em seu livro são críticas lançadas a intelectuais que escapariam do consenso, como os “críticos aristocráticos da sociedade moderna”, como Ortega y Gasset, Paul Tillich, Karl Jaspers, e Hannah Arendt, além dos “críticos radicais” da democracia liberal, como Harold J. Laski e C. Wright Mills. Um dos objetivos declarados do livro, nesse sentido, seria demonstrar a inadequação destas teorias sociais sobre os Estados Unidos que “em larga medida se deve à aplicação acrítica às experiências da vida norte-americana de ideias recolhidas da sociologia europeia”. Segundo Bell (1980, p. 9), “isso ficaria evidente na teoria da sociedade de massa – um conceito que se tornou Leitmotiv da crítica radical e aristocrática da vida

¹⁸ “Uma ideologia *total* é um sistema abrangente de ideias sobre a realidade – um conjunto de crenças, infundidas de paixão, que procura transformar em sua integridade um modo de viver. O compromisso com uma ideologia – a busca de uma ‘causa’, ou a satisfação de sentimentos morais profundos – *não é*, necessariamente, o simples reflexo de interesses, sob a forma de ideias. Nesse sentido, e no sentido em que usamos a palavra aqui, a ideologia é uma religião secular” (Bell, 1980, p. 324).

nos Estados Unidos, e da atitude que procura ver a política norte-americana em termos de política de uma elite”.

Apesar de supostamente ocuparem polos opostos do espectro ideológico, tanto a crítica radical quanto a crítica aristocrática da “sociedade de massa” estadunidense padeceriam de problemas semelhantes. Ambas as teorias, espelhando-se na experiência europeia, não conseguiriam captar a verdadeira dinâmica política e social dos Estados Unidos, isto é, o caráter pluralista de sua democracia e a natureza afluyente de sua economia. Segundo os “críticos aristocráticos”, a despeito da maior interdependência alcançada com o advento das sociedades industriais, os indivíduos teriam se atomizado. A maior mobilidade social impulsionada pelas “sociedades mecanizadas” teria desestabilizado os lugares fixos de status, e a destruição de antigos laços orgânicos familiares e comunitários, por sua vez, teriam resultado na perda de coerência na identidade dos sujeitos e, portanto, num aumento da ansiedade, o que tornaria aqueles indivíduos desorientados particularmente suscetíveis ao aparecimento de líderes carismáticos, de “personalidade completa”, que teriam por função substituir a “antiga crença unificadora destruída pela sociedade massificada” (Bell, 1980, p. 16). Para os “críticos aristocráticos” da sociedade de massas, o nazismo, neste sentido, antes de ser uma reação contrária à democracia, seria o seu resultado quase inevitável.

Do ponto de vista da hipótese da sociedade de massa, os Estados Unidos deveriam ser excepcionalmente vulneráveis à política do rancor. Nesse país, a urbanização, a industrialização e a democratização erodiram laços mais antigos, primordiais e comunitários, em uma escala sem precedentes na história social do mundo. Contudo, embora o desemprego maciço durante os anos da grande depressão tenha sido mais prolongado e severo do que em qualquer país da Europa ocidental, o movimento comunista nunca conseguiu firmar-se nos Estados Unidos, como também não surgiu nesse país qualquer movimento fascista, no modelo europeu. Como explicar isto? (*Ibid.*, p. 23)

Para Bell, o problema estaria menos na “sociedade de massa” do que na capacidade que as modernas sociedades industriais teriam de satisfazer às expectativas por maior mobilidade social e melhoria nos padrões de vida. “As transformações sociais e culturais são hoje provavelmente maiores e mais rápidas nos Estados Unidos do que em qualquer outro país, mas a premissa de que essas transformações trazem inevitavelmente desordem e anomia não pode ser sustentada nesse caso” (*ibid.*, p. 27). Ao contrário, “essas transformações ocorrem em uma sociedade que está respondendo ao grande desafio ao Ocidente nos últimos duzentos anos: como levantar o nível de vida da maioria do povo, dentro de um contexto de liberdade, e ao mesmo tempo manter ou melhorar o nível cultural” (*ibid.*, p. 28).

Diferentemente das sociedades tradicionais que resistiram às mudanças introduzidas com o processo de industrialização, “os Estados Unidos são provavelmente a primeira grande sociedade da história a incorporar as mudanças sociais e a inovação à sua cultura” (*ibid.*, p. 27). Com “uma cultura sem tradição feudal e com um etos pragmático”, “com um otimismo sem limites e um desejo incansável de novidade, características nascidas das condições originais desse país imenso, com recursos abundantes – a mudança e a disposição para mudar se tornaram a norma social” (*ibid.*, p. 28). Além disso, longe de ser uma sociedade “atomizada”, os Estados Unidos seriam fundamentalmente uma nação “gregária”, povoada por milhares de “organizações voluntárias: associações, clubes, sociedades, fraternidades, etc.” (*ibid.*, p. 24). Por tais motivos, concluiria Bell (*ibid.*, p. 28), “a teoria da sociedade de massa não é mais uma descrição da sociedade ocidental; é uma ideologia de protesto romântico contra a vida contemporânea”.

Também os “críticos radicais”, de acordo com Bell, perderiam de vista esses aspectos sociais e políticos vitais da sociedade estadunidense. Ele buscava demonstrar isso em uma longa crítica à abordagem e às conclusões do livro publicado por Charles Wright Mills em 1956, *The Power Elite*. Para Bell, a “imagem do poder e da política nacional em termos das intenções de grupos semiconscientes de pessoas ocupando lugares fixos na sociedade”, que caracterizaria aquela obra, só poderia ser explicada pelo “fato peculiar” de que Mills, “embora retire todas as suas ilustrações da vida norte-americana, recolhe os conceitos principais de que se utiliza da experiência europeia” (Bell, 1980, p. 49). “Não se quer com isso negar a existência de classes, ou a natureza do sistema de classes existente”, assinala Bell, “mas não se pode usar a estrutura de classe para uma análise política direta, *a não ser que a sociedade seja altamente estratificada*”, o que os Estados Unidos, em contraste com os países europeus, estariam longe de ser na sua avaliação (Bell, 1980, p. 55, grifo meu).

Mills, ao observar vastas áreas de interseção entre indivíduos e grupos ocupando o que ele considerava posições chave nas instituições de poder (político, econômico e militar) dos Estados Unidos, chegou à conclusão de que a democracia nesse país não passava de uma fachada de legitimidade para um sistema de poder rigidamente comandado por um gigantesco aparato institucional centralizado nas mãos das grandes corporações empresariais, dos militares e do poder executivo e seu séquito de especialistas – aquilo que o próprio presidente Dwight D. Eisenhower denominaria em seu discurso de

despedida de “complexo industrial-militar” e de “elite científica-tecnológica”.¹⁹ Entretanto, segundo Bell, a abordagem de Mills deixaria de fora o principal aspecto do poder, qual seja, o processo decisório. De acordo com Bell (*ibid.*, p. 58), “se quisermos estudar o poder, será mais útil examiná-lo em termos de tipos de decisões, e não sob o aspecto de elites”, isto porque, independentemente da posição que tais elites ocupam nas instituições, isso não seria o bastante para se determinar a sua coesão enquanto classe, e “certamente não pode haver uma elite do poder, ou uma classe dirigente, sem *comunidade de interesses*” (*ibid.*, p. 47, ênfase do autor). “Ignorar os problemas deste tipo de processo decisório ‘imperativo’ é, a meu ver, ignorar o que há de mais básico na política, e também desconhecer a *nova natureza do poder na sociedade contemporânea*. A teoria da ‘elite do poder’ implica uma unidade de propósito e uma comunidade de interesses na elite que nem é provada, nem demonstrada, mas apenas postulada” (*ibid.*, p. 61, grifo meu).

Em suma, para Bell, o grande equívoco de Mills teria sido buscar interpretar a “nova natureza do poder na sociedade contemporânea” – o regime democrático dos Estados Unidos – a partir de conceitos apropriados a uma sociedade “altamente estratificada” – a Europa. “Nos Estados Unidos – país tão heterogêneo desde a sua fundação, e modificado por tantas influências étnicas, nacionais e religiosas diferentes –, é difícil interpretar a ordem política (...) como um reflexo da ordem econômica” (Bell, 1980, p. 56). Nesse sentido, o crescente processo de centralização burocrática das instituições políticas, econômicas e militares, tão bem descrito por Mills, não necessariamente denotaria uma diminuição da democracia, na visão de Bell.²⁰ “Uma parte do trabalho de Mills é motivada pelo seu intenso ódio à burocratização crescente da vida (esta é sua teoria da história), e aos cúmplices desse processo; é isto que dá a *The Power Elite* atrativo”. Isto, contudo, não passaria, segundo Bell, de um “protesto romântico contra a vida moderna” (*ibid.*, p. 61).

¹⁹ Conforme as palavras de Mills (1956, p. 274), “A América é agora, em parte considerável, mais uma democracia política formal do que uma estrutura social democrática, e mesmo os mecanismos políticos formais são frágeis”. O discurso de despedida de Dwight D. Eisenhower é facilmente encontrado na internet. Uma transcrição completa pode ser encontrada em: Eisenhower, 1961.

²⁰ “O governo sempre tivera um certo papel a desempenhar na direção da economia; mas a nova função que lhe era atribuída [a partir do New Deal e da Segunda Guerra Mundial], de caráter permanente, a que o obrigava de um lado a necessidade de manter o pleno emprego, e de outro o desenvolvimento do estabelecimento militar, criou em Washington um conjunto de poderes que nunca tínhamos visto na história dos Estados Unidos”. Porém, “Como na economia administrada é a política, e não o dinheiro, que determina de modo geral a produção, a intervenção governamental não só promove a identificação de grupos de pressão como força cada um deles a adotar uma ideologia que possa justificar suas pretensões, e que possa ser equacionada com alguma modalidade do conceito de ‘interesse geral’” (Bell, 1980, pp. 57, 58).

A “teoria da história” de Bell era outra: “A complexidade e a especialização são inevitáveis como a multiplicação do conhecimento, a organização da produção e a coordenação de amplos setores da sociedade política. Mas isto não leva inevitavelmente à ‘burocratização’ da vida, em especial em uma sociedade onde crescem as rendas e o nível de educação, e os gostos se multiplicam”. O que para Mills parecia uma marcha crescente da centralização do poder num punhado de instituições controladas por uma reduzida elite, para Bell era o inevitável progresso econômico, social, científico, e até mesmo cultural das modernas sociedades de massa. O principal modelo deste progresso civilizatório da modernidade seriam os Estados Unidos, graças, sobretudo, a sua vigorosa democracia pluralista, capaz de contrabalancear ou anular todos os possíveis efeitos nocivos que tanto deixavam Mills alarmado, ignorante que seria, afinal, de todos os “recursos de uma sociedade livre: a variedade dos conflitos de interesse, o incremento da responsabilidade pública, o peso das liberdades tradicionais (como testemunha a Corte Suprema, uma instituição que Mills não examina no seu livro), a função dos grupos comunitários voluntários etc.” (*idem*).

Além da afluência econômica e do pluralismo democrático, Bell acrescentaria ainda outro elemento que teria contribuído decisivamente para a exaustão das disputas ideológicas nos Estados Unidos: o próprio contexto de Guerra Fria. Se, por um lado, a progressiva satisfação das aspirações sociais e a canalização dos conflitos políticos para disputas entre grupos de interesse criaram uma barreira para a deflagração de acirrados embates ideológicos, por outro lado, essa mesma política conciliatória seria estimulada pela mudança fundamental do eixo das contradições do âmbito interno para o externo. “Na década de 1930, a política era quase que inteiramente interna, e as separações sociais eram também internas, com características de classe, em termos socioeconômicos. Atualmente isso tem pouca significação”. “Hoje, a política não é mais um reflexo de qualquer divisão interna em classes, mas é modelada pelos acontecimentos internacionais. E a política externa – uma expressão da política – reage a muitos fatores, o mais importante dos quais é a estimativas das intenções soviéticas” (Bell, 1980, p. 10). Uma economia próspera capaz de satisfazer as crescentes demandas materiais e culturais das massas, uma política democrática que permite que interesses divergentes sejam dirimidos em uma barganha legítima em busca do consenso, e um inimigo externo permanente capaz de forjar um grande acordo bipartidário nacional e, conseqüentemente, empurrar para segundo

plano qualquer disputa interna – tais seriam as principais condições que, segundo Bell, teriam decretado o “fim da ideologia” em meados do século vinte.

1.3 A transmutação sociocientífica do discurso político na Guerra Fria

1.3.1. Do ambivalente “consenso liberal” ao inequívoco “fim da ideologia”

Entre o propagado “consenso liberal” do final dos anos 1940 e início dos anos 1950 até a apologia ao “fim da ideologia” do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 se passou mais do que simplesmente o tempo comprimido em uma década. O discurso do “consenso liberal”, embora apresentasse um quadro surpreendentemente convergente sobre a ausência de conflitos ideológicos profundos nos Estados Unidos, baseada na aceitação generalizada e irrefletida dos valores e ideias liberais, não se ajustava sem ambiguidades aos contornos da política liberal da Guerra Fria então emergente. Havia algumas importantes dissonâncias que comprometiam esse projeto e que precisavam ser devidamente podadas ou harmonizadas. A heterogeneidade do discurso historiográfico sobre o “consenso liberal” deveria ceder à homogeneidade se era para ser, de fato, consensual.

Sabemos que Boorstin foi um zeloso chauvinista nas suas críticas aos intelectuais importadores de filosofias alienígenas mais dispostos em denunciar as carências das instituições estadunidenses do que em exaltar as suas virtudes, no que serviu prestimosamente aos ditames da Guerra Fria e à sanha persecutória do “perigo vermelho”. Mas, ao mesmo tempo, Boorstin se opunha firmemente a qualquer tentativa de elevar o consenso liberal nos Estados Unidos ao patamar de uma “filosofia da democracia” tendo em vista a exportação das ideias e instituições políticas do país, e nisso ele se filiava em temperamento e em ideias aos antigos conservadores republicanos da primeira metade do século vinte, ferozes anticomunistas em casa e impassíveis isolacionistas em matéria de política externa. Já Hartz não compartilhava em definitivo daquele zelo chauvinista, e via as novas oportunidades de os Estados Unidos entrarem em contato com o mundo após o fim da

Segunda Guerra Mundial como uma chance ímpar de o país finalmente superar, na teoria e na prática, as contradições atávicas da tradição liberal lockeana e, assim, evitar tanto o enclausuramento provinciano (tipificado pelo próprio Boorstin) quanto o aventureirismo imperialista (tão atacado pelo mesmo). Ainda que Hartz declarasse que dessa superação do liberalismo estadunidense (cuja capacidade inerente não garantia, porém, o sucesso) dependesse o destino do mundo livre ameaçado pelo totalitarismo soviético, os seus conselhos eram demasiadamente escorregadiços para deles se fazer uma arma contundente contra aquele inimigo. Hofstadter, por sua vez, esboçou um rico panorama do consenso liberal nos Estados Unidos somente para deplorar a sua persistência, e evocar (assim como Hartz) a necessidade de ele se tornar mais reflexivo e crítico de si mesmo a fim de vencer as suas limitações, e tudo isso em uma linguagem que remontava aos debates dos círculos intelectuais marxistas dos anos 1930. Todos os três “historiadores do consenso” diferiam, assim, em importantes aspectos da típica propaganda de Guerra Fria, tal como a elaborada por Schlesinger Jr. em *The Vital Center*, uma espécie de equivalente público ao ultrassecreto NSC-68.²¹

Aquilo que, em Schlesinger Jr., no final dos anos 1940, momento em que o futuro do liberalismo ainda estava em aberto, era um chamado às armas de um jovem intelectual panfletário incendiário, então com somente trinta e um anos, para soerguer um “centro vital” para o liberalismo nos Estados Unidos contra os perigos extremos do bárbaro totalitarismo soviético e seus companheiros de viagem estadunidenses, já no final dos anos 1950, seria reportado como a mais fria e indubitável realidade sob o olhar analítico de imparciais e objetivos cientistas sociais. As dezenas de intelectuais procedentes de vários países ocidentais que se reuniram na conferência de Milão convocada pelo *Congress for Cultural Freedom* – entre os quais o próprio Schlesinger Jr. – não estavam ali com o ânimo de cruzados de uma nova internacional capitalista – embora aquele evento fosse precisamente isto.²² A imagem de “um baile pós-vitória”, conforme a descrição traçada por Shils, não evocava o som de tambores rufando, como seria de se esperar antes

²¹ Um dos liberais que, segundo Schlesinger Jr., deveria servir de exemplo à geração de “novos radicais” era Dean Acheson, então Secretário de Defesa de Harry Truman, e um dos membros da comissão liderada por Paul Nitze que redigiu o NSC-68. Outro também elogiado foi George Kennan, então chefe do grupo de planejamento de política do Departamento de Estado, e um dos mentores intelectuais da Guerra Fria (Cf. Schlesinger Jr., 1988, p. 167, 187).

²² Com exceção de alguns poucos – segundo o relato de Seymour M. Lipset –, como Frederick Hayek, este, aliás, líder de uma organização de intelectuais ultraliberais fundada em 1947 precisamente com este propósito, a *Mont Pèlerin Society*. Um ótimo estudo sobre a fundação e o desenvolvimento desta organização pode ser encontrado em: Burgin, 2012.

de batalha tão decisiva em defesa do “mundo livre” sob o cerco cruel do “totalitarismo”. Em vez disso, os intelectuais ali reunidos – sob os auspícios da CIA, como se descobriria pouco mais tarde²³ – brindavam em suas palestras nada menos do que o próprio “fim da ideologia”.

1.3.2. Os cientistas sociais tomam o bastão dos historiadores

A transformação do discurso ainda ambivalente do “consenso liberal” para o discurso mais inequívoco do “fim da ideologia” foi acompanhada também, e não por acaso, de uma mudança no perfil de seus porta-vozes intelectuais. Enquanto o primeiro discurso foi elaborado principalmente por historiadores, o segundo foi produzido, sobretudo, por cientistas sociais. As exceções, no caso, servem como comprovações da regra. Hartz, diferentemente de Boorstin e Hofstadter, era cientista político de formação. O seu livro *The Liberal Tradition in America* foi inclusive agraciado em 1956 com o prêmio Woodrow Wilson pela *American Political Science Association* (APSA). No entanto, a obra inteira de Hartz, mesmo dedicada à teoria política, possuía uma forte dimensão historiográfica. Além do livro citado, cuja preocupação com a “tradição” liberal se refletia nos capítulos que percorriam, em uma rigorosa linha cronológica, desde os anos de formação da república até a década seguinte ao final da Segunda Guerra, Hartz escrevera sua tese de doutorado, posteriormente publicada em livro, sobre o pensamento político e a política econômica do estado da Pensilvânia entre os anos de 1776 e 1860, e, após publicar sua obra prima sobre a tradição liberal nos Estados Unidos, se dedicou ao estudo histórico comparado de “novas sociedades”, como Austrália, África do Sul, Canadá e diversos países da América Latina, para, já no final da vida, trabalhar em uma “síntese sobre a história mundial”. Seus interesses no campo da história foram explicitados num

²³ Segundo o excelente estudo de Francis Stonor Saunders (1999, p. 1), “No auge da Guerra Fria, os governo dos Estados Unidos comprometeu enormes recursos para um programa secreto de propaganda cultural na Europa Ocidental. Uma característica central deste programa era propagar a alegação de que ele não existia. Foi gerido, com grande sigilo, pelo braço de espionagem dos Estados Unidos, a *Central Intelligence Agency*. A peça central desta campanha secreta foi o *Congress for Cultural Freedom*, dirigido pelo agente da CIA, Michael Josselson de 1950 a 1967. Suas realizações – e mesmo a duração – eram consideráveis. No auge, o *Congress for Cultural Freedom* teve escritórios em trinta e cinco países, empregou dezenas de pessoas, publicou mais de vinte revistas de prestígio, realizou exposições de arte, possuía serviços de notícias e entretenimento, organizou conferências internacionais de alto padrão e agraciou músicos e artistas com prêmios e performances públicas. A sua missão era afastar a intelligentsia da Europa Ocidental para longe de seu persistente fascínio com o marxismo e o comunismo em direção a uma visão mais acolhedora do ‘*American way*’”. Para um relato mais detalhado sobre a conferência de Milão, ver: Saunders, 1999, cap. 18. O debate sobre o “fim da ideologia” foi bem mapeado pela coletânea organizada por: Waxman, 1968.

programa de pesquisa esboçado em artigo de 1963, *American Historiography and Comparative Analysis: Further Reflections*.²⁴

Já entre os proponentes do “fim da ideologia”, Schlesinger Jr. era um historiador cuja obra sempre orbitou em torno de temas mais próximos do campo da política. Antes de publicar *The Vital Center*, ele havia escrito um livro sobre o governo Jackson; depois, muito motivado por seu afã anticomunista, se embrenhou em estudos sobre política externa, interesse que sempre o acompanhou. E, posteriormente, publicou o que muitos consideram sua principal obra, três volumosos tomos sobre a “Era de Roosevelt”, além de outros trabalhos (em coautoria com cientista político) sobre a relação entre congresso e presidência nos anos Kennedy – de quem, aliás, foi destacado conselheiro político.²⁵

Essa curiosa divisão de trabalho entre os difusores de um “consenso liberal” e os pregadores do “fim da ideologia” deixaria suas marcas nos dois tipos de discurso e poderia ser explicada pela mudança no próprio campo de produção intelectual nos Estados Unidos a partir do fim da Segunda Guerra. No primeiro discurso prevaleceria uma preocupação muito forte em traçar as origens do “consenso liberal” nos primórdios da fundação da nação estadunidense. Boorstin iniciou a sua narrativa a partir do papel dos colonos puritanos e de sua noção de “providência”, para em seguida tratar da “Revolução Americana”, do “espírito de compromisso” que teria surgido após a Guerra Civil, e, por fim, discorrer sobre a “mescla” entre pensamento político e religioso nos Estados Unidos. Sua abordagem enfatizava a “continuidade e homogeneidade” na história do país a partir de uma “teoria pré-formativa” tomada emprestada de uma obsoleta noção da biologia, isto é, “a ideia de que todas as partes de um organismo preexistem em miniatura perfeita já na semente”. Desta forma, ele argumentou, “ainda parecemos crer que, se nós entendermos as ideias dos primeiros colonos – os Pais Peregrinos ou os Pais Fundadores –, encontraríamos neles não a filosofia de governo dos séculos dezessete ou dezoito, mas o embrião perfeito da teoria que orienta nossa vida” (Boorstin, 1953, p. 10).²⁶ De certo

²⁴ Cf. Hartz, 1948, 1963, 1964, 1984. Para um breve relato biográfico e comentários sobre as contribuições de Louis Hartz, ver: Ulter e Lockhart, 2002, pp. 151-152.

²⁵ Cf. Schlesinger Jr., 1945, 1957, 1958, 1960; Schlesinger Jr. e Grazia, De, 1967; Schlesinger Jr. e Rovere, 1951. Para uma visão abrangente sobre as contribuições de Schlesinger Jr. para o pensamento liberal nos Estados Unidos, ver a seguinte coletânea: Diggins, 1997.

²⁶ A “teoria pré-formativa”, segundo Boorstin, implicaria em dois axiomas. O primeiro parte da noção de que, no começo e de uma vez por todas, os Pais Fundadores da nação nos deram uma teoria política, um esquema de valores, e uma filosofia de governo. Como vimos, é um ideal, uma forma estática de “coisa dada” – um presente da ortodoxia, um presente do passado. O segundo axioma é similar, na medida em que ele também é uma desculpa ou um motivo para não filosofar. É a noção de que o esquema de valores é

modo, esta “teoria pré-formativa”, ou esse discurso de origem que aponta para uma persistente “continuidade e homogeneidade” do pensamento e da vida política nos Estados Unidos, está presente em todos os chamados “historiadores do consenso”. Também em Hartz e Hofstadter os contornos fundamentais do consenso liberal já estariam dados desde a criação do país, mudando eventualmente de forma, mas não em essência. O presente, quando analisado por essa perspectiva, aparece invariavelmente como uma projeção de um passado remoto e, por isso mesmo, tão difícil de ser alterado. É neste sentido que Boorstin observava que “a teoria política tem sido muito pouco estudada dos Estados Unidos”. Pensar em termos de teoria política significaria, no limite, pensar na possibilidade de novos começos ou mudanças radicais a partir de uma ação racionalmente orientada que, em suma, colocasse em dúvida os fins últimos da sociedade. Porém, “se a nossa nação desde o começo foi de fato fundada em uma teoria adequada e suficientemente explícita, revelada de uma vez para sempre, os teóricos que viriam teriam tão-somente a tarefa menor de exegese, de explicação de textos sagrados. A histórica constitucional pode, e em muitos sentidos foi, um substituto à teoria política” (Boorstin, 1953, pp. 17-18).²⁷

Boorstin, contudo, pressentia, após o fim da Segunda Guerra Mundial e o começo da Guerra Fria, a perda de um “sentido de coisa dada”²⁸ na vida política dos Estados Unidos, o que se faria acompanhar inevitavelmente por um maior interesse na teoria política, a fim de tornar explícito e articulado algo que antes era tácito e desconexo, empreendimento que, de acordo com Boorstin, traria o risco sempre inerente a todo esforço teórico de suspender o juízo sobre os valores previamente aceitos a ponto de torná-los

dado, não pelas tradições, teorias, livros, e instituições, mas da experiência presente. É a noção de que nossa teoria da vida está incorporada em nosso modo de vida e não precisa se separar dele, de que nossos valores são dados por nossa condição. (...). Enquanto o primeiro axioma é ideal e estático em sua ênfase, o segundo é prático e dinâmico. A ‘pré- formação’ significa que a teoria da continuidade foi dada, de uma vez por todas, no começo; o segundo sentido de ‘coisa dada’ significa que a teoria da continuidade é perpetuamente dada e sempre renovada (...) Ambos axiomas, juntos, nos encoraja a crer que não precisamos inventar uma teoria política porque já possuímos uma” (Boorstin, 1953, pp. 22-23).

²⁷ “A busca por um sentido para nossa vida política tem sido conduzida por vias historiográficas, em vez de filosóficas. Não é uma surpresa, então, que muito de nossa autocrítica tomou a forma da reinterpretação histórica” (Boorstin, 1953, p. 19).

²⁸ O termo utilizado por Boorstin, e que traduzimos aqui muito livremente, é *givenness*, que não deixa de ter aqui certa conotação religiosa, como dádiva. “Nossa indiferença pelas grandes teorias foi possível em parte porque tomamos como garantido que o próprio Deus desenhou os planos de nossa carreira e marcou seus contornos em nossa história e em nosso próprio solo. Isto é o que eu tenho denominado o sentido de ‘*givenness*’” (Boorstin, 1953, p. 161).

descartáveis. “Nossas relações exteriores estão nos empurrando para essa direção. Conforme nos tornávamos atores no palco mundial, ficávamos pressionados a defender nossas instituições diante do mundo. Pela primeira vez, pareceu que tínhamos o dever de não apenas de realizar o nosso destino, mas de descrevê-lo” (Boorstin, 1953, p. 165). Mas a intuição de Boorstin estava somente em parte correta.

Como ficaria evidente no discurso do “fim da ideologia” que tomou forma no final dos anos 1950, de fato, as pressões da Guerra Fria impulsionaram um esforço teórico maior no sentido de tornar mais explícitas e articuladas as premissas do “consenso liberal”. Esse esforço, porém, longe de comprometer as fundações da ordem política liberal estadunidense, endossou ainda mais a necessidade de sua perpetuação, ainda que ao custo das inclinações provincianas acalentadas por Boorstin e sem dissipar as contradições do caráter “absolutista” e “irracional” do liberalismo estadunidense, como almejava Hartz. Uma vez tornadas explícitas e articuladas por uma teorização política sistemática a partir do discurso das ciências sociais, o “consenso liberal” perdeu em grande parte o seu caráter único e excepcional, convertendo-se, em vez disso, em uma condição generalizável e potencialmente universal – o “gênio político” dos Estados Unidos, quer dizer, sua democracia liberal, uma vez teorizado sob a forma de “paradigma”, “parâmetro” e “modelo”, tornou-se também, como suspeitou desde o princípio Boorstin, uma mercadoria padronizada pronta para exportação.

1.3.3. “Consenso liberal” particular, “fim da ideologia” universal

Diferentemente da narrativa fundacional do “consenso liberal”, baseada em uma vaga noção de “pré-formação” ou na “exegese” da “história constitucional”, a retórica do “fim da ideologia”, ainda que evocasse vários temas e argumentos oriundos da historiografia do consenso, se apoiou fundamentalmente na linguagem analítica e descritiva das ciências sociais. A sua preocupação tampouco era com a ascendência remota das instituições políticas, mas, sobretudo, com as condições presentes de seu funcionamento. Isso não significa que os escritos de Lipset ou de Bell, por exemplo, não possuíssem preocupações históricas ou desprezassem o papel fundacional de certas ideias e teorias políticas. Ao contrário, diferentemente de uma parcela da produção intelectual no campo das ciên-

cias sociais do período, suas obras revelavam um claro interesse por esses temas. Contudo, suas abordagens eram bastante distintas. Bell admitia que os textos reunidos em *The End of Ideology* “foram escritos para um público não especializado, porém educado, capaz de responder a ideias”, no que se considerava afastado de parte dos cientistas sociais que preferiam “falar de hipóteses, parâmetros, variáveis e paradigmas”. Todavia, ele não apenas considerava válida essa perspectiva, como apresentava o seu trabalho como parte do mesmo empreendimento “científico”, distinto somente na linguagem (menos “abstrata”, portanto, mais acessível ao público leigo, mas educado) e na ênfase (menos experimental, mais descritiva), consoante a sua inclinação pessoal em unir em si mesmo a figura do pesquisador acadêmico e do intelectual público.²⁹

Muitos cientistas sociais, de treinamento técnico, desprezam as ideias e a história – que consideram vagas e imprecisas –, enquanto os humanistas ridicularizam o jargão e as conclusões minuciosas dos cientistas sociais. Mas esses dois pontos de vista são exagerados: ninguém pode objetar a um tipo de linguagem, ou metodologia, que busca a precisão – por mais técnicas que sejam. Mas esses procedimentos, pela sua abstração, mesmo nas melhores circunstâncias, limitam a perspectiva do observador.

Minhas preocupações são outras. Estou interessado na descrição e na explicação da sociedade, no desenho de uma realidade bastante ampla, e não na experimentação controlada, mas abstrata de hipóteses. É uma abordagem que não precisa ser menos “científica” do que a sociologia acadêmica, e que não é também “literária”. Trata-se de uma sociologia “perspectiva”, uma forma de conhecimento do mundo.

Usa os mesmos conceitos da sociologia acadêmica (grupo, status, mobilidade social), e tem em comum com a “análise literária” o interesse no componente moral da ação social.

O enfoque da sociologia é diferente do da “análise literária”; seus métodos e abordagem apontam para direções diferentes. (...) A análise literária é *textual*; a análise sociológica é *contextual*: busca um campo de compreensão mais amplo, para relacionar o que há nele de característico com a sociedade considerada em conjunto. (Bell, 1980, p. 11, ênfase do autor)

²⁹ Bell, de fato, era um intelectual de vida dupla, por assim dizer. Graduado em Ciências Sociais em 1938, ele se dedicou nas duas décadas seguintes ao jornalismo, se tornando editor da revista *The New Leader*, e um dos intelectuais públicos mais destacados do período. Embora já lecionasse sociologia na década de 1940 na Universidade de Chicago, um dos principais centros de ensino e pesquisa em ciências sociais da época, somente depois de se transferir para a Universidade de Columbia, em 1959, que ele obteve o título de Doutor, graças justamente à sua coletânea de artigos *The End of Ideology*. A partir de 1965, juntamente com Irving Kristol, se tornou editor da revista *The Public Interest*, cujo objetivo expresso, “ao mesmo tempo modesto e presunçoso”, era “ajudar-nos todos, quando discutirmos políticas públicas, a saber um pouco mais sobre o que falamos – e preferencialmente a tornar com o tempo a tornar esse conhecimento efetivo”, o que “não é facilmente reconciliável com algum comprometimento ideológico anterior, seja liberal, conservador ou radical. Porque é da natureza da ideologia preconceber a realidade; e é exatamente tais preconceitos que são os piores obstáculos para saber-o-que-alguém-está-falando-sobre. *The Public Interest* será animada pelo viés contrário a essas prefabricações. Iremos, sem dúvida, publicar artigos ideológicos, se eles parecerem particularmente desafiadores e perceptivos. Mas, esperamos, não muitos; e não frequentemente” (Bell e Kristol, 1965, pp. 3-4). Eventualmente, a revista se tornou um dos principais fóruns de debate intelectual para o “neoconservadores”, um termo que só seria cunhado anos depois por Michael Harrington (1973) em alusão aos “socialistas a favor de Nixon” que se reuniam em torno da revista.

Lipset, que incorporou mais fielmente o figurino do sociólogo profissional, não teve tantas reservas em “falar de hipóteses, parâmetros, variáveis e paradigmas”.³⁰ Em seu livro *The Political Man*, Lipset abordou a questão do consenso exatamente sob a premissa de que ela deveria ser tratada como uma hipótese de investigação, sujeita aos métodos e técnicas de pesquisa das modernas ciências sociais “behavioralistas”. Logo no primeiro parágrafo de seu prefácio, ele assinalou o compromisso com um dos principais postulados do behaviorismo, a “unidade básica da ciência”, “assim como a aceitação de conceitos e métodos comuns”.³¹ Nesse sentido, a principal preocupação de sua obra é demonstrar que a democracia, e política de forma geral, deveria ser estudada como parte integral de sistemas sociais mais amplos, tal como propusera anos antes Talcott Parsons (1951). Assim, ao buscar entender as condições sociais fundamentais para a estabilidade democrática, Lipset examinou múltiplos aspectos, como as relações entre desenvolvimento econômico, legitimidade política e conflito social; os fatores que afetariam a participação política, sobretudo em relação ao comportamento dos eleitores; as fontes dos valores e movimentos sociais que sustentariam ou ameaçariam a ordem democrática; o papel dos intelectuais, dos partidos políticos, dos sindicatos, e da burocracia estatal, etc.

De modo semelhante à crítica dos historiadores do consenso aos historiadores progressistas, Lipset argumentava que muitos estudos das ciências sociais até então haviam se dedicado ao exame das divisões e dos conflitos sociais, mas poucos haviam dado a devida atenção à formação e à manutenção do consenso social, o que, para ele, era o requisito fundamental para a existência de qualquer ordem política democrática. Sem um acordo básico sobre os fins, não poderia haver disputa legítima sobre os meios. Essa carência nas pesquisas seria observada em relação a vários temas relevantes, como o voto,

³⁰ Lipset, embora também interviesse com frequência no debate público, possuía uma carreira acadêmica mais bem definida. Tendo sido o único agraciado com a presidência tanto da *American Political Science Association* (1981-1982) quanto da *American Sociological Association* (1992-1993), ele obteve o seu doutorado em 1949 pela Universidade de Columbia e foi professor de sociologia e ciência política nas universidades de Toronto, Califórnia, Berkeley, Columbia, Harvard, Stanford, e George Mason, além de ter sido, a partir de 1975 até a sua morte, em 2006, pesquisador da Hoover Institution, um *think tank* conservador vinculado a Universidade de Stanford, no qual manteve sua convicção de que nos Estados Unidos não haveria nem socialistas nem mesmo conservadores, apenas “sobras de liberais clássicos”. Um breve relato biográfico e comentários sobre algumas de suas principais contribuições intelectuais pode ser encontrado em Ulter e Lockhart, 2002, pp. 245-248. Sobre a sua produção na Hoover Institution, ver o seu perfil no site: <http://www.hoover.org/profiles/seymour-martin-lipset>.

³¹ “A crescente colaboração, assim como a aceitação de conceitos e métodos comuns, entre os estudiosos do comportamento político dentro dos campos da ciência política, sociologia, psicologia e da antropologia (cada uma das três últimas tendo reconhecido subáreas disciplinares para lidar com a política) é a nova evidência da unidade básica das ciências sociais” (Lipset, 1960, p. 9).

os movimentos sociais, a burocracia, as associações voluntárias, como os sindicatos, etc.³² Diferentemente dos historiadores do consenso, contudo, Lipset busca conferir um tratamento sociológico ou científico àquelas questões, fazendo do consenso uma hipótese a ser testada através do exame de diversos fatores ou variáveis, e não algo historicamente “dado” desde a origem apreensível pela “exegese” histórica. Em todos os casos, no entanto, a sua conclusão foi quase invariavelmente a mesma, qual seja, de que a estabilidade democrática dependeria de certo nível aceitável de conflito, cujo balanceamento resultaria no próprio consenso nas sociedades democráticas, fundamental para a sua sobrevivência. Tal conclusão, como Lipset não deixaria de notar, aparentemente poderia representar um desafio à tese do “fim da ideologia”.

Como vimos, as democracias requerem instituições que suportem o conflito e desacordo assim como aquelas que sustentam a legitimidade e o consenso. Em anos recentes, porém, a democracia no mundo ocidental tem passado por algumas importantes mudanças à medida que sérios conflitos intelectuais entre grupos representando diferentes valores têm declinado drasticamente. (Lipset, 1960, p. 403)

Esta mudança na vida política ocidental reflete o fato de que os problemas políticos fundamentais da revolução industrial foram resolvidos: os trabalhadores atingiram cidadania industrial e política; os conservadores aceitaram o estado de bem-estar social; e a esquerda democrática reconheceu que um aumento no poder geral do estado carrega consigo mais perigos à liberdade do que soluções para os problemas econômicos. Este verdadeiro triunfo da revolução democrática no ocidente acaba com a política doméstica para aqueles intelectuais que precisam ter ideologias ou utopias para motivá-los à ação política. (*Ibid.*, p. 406)

Lipset admitia que esta novíssima e, ao que tudo parecia lhe indicar, permanente, condição das “democracias ocidentais” podia provocar certa inquietação: afinal, o que aconteceria às democracias se os conflitos, tão necessários à sua existência, cessassem de vez? Para Lipset, todavia, o “fim da ideologia” não podia ser confundido necessariamente com o fim dos conflitos de classe, que ele considerava como um dos requisitos fundamentais para a estabilidade de qualquer ordem democrática. Antes, o “fim da ideologia”

³² Segundo Lipset (1960, pp. 30-31), “O voto é o mecanismo chave de consenso nas sociedades democráticas. Os estudos eleitorais neste país e em outros, contudo, raramente têm sido designados como estudos sobre o consenso. Em sua maioria, os estudantes das eleições têm se preocupado com a relação entre um tipo de divisão, os partidos políticos, e outros tipos, como classe, ocupação, religião, grupo étnico, região, e têm considerado tais fatores prioritariamente no seu papel de base social da luta política em vez do consenso político”. “De modo similar, muitos dos estudos sobre os movimentos fascistas e o comunistas enfatizam os fatores que criaram e impulsionaram o extremismo, em vez daqueles que os restringiram em democracias estáveis” (*ibid.*, p. 35). O mesma observação valeria também para o estudo das burocracias estatais, que “teriam a tendência para reduzir os conflitos na arena administrativa” (*ibid.*, p. 37), e organizações sociais como os sindicatos, que “contribuem para a coesão e a solidariedade” dentro das democracias (*ibid.*, p. 39).

implicaria apenas a canalização desses conflitos para formas legítimas, isto é, consensuais, e, portanto, menos traumáticas, de resolução. Conquanto existisse capitalismo, haveria conflitos de classe, mas, uma vez que “os problemas políticos fundamentais da revolução industrial” haviam sido resolvidos, tais conflitos seriam rebaixados a simples disputas entre grupos de interesse distintos e conciliáveis, o que eliminaria o seu caráter revolucionário explosivo, origem, segundo o sociólogo, dos totalitarismos do século vinte.

Se, por um lado, “a crença de que níveis muito elevados de participação são sempre bons para a democracia não é válida” – como demonstrariam os exemplos, constantemente lembrados, de Weimar em 1933 e Petrogrado em 1917 –, por outro lado, “contínuas divisões de classe não implicam em quaisquer consequências destrutivas para o sistema; (...) uma democracia estável requer o consenso sobre a natureza da disputa política, e isto inclui a suposição de que diferentes grupos são melhor servidos por diferentes partidos” (Lipset, 1960, pp. 32, 408). “A luta de classes democrática continuará, mas ela será uma luta sem ideologias, sem bandeiras vermelhas, sem paradas de Primeiro de Maio. Isto naturalmente decepciona muitos intelectuais que só podem participar como ideólogos ou grandes críticos do *status quo*” (*ibid.*, p. 408). Mas estes nada poderiam fazer. Sua utopia havia sido superada pela própria realidade e se tornado definitivamente obsoleta.

Como sugere a convergência nas conclusões de Bell e Lipset quanto ao diagnóstico do “fim da ideologia” – um consenso muito maior do que aquele entre Boorstin, Hartz e Hofstadter – a “unidade básica da ciência” que admitiam ia muito além da “aceitação de conceitos e métodos comuns”, sendo também, em um nível ainda mais básico, uma unidade de ideias e valores em relação ao objeto de estudo que afirmavam examinar de forma imparcial, a democracia liberal no ocidente. De certo modo, a própria delimitação do objeto já traria implícita essa “unidade básica”, uma vez que aquilo que entendem por “democracia liberal” nada mais é do que uma abstração do regime político concreto dos Estados Unidos, ou melhor dizendo, do conceito que eles tinham desse regime político, considerado, pelos mais diversos ângulos, como o padrão de democracia estável e funcional por excelência. A comparação com outros países, nesse sentido, via de regra servia para demonstrar como eles possuíam certas condições ou requisitos, mas não outros, ao passo que os Estados Unidos, coincidentemente, possuiriam todos, o que explicaria a “persistência” da democracia neste país, e a precariedade ou muitas das vezes a “falência”

da democracia nos demais, ao menos entre os que não apresentassem características similares.³³

O que na literatura historiográfica do “consenso liberal” tendia a ser tratado como uma realidade particular – quando não excepcional e irreplicável –, na literatura dos cientistas sociais do “fim da ideologia” pôde ser codificado em variáveis abstratas o bastante para servir de parâmetro universal de comparação e também de ranqueamento.³⁴ Nesse processo de transmutação sociocientífica, por assim dizer, alguns aspectos mais ambíguos ou críticos presentes na historiografia do consenso, e que não se ajustavam sem algum embaraço aos contornos da Guerra Fria, foram deixados de lado. As ressalvas de Boorstin quanto aos perigos da “exportação da democracia”, ainda que embasadas por forte apelo chauvinista, foram logo esquecidas, assim como as advertências de Hartz quanto aos riscos inerentes ao caráter “irracional” do liberalismo estadunidense e a crítica de Hofstadter às limitações impostas pelo senso comum liberal às reformas sociais no país.

A “democracia” (assim mesmo, sem seu complemento “liberal” ou qualquer outra adjetivação) tornou-se um dos principais artigos de exportação dos Estados Unidos (não somente ideológica, mas muitas vezes por meio das armas), a histeria provinciana em reação ao temível perigo vermelho e o aventureirismo imperialista tornaram-se aspectos centrais da própria cultura política do país, e muitos dos obstáculos às reformas sociais que impediam o avanço em direção à construção de um estado de bem-estar mais robusto na maior potência econômica do planeta eram muitas das vezes saudados como condição fundamental para a estabilidade da democracia. “A democracia”, conforme sentenciaria Lipset, seria “a própria boa sociedade em funcionamento”.

Mas não caberia aos cientistas sociais apenas demonstrar isso da forma mais objetiva que acreditavam ser possível. Tal conhecimento sociocientífico, a despeito do

³³ Um exemplo desse tratamento é encontrado na primeira parte de *The Political Man*, “*The conditions of the democratic order*”, em especial os dois primeiros capítulos, “*Economic development and democracy*” e “*Social conflict, legitimacy and democracy*” (Lipset, 1960, pp. 45–96), ambos derivados de um artigo publicado na *American Political Science Review* (Lipset, 1959).

³⁴ Não demoraria muito os efeitos políticos desse tipo de raciocínio se fizessem perceber. No mesmo ano, por exemplo, em que *The end of ideology* e *Political Man* foram publicados, também vinha a público *The Stages of Economic Growth*, de autoria de Walter W. Rostow (1960), cujo subtítulo, *A non-communist manifesto*, não deixava muitas dúvidas sobre as intenções do autor, nomeado alguns anos mais tarde assessor para segurança nacional no governo de Lyndon B. Johnson, sendo um dos principais defensores da Guerra do Vietnã como forma de introduzir o desenvolvimento econômico e democrático às “novas nações”.

discurso do “fim da ideologia”, não era tão neutro como se pretendia. “Esclarecer o funcionamento da democracia ocidental em meados do século vinte”, como lembrou a tempo Lipset, “pode contribuir para a batalha política na Ásia e na África” (Lipset, 1960, pp. 403, 417). O próprio Lipset receberia duas bolsas de pesquisa da *U.S. Air Force* no final dos anos 1960 para examinar as “implicações do desenvolvimento nacional comparado em planejamento militar” e investigar os “líderes emergentes das nações em desenvolvimento” em países da chamada “América Latina” (Oren, 2003, p. 126).

Não por acaso, um dos “grandes críticos do *status quo*” da época, insatisfeito com aquele veredicto, observou que “o fim da ideologia é, na realidade, a ideologia de um fim: o fim da reflexão política em si”, isto é, “um slogan de complacência circulando entre os que envelheceram prematuramente, tendo seu centro nas ricas sociedades ocidentais do presente”, “uma cansada justificação da omissão cultural e política dos intelectuais da OTAN” e o “único caminho aberto a muitos escritores para justificar o *status quo*” (Mills, 1965, pp. 125, 128).

2 A CIÊNCIA POLÍTICA BEHAVIORALISTA VISTA NO SEU TEMPO

This profession, which has flourished so greatly in the last fifty years, is now a part of our national strength: it is the core of that broad and continuing study of government and thoughtful concern with politics vital to the successful operation of free institutions.

Edward Pendleton Herring (1953, p. 961)³⁵

2.1 As transformações da ciência política estadunidense no pós-guerra

A transmutação do discurso do “consenso liberal” emergente no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 para o discurso consolidado do “fim da ideologia” no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 não foi acompanhado apenas por uma mudança no perfil de seus porta-vozes intelectuais, de historiadores para cientistas sociais, mas também de uma rápida e drástica mudança nos próprios contornos institucionais e intelectuais das ciências sociais neste período. Na década seguinte ao término do conflito mundial, as ciências sociais, muito particularmente a ciência política, que já haviam passado por um processo de arregimentação intensiva durante a guerra, foram finalmente anexadas ao Estado de Segurança Nacional que então emergia por pressão da emergente Guerra Fria.

A nacionalização das ciências sociais instituiu uma nova e vigorosa estrutura de financiamento de pesquisa, baseada em recursos estatais e privados, fomentou a criação de novos e reestruturação de antigos centros e institutos de pesquisa por todo o país, que passaram a acolher novas formas de pesquisa, em larga escala, com equipes multidisciplinares, baseadas em inovadores métodos e técnicas de coleta e análise de dados, sobretudo, mas não somente, quantitativos, estimulou a remodelação de antigos departamentos universitários e a formação de inúmeros outros, promoveu a formação e o treinamento de numerosos profissionais, ofereceu uma gama variada de novos objetivos e temas de interesse para pesquisa e insuflou a elaboração de um conjunto de teorias de novo tipo nas mais abrangentes áreas que repercutiu internacionalmente de maneira significativa.

³⁵ Discurso inaugural de presidência da *American Political Science Association* (APSA) pronunciado em 10 de setembro de 1953 durante o quadragésimo nono encontro anual da associação.

Foi nesse contexto de profundas mudanças para as ciências sociais intimamente atreladas ao contexto mais amplo de emergência e consolidação do Estado de Segurança Nacional que o discurso do “fim da ideologia”, que respaldou o *status quo* liberal durante a Guerra Fria, foi alimentado e disseminado. A principal transformação que as ciências sociais passaram nesse período, verdadeiro divisor d’águas em sua história, e que imprimiria fortemente sua marca naquele discurso de legitimação da ordem política liberal, foi a ascensão e estabelecimento da chamada “revolução behaviorista”.

2.1.1 1945: Pendleton Herring anuncia grandes promessas de transformação

Em agosto de 1945, no mesmo mês em que se encerrou a Segunda Guerra Mundial, a principal revista acadêmica de Ciência Política nos Estados Unidos, a *American Political Science Review*, vinha à público com um sugestivo artigo de Pendleton Herring, intitulado *Political Science in the Next Decade*. Nele, o então professor de Ciência Política da Universidade de Harvard procurava analisar “as condições que promet[iam] afetar profundamente a natureza desta disciplina”. Até então, a profissão teria sido, segundo Herring, “essencialmente um produto da tradição humanista e filosófica”, o que, por sua vez, teria feito com que os estudos acadêmicos sobre as instituições e o pensamento políticos fossem conduzidos na “atmosfera calma e frequentemente isolada das faculdades”. Contudo, algumas mudanças drásticas tenderiam a “alterar imensamente esses arranjos familiares e agradáveis”. Tais fatores seriam, em primeiro lugar, o “alargamento do papel assumido pelo governo”, e, em segundo lugar, o “papel mais ativo desempenhado pelos estudiosos do governo na administração pública” (Herring, 1945, pp. 757-758).

No primeiro caso, a ampliação e a complexificação das funções estatais, que já vinham ocorrendo de modo palpável desde as reformas introduzidas pelo New Deal para debelar a Grande Depressão dos anos 1930, mas que se intensificaram sobremaneira a partir do esforço de guerra, teriam tornado o próprio governo, objeto de estudo particular do campo da ciência política, um tema de interesse cada vez maior entre outras disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a economia. Num curto espaço de tempo, disseminou-se a percepção de que “o estudo e o ensino sobre o governo é muito importante para ser deixado para os cientistas políticos” (*Ibid.*, p. 758). “Os cientistas políticos estão, pois, ocupando um campo de pesquisa e ensino que, quer queiram quer

não, é do cuidado de influentes grupos profissionais, assim como do crescente interesse de todas as outras ciências sociais”. Por um lado, se isso propiciava aos cientistas políticos uma “oportunidade única de oferecer auxílio e orientação a muitos acadêmicos que jamais haviam se preocupado antes com o governo como tal”, por outro lado, enfatizava Herring, “isso significa que o estudo sobre os problemas governamentais não poderia mais ser de interesse de uma só disciplina da forma como era no passado” (Herring, 1945, p. 759). Os cientistas políticos ainda teriam bastante com o que contribuir. Neste sentido, a sua “preocupação tradicional” com a “justificação da autoridade estatal” continuaria “mais do que nunca uma questão vital da vida contemporânea”. O “ajustamento dos grupos de interesse por meio do processo legislativo, executivo, e judicial”, o “domínio da lei e da estrutura de governo”, a “luta por poder entre os Estados”, enfim, todos esses antigos temas de interesse dos cientistas políticos constituiriam ainda a “*substância* da política moderna”. Todavia, ponderaria Herring, diante das transformações recentes do seu próprio objeto de estudo, os cientistas políticos não poderiam mais exercer apropriadamente o seu ofício sem “utilizar quaisquer dados factuais ou instrumentos analíticos que as disciplinas irmãs podem oferecer para o desenvolvimento de nosso próprio campo. Desta forma, esperamos que, na próxima década, a ciência política cresça para a *periferia* onde as questões políticas são afetadas por questões sociais, econômicas e psicológicas” (*ibid.*, pp. 759-760, grifo meu).

A preocupação de Herring, neste artigo de 1945, era preservar a unidade da disciplina de ciência política frente à nova realidade de um governo em expansão, seja por força das reformas sociais introduzidas no âmbito doméstico para regular um mercado capitalista antes desgovernado que ameaçava desintegrar a própria sociedade, seja por força do esforço militar exigido durante a guerra para aplacar um inimigo mortal. Nesse sentido, ele procurava ressaltar a vital importância do núcleo tradicional da disciplina (ocupado por questões filosóficas, históricas e legalistas em relação à autoridade do Estado) para a “*substância* da política moderna”, ao mesmo tempo em que destacava a necessidade incontornável de os cientistas políticos alargarem seus horizontes para abarcar a “*periferia*” de sua disciplina (ocupada por questões sociais, econômicas e psicológicas). O futuro da ciência política, na avaliação de Herring, dependia, assim, do quanto os cientistas políticos estariam dispostos a acoplarem ao núcleo tradicional de sua disciplina, que não deveria ser preterido, aqueles temas, questões, objetos e métodos que até então eram considerados periféricos, próprios de outras disciplinas das ciências sociais.

A expansão das atividades e funções estatais resultou também no aumento expressivo na demanda por cientistas sociais, como a própria carreira de Herring serve de exemplo. Tendo atuado como consultor do *United States Bureau of the Budget* e como secretário executivo do *Committee on Record of the War Administration*, além ter sido membro destacado de vários grupos de aconselhamento militar, Herring esteve em uma posição privilegiada para testemunhar os avanços alcançados pelo governo a partir do desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e planejamento por equipes profissionais multidisciplinares.³⁶ Essa proeminente experiência na administração pública, aliada ao seu reconhecido desempenho como pesquisador, lhe conferia autoridade para recomendar a seus colegas cientistas políticos que abandonassem sem temor o seu usual isolamento acadêmico e passassem a incorporar em suas pesquisas abordagens e métodos provenientes de outras disciplinas das ciências sociais a fim de “avançar nosso conhecimento sobre o comportamento político”. Não era apenas o Estado que havia se beneficiado com a atuação desses profissionais, em particular com os cientistas políticos, que “trouxeram o espírito da objetividade para a administração das políticas onde muitas forças egoístas estavam em conflito”; também estes haviam “adquirido muito conhecimento específico ao mesmo tempo em que contribuíam com sua própria perspectiva acadêmica” (*ibid.*, p. 762).

Esse aprendizado, porém, não deixaria de provocar fortes abalos na identidade profissional desses cientistas políticos, muitos dos quais, segundo Herring, depois de servirem ao governo, “impressionados por fatores que iam muito além do conteúdo tradicional da ciência política”, se tornaram bastante críticos em relação à disciplina. A “fluidez das relações de governo”, a “importância da personalidade”, o “jogo de forças que operavam fora das estruturas formais e passavam por cima da autoridade formal”, o duro contraste entre, de um lado, “as teorias e as leis”, e, de outro, “o que realmente é praticado”, a “inaplicabilidade de alguns pressupostos de trabalho da análise política” e de “categorias convenientes da política e da administração”, a própria “separação dos poderes entre os braços executivo e legislativo”, enfim, tudo isso que formava o solo firme sobre o qual os cientistas políticos até então haviam caminhado, sob o choque de realidade provocado pela participação direta nos negócios do governo, tornou-se “vaporoso”, “artificial”, e “formalístico”. “Quanto mais sabemos sobre as complexidades e variáveis que

³⁶ Informações biográficas extraídas de: Ulter e Lockhart, 2002, pp. 154-156.

constituem o processo governamental, mais difícil se torna para nós a tarefa de estudarmos o governo” (*ibid.*, p. 763).

Todas essas críticas e dúvidas seriam bem-vindas por Herring desde que não se limitassem à mera desilusão e fossem reinvestidas em pesquisas posteriores. Para tanto, Herring traçou três importantes desdobramentos positivos que essa íntima e intensa relação entre os estudiosos do governo e seu objeto de estudo poderia acarretar na década seguinte ao fim da guerra. Em primeiro lugar, como ficara evidente que os livros-texto não traziam respostas e nem mesmo perguntas satisfatórias para a compreensão do processo político, e à medida que “o contato com o governo aguçou a determinação de ensinar a natureza do processo democrático”, muitos cientistas políticos teriam percebido “a importância da teoria política e do sentido filosófico dos valores do governo”, mas em uma “reação enfática” ao tratamento convencional, o que era “sintomático de um considerável desquite em relação à abordagem tradicional”. Em segundo lugar, a experiência com a prática cotidiana do governo teria despertado nos cientistas políticos um interesse cada vez maior nas “áreas substantivas da política pública”. Nesse sentido, “as demandas do serviço governamental expandiram os interesses dos cientistas políticos e encorajou-os a se tornarem às vezes formuladores e defensores de políticas públicas. Muitos aceitaram prontamente tais funções”. “A pressão dos eventos e o espírito do tempo”, concluiria Herring, “impulsionaram a tendência dos estudiosos do governo a proclamarem os valores democráticos e a promover políticas específicas. Necessidade pública e inclinação pessoal se combinaram para os impelir a estes objetivos imediatos”. Contudo, nenhuma dessas duas tendências guardariam a mesma relevância para o futuro da ciência política do que a “necessidade de uma melhor compreensão do comportamento político” (Herring, 1945, p. 764).

Certamente, prosseguiria Herring, a sociedade precisaria de “homens de fé”, isto é, cientistas políticos dedicados a “proclamarem os valores democráticos” a partir do exame atento da “natureza do processo democrático” e do “sentido filosófico dos valores do governo”, além de “homens de ação”, ou seja, cientistas políticos que atuassem como “formuladores e defensores de políticas públicas”. Todavia, acrescentaria, “igualmente necessários seriam os ‘homens de entendimento’”, empenhados em fazer “avançar nosso conhecimento sobre o comportamento político”. Este seria “o mais notável papel do cientista político”, “a única obrigação do cientista político enquanto tal” (*ibid.*, p. 765). Não

seria uma tarefa fácil. “Díficeis problemas metodológicos deveriam ser enfrentados; financiamento adicional para pesquisa deveria ser encontrado”. Mas haveria urgência.

Herring, assim, concitava seus colegas de profissão a desenvolverem para a ciência política “algo equivalente ao laboratório para as ciências naturais”. Nesse sentido, ele insistia “que o estudo sistemático do comportamento político é particularmente urgente tendo em vista o relacionamento desenvolvido entre os cientistas políticos com outros cientistas sociais e com o governo”. Por um lado, “a preocupação comum das demais ciências sociais com os problemas que afetam o governo ajudará na expansão do escopo da ciência política”, por outro, “as necessidades do governo oferecerão as oportunidades de aprender fazendo” (*ibid.*, p. 766).

A década que Herring vislumbrava para a ciência política incluía, dessa forma, um forte compromisso entre ciência e política, entre os estudiosos do governo e o seu próprio objeto de estudo. O “estudo sistemático do comportamento político” e as “necessidades do governo” dependeriam intimamente um do outro e dali em diante deveriam caminhar sempre juntos. “As ciências sociais se tornam mais próximas na medida em que as suas fronteiras se expandem no estudo do comportamento do homem em sociedade. Os estudiosos da sociedade tornam-se participantes do governo e ampliam seu leque de interesses e de conhecimento” (*idem*).

Se na década à frente a ciência política se tornará um corpo de conhecimento sistemático e coerente que poderá servir como bastião da democracia e como instrumento para uma melhor política pública, isto dependerá da maneira que ela incrementará suas ferramentas de análise. Um melhor trabalho analítico significará que os “homens de entendimento” poderão se liberar mais efetivamente de suas responsabilidades como acadêmicos e, desta forma, se empenhar igualmente como “homens de fê” e “homens de ação”. (*Idem*)

No ano seguinte à publicação deste artigo, Herring desligou-se da Universidade de Harvard, liberando-se finalmente de suas responsabilidades acadêmicas para se dedicar a outros projetos. Além de associar-se por um breve período a *Carnegie Corporation* a fim de desenvolver projetos nas áreas de administração pública e relações internacionais, também dirigiu a Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, e passou a integrar a diretoria do *Social Science Research Council (SSRC)*, instituição criada em 1923 pelo cientista político Charles E. Merriam que se tornara então um dos principais veículos de financiamento de pesquisas em ciências sociais nos Estados Unidos (Ulter e Lockhart, 2002, p. 155). Nesta organização, Herring coordenara a equipe, formada por outros destacados cientistas políticos, Herbert Emmerich, Charles S. Hyneman, e V. O.

Key, que, em 1945, instituiu o *Committee on Political Behavior*. Conforme o relatório anual da SSRC de 1944-1945, que sugeria a criação desse comitê, a organização estava disposta a “explorar a viabilidade de desenvolver uma nova abordagem para o estudo do comportamento político”, “centrado no comportamento dos indivíduos em situações políticas”, “com o objetivo de formular e testar hipóteses relativas a uniformidades do comportamento em diferentes arranjos institucionais” (*apud* Dahl, 1961, p. 764).

Como coordenador do comitê em seus primeiros anos e, a partir de 1948, na condição de presidente da SSRC, função que exerceu até 1968, Herring seria um dos principais responsáveis pela implementação da perspectiva que ele mesmo prenunciara para o desenvolvimento da ciência política como disciplina dedicada ao “conhecimento sobre o comportamento político” – não por uma década, mas por duas. Sob a sua liderança, a SSRC não apenas ampliou expressivamente o financiamento de pesquisa em todas as áreas das ciências sociais – de 571 mil dólares, em 1948, para dois milhões, em 1968 –, como também criou um forte estímulo à adoção da nova perspectiva, através de significativos incentivos financeiros concedidos pelo *Committee on Political Behavior*, que, sob a gestão de Herring, seria coordenado, respectivamente, por dois proeminentes cientistas políticos identificados com a nova abordagem, V. O. Key e David Truman (Dahl, 1961, pp. 764-765; Ulter e Lockhart, 2002, p. 155).³⁷

Nos anos imediatamente após o fim da Segunda Guerra, Herring não deixou também de atuar diretamente junto ao governo em importantes tarefas, sobretudo na área de “segurança nacional”, cujo próprio conceito havia sido em parte desenvolvido em livro que publicou em 1941, pouco antes do ataque japonês à Pearl Harbor, *The Impact of War: Our American Democracy Under Arms*. Graças, aliás, à repercussão positiva desta obra nos círculos militares que Herring acabou se tornando um proeminente consultor durante a guerra. Neste livro, ele argumentava que a “persistente suspeita do militarismo” do governo estadunidense o teria deixado despreparado para enfrentar os novos desafios que se avizinhavam. Ele sugeria uma nova abordagem para a política externa e propunha a reformulação do aparato burocrático-militar do Estado no sentido de uma maior “centralização, padronização e arregimentação”, a fim de encurtar a distância que separava e

³⁷ Conforme relato de Robert Dahl (1961, p. 765), “este comitê tem sido ativo estimulante para o crescimento da abordagem comportamental [*behavioral approach*] até o presente; de fato, em anos recentes (sob a presidência de David Truman) o comitê também tem premiado pesquisas com subsídios”. Reconhecimento da importância do mesmo comitê e da liderança de Herring à frente da SSRC para o desenvolvimento do behaviorismo pode ser encontrado também em: Easton, 1962; Truman, 1955.

desarticulava as esferas de governo, além de incorporar ao comando militar especialistas civis (Herring, 1972, p. 18, 276). Segundo o historiador militar Douglas T. Stuart (2000, p. 8), tais ideias teriam contribuído para a criação de entidades como os *Joint Chiefs*, o *Office of Strategic Services (OSS)*, e o *State-War-Navy Coordinating Committee* durante a Segunda Guerra. As preocupações de Herring quanto à “segurança nacional”, porém, não se restringiam à guerra. Para o cientista político, tal aparato burocrático-militar deveria ser mantido permanentemente, na guerra ou na paz. Nesse sentido, Herring foi um dos principais arquitetos intelectuais do “Estado de Segurança Nacional” que emergiu nos Estados Unidos após a guerra, tendo sido um dos idealizadores do *National Security Act*, de 1947, que, dentre outras coisas, integrou os antigos Departamento de Guerra e Departamento da Marinha ao novo Departamento de Defesa (DoD), fundou o Conselho de Segurança Nacional, além da Central de Inteligência Americana (CIA), sucessora em tempos de “paz” da OSS (Stuart, 2000; Zelizer, 2010a).

2.1.2 1953: Pendleton Herring anuncia o começo da grande transformação

Em 1953, Herring já ocupava havia bem mais de uma década um posto singular na interseção entre governo e academia, quando finalmente foi agraciado com a presidência da *American Political Science Association (APSA)*. Em seu discurso inaugural, ele demonstrou grande satisfação com o progresso da disciplina. A ciência política, ele exultou sem cerimônia, “agora é parte da nossa força nacional”, “vital ao funcionamento bem sucedido das livres instituições” (Herring, 1953, p. 961). À medida que o “destino nacional” e a “estabilidade mundial” tornaram-se problemas prementes para a maioria dos cidadãos dos Estados Unidos, o “estudo do governo tornou-se vitalmente importante”. Executado “de forma adulta, madura”, e não “tratado com indulgência emocional e sentimentos partidários”, a ciência política nos Estados Unidos teria se constituído num patrimônio nacional.

Como a “capacidade produtiva do país”, o “avanço tecnológico”, o “crescimento econômico” e a “segurança nacional” seriam objetivos nacionais “para além de disputas partidárias”, e como, nas palavras de Herring, “não devemos nos contentar com um governo meramente representativo, como se a representação fosse em si mesma o objetivo derradeiro”, afinal, “o autogoverno deve ser um governo efetivo se quiser ser adequado

às atuais responsabilidades”, haveria, mais do que nunca, a necessidade de “uma compreensão mais realista de nosso próprio sistema político” (*ibid.*, pp. 962-963, *passim*). O consenso em torno dos objetivos nacionais e a urgência por realizá-los de forma efetiva teriam concorrido, assim, para a criação de um ambiente mais do que propício para o desenvolvimento de uma ciência política dedicada ao conhecimento realista do comportamento político. “Uma grande democracia precisa conhecer a si mesma”, declarou Herring, de modo que, ao “servir às nossas exigências profissionais”, os cientistas políticos estariam também cumprindo “a função vital de ajudar a democracia a se conhecer melhor” (*ibid.*, pp. 965, 971).

Curiosamente, apesar de Herring reafirmar aqui o mesmo compromisso entre a vocação profissional dos cientistas políticos com “o estudo do governo” (título escolhido para a publicação impressa do discurso) e de sua vocação cívica com a defesa da democracia, não há neste discurso presidencial de 1953 qualquer menção, como no artigo de 1945, à necessidade de os cientistas políticos se envolverem diretamente com o governo a fim de “aprender fazendo”, como tampouco há qualquer sugestão de que eles deveriam se liberar de suas responsabilidades como “homens de entendimento” – estudiosos do governo – a fim de eventualmente atuarem como “homens de fé” – proclamadores dos valores democráticos ou legitimadores da autoridade instituída – ou “homens de ação” – formuladores e defensores de políticas públicas específicas. Ao contrário, a atuação do “cientista político enquanto tal”, antes apresentada como uma condição paralela, embora proeminente, aparece agora como uma condição suficiente em si mesma. Se, em 1945, o “entendimento do comportamento político” aparecia como um objetivo destacado ao lado de outros, em 1953, ele é singularizado como a única razão de ser dos cientistas políticos. O “entendimento” não estaria nem acima nem ao lado da “fé” e da “ação”; o “entendimento” seria a própria “fé” e “ação” dos cientistas políticos. Estes não precisariam agir nem como ideólogos nem como reformadores a fim de defender a democracia; bastaria que exercessem rigorosamente o seu ofício de cientista.

Essa mudança é significativa. Em 1945, Herring, preocupado em manter a unidade da disciplina, perigosamente cindida entre aqueles que se aferravam ao núcleo mais tradicional da disciplina e os seus críticos que, considerando-o obsoleto, rumavam à periferia para explorar novos horizontes, buscou se apresentar como um ponderado mediador, aconselhando aos primeiros a incorporação de abordagens provenientes de outras ciências sociais – afinal, as transformações recentes do próprio objeto de estudo da ciência

política tornara isso uma exigência – e recomendando aos últimos mais cautela para que não descartassem tão apressadamente as tradicionais perspectivas filosóficas, históricas e legais – afinal, por maiores que fossem as mudanças, a “substância da política moderna” continuaria essencialmente a mesma. Em 1953, contudo, a própria separação entre núcleo e periferia da disciplina desaparece, e o que antes era tratado como periférico assume o centro das preocupações de Herring.

No ensaio publicado ao fim da guerra, Herring assegurava que “a preocupação tradicional do pensamento político com o escopo e a justificação da autoridade estatal é mais do que nunca vital para a vida contemporânea” (Herring, 1945, p. 759). Menos de uma década depois, diante de seus colegas da APSA, ele afirmava que o trabalho teórico seria relevante somente na medida em que orientasse “a análise e a busca pela verificação ou descarte de hipóteses”. “Nesse contexto, não concebo a teoria como filosofia: como um ordenamento de valores de modo a providenciar uma justificação racional para o poder político, mas antes como um esquema conceitual para a análise e o ordenamento de dados empíricos sobre o comportamento político”. A “teoria de caráter sistemático e analítico não surge como consequência da exortação (...), mas antes da descoberta de pontos focalizados onde os dados empíricos sugerem uniformidades e oferecem alguma base para generalizações” (Herring, 1953, p. 968). A diferença no tom e no conteúdo não podia ser mais discrepante. Herring iria além. Não apenas a tradicional abordagem filosófica de legitimação da ordem seria esconjurada, como também o lugar do cientista político como conselheiro da autoridade instituída e como reformador social seria, senão recriminado, ao menos colocado sob suspeita.

Tudo isso significa um esforço mais devotado na formulação de hipóteses, na ordenação das evidências, na postulação de alternativas, em vez da defesa de posições ou da proposição de soluções. Devemos dar mais atenção à análise e menos à prescrição e a recomendações com base em evidências inadequadas. O objetivo se torna não a afirmação de leis universais ou o estabelecimento de princípios fundamentais, mas, em vez disso, a verificação de proposições apresentadas com o acompanhamento suficiente de dados de forma que outros investigadores possam, se quiserem, realizar pesquisas comparáveis e rejeitar, confirmar, ou modificar as proposições originais. É esta atitude intelectual que prepara o terreno para os investigadores alcançarem grandes avanços: isto acontece conforme as descobertas empíricas se tornam cumulativas e abrem o caminho para novas formulações teóricas. (*Ibid.*, pp. 968-969)

A acentuada mudança na postura de Herring, percebida até mesmo no vocabulário – expressões vagas sobre o “avanço do conhecimento sistemático sobre o comportamento político” dão lugar a termos mais apurados como “formulação de hipóteses”, “ordenação de evidências”, “acúmulo de descobertas empíricas”, etc. –, expressava, na

verdade, uma mudança em curso no próprio campo da ciência política na época. A aparição durante a guerra de um grupo ainda disperso de cientistas políticos descontentes com os aspectos tradicionais da disciplina havia engendrado nos anos seguintes um movimento intelectual relativamente coeso voltado para a sua radical transformação. Herring admitia que essa “preocupação com a análise política” ainda “era mais uma tendência do que uma realização, mais uma atitude intelectual do que um sistema” (Herring, 1953, p. 969), mas seus efeitos já eram então bastante perceptíveis, como a própria nomeação de Herring para a presidência da APSA não deixava dúvida. A chamada “revolução behaviorista” na ciência política estadunidense, como ficou conhecido o movimento que buscou realizar e sistematizar aquela “tendência” ou “atitude intelectual” favorável ao entendimento científico do “comportamento humano” – na qual Herring foi uma figura de proa –, já estava então em pleno andamento.³⁸

2.2 A “revolução behaviorista” segundo a sua vanguarda

O behaviorismo, dada a importância que teve na reconfiguração da disciplina de ciência política nos Estados Unidos e, por conseguinte, em uma proporção nada desprezível, para o próprio desenvolvimento do pensamento político do país na segunda metade do século vinte, ainda hoje é um dos tópicos mais frequentes, na verdade, o tema dominante na história da disciplina. No momento em que o behaviorismo atingia o seu zênite, dois dos primeiros historiadores da disciplina podiam declarar que ele era não só

³⁸ De acordo com Somit e Tanenhaus (1967, p. 187), em 1951, Peter Odegart teria sido o “primeiro cientista político inegavelmente alinhado à ala behavioral da profissão eleito presidente da associação”. Todavia, há bons motivos para afirmar que Herring foi, de fato, o primeiro. Odegart, por exemplo, em seu discurso inaugural, preocupado com a “política total” desencadeada pela “guerra total”, ao mesmo tempo em que convidava seus colegas a integrar seus conhecimentos sobre “jurisprudência, administração, relações internacionais, finanças públicas, partidos políticos e opinião pública, estudos comparados de governo” aos conhecimentos “de muito da antropologia, sociologia, economia, história e psicologia”, uma vez que todas essas áreas “seriam não mais que aspectos da ciência total do homem como animal político” (um tema, de fato, bastante reiterado pelos behavioristas), também incluía “os princípios da moralidade e da retidão”, em suma, a “ética” no “quadro de referência” das investigações na ciência política (algo que os behavioristas rejeitariam unanimemente). Nesse sentido, longe de renegar a tradicional ciência política, Odegart, ao contrário, evocou os estudos sobre ética de Aristóteles, sobre comunidade cristã de Hobbes, sobre o entendimento humano de Locke, sobre economia de Rousseau, sobre a razão de Kant, e sobre os sentimentos morais de Adam Smith como exemplos para serem seguidos pelos modernos cientistas políticos (Odegart, 1951, p. 964). Desta perspectiva, Bernard Crick (1959, p. 233) parece correto ao pôr o nome de Odegart entre alguns dos “muitos poderosos críticos do cientificismo” que “acreditavam que os ‘cientistas’ haviam desertado da política”.

“a questão mais controversa” da época, como “facilmente era o mais importante desenvolvimento de toda a história intelectual da disciplina” (Somit e Tanenhaus, 1967, p. 173). Tal impressão tem sido duradoura. Segundo ressaltou mais recentemente outro historiador da disciplina, o behaviorismo tornou-se “central para o modo como os cientistas políticos americanos contemporâneos veem o passado de sua disciplina”; independentemente do julgamento que possam ter, a percepção geral sobre as “transformações em larga escala” provocadas por aquele movimento seria de tal ordem “a ponto de tornar a periodização em eras pré-behavioralista, behavioralista e pós-behavioralista o enquadramento comum por meio do qual os cientistas políticos concebem seus predecessores” (Adcock, 2007, p. 180). A centralidade do behaviorismo para a historiografia disciplinar da ciência política não é exagerada. Na verdade, não apenas o behaviorismo tornou-se seu tema dominante, como é possível mesmo argumentar que o próprio surgimento de um interesse historiográfico sobre a ciência política nos Estados Unidos é, de certa forma, um dos efeitos da “revolução behaviorista”.

Até os anos 1950, as narrativas históricas mais comuns sobre a ciência política nos Estados Unidos a retratavam como o estágio mais recente de uma longa linhagem de pensadores políticos, quase invariavelmente ocidentais, desde a antiguidade até a modernidade. Nesse sentido, a história da disciplina de ciência política e a história do pensamento político com frequência se confundiam. De fato, como enfatizou um historiador da disciplina, “falar sobre estudos de ‘história’ da ciência política antes do movimento behaviorista requer pôr o assunto entre aspas. Simplesmente não havia tal gênero” (Gunnell, 1991, p. 17). Mesmo os mais convictos e militantes cientistas políticos behavioristas, que apresentavam a sua opção intelectual como uma verdadeira ruptura revolucionária em relação ao passado, “retinham essa hagiografia e a imagem de uma continuidade orgânica com uma grande tradição” (*Ibid.*, p. 14).³⁹

³⁹ David Easton, por exemplo, naquele que é considerado por muitos o grande manifesto do movimento behaviorista, *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*, publicado em 1953, inicia a sua crítica à “relutância da ciência política americana em adotar e ensinar seriamente os padrões válidos de pensamento, observação e descrição que estamos hoje inclinados a associar a algo vagamente chamado de método científico” com um capítulo de caráter histórico que situa a ciência política em uma longa tradição de “dois mil anos depois de Aristóteles, primeiro acadêmico importante no Ocidente a tratar os fatos seriamente”. Em seguida, ele faz uma demorada digressão sobre Hobbes, Espinoza, Helvetius, Condorcet, Diderot, Montesquieu, Comte, Marx e Spencer, para finalmente abordar a “fuga da razão” que caracterizaria o “humor” predominante na ciência política na primeira metade do século vinte, contra o qual uma teoria empiricamente fundamentada sobre o comportamento político deveria se insurgir (Easton, 1971, pp. 4, 7, 19). Heinz Eulau, outro eminente behaviorista, declararia, uma década depois, que, “ao lidar com as condições e as consequências da conduta política humana, a persuasão behavioral representa a tentativa, através dos meios modernos de análise, de completar a busca pelo conhecimento político iniciada pelos

O ímpeto revolucionário, com toda a sua bombástica retórica de ruptura com a tradição, e o impulso historiográfico, com a sua serena linguagem arqueológica de reconstrução da tradição, confluíam. As imagens da “revolução” serviram tanto para descrever uma tendência intelectual, como para articular um movimento no interior da disciplina. Conforme observou o cientista político e também historiador da disciplina James Farr (1995a, p. 200), “essas proclamações revelavam o quão imensamente autoconscientes os cientistas políticos estavam em relação aos seus objetivos, esperanças e promessas, assim como em relação aos desafios que os aguardavam”. Nesse sentido, elas expressavam a necessidade aparentemente incongruente que os cientistas políticos behavioristas nutriam de “inventar uma tradição”, na acepção salientada pelo historiador Eric Hobsbawm (1983, p. 2) de que “as Revoluções e os ‘movimentos progressistas’ que rompem com o passado, por definição, possuem o seu próprio passado relevante” que “confere à mudança almejada (...) a sanção do precedente”. Assim, por exemplo, em uma das primeiras coletâneas de textos behavioristas organizada por alguns de seus mais eminentes representantes, excertos dos livros de Graham Wallas, *Human Nature in Politics*, e de Arthur Bentley, *The Process of Government*, ambos publicados em 1908, seriam selecionados como abre-alas da coleção por serem tidos como “livros seminais que provavelmente marcam o começo da moderna abordagem do comportamento político”, ainda que, reconhecidamente, “nem Wallas nem Bentley imprimiram uma marca imediata na principal corrente da ciência política” (Eulau, Edelrsveld e Janowitz, 1956, p. 7) – o livro de Bentley só ganharia uma segunda edição, sendo retirado da obscuridade, em 1949. Desta forma, alguns dos primeiros esboços da história da disciplina de ciência política nos Estados Unidos, longe de serem meras descrições desinteressadas sobre a sua trajetória, muitas vezes apareciam misturadas a palavras de ordem que exprimiam certo “horizonte de expectativas” – para usar o conceito do historiador Reinhart Koselleck (2006) –, que,

teóricos políticos clássicos”. “Se pode parecer surpreendente que a persuasão behavioral seja a continuação da clássica tradição de investigação política”, ele esclareceria, “isto depende em grande medida do que se entende por continuidade. Se esta significa uma contínua exegese dos textos clássicos como se fossem textos sagrados, a persuasão behavioral, de fato, realiza uma ruptura radical com a teoria política. Mas se por continuidade entendemos, como penso que devemos, a aplicação dos modos de pensamento e técnicas de investigação adequadas aos problemas políticos próprios de cada época, então a persuasão behavioral é uma descendente direta e genuína da tradição clássica” – “de Platão a Mill” (Eulau, 1963, p. 7, 8). Gabriel Almond (1966), um dos responsáveis por introduzir a abordagem behavioral na área de política comparada, em seu discurso presidencial da APSA, também traçaria uma linha evolutiva que viria desde Platão e Aristóteles, passando por Cícero, Políbio, e Aquino, até chegar nos pensadores constitucionalistas britânicos, Harrington, Lilburne e Locke, em seguida em pensadores iluministas como Montesquieu, para finalmente concluir com os autores de “O Federalista”, Hamilton e Madison, precursores diretos dos cientistas políticos estadunidenses do final do século dezanove, Wilson, Goodnow, Lowell, etc.

mirando a alteração do curso futuro da disciplina, também projetavam-se em direção ao seu passado.

A princípio, isso bastaria para descartar essas narrativas históricas como fontes pouco confiáveis para a compreensão fidedigna do movimento behaviorista. Afinal, como sublinhou Gunnell (1991, p. 18), “embora tais interpretações sinópticas tenham servido para manter os cientistas políticos preocupados com sua história, elas também tendiam a repelir uma investigação cuidadosa do passado”. “Tais interpretações”, avalia Gunnell, “seriam a essência da história como retórica e foram delineadas para dar apoio a reivindicações particulares sobre o estado da disciplina e seu futuro rumo preferido”, e como tais, “elas merecem atenção principalmente como eventos na história da ciência política e como exemplos dos usos, e abusos, da história nos debates disciplinares” (*idem*).

Sem negar o uso “retórico” dessas narrativas, é preciso reconhecer, todavia, que, sendo “eventos na história da ciência política”, elas não podem ser encaradas simplesmente como exemplos dos “usos e abusos” da história.⁴⁰ À medida que os cientistas políticos behavioristas forjavam uma narrativa histórica para atribuir sentido ao seu movimento, eles não estavam apenas cometendo equívocos ou mesmo fraudando a história; eles estavam, mais do que isso, fazendo história. Para recorremos a alguns apontamentos esclarecedores deixados por Koselleck (2006, pp. 109-110, 98), é preciso entendermos que “um conceito não é somente o indicador de conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias”, daí que “sem conceitos comuns (...) não pode haver unidade de ação política”.

Um exame sucinto de tais narrativas históricas organizadas em torno da noção de “revolução” ajuda a revelar a maneira como os behavioristas construíram a identidade de seu grupo, seja em oposição a certos adversários, seja em associação a outros, considerados potenciais aliados, orientando, pois, as suas ações para a efetiva transformação da disciplina. Nesse sentido, é pertinente a observação de Farr (1995a, p. 200) de

⁴⁰ Gunnell aparentemente reviu a posição dele mais tarde. No apêndice de uma obra mais recente, intitulado *Telling the story of Political Science*, ele foi mais cuidadoso na escolha dos termos. Referindo-se aos escritos dos behavioristas sobre a história da disciplina, ele diria: “Eles agora merecem atenção primariamente como eventos na história da ciência política e como exemplos dos usos da história nos debates disciplinares. Mas durante o período, também havia o começo dos estudos históricos de caráter mais autônomo e compreensivo, mesmo que a motivação inicial derivou de um contexto de controvérsia disciplinar” (Gunnell, 2004, p. 255).

que “uma história cuja estrutura narrativa gira em torno dos debates acerca de tais proclamações não somente parece estar em ordem; mas qualquer interpretação sobre o behavioralismo que as evite estaria sendo negligente”.

2.2.1 O “modelo soviético de revolução” de Robert Dahl e David Easton

Em geral, as narrativas históricas disciplinares produzidas pelos cientistas políticos behavioristas tinham uma clara conotação triunfalista, mas isso não os impedia de notar a existência de correntes opostas ao seu projeto, ainda que fosse para diminuir-lhes o potencial crítico e, desta forma, marginalizá-las como parceiras menores no interior da mesma disciplina ou mesmo capturá-las como um complemento necessário ao empreendimento maior de uma ciência política efetivamente mais científica e, nesse sentido, bem menos politizada.

Robert Dahl, num influente ensaio intitulado *The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest*, argumentou que “o rápido florescimento da abordagem behaviorista nos Estados Unidos sem dúvida dependeu de algumas atitudes elementares e predisposições geradas pela cultura americana – o pragmatismo, a mentalidade factual, a confiança na ciência, e afins”, de modo que, “em retrospecto, a revolta ‘behavioral’ na ciência política foi, se alguma coisa, excessivamente atrasada” (Dahl, 1961, pp. 763, 770). Todavia, ele reconhecia que a “abordagem behaviorista” não fora um desenvolvimento de todo espontâneo; ela teria contado também com alguns “poderosos estímulos” (*ibid.*, p. 763): o “impacto coletivo da ‘escola de Chicago’” para a “nova inclinação para o empirismo científico”, graças à liderança de Charles E. Merriam e de seus discípulos, Harold Lasswell, V. O. Key, Jr., David Truman, Herbert Simon e Gabriel Almond; a migração para os Estados Unidos de um número expressivo de refugiados europeus, particularmente alemães, que traziam consigo uma “abordagem sociológica da política” fortemente tributária de Max Weber, como Franz Neumann, Sigmund Neumann, Paul Lazarsfeld, Hans Speier, Hans Gerth, Reinhard Bendix, entre outros; a Segunda Guerra Mundial, que infundiu “um forte senso de inadequação das abordagens convencionais da ciência política para descrever a realidade, menos ainda prever em qualquer situação dada o que poderia ocorrer”; o “ímpeto ainda maior – não sem relação com os efeitos da guerra – providenciado pelo *Social Science Research Council*,

que teve, sem ostentação, mas um enorme impacto acumulativo nas ciências sociais dos Estados Unidos”; “o rápido desenvolvimento do método de ‘survey’ como instrumento disponível ao estudo das escolhas e atitudes políticas, especificamente do comportamento dos eleitores”, promovido, particularmente, pelo *Survey Research Center*, da Universidade de Michigan, e pelo *Bureau of Applied Social Research*, da Universidade de Columbia; e, finalmente, a “influência daquelas instituições unicamente americanas, as grandes fundações filantrópicas – especialmente a Carnegie, a Rockefeller, e mais recentemente a Ford – que, graças a suas enormes contribuições financeiras à pesquisa acadêmica, e a inevitável seleção entre propostas concorrentes que isto acarreta, exercem considerável efeito sobre a comunidade acadêmica” (Dahl, 1961, pp. 763-766, *passim*).

Todos esses fatores teriam confluído nos anos 1950 de tal maneira que, de acordo com Dahl (*ibid.*, p. 766), “os sectários revolucionários se viram, talvez mais rapidamente do que fosse possível imaginar, membros do establishment”, o que seria motivo de celebração. “Ademais, se aquela revolta não tivesse ocorrido, a ciência política teria se tornado cada vez mais alienada das outras ciências sociais”. No entanto, se esta unidade entre as ciências sociais, na opinião de Dahl, foi garantida pela “abordagem comportamental”, o que o fez enaltecer os “benefícios atuais e provavelmente futuros da revolta comportamental”, outras unidades teriam sido abaladas e estariam ainda à procura de um rearranjo, não “exatamente nos antigos moldes”, conforme advertia. Ele identificou, assim, “cinco fragmentos em busca de uma unidade”: a “ciência política empírica”, representada pela “abordagem comportamental”, “os padrões de valoração, a história, a teoria geral e a especulação” (*ibid.*, p. 770). A unidade que Dahl propôs, todavia, era bastante assimétrica: todos os quatro últimos “fragmentos”, segundo ele, teriam que, mal ou bem, se ajustar ao primeiro se quisessem perdurar. Dahl foi bem sutil na exposição de suas ideias, porém, a sua mensagem era clara:

Há muitas razões para pensar que unidades possam ser forjadas novamente. Afinal, como nos lembram os nomes de Sócrates, Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, e Tocqueville, de tempos em tempos no passado o estudo da política é alterada, permanentemente, pela revigorada infusão do espírito de investigação empírica – por assim dizer, pela perspectiva científica. (*Ibid.*, p. 772)

Neste sentido, segundo Dahl, “a ‘abordagem comportamental’ pode ser melhor chamada de ‘disposição comportamental’ ou talvez até de ‘perspectiva científica’” (*ibid.*, p. 768). A intenção de Dahl era óbvia: qualquer unidade só seria possível na medida em que os quatro últimos elementos da ciência política, todos remanescentes de uma concepção tradicional julgada inadequada, aceitassem sobreviver em uma condição subordinada, como

um tipo de apêndice corretivo ao primeiro elemento, este sim, verdadeiro herdeiro, nos tempos modernos, de uma milenar tradição. Isto, claro, se os cientistas políticos behavioristas admitissem – conforme desejava Dahl – a contribuição, ainda que submissa, daquelas perspectivas ao seu empreendimento científico. Afinal, “o cientista político empírico está preocupado com o que *é*, como ele diz, não com o que *pode ser*. Assim, ele pensa ser difícil e incompatível assumir o fardo histórico do filósofo político que busca determinar, prescrever, elaborar e empregar padrões éticos – valores, para usar um termo da moda – ao avaliar os atos e os sistemas políticos”. Caberia muito mais ao filósofo político, portanto, incorporar o “modo sofisticado” da ciência política empírica ao seu ofício, pois “um ato de avaliação política não poder ser feito num meio estéril livre da contaminação dos fatos brutos” (Dahl, 1961, pp. 770-771). De maneira semelhante, “haveria pouco espaço para dúvida de que a maioria dos estudos que refletem a disposição comportamental é a-histórica por natureza”, e, ainda que tal lacuna pudesse ser dirimida em uma ou outra ocasião, “em vez de exigir que todo teórico se torne o seu próprio historiador, talvez seja mais factível demandar que mais historiadores se tornem teóricos ou, em alguma medida, familiarizados com as questões, problemas e métodos mais relevantes das modernas ciências sociais” (*ibid.*, pp. 771, 772).

As principais contribuições que a tradicional ciência política poderiam oferecer de forma mais efetiva à abordagem behaviorista seriam uma espécie de prevenção contra uma “perigosa e disfuncional modéstia: a modéstia do cientista social que pode ser muito confiante em relação às suas descobertas em pequenas questões e dúbio quanto a se ele tem qualquer coisa a dizer sobre as questões maiores”. “O cientista político que entrama ceticismo com rigor metodológico está dolorosamente consciente das inadequações de qualquer teoria que vai muito além dos dados imediatamente à mão. Contudo, parece claro que, a menos que o estudo da política engendre e se oriente por teorias gerais amplas, ousadas, mesmo se altamente vulneráveis, ele está destinado ao derradeiro desastre da trivialidade”. Nesse sentido, Dahl sugere que “a ciência política empírica encontre um lugar para a especulação”. Mas o exemplo que utiliza para destacar a importância da especulação não provém abordagem tradicional filosófica ou histórica, mas das ciências naturais. “É um erro grave, porém fácil, para os estudiosos da política impressionados com as conquistas das ciências naturais imitá-las em todos os métodos, salvo o mais crítico: o uso da imaginação” (*ibid.*, p. 772).

Para ilustrar seu argumento, ele evoca os nomes de Galileo, Kepler, Newton e Einstein. E a razão seria uma só, todos esses grandes cientistas, todos físicos, submeteram a especulação ao “teste empírico de hipóteses [que] muito apropriadamente se moveu para a posição central do grande palco da ciência política” (Dahl, 1961, p. 772). Diante do quadro de alternativas esboçado por Dahl, ou os “fragmentos” mais tradicionais da ciência política resignavam-se à nova condição subalterna no interior da disciplina remodelada conforme os parâmetros da “perspectiva científica” da “abordagem comportamental”, ou se alienavam irremediavelmente do *establishment* ou *mainstream* da disciplina, tornando-se obsoletos. É precisamente neste sentido que se deve entender o “epitáfio ao monumento de um protesto bem-sucedido” escrito por Dahl (1961, p. 770):

Aonde vai a disposição comportamental, considerada como um movimento de protesto? Penso que ela irá gradualmente desaparecer. Por isso quero dizer somente que ela irá declinar lentamente como uma disposição ou perspectiva distinta. Porque ela irá se incorporar, na verdade já está sendo incorporada, ao corpo principal da disciplina. A disposição comportamental não irá desaparecer, assim, porque falhou. Ela irá desaparecer, em vez disso, porque foi vitoriosa. Como uma perspectiva separada, de certa forma sectária, levemente faccional, ela será a primeira vítima de seu próprio triunfo.

É irresistível, e não deixa de ser irônico, observar nessa passagem, que sintetiza a concepção de Dahl sobre o sucesso da “revolução comportamentalista”, ecos de uma interpretação leninista sobre a revolução comunista. Da mesma forma que, para Lênin, o Estado, após ser utilizado de forma bem-sucedida pelo proletariado revolucionário como instrumento de socialização da produção, acabaria por “tornar-se supérfluo num domínio após o outro, adormecendo, então, por si próprio” até finalmente “extinguir-se” (Lênin, 1980, pp. 232-233), também para Dahl o próprio triunfo da perspectiva comportamentalista levaria o movimento ao lento declínio até o seu total desaparecimento. Para forçarmos um pouco mais o paralelo, é como se os traços da antiga “tese” tradicionalista, uma vez confrontadas vitoriosamente pela “antítese” comportamentalista, só tivessem lugar como elementos superados e subordinados em uma “síntese” científica. O “modelo soviético” de revolução, por assim dizer, estava, é claro, bem presente na atmosfera intelectual da época para servir de inspiração à retórica revolucionária dos comportamentalistas, ainda que fosse uma apropriação curiosamente paradoxal, uma vez que, como os próprios comportamentalistas reconheciam, o termo “*behavioral sciences*” foi cunhado, inicialmente, para afastar qualquer conotação ao socialismo ou ao reformismo que o termo “*social sciences*” poderia evocar (voltaremos a esse ponto mais a frente).

David Easton (1962, p. 14), um dos que admitiam tais “forças acidentais convergiram para popularizar o novo nome”, ainda que não considerasse tal origem decisiva, também se baseou nesse arquétipo para criar a sua versão da “revolução behaviorista”, recorrendo, não à teoria de “extinção do Estado” de Lênin, mas à “teoria do desenvolvimento desigual e combinado” que sustentava o conceito de “revolução permanente” em Trotsky. Nesse caso, a referência é mais facilmente rastreável do que na versão de Dahl. Easton (1971, p. 14, n1) já havia citado elogiosamente a “lei do desenvolvimento combinado de Trotsky em sua História da Revolução Russa”, na qual este teria “corrigido a lei do desenvolvimento social de Marx para indicar que a mudança histórica podia saltar etapas”.

Quando convidado a redigir a introdução de uma coletânea de ensaios para um simpósio organizado pela *The American Academy of Political and Social Science* sobre o “sentido atual do behaviorismo”, Easton (1962, p. 20) valeu-se dessa mesma abordagem teórica para tratar do “verdadeiro caráter da revolução dual atualmente em curso na ciência política”. Não contente com as definições em circulação sobre o behaviorismo, por parte de seus adeptos e críticos igualmente, que tendiam a “olhar para a mesma região no espaço – a ciência política moldada de acordo com os pressupostos metodológicos das ciências naturais, como dita o cliché já desgastado” (*ibid.*, p. 9),⁴¹ Easton avança um interpretação alternativa e engenhosa. Segundo ele, não faria muito sentido reduzir o behaviorismo na ciência política à mera “introdução do método científico e nada mais”. Isso equivaleria a considerar a própria mudança na terminologia como simples “capricho” ou “modismo”, uma vez que a aplicação continuada dos métodos científicos ao estudo do comportamento político era algo que remontaria às décadas de 1920 e 1930, isto é, bem antes de o termo “*behavioral science*” se espalhar (*ibid.*, pp. 9-10). “Se pararmos aqui e concluirmos que isto é tudo o que o novo nome comporta, estaremos negligenciando algumas implicações substantivas essenciais do movimento contemporâneo na ciência política, implicações de um tipo que mostram nossa disciplina como parte integral de uma

⁴¹ Easton ofereceria uma lista com oito aspectos “aceitavelmente acurados e razoavelmente exaustivos” que “provavelmente inclui todos os grandes princípios do credo behaviorista e representa as principais diferenças entre os modos de pesquisa behaviorista e tradicional”. Seriam esses: 1) a descoberta de uniformidades no comportamento político; 2) a validação empírica dessas generalizações; 3) o emprego consciente de técnicas de obtenção e interpretação de dados; 4) a mensuração e a quantificação quando possível das descobertas empíricas; 5) a separação entre valoração ética e explicação empírica; 6) a sistematização da pesquisa num corpo ordenado de conhecimento; 7) a precedência da “ciência pura” ou “básica” na busca da compreensão do comportamento político, e 8) a busca pela integração com as demais ciências sociais (Easton, 1962, pp. 7-8).

mudança mais profunda que transcorre nas ciências sociais como um todo em nossa época” (Easton, 1962, p. 10).

A própria noção de “*behavioral science*”, segundo Easton (*ibid.*, p. 14), “pre-nuncia um novo ponto de virada na estrada [do conhecimento social], o começo de um rumo de desenvolvimento fundamentalmente novo”. “A nova terminologia reflete o fato de que dois novos ingredientes foram acrescentados à pesquisa social contemporânea que ajudarão a separar de todas as eras passadas”. Estes seriam, em primeiro lugar, a demanda por “teorias empíricas”, “em todos os níveis de generalidade (...) que, em princípio, possam ser reduzidas a proposições testáveis”, e, em segundo lugar, a busca por “unidades de análise estáveis que possam desempenhar o mesmo papel na pesquisa social que as partículas de matéria desempenham nas ciências físicas” (*ibid.*, pp. 14-15, *passim*). Segundo Easton, o behaviorismo não significaria, portanto, apenas a adoção de métodos científicos extraídos por analogia das ciências naturais. Mais do que isso, ele implicaria na própria elevação das ciências sociais, e da ciência política, em particular, ao mesmo patamar das ciências naturais. “Em sua adoção mais abrangente da etiqueta ‘*behavioral science*’, ela simboliza a esperança de que, finalmente, algumas variáveis comuns possam ser descobertas, variáveis de um tipo que restarão no coração de uma teoria útil ao melhor entendimento do comportamento humano em todos os campos”. Nesse sentido, o behaviorismo não se limitaria à simples aplicação do método empírico de investigação. “Ele enriquece tal método ao enfatizar o componente teórico bastante negligenciado até aqui. Além de todo o credo científico apresentado antes, é o princípio teórico que está se alargando no presente período histórico e que confere à iniciativa científica nas disciplinas sociais o caráter especial subentendido na ideia de *behavioral sciences*” (*Ibid.*, p. 18).

Todas as interpretações anteriores sobre a abordagem behaviorista na ciência política, ao enfatizar demasiadamente a dimensão metodológica das transformações experimentadas pela disciplina, em contraste com as demais ciências sociais, que àquela altura já haviam incorporado satisfatoriamente aquele arcabouço técnico, falhariam, segundo Easton, em não perceber a importância fundamental daquele ímpeto de teorização comum a todas as ciências sociais naquele momento. É precisamente neste ponto, para contrapor-se às interpretações sobre as *behavioral sciences* que reforçavam a relevância de seus aspectos metodológicos (marginais) em detrimento dos aspectos teóricos (centrais) – desguarnecendo-as, pois, frente as críticas de “tecnicismo” inconsequente – que Easton lançou mão de sua versão de revolução permanente.

Se olharmos novamente por um momento para as assim chamadas *hard-core sciences*, especialmente a psicologia e a sociologia, podemos ver que, nelas, as técnicas de pesquisa empírica têm lentamente amadurecido desde muito antes da Segunda Guerra Mundial. De fato, essas disciplinas tiveram tempo de sobra para se comprometerem bastante com as habilidades técnicas mais elementares associadas à abordagem científica. (...) Comprometimento e engajamento com a pesquisa científica foram, assim, anteriores com o despertar relativamente recente para a necessidade de uma teoria geral do comportamento humano. Essas disciplinas, portanto, experimentaram um efeito em duas etapas: primeiro veio o método científico e, consideravelmente depois, através do behaviorismo, as preocupações teóricas.

Mas, na ciência política, não houve tal sequência ordenada de exposição aos diferentes aspectos do método científico. Do ponto de vista da experiência das outras ciências sociais, nossa disciplina tem passado por duas revoluções simultaneamente. Nós chegamos ao método científico quase ao mesmo tempo em que as ciências sociais como um todo estavam trocando sua ênfase dos métodos de pesquisa apenas para a teoria também. Com efeito, nós saltamos uma etapa experimentada pelas assim chamadas disciplinas centrais, ou, alternativamente, podemos dizer que combinamos duas etapas em uma. Estamos no processo de absorver os pressupostos básicos do método científico ao mesmo tempo em que nos encaminhamos para a tarefa igualmente árdua de dar sentido ao comportamento que estudamos ao relacioná-lo a algum contexto empiricamente teórico (...). Estamos adotando os pressupostos e meios técnicos associados à ciência da sociedade e ao mesmo tempo estamos avançando para uma abordagem behaviorista. (Easton, 1962, pp. 19-20)

Os paralelos com a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” elaborada por Trotsky (2007, p. 20), segundo a qual “os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas” sem que, contudo, “sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado”, o que lhes daria o “privilegio” de “poder assimilar as coisas ou, dito melhor, em se obrigar a assimilá-las antes do prazo previsto, saltando por toda uma série de etapas intermediárias”, não poderia ser mais evidente. Da mesma forma que Trotsky (2010) argumentava que as tarefas democráticas e nacional-libertadoras típicas das revoluções burguesas do passado só poderiam ser realizadas nos países feudais e colonizados por meio de um “salto” representado pela revolução proletária, também Easton (1971) acreditava que a ciência política deveria suplantar os estágios primitivos das ciências sociais caracterizados pelo “hiperfactualismo”, isto é, a preocupação excessiva com a catalogação de fatos destituída de qualquer discernimento teórico mais amplo, e a “prematura *policy science*”, ou seja, a inclinação a usar apressadamente o conhecimento social para fins reformistas sem que antes houvesse sido alcançado um corpo confiável de conhecimentos “básicos”. O behaviorismo para Easton, tal qual o comunismo para Trotsky, representaria o processo revolucionário que emanciparia a ciência política do seu atraso e colocaria a disciplina em pé de igualdade com o que havia de mais avançado na ciência moderna.

2.2.2 O “modelo de revolução científica” de David Truman e Gabriel Almond

A partir de meados da década de 1960, o “modelo soviético” de revolução cederia lugar nas narrativas históricas dos behavioristas ao modelo das “revoluções científicas”, tal como concebido na influente obra de Thomas Kuhn (1962), *The Structure of Scientific Revolutions*. Tanto David Truman (1965), quanto Gabriel Almond (1966), em seus discursos presidenciais na APSA, recorreram explicitamente a este modelo para interpretar os avanços do behaviorismo na ciência política ao mesmo tempo em que tentavam vislumbrar o estabelecimento de determinados consensos “paradigmáticos” que possibilitassem estabilizar a disciplina, na medida do possível, como uma “ciência normal”. Não é certo até que ponto a troca na escolha dos modelos foi fortuita, provocada pelo impacto imediato e retumbante provocada pela interpretação de Kuhn nos círculos científicos, o que desencadeou intensos debates que perdurariam por décadas. O certo mesmo é que a adoção desse novo modelo foi acompanhada por uma interpretação mais cautelosa sobre o destino triunfante do behaviorismo na ciência política. É de se supor que, ao menos em parte, isso se relacione ao próprio caráter do modelo empregado, ou antes, à forma como tais modelos foram apropriados.

No caso do “modelo soviético”, seja em sua versão leninista, seja em sua versão trotskista, havia uma ênfase maior na trajetória ascendente e quase irrefreável da revolução, como se esta, de alguma forma, obedecesse a alguma necessidade inscrita na lógica das coisas.⁴² Já o “modelo kuhniano”, segundo uma perspectiva historicista mais acentuada, ressaltaria os aspectos até certo ponto contingentes e relativos que concorreriam para a construção de um “paradigma” e, portanto, para o estabelecimento de uma “ciência normal”. Em todo caso, a persistência de visões “tradicionalistas”, isto é, de visões contrárias ou críticas ao movimento behaviorista no interior da ciência política, mesmo após a inegável ascensão deste ao *establishment* da disciplina,⁴³ teria sido um fator decisivo para o abrandamento – porém de forma alguma o abandono – da visão triunfalista

⁴² Easton (1971, p. 14 n1) observa que “Trotsky, neste período [a publicação de História da Revolução Russa citada por ele é de 1932] ainda assumia a inevitabilidade do socialismo. Mais tarde, após a ascensão de Hitler, ele se mostrou disposto a reconhecer uma reversão para o barbarismo como alternativa. A regressão, assim, tornou-se possível”.

⁴³ Eram bastante comuns declarações laudatórias dos cientistas políticos behavioristas neste sentido, mas elas, embora nem sempre, eram acompanhadas por algumas evidências. A elevação do behaviorismo ao *establishment* da disciplina era indicada pelo domínio dos behavioristas na publicação dos principais periódicos acadêmicos, pela nomeação sucessiva de seus eminentes adeptos à presidência da APSA, pelo apoio substancial da SSRC às pesquisas behavioristas, pela indicação de acadêmicos vinculados à tal

dos behavioristas. Para todos esses, conforme se expressou um dos principais expoentes e organizadores do movimento, Bernard Berelson (1964, p. 11), “as *behavioral sciences* estão aqui para ficar”. Essa convicção, porém, matizada agora pela consciência de que as ciências sociais e, em particular a ciência política, estavam ainda muito distantes de uma sólida orientação “paradigmática”, teve que se mostrar mais conciliatória e menos arrogante, sem perder, todavia, o norte do projeto behaviorista.

Truman, neste sentido, mesmo reconhecendo que, na leitura kuhniana, fundamentalmente baseada na física, as ciências sociais estariam mais próximas de uma “fase pré ou não-paradigmática de investigação” e que “nos anos formativos da ciência política nos Estados Unidos, nas décadas em torno da virada do século, o campo não tinha um paradigma, nem adquiriu um desde então”, julgava “acurado argumentar, contudo, que algo vagamente análogo a um paradigma caracterizava a ciência política americana pelo menos no meio século entre 1880 e 1930”, uma vez que seria possível identificar “um acordo implícito, embora razoavelmente geral, sobre o que fazer e como proceder no campo”. Ademais, “a ciência política que surgiu em torno da virada do século gradualmente deslocou e era, em parte considerável, uma revolta contra uma tradição mais antiga de formalismo escolástico e preceptivo”. Truman listou seis aspectos desse “acordo predominante que marcou profundamente a disciplina”: 1) “uma despreocupação com o sistema político como tal”, caracterizada por uma perspectiva “institucionalista”; 2) “uma concepção impensada e em geral implícita de mudança política que era suavemente otimista e irrefletidamente reformista”; 3) “uma total negligência pela teoria em qualquer sentido do termo”; 4) “o conseqüente entusiasmo por uma noção de ‘ciência’ que raramente ia além do bruto empirismo”; 5) “uma forte preocupação paroquial com as coisas americanas que impedia o desenvolvimento efetivo de um método comparativo”, e 6) “o estabelecimento de um compromisso redutor com a descrição concreta” (Truman, 1965, p. 866). Antes de condenar este “acordo” “vagamente paradigmático” que caracterizaria a ciência política no final do século dezenove e início do século vinte, Truman, seguindo de perto as recomendações historicistas de Kuhn, o considerava, dadas as circunstâncias de sua emergência, algo “natural, senão inevitável” (*ibid.*, p. 868).

abordagem aos principais departamentos de ciência política do país, pela criação de novos departamentos e centros de pesquisa nas universidades baseadas nessa orientação, pelo financiamento oferecido programas instituídos pelas principais fundações filantrópicas, pelo aumento expressivo do número de profissionais formados nessas instituições. Todos esses aspectos seriam pontuados, ainda que sumariamente, para efeito de ilustração, sem qualquer exame mais prolongado, por vários cientistas políticos behavioristas (Almond, 1966; Berelson, 1964; Dahl, 1961; Easton, 1962; Eulau, 1963; Truman, 1965).

Todavia – e nisto Truman adota rigorosamente o esquema teórico de Kuhn – isso não teria evitado que algumas vozes colocassem questões que não se ajustavam ao consenso, vozes que teriam se amplificado na medida em que, com o tempo, experiências “incongruentes” e “anômalas” se multiplicavam e se acumulavam de forma incontornável e em uma frequência perturbadora, a ponto de o velho consenso não mais oferecer respostas adequadas e convincentes e, assim, entrar em crise. A Primeira Guerra Mundial, o colapso da Monarquia dos Habsburgo, a fundação da República de Weimar, o lançamento da Liga das Nações, a Revolução Bolchevique, a ascensão do Nazi-Fascismo, a Guerra Civil na Espanha, o fim da Terceira República na França, o Grande Depressão, o New Deal, a Segunda Guerra Mundial, a política mundial após o Acordo de Potsdam, a nova realidade nuclear, e o esfacelamento do antigo sistema colonial, em suma, todos esses eventos teriam colocado em xeque o velho consenso da ciência política estadunidense, bem como criado as condições para que vozes dissidentes, cada vez mais uníssonas, pudessem ser apreciadas seriamente (Truman, 1965, p. 868). Contudo, a dissolução gradual do velho acordo, a despeito da emergência de uma perspectiva alternativa, identificada, nesse caso, com a perspectiva comportamental, não teria originado em seguida, na visão de Truman, um novo consenso, mas antes, um estado de “confusão e divergência”, que, não obstante, poderia muito bem ser superado, desde que algumas tendências se consolidassem (*ibid.* 1965, p. 869).

Em primeiro lugar, Truman identificou um crescente interesse pela noção de “sistema político” que, caso se tornasse o “foco da investigação, guiado por uma cuidadosa teoria”, poderia contribuir para eliminar o “isolamento das subáreas no interior da disciplina”, além de “tornar menos permissível as análises de um segmento ou processo institucional sem fazer referência a uma concepção explícita de sistema” ou mesmo “reconceituar a linguagem das comparações inter-sistemas” (*ibid.*, pp. 869-870, *passim*). Em segundo lugar, Truman apostou na “possibilidade de um novo consenso disciplinar na revitalização do interesse na teoria”, que refletiria “a crescente autoconsciência e a proveitosa percepção da necessidade de conjugar a teoria com a investigação empírica”, o que, por sua vez, envolveria “a aceitação do ponto elementar de que o pesquisador jamais terá a opção de escolher se usará ou não a teoria, uma vez que os fatos jamais falam por si mesmos, mas somente por meio de premissas e conceitos que controlam sua seleção e sua análise” (*ibid.*, p. 870). Em terceiro e último lugar, Truman apontou para um “com-

promisso com os objetivos da ciência”, que, “embora parcialmente implícito na revitalização do interesse pelo sistema político e pela teoria”, não o fazia totalmente confiante, por ser ainda um tema “consideravelmente mais controverso”. “Nenhum tópico nas últimas duas décadas provocou mais discussões infrutíferas ou produziu de forma mais consistente oposições falsas ou, ao menos, totalmente desnecessárias” (Truman, 1965, p. 871).

Nesse sentido, num tom conciliatório que inspirava mútua tolerância por parte de tradicionalistas e behavioristas, Truman sugere que se abandonem definições muito rígidas e demasiadamente restritas sobre a natureza da ciência, uma vez que, diante de “termos tão categóricos”, “nada no estudo da política agora ou em qualquer tempo futuro que projetemos poderá se candidatar à etiqueta” (*idem*). “Uma concepção mais restrita, correspondendo aos rigorosos requisitos da mecânica, por exemplo, quase certamente não poderá ser proveitosa em qualquer futuro previsível e com toda certeza terá como consequência o atijamento de escolas crescentemente divergentes”. Sem, contudo, um “compromisso com a ciência nesse sentido amplo”, “um compromisso com uma ciência concebida de maneira mais aberta”, não haveria perspectiva de progresso para a ciência política. Somente “um novo acordo sobre o que a disciplina é capaz, baseado em uma concepção abrangente do empreendimento científico, assim como nas duas tendências previamente indicadas, poderá permitir o movimento e a expectativa de progresso na área” (*ibid.*, p. 872).

Truman, assim, propõe que se evite perguntar “o que é ciência” para se questionar simplesmente “o que facilita o avanço da área”. Reconhecendo que somente “fanáticos” rechaçariam os avanços recentes dos estudos behavioristas e que apenas “imprudentes” projetariam essas realizações indefinidamente, Truman concede aos tradicionalistas que, na medida que uma “teoria social abrangente” ainda não seria realizável num futuro tão breve, a “teoria no reino político, não importa o quão compreensiva, por um bom tempo permanecerá sendo distintivamente política”, de modo que “a disciplina terá que depender de alguma forma de um conhecimento de caráter menos científico ou mesmo não-científico” (*ibid.*, p. 872), ao passo que concede aos behavioristas, primeiro, a necessidade de se incluir sob a rubrica da “relevância”, a função de previsão das consequências prováveis dos eventos, depois, a necessidade de lidar com a “literatura clássica” a partir de uma visão mais “empiricamente orientada”. Sem pretensões de eliminar todas

as duradouras disputas dentro da ciência política, Truman ao menos acena para a possibilidade de se dirimir algumas fontes de desacordo entre os cientistas políticos a fim de “encorajar o desenvolvimento das capacidades coletivas” da disciplina tendo em vista a construção de um “novo e amplamente fundamentado consenso” (*ibid.*, p. 873), projetando, desta forma, a consumação integral do projeto behaviorista, como um novo “paradigma” capaz de instituir plenamente uma ciência política “normal”, para um futuro ainda indefinido, mas não inalcançável.

Gabriel Almond, “seguindo os passos de Truman”, também se apoiou na teoria de Kuhn sobre as revoluções científicas, a fim de traçar sua história da ciência política – nos Estados Unidos e no Mundo, uma vez que, segundo os seus cálculos, não apenas “nove em cada dez cientistas políticos hoje no mundo são americanos”, como também a disciplina, apesar de bastante nova como profissão acadêmica especializada, seria, na sua opinião, descendente direta de uma longuíssima linhagem do pensamento político universal, ou melhor, ocidental (Almond, 1966, p. 869). Da Antiguidade Clássica, com Platão e Aristóteles, até a “Escola de Chicago”, com Merriam e Lasswell, a sequência das transformações seguiria a mesma passada: um paradigma dominante, formulação do objeto de análise política, a especificação de variáveis e parâmetros, a descoberta de sucessivas anomalias, a busca de reconciliação dessas últimas ao paradigma dominante por meio de formulações distorcidas, e, por fim, a ruptura com os esquemas tradicionais de conceituação, seguida de uma era de crise e especulação teórica, até a emergência de um novo paradigma dominante (*ibid.*, pp. 871-875). Almond, no entanto, ao sublinhar os aspectos perenes de uma longa tradição, não deixaria de se mostrar ciente de seu desvio em relação ao modelo kuhniano, que, a seu ver, “no interesse de destacar o aspecto descontínuo do desenvolvimento científico, subestimava o elemento de continuidade, de cumulatividade” do conhecimento (*ibid.*, p. 875). Com isso, ele criticava justamente os atributos contingenciais das mudanças paradigmáticas presentes nos ciclos revolucionários propostos por Kuhn, mudanças que, de acordo com Almond, preservariam certos traços evolutivos necessários. Nesse sentido, sugeria, “as discontinuidades deveriam ser tratadas mais como inovações” (*idem*).

Em todo caso, no desenvolvimento da ciência política nos Estados Unidos, a geração de pesquisadores empíricos que expôs as anomalias foi precedida por teóricos mais especulativos que argumentaram que as anomalias estariam lá se examinássemos. E os estudiosos empíricos dos processos legislativos, administrativos e judiciais, dos partidos, grupos de pressão, e comunicação, estavam operando com processos e concepções funcionais que eram ancestrais diretos

do sistema contemporâneo e conceitos funcionais. A relação é clara. O conceito de processo, como Easton indicou, precedeu o de sistema. Pode ser dito que um levou ao outro. (*Idem*)

Seja lá quais fossem as diferenças entre o modelo original de Kuhn e sua adaptação feita por Almond, para este era inegável que a ciência política nos Estados Unidos, ao adotar progressivamente o conceito de sistema, dava “um passo genuinamente importante em direção à ciência” (*ibid.*, p. 875). “Um novo paradigma certamente está se desenvolvendo na ciência política. As suas primeiras formulações podem ser cruas, parciais, e, com frequência, pretenciosas. Mas a construção teórica avançará indubitavelmente com o rápido desenvolvimento da profissão” (*ibid.*, pp. 875-876). Além da introdução do conceito de sistema, Almond aponta para outras características do paradigma emergente, como o uso cada vez mais sofisticado da abordagem estatística, a diferenciação sistemática de variáveis que o acompanha, e a substituição das antigas e paroquiais noções iluministas de democracia por uma “teoria da escolha racional do desenvolvimento político” empiricamente fundamentada na análise comparada de sistemas políticos nacionais e subnacionais (*ibid.*, pp. 876-877). O último aspecto, em particular, dizia respeito diretamente ao próprio trabalho de Almond, que em 1963 havia publicado, juntamente com Sidney Verba, o influente estudo *Civic Culture*, baseado justamente em uma ampla análise comparada sobre os sistemas políticos democráticos de cinco países, Estados Unidos, Grã Bretanha, Alemanha, Itália e México, com grande vantagem para os dois primeiros, considerados os principais exemplos de “democracias relativamente estáveis e bem sucedidas” e que, não por acaso, contradiziam em inúmeros aspectos o antigo “modelo racional-ativista” de democracia (Almond e Verba, 1965, p. 338).

Diferentemente de Truman, que renunciara o triunfo final do behavioralismo num futuro ainda distante, para Almond (1966, p. 877), “aqueles desenvolvimentos não são questões para um futuro remoto; eles já são observados no ímpeto de várias subáreas da ciência política”, especialmente na subárea de política comparada, cujo progresso teria contribuído para que a sua abordagem se disseminasse de tal forma que acabasse se confundindo mais e mais com a própria disciplina de ciência política como um todo. Nesse sentido, ele buscava tranquilizar seus colegas cientistas políticos:

Nós estamos descobrindo que o sistema político americano, não importa o quanto o amemos, ainda é um sistema político comparável a outros sistemas e que talvez nós possamos amá-lo ainda mais na medida em que adquirimos a perspectiva e a iluminação que a comparação sistemática e rigorosa torna possível. (*Ibid.*, p. 877)

Por fim, Almond revela o porquê de sua insistência nos elementos de continuidade no seu tratamento histórico da disciplina de ciência política, o que o levou a adaptar a teoria das revoluções científicas de Kuhn. Observando o “persistente conflito bipolar na área entre humanistas e behavioristas”, uma verdadeira “guerra de legitimidade epistemológica”, ele esclareceu que buscou deliberadamente “relacionar a teoria geral contemporânea à grande tradição”, fazendo um “apelo para que os teóricos políticos façam seu trabalho de forjar mais efetivamente os vínculos entre o passado, o presente e o futuro”, uma tarefa à qual atribuía especial importância “uma vez que a confusão e mesmo a perda de identidade estão inevitavelmente associados ao crescimento profissional”, e “quando tal crescimento quantitativo e qualitativo ocorrem num ritmo tão extraordinário, a confusão e o conflito podem se multiplicar” (Almond, 1966, p. 878). “Se Dahl estava correto quando escreveu o epitáfio para um monumento de um protesto bem-sucedido”, Almond inferiu, “então talvez possa ser que a batalha da ciência tenha sido ganha, e este pode ser um momento adequado para os vitoriosos olharem para trás e verem suas origens intelectuais” (*idem*).

O gesto magnânimo de Almond não era, contudo, totalmente destituído de interesse. Preocupado com a “intoxicação das novas tecnologias de pesquisa” que ameaçava alienar “muitos de nós no campo behaviorista” de “nossa cultura profissional”, ele buscou, como Truman, ressaltar a importância da tradição, mas de um modo bem diferente. Enquanto aquele tratou a abordagem tradicional quase como uma relíquia obstinada a perdurar por um longo tempo, obrigando, assim, os cientistas políticos behavioristas a serem mais tolerantes e a rebaixarem suas expectativas científicas, a fim de obterem uma trégua capaz de fazer a disciplina avançar na medida do possível, este considerou a perspectiva tradicional como uma contribuição indispensável na escalada evolutiva da ciência política, mas, como tal, definitivamente ultrapassada, algo, no entanto, cuja reminiscência deveria ao menos servir de lanterna na popa a iluminar o longo caminho passado cheio de promessas que agora estariam em vias de se realizar.

2.3 A “revolução behaviorista” segundo os primeiros historiadores da disciplina

Todas essas primeiras narrativas históricas esboçadas por behavioristas situando o seu próprio movimento na trajetória de sua disciplina, além de claramente enalte-

cerem o sentido triunfal de sua empreitada revolucionária, também reconheciam a existência, nalguns casos, a persistência, de críticos e adversários de seu projeto científico, e, neste sentido, elas buscavam articular algum tipo de convivência possível que evitasse, ou ao menos reduzisse, atritos indesejados que poderiam desagregar a disciplina ou emperrar, ainda que momentaneamente, o seu progresso.⁴⁴ A disputa entre behavioristas e seus críticos em relação à identidade da ciência política em meados do século vinte nos Estados Unidos impulsionaria também os primeiros estudos propriamente historiográficos sobre a disciplina, fornecendo-lhes o principal eixo de organização temática ou o fio condutor de suas narrativas.

2.3.1. Bernard Crick e a ciência política como ciência política

Em 1959, o cientista político britânico Bernard Crick publicou o que seria considerado por muitos como a primeira história propriamente dita da disciplina de ciência política nos Estados Unidos. Segundo Gunnell (1991, p. 17), “não há muito antes do livro de Crick que possa ser identificado distintamente como uma história da ciência política”. A sua obra, no entanto, não foi importante somente pelo seu pioneirismo. Ainda de acordo com Gunnell (*ibid.*, p. 18), “o trabalho de Crick afetou profundamente, estruturalmente e tematicamente, o modo de pensar sobre a história da ciência política americana”. *The American Science of Politics: its Origins and Conditions* se originou da tese de doutorado defendida por Crick na Universidade de Londres em 1956. Tendo passado um ano nos Estados Unidos graças a uma bolsa de pesquisa concedida pela *Social Science Division* da *Rockefeller Foundation*, Crick, admitindo que o seu interesse no tópico surgiu de sua insatisfação em relação aos “métodos tradicionais dos estudos políticos ingleses”, na medida em que “imerso nos trabalhos de uma escola de escritores americanos reconhecida às vezes, entre as guerras, como a ‘Escola de Chicago’”, logo percebeu uma mudança na natureza do seu problema. “Como ‘científicos’, eu os considerava, de fato, mais propensos a estreitar do que a explicar a área que convencionalmente imaginava como ‘político’” (Crick, 1959, p. v). Segundo Crick, “havia, em todos os seus trabalhos, algumas fortes asserções políticas doutrinárias, aparentemente inexplicáveis de acordo com o seu próprio

⁴⁴ Outros exemplos significativos dessas narrativas históricas são: Eulau, 1969; Kirkpatrick, 1962.

critério de verdade e método. A confiança habitual de sua adesão à democracia (...) começou a me parecer mais importante do que suas reivindicações formais de serem científicos” (*ibid.*, pp. v-vi).

Foi como acordar do outro lado do espelho para ver toda a escola mais como uma expressão do pensamento político americano do que como ciência. O seu significado só se tornava claro quando estudado no contexto geral da tradição liberal americana. Assim, o que agora ofereço é uma interpretação da cultura política americana que busca mostrar por que em anos recentes a teoria política nos Estados Unidos comumente vem assumindo a forma de uma crença na *ciência* política. Embora tenha havido recentemente muitos relatos sobre o estado da ciência política americana – de fato, às vezes pareceu haver mais desses relatos do que realmente livros sobre política –, nenhum deles, na minha opinião, são satisfatórios, na medida em que todos consideram o estudo da política em relação à ideia de ciência, e raramente, se alguma vez, em relação à tradição de pensamento político americano. (*Ibid.*, p. vi, grifo do autor)

Crick buscou, assim, situar o desenvolvimento da ciência política nos Estados Unidos como parte integral da história do pensamento liberal do país, que, segundo ele, seria caracterizado pela “peculiar relação” entre “uma noção comum de *ciência* tal como encontrada no pensamento social americano mais trivial; a ideia de um treinamento comum para a *cidadania*; a generalização dos hábitos da *democracia* americana, e, tendendo a abarcar tudo isso, a crença comum no *progresso* inevitável ou no destino manifesto da sociedade americana” (*ibid.*, p. xv, grifos do autor). Nesse sentido, ele traçou um percurso para a ciência política desde as suas origens nos primórdios da República, com a ênfase atribuída pelos “pais fundadores” à “*divine science of politics*” – expressão copiosamente utilizada por John Adams – como forma de criar e difundir uma “literatura civil” que educasse a população segundo os preceitos de uma “pedagogia prática” assentada em uma “unanimidade lockeana”, passando pela rápida expansão do ensino universitário após a Guerra Civil e a introdução dos “métodos alemães de instrução” e o “treino vocacional para administração pública” francês, que balizaram as primeiras experiências acadêmicas no ensino de “ciência política” com Francis Lieber e John Burgess, em seguida pelo combate ao “estatismo socialista” no final do século dezenove com a adoção do spencerianismo que unia ciência, progresso e economia de mercado, nos trabalhos de William G. Sumner, e sua oposição “sociocrata” na obra de Lester F. Ward, que unia ciência, reforma social, e desconfiança em relação à democracia popular, passando pelo “culto ao realismo na Era Progressista” com sua mistura de “moralismo protestante” e “moderna tecnocracia”, que teria orientado os trabalhos de cientistas políticos “realistas”, tal como Frank Goodnow, James Bryce, Lawrence Lowell, Woodrow Wilson, Herbert Croly, Charles Beard, e Arthur Bentley, pela elevação do “pragmatismo” de John Dewey ao patamar de

“filosofia americana” semioficial no começo do século vinte, até, finalmente, a subsequente transição do pragmatismo ao “positivismo” a partir dos anos 1920 e 1930 que levou ao declínio das abordagens mais “institucionalistas” e à exaltação do “método científico”, tal como encontrada na produção dos cientistas políticos da chamada “Escola de Chicago”, principalmente Charles Merriam e Harold Lasswell, que teriam ajudado a preparar o terreno para o aparecimento da “abordagem comportamental” que, então, no início dos anos 1950, apenas começava a se delinear com mais clareza.

A obra de Crick se organiza de forma a sugerir claramente uma evolução da *ciência* política como método de suporte de uma *ideologia* liberal tipicamente estadunidense. Seus capítulos são dispostos em três partes em uma sequência temporal lógica – origens, condições e consequências – e dois temas entrelaçados se sobressaem – a busca permanente, ainda que constantemente contestada, por um pensamento político mais “científico”, e, correlacionado a isso, a reiterada transformação do liberalismo, de pensamento vivo, inicialmente dissidente e crítico, voltado para o enfrentamento de problemas políticos práticos, para uma “ideologia” petrificada, devidamente domesticada, usada como doutrina em defesa da ordem instituída. A história da ciência política nos Estados Unidos na perspectiva de Crick não deixaria, pois, de apresentar certo caráter imanente. As “consequências”, por assim dizer, estariam não só contidas como uma possibilidade, mas seriam também pré-determinadas pelas “origens”. A ciência política “quase desde o início, foi concebida como um mero método – uma técnica para sustentar um liberalismo americano pré-existente, não como uma crítica ou disciplina especulativa” (Crick, 1959, p. 8), ou seja, nos Estados Unidos, a ciência política se constituiu como o veículo de produção e difusão ideológicas do liberalismo. “A ciência política como uma disciplina surgiu nos Estados Unidos primeiramente para realizar a tarefa prática de manter a crença na unidade dos sentimentos americanos” (*ibid.*, p. 236). Não por coincidência, algumas das referências sobre o pensamento liberal nos Estados Unidos mais recorrentes na obra de Crick são os trabalhos de Louis Hartz (que recebeu elogio como mentor e amigo no prefácio) e Richard Hofstadter. A interpretação histórica de Crick, desta forma, traria implícita certa “teoria pré-formativa” *à la* Daniel Boorstin segundo a qual a ciência política nos Estados Unidos nada mais seria senão a manifestação em grande medida irrefletida de um liberalismo profundamente arraigado na cultura do país desde a sua fundação. “A principal dificuldade no pensamento político americano, e na sua interpretação, reside em

um fato bastante óbvio e frequentemente observado: que as forças do tradicionalismo na América são as forças do liberalismo” (*ibid.*, p. 234).

Todavia, em suas conclusões – que ele intitula “inconclusões” –, nas quais se aventura a fazer certos prognósticos sobre o futuro da ciência política nos Estados Unidos, Crick sugere, surpreendentemente, uma possível mudança de curso. “De fato”, discorreu, “existem alguns sinais de que a defesa da ciência da política perdeu agora o seu momento anterior e sua dominância em breve pode ser inclusive colocada em questão” (*ibid.*, p. 228). Segundo ele, “agora, após a Segunda Guerra Mundial, é pouco plausível a esperança de que a ciência profissional possa oferecer o equivalente ao invejável isolamento da vida americana (...) O mundo agora apresenta a verdadeira antítese da ideia de um sistema fechado” (*ibid.*, p. 232). Reverberando as teses de Hartz em *The Liberal Tradition in America*, Crick apostou que o maior contato e integração dos Estados Unidos com o restante do mundo acabaria desafiando o típico provincianismo que fazia com que “a força da ideia de ciência da política” viesse do fato de ela, “ao desprezar a história e a filosofia”, não passar de “uma caricatura da democracia liberal americana” (*ibid.*, p. 227).

Um fator seria crucial para transformação da ciência política: “uma infusão de acadêmicos imigrantes e refugiados certamente ajudou a ampliar as perspectivas de uma área ainda muito limitada como infeliz consequência do nativismo e do realismo” (*ibid.*, p. 232). Nesse sentido, Crick afirma que “não é coincidência que a primeira crítica embasada do cientificismo voltada especialmente para a ciência política americana tenha vindo de um professor de Relações Internacionais, *Scientific Man and Power Politics* (1946), de Hans Morgenthau” (*idem*, n1). Além de Morgenthau, que falaria da necessidade de “restaurar o compromisso moral e intelectual com a verdade sobre as questões políticas”, Crick mencionaria também os nomes de Hannah Arendt, Carl J. Friedrich, Waldemar Gurin, Franz Neumann, Sigmund Neumann, Eric Voegelin e Leo Strauss, além de alguns cientistas políticos nativos que seriam “poderosos críticos do cientificismo dentro da ciência política americana”, como Peter H. Odegard, Charles McKinley e Arthur Holcombe (*ibid.*, p. 233).

A aposta de Crick, com efeito, não poderia ter sido menos acertada. De fato, a crítica ao cientificismo por parte, principalmente, mas não apenas, dos intelectuais imigrantes europeus, não desapareceu nos anos seguintes, mas, em vez de provocar um afastamento da disciplina daquele curso, instigou uma reação ainda mais contundente dos cientistas políticos comprometidos com a “abordagem comportamental”. De acordo com

Gunnell (1988b), a “revolução behavioralista” pode ser considerada em parte como uma “rebelião conservadora” em defesa do liberalismo e da ciência contra as críticas elaboradas precisamente pelos intelectuais imigrantes e refugiados europeus, particularmente alemães, que, independentemente de sua posição política, se mais à esquerda ou mais à direita, se revelaram bastante hostis àquelas características predominantes da ciência política estadunidense. Pensadores tão díspares, tanto em termos ideológicos, quanto filosóficos, como Leo Strauss, Hannah Arendt, Hans Morgenthau, Franz Neumann, Arnold Brecht, Theodore Adorno, Max Horkheimer, Eric Voegelin, Herbert Marcuse, e outros, “desafiaram uniformemente, e em bases muito similares, a perspectiva liberal, científica, relativista, e historicista que dominava a teoria política e a ciência política”, com isso, ajudando a propagar “a tese de que o liberalismo, seja inerentemente, seja devido a sua condição degenerada, estava no centro da crise moderna e implicados na ascensão do totalitarismo” (*ibid.*, p. 73).

O ataque ao liberalismo e à ciência, bem como a rejeição da visão progressista-pragmática da história, eram demasiadamente frontais para permitir qualquer resolução sincrética. O sentido do liberalismo como algo dado, que caracteristicamente permitia os teóricos estadunidenses abraçar o relativismo e a ideia de separação entre fatos e valores, enquanto permaneciam totalmente comprometidos com ideias políticas definitivas, era incompatível com a especulação e as filosofias da história, seja de variedade marxista ou ligadas ao direito natural, que marcavam a nova literatura. (*Ibid.*, p. 74)

Se Crick acreditava, em meados dos anos 1950, que “uma infusão de acadêmicos imigrantes e refugiados” pudesse despertar aquela “centelha de filosofia” que alimentou as esperanças de Hartz em ver um liberalismo nos Estados Unidos finalmente mais arejado e crítico de si mesmo,⁴⁵ Gunnell, no fim dos anos 1980, com a clara vantagem de uma visão em retrospecto, constatava que tal fenômeno só teria contribuído para segregar ainda mais a *teoria* política da *ciência* política. Embora a maioria dos principais expoentes behavioristas tivessem uma formação originalmente no campo da história ou teoria política, isto é, embora fossem versados na “ciência política tradicional”, e a princípio não fizessem distinção entre *cientista* político e *teórico* político, acreditando que a abordagem behavioral, na verdade, era, não a negação da teoria política, mas, ao contrário, um tipo distinto de teoria – como não se cansara de arrazoar Easton (1971) –, “no fim das contas”, como afirmou Gunnell (1988b, p. 80), “eles se sentiram compelidos a escolher entre a teoria política e a ciência política, e a escolha foi tão ideológica quanto profissional”.

⁴⁵ O próprio Bernard Crick não apenas fez uma aposta, como, influenciado por aqueles pensadores, buscou, ele mesmo, contribuir para essa tarefa em seu livro *In Defense of Politics* (1964).

Nesse sentido, “a vindicação da ciência foi acompanhada cada vez mais por um ataque à prática existente na teoria política. A teoria foi frequentemente descrita como histórica, moralista, ética, e geralmente obscurantista”, e, uma vez relegada a ocupar o espaço de uma subárea marginalizada no interior da disciplina, tão-somente passou a receber, da maioria dos cientistas políticos, o “derradeiro desprezo da pura tolerância” (*ibid.*, p. 81, 86). O resultado teria sido exatamente o oposto daquilo imaginado por Crick: “Tanto a ciência quanto a teoria política foram diminuídas. A primeira perdeu sua dimensão crítica e reflexiva mais importante, e a última perdeu seu campo de ação original e talvez mais autêntico” (*ibid.*, p. 86).

Como, afinal, Crick, com um olhar tão acurado para o estreito vínculo entre o projeto de uma *ciência* política e a *ideologia* liberal, não percebeu a punjança da “abordagem comportamental” que ele próprio identificara como última herdeira de uma já secular tradição de pensamento político estadunidense? Algumas explicações são possíveis. Em primeiro lugar, ele concebeu e escreveu sua obra ainda na primeira metade da década de 1950 (a sua defesa de tese, como dissemos, foi em 1956), quando o movimento behaviorista, apesar de todo seu ímpeto, não havia ainda alcançado o *status* de uma “revolução” (a maioria dos relatos que se referem a uma “revolução behaviorista”, como vimos, datam do final dos anos 1950 e início dos anos 1960). Dessa forma, Crick fez sua aposta num momento em que o destino da virada behaviorista na ciência política dos Estados Unidos ainda era alvo de disputas e não havia, portanto, se consumado. O destino do movimento behaviorista, assim, apesar do seu notório avanço, ainda estaria em aberto. Em segundo lugar, Crick, quando esteve nos Estados Unidos para fazer a sua pesquisa, permaneceu na Universidade da Califórnia, Berkeley, cuja “escola de teoria política”, como observou Gunnell (2004, p. 258), já então destacava-se como “uma das principais vozes de oposição ao behaviorismo na ciência política nos anos 1960”, o que provavelmente o levou a imaginar que o avanço da “abordagem comportamental” não seria tão avassalador assim.

Com efeito, Crick chega a se referir, em certos casos até mesmo elogiosamente, a alguns trabalhos que seriam posteriormente reconhecidos como obras behavioristas exemplares, como *Politics, Parties and Pressure Groups* (1942) e o “monumental” *Southern Politics* (1949), ambos de V. O. Key, Jr., a quem critica, no entanto, junto com outras obras relacionadas, pela “fragilidade” de raramente buscarem se relacionar com a “política americana como um todo”, além de outras pesquisas sobre o voto, como, por

exemplo, *The People's Choice* (1948) e *Voting* (1954), ambas de autoria de Paul Lazarsfeld e Bernard Berelson, este último um dos principais promotores do behaviorismo, sendo a primeira em coautoria com Hazel Gaudet e a segunda com William McPhee, em relação as quais assinala o “perigo” presente na tendência de atribuir “importância exagerada” ao estudo do voto, elevado, por vezes, à condição de “ciência da sociedade” (Crick, *Op. cit.*, pp. 228-231, *passim*). Além destas obras, Crick também menciona rapidamente, e de maneira pouco amistosa, *Governmental Process* (1971 [1951]), de David Truman, como perfeito exemplo de obra que, “orgulhosa da tecnologia e da fé absoluta no progresso daquilo que se passou a se conhecer como ‘método científico’”, se esquivava de “atacar um problema”, e nem “se dirige a um público”, mas se contenta com “o prestígio e a preferência de uma desnecessária profissão burocratizada” (Crick, *Op. cit.*, p. 232). Fora isso, Crick apenas alude ao “método das *behavioral sciences*” na introdução, para indicar *en passant* a sua definição, segundo artigo produzido por David Truman (1951) e um relato publicado na APSR sobre o *Inter-University Summer Seminar on Political Behavior* organizado pela SSRC (Eldersveld *et al.*, 1952), e mesmo assim somente para destacar a sua semelhança com a perspectiva de Charles Merriam (1923) – autor sobre o qual se detém longamente (Cf. Crick, *Op. cit.*, pp. 133-155) –, mas sem explorar as suas singularidades (*ibid.*, p. xiii–xv).

2.3.2. Albert Somit, Joseph Tanenhaus e a ascensão do “credo behaviorista”

Alguns anos depois da publicação da pioneira obra de Crick, os cientistas políticos Albert Somit e Joseph Tanenhaus publicaram uma história da disciplina de ciência política que trazia o behaviorismo de forma ainda mais direta para o centro da análise, conforme o próprio título do livro revelava: *The Development of American Political Science: from Burgess to Behavioralism* (1967). Diferentemente da análise de Crick, cujo foco era o exame da ciência política enquanto pensamento político, Somit e Tanenhaus, embora não se descuidassem desse aspecto, enfatizaram também o desenvolvimento institucional da ciência política enquanto disciplina e profissão.⁴⁶ Nesse sentido, sua obra

⁴⁶ É interessante observar que Crick, justamente por esse motivo, acreditava que estivesse escrevendo a “história crítica de uma ideia num país particular, não a história de uma disciplina ou profissão”, embora ressaltasse que “muitas das condições para o notável desenvolvimento tanto da ideia particular quanto da disciplina mais ampla são as mesmas” (Crick, 1959, p. v).

possuía três objetivos: “traçar a ascensão da ciência política como profissão; examinar o modo como os cientistas políticos têm tradicionalmente definido seus próprios objetivos e responsabilidades profissionais; e, provavelmente mais importante, descrever como os cientistas políticos têm visto o ‘escopo e método’ do seu campo desde o seu aparecimento como uma área de investigação acadêmica independente no fim do século dezanove” (Somit e Tanenhaus, 1967, p. 1). Para tanto, sem pretensão de oferecer uma “história plenamente acabada da ciência política americana”, os autores optaram por “deliberadamente limitar [sua] atenção àqueles aspectos do passado que dizem diretamente respeito ao atual ‘estado da disciplina’” (*idem*), o que significava dizer que tomavam o behaviorismo não somente como um eventual ponto de chegada como, de fato, o ponto de partida privilegiado de toda sua análise.

Considerando que “a história não se escreve por si mesma, mas implica uma seleção e uma organização deliberada dos fatos” (*ibid.*, p. 2), eles reconheciam que um dos motivos que os levaram investigar o passado da disciplina foi justamente buscar esclarecer a “controvérsia behaviorista” que sacudia a ciência política havia duas décadas. Para eles, “a maioria dos cientistas políticos são muito pouco familiarizados com as origens e a evolução inicial da disciplina”, razão pela qual “a profissão é tanto um produto quanto uma prisioneira do passado” (*idem*). A intenção declarada do estudo de Somit e Tanenhaus, nesse sentido, era desvelar esse passado de modo a esclarecer (e se possível dissipar) o debate no presente e, desta forma, poupar os cientistas políticos dos Estados Unidos do “alto preço em tempo, esforço e controvérsia por sua falha em dar atenção mais próxima ao seu passado” (*ibid.*, p. 3). “Uma coisa é olhar para a busca de ‘rigor’ – e o furioso debate sobre os méritos e viabilidade desta busca – como evidência reconfortante do amadurecimento e avanço da disciplina; e a outra é reconhecê-la como a última manifestação de uma aspiração tão antiga quanto a própria profissão” (*idem*).

A abordagem de Somit e Tanenhaus, centrada na evolução profissional e disciplinar da ciência política nos Estados Unidos, implicaria uma periodização distinta daquela de Crick. Se este iniciou a sua história na fundação da república, na virada do século dezoito para o dezanove, estes apreendiam todo esse período até 1880 (quando é inaugurado o Departamento de Ciência Política da Faculdade de Columbia – posteriormente Universidade – sob liderança de John W. Burgess), como a “pré-história” da ciência política. Até mesmo a nomeação do primeiro “professor de ciência política”, o jurista ale-

mão Francis Lieber, em 1857, na própria Columbia, como não teve maiores consequências institucionais, foi deixada de fora da história propriamente dita da disciplina nos Estados Unidos. Os capítulos desta obra seguem a seguinte ordem cronológica: desde a “pré-história e origens” da ciência política até 1880, passando pelos seus “anos de formação” (1880-1903), o seu “período de ascensão” (1903-1921), seus “anos intermediários” (1921-1945), até finalmente atingir o “período contemporâneo” (a partir de 1945), que comportaria tanto a consolidação da ciência política como disciplina acadêmica quanto a concomitante “ascensão do behaviorismo”.

Embora o objetivo manifesto de Somit e Tanenhaus fosse lançar luz sobre o passado da disciplina a partir de sua situação no presente, fazendo uso, para tanto, de uma narrativa claramente organizada segundo uma periodização etapista, a sua perspectiva histórica não chegava a ser integralmente teleológica. Mesmo considerando o behaviorismo “o mais importante desenvolvimento de toda a história intelectual da disciplina” (*ibid.*, p. 173), e tratando os “anos intermediários” como uma época de preparação para a emergência do behaviorismo, os autores evitam traçar uma linha reta de causalidade. Ao contrário, a busca por uma “ciência da política”, seja nesse período, seja no período anterior de “formação”, apesar de certa persistência e continuidade, é retratada como algo espasmódico, além de frequentemente desafiada por tendências em sentido oposto, como tentativas de atrelar a disciplina ao treinamento para a administração pública, à educação dos cidadãos e à promoção de políticas públicas, e não tanto como uma evolução consistente rumo a uma abordagem “científica” do “comportamento político”. Assim, por exemplo, o projeto cientificista que Charles E. Merriam teria buscado implementar no início dos anos 1920 por meio do *National Conferences on the Science of Politics* seria compreendido como uma tentativa em grande medida frustrada, que, após ganhar algum momentum entre 1923 e 1925, “refluiu quase da noite para o dia e então renovou suas forças quando o período intermediário chega ao fim”, isto é, durante a Segunda Guerra, quase duas décadas depois, quando algumas vozes em favor de uma “ciência da política” eventualmente voltaram a ser ouvidas de novo com mais frequência, e isto depois de, nos anos 1930, ocorrer uma tentativa de reorientação inversa da disciplina, liderada por Thomas Reed, um “ávido defensor do que podemos chamar de ativismo político” que por algum tempo dominou com grande êxito o *Committee on Policy* instituído pela APSA, mas que perdeu também o seu ímpeto a partir de meados da década de 1930, quando o próprio impulso reformador do New Deal arrefece.

Todas essas tentativas oscilatórias, argumentariam Somit e Tanenhaus, em uma linha de raciocínio que faria lembrar as teses de Kuhn, evidenciariam o quanto “não havia consenso ainda entre os cientistas políticos americanos quanto ao papel da Associação e nem um acordo real sobre a função e as tarefas da própria disciplina” (Somit e Tanenhaus, 1967, p. 87, 99, 100).

Entre os seus proponentes e oponentes, quase todos os grandes argumentos em favor e contra uma ciência da política foram articulados ao longo dos anos 1920 e 1930. Mas, tal qual as peças de um quebra-cabeças desmontado, eles permaneciam dispersos, quase sem relação uns com os outros. Em 1945 eles estavam prontos para serem selecionados e encaixados em doutrinas razoáveis e coerentes – uma behaviorista, a outra antibehaviorista. (*Ibid.*, pp. 87-88)

A ascensão de uma “doutrina behaviorista” seria acompanhada de perto, segundo os autores, por um estupendo crescimento da ciência política americana desde 1945. Esse desenvolvimento se expressaria tanto através dos números quanto por meio de mudanças nas formas organizacionais da disciplina. A quantidade de membros da APSA passou de 4 mil em 1946, para mais de 14 mil, em 1967. O número de departamentos de ciência política nas universidades estadunidenses, assim como de cursos de pós-graduação e, conseqüentemente, de profissionais formados, também subiu exponencialmente. Somente entre 1960 e 1967, a quantidade de departamentos de graduação em ciência política passou de 466 para 500; e, entre 1953 e 1962, 64 instituições passaram a oferecer um ou mais cursos de doutorado em ciência política, totalizando, no ano de 1967, 75 departamentos em todo o país (*ibid.*, 145).⁴⁷ Ademais, a APSA, que passara por uma difícil crise financeira durante e imediatamente após a guerra, além de enfrentar muitas críticas de má administração, passou por uma significativa reestruturação organizativa a partir de 1949, dentre as quais a criação de uma Diretoria Executiva, que viria depois a ser ocupada entre 1954 e 1981 por Evron M. Kirkpatrick.⁴⁸ Firme apoiador do movimento behaviorista e um dos principais responsáveis pela revitalização financeira da APSA graças a suas “efetivas relações” com congressistas, agências executivas do governo, e fundações filantrópicas, que teriam facilitado “o maior triunfo de todos”, qual seja, o re-

⁴⁷ Somente para se ter uma ligeira noção, até 2013, mesmo com todo o crescimento observado na última década, a Associação Brasileira de Ciência Política (fundada em 1986) contava com apenas 750 membros e o número de programas de pós-graduação com doutorado em Ciência Política em todo o Brasil, segundo último relatório da CAPES, de 2012, foi de apenas 15 (Cf. Leite e Codato, 2013).

⁴⁸ Coincidentemente ou não, ano em que a sua esposa, Jeanne Kirkpatrick, uma veemente detratora da política externa de direitos humanos implementada (mais retoricamente do que na prática) pelo governo Jimmy Carter, foi premiada com o posto de Embaixatriz das Nações Unidas pelo governo Ronald Reagan.

conhecimento da ciência política como uma das *behavioral sciences* pela *National Science Foundation*, Kirkpatrick exerceria profunda e duradoura influência na APSA (Somit e Tanenhaus, 1967, p. 154).⁴⁹

Embora Somit e Tanenhaus se esquivassem ou fossem suficientemente cautelosos em estabelecer qualquer tipo de correlação causal mecânica entre o progresso da ciência política como profissão e disciplina e o avanço da abordagem behaviorista, a descrição paralela que eles traçaram desses dois fenômenos é bastante sugestiva para deixar entrever uma interpretação muito distinta. Bastaria, nesse sentido, comparar o quadro dos departamentos de ciência política mais prestigiados com o quadro das universidades que mais receberam aportes financeiros para a ciência política e outras *behavioral sciences* das principais fundações filantrópicas (Carnegie, Rockefeller e, sobretudo, Ford) a fim de notarmos, como eles sugerem, certa circularidade (virtuosa ou viciosa, dependendo do ponto de vista) entre a proeminência dos departamentos de ciência política e a adesão à perspectiva behaviorista (Cf. *ibid.*, pp. 162-170). Contudo, ainda assim é preciso reconhecer que os autores não produzem um panegírico como Dahl, Easton, Eulau, Berelson, Eldersveld, Kirkpatrick, Truman, Almond, entre outros cientistas políticos behavioristas.

Apesar de consideravelmente mais acolhedora do que a análise de Crick, Somit e Tanenhaus não deixaram de ser críticos e mesmo céticos em relação à promessa beha-

⁴⁹ Somit e Tanenhaus reconhecem a importância de Kirkpatrick, mas não fazem nenhuma análise detalhada e muito menos crítica de sua crucial atuação na APSA. Quando muito, apontam para a concentração de poderes na Diretoria Executiva, mas sugerem a sua necessidade quase inevitável como forma de enfrentar as condições adversas pelas quais passava a associação. Um excelente relato sobre a “política de Evron Kirkpatrick e a APSA” pode ser encontrado em: Oren, 2003, pp. 154-163.

vioralista. Em primeiro lugar, eles observaram que a emergência de um “credo behavioralista” em meados da década de 1950,⁵⁰ a despeito de seu tremendo impacto, que poderia ser constatado até mesmo nas “dramáticas mudanças no vocabulário”,⁵¹ não se fez sem o acompanhamento de uma intensa “condenação do behavioralismo”.⁵² Em segundo

⁵⁰ O “credo behavioralista”, segundo Somit e Tanenhaus (1967, pp. 176-180), seria enunciado em oito “artigos de fé”: 1) a ciência política, assim como as ciências naturais, é capaz de realizar explicações e fazer previsões a partir do estudo rigoroso e sistemático em busca das regularidades do comportamento político; 2) a ciência política deve se preocupar basicamente, senão integralmente, com os fenômenos observáveis, daí o rechaço às análises de cunho institucionalistas; 3) os dados e as “descobertas” devem ser quantificados; 4) a pesquisa deve ser teoricamente orientada e a investigação deve proceder cuidadosamente com base em formulações hipotéticas “operacionalizáveis” que possam ser testadas empiricamente; 5) a ciência política deve abjurar, em favor de uma pesquisa “pura”, a pesquisa “aplicada” que objetiva solucionar problemas sociais específicos com base num programa de reformas; 6) a verdade ou falsidade dos “valores” (democracia, igualdade, liberdade, etc.) não podem ser estabelecidos cientificamente e estão além do escopo legítimo da investigação científica; 7) a ciência política deve ser mais interdisciplinar, beneficiando-se, assim, das habilidades, técnicas, e conceitos provenientes das demais ciências; 8) a ciência política deve se tornar mais consciente e crítica em relação aos seus métodos, de forma afastar suas preferências pessoais e produzir resultados mais acurados e objetivos.

⁵¹ “Uma geração mais antiga falava conscientemente de *checks and balances, jus soli, divesting legislation, brokerage function, quota system, bloc voting, resulting powers, proportional representation, pressure group, sovereignty, dual federation, lobbying, recall and referendum, Posdcorb, quasi-judicial agencies, current majority, legislative court, Taylorism, state of nature, idem veto, unit rule, and natural law*. Hoje fluem sem dificuldades da língua dos mais jovens praticantes expressões exóticas como *boundary maintenance, bargaining, cognitive dissonance, Community power structure, conflict resolution, conceptual framework, cross-pressures, decision making, dysfunctional, factor analysis, feedback, Fortram, game theory, Guttman scaling, homeostasis, input-output, interaction, model, multiple regression, multivariate analysis, non-parametric, payoff, transaction flow model, role, simulation, political systems analysis, T test, unit record equipment, variance, and, of course, political socialization*. Não é mais incomum encontrarmos essas moedas recém cunhadas do discurso disciplinar pontilhando as páginas de livros textos escritos principalmente para a graduação. O vocabulário associado ao behavioralismo também demonstra em que medida a ciência política tornou-se interdisciplinar, à medida que a maioria desses termos, e os conceitos e técnicas que eles simbolizam, foram tomados emprestados (algumas vezes indiscriminadamente) de outras áreas de investigação” (Somit e Tanenhaus, 1967, pp. 190-191).

⁵² A expressão utilizada por Somit e Tanenhaus é “vindicae contra behavioralismos”, provavelmente uma alusão à obra *Vindiciae contra Tyrannos*, publicada sob o pseudônimo de Stephanus Junius Brutus em 1579. Os termos, derivados do verbo em latim “*vindicāre*” podem conotar tanto “veredicto” quanto “defesa”, além de expressarem a forma divergente culta para “vingança”, tal como expresso nos termos “vindicía” ou “vindicta”, que, por sua vez, já significou, no século XVI, “punição legal”, isto é, condenação (Cf. Cunha, 2010, p. 678). A “condenação do behavioralismo” seria condensada pelos autores em oito pontos: 1) a ciência política não poderia se igualar a uma ciência porque os fenômenos que estuda são refratários à investigação experimental, dado estar sujeita a uma variedade incontrolável de contingências históricas, daí os limites do uso ostensivo de hipóteses; 2) o comportamento político observável expressa apenas parcialmente e muitas vezes obscurece a motivação dos agentes políticos, cujo sentido deve ser procurado nos arranjos institucionais nos quais se inserem; 3) a quantificação, por maior que seja seu mérito em alguns casos, é um objetivo inalcançável, visto que precisa de conceitos e instrumentos de mensuração precisos, o que a ciência política não poderia oferecer; 4) a frequente preocupação dos behavioralistas com uma “teoria geral” ou “ciência básica” seria uma aspiração impraticável que apequenaria investigações menos pretenciosas, porém mais produtivas e úteis; 5) a pesquisa aplicável seria desejável tanto em termos filosóficos quanto históricos, de forma que os cientistas políticos teriam certa obrigação moral de se dedicarem a “assuntos cívicos”; 6) temas políticos relevantes necessariamente envolvem questões éticas, de forma que os cientistas políticos não podem se esquivar de emitir julgamentos sobre o que consideram certo ou errado; 7) muitas áreas podem se beneficiar de uma abordagem interdisciplinar, mas é necessário manter a identidade e integridade da ciência política, evitando tomar emprestado conceitos e técnicas indiscriminadamente de outras disciplinas; 8) a excessiva consciência metodológica impõe padrões inatingíveis e irrealistas que frequentemente impendem mais do que auxiliam a busca por conhecimento, muitas vezes

lugar, os autores chegaram a colocar em questão se, mesmo com todos os “sinais de fermentação behaviorista”, como o prestígio dos cursos de ciência política mais inclinados nessa direção, a nomeação sistemática de notórios behavioristas para postos chave da APSA,⁵³ e o elevado reconhecimento de suas obras nas diversas subáreas da disciplina, enfim, se “estas contribuições behavioristas foram grandes o suficiente para constituir uma demonstração irrefutável da eficácia de seu ‘paradigma’” (Somit e Tanenhaus, 1967, p. 193). A resposta, já subentendida pelas aspas, seria negativa: “a disciplina não havia alcançado o consenso nessa questão geral” (*ibid.*, p. 194).

Nesse sentido, ainda que os autores tenham argumentado que “a natureza derradeira da ciência política americana (...) será profundamente influenciada pelo destino do movimento behaviorista”, este, do seu ponto de vista, em 1967, ainda estaria em aberto. Se, por um lado, o “futuro imediato” da disciplina seria marcado pela tendência dos departamentos de ciência política a aderirem cada vez mais àquela abordagem, seja devido ao movimento inercial do próprio treinamento acadêmico, seja por conta da formidável alocação de recursos financeiros que serviam de poderoso estímulo para o desenvolvimento profissional e mesmo para o “carreirismo”, de modo que a ciência política provavelmente se tornaria “mais behavioral com o tempo”, muito embora, “paradoxalmente, as aspirações ‘cientificistas’ do behaviorismo se tornarão progressivamente mais modestas no tom e na abrangência”, por outro lado, ponderavam os autores, “o futuro derradeiro da profissão”, isto é, se o “behaviorismo seria capaz de se transformar no ‘paradigma’ predominante” da disciplina no próximo quarto de século, dependeria de uma série de “eventualidades” (*ibid.*, pp. 208-210, *passim*). “O prolongado fracasso no cumprimento de uma boa parte de suas promessas levará inevitavelmente a uma reação que nem mesmo o controle sobre o Establishment poderá resistir”, o que acarretaria uma “contrarrevolução” equivalente à própria “revolta pós-1945 contra a ciência política tradicional” (*ibid.*, pp. 210-211). Somit e Tanenhaus não poderiam ser mais premonitórios, embora tenham se equivocado enormemente na sua projeção temporal. A “contrarrevolução” antibehaviorista de fato ocorreu, mas não num futuro distante como imaginavam, porém, no mesmo ano da publicação de seu livro, ainda em 1967, durante o sexagésimo

fazendo com que os cientistas políticos, em sua busca pela objetividade científica, exaltem demasiadamente a técnica em detrimento do conteúdo (Somit e Tanenhaus, 1967, pp. 180-183).

⁵³ Eles mencionam os seguintes presidentes eleitos: Lasswell, em 1955, Key Jr., 1957, Charles S. Hyneman, 1961, Truman, 1965, Almond, 1966, e Dahl, 1967. Poderíamos ainda acrescentar, antes, Herring, em 1953, e, imediatamente depois, Merle Fainsod, em 1968, David Easton, em 1969, e Heinz Eulau, em 1971.

quarto encontro anual da APSA, levando à formação do dissidente *Caucus for a New Political Science* (CNPS), como será examinado no último capítulo.

Mais à frente, examinaremos detalhadamente essa rebelião na disciplina e o significado de seu desafio não apenas em relação ao establishment behaviorista na APSA, mas também, de forma mais abrangente, para a própria ordem liberal do pós-guerra do qual fazia parte. Por ora basta indicar que aquele evento – incluindo o contexto que o engendrou e suas consequências – repercutiu enormemente na produção historiográfica subsequente sobre a ciência política, que analisaremos no próximo capítulo.

3 A CIÊNCIA POLÍTICA BEHAVIORALISTA NA VISÃO DISCIPLINAR

To demand from the history of thought a solution to our own immediate problems is thus to commit not merely a methodological fallacy, but something like a moral error.

Quentin Skinner (1969, p. 53)

The historian is characteristically interested in the performances of agents other than himself and does not desire to be the author of his own past so much as to uncover the doings of other authors in and of it. This is probably a reason why his politics are inherently liberal rather aimed at praxis.

J. G. A. Pocock (1985, p. 9)

It is time that we pull back from Lamarckian contextualism and inject a little Mendelian thinking into our investigations.

John Gunnell (1991, p. 29)

3.1 Crise da ciência política behavioralista e crítica da ideologia liberal

Em 1975, Dwight Waldo, cientista político que duas décadas antes havia escrito relatório para a UNESCO sobre o estado da disciplina nos Estados Unidos (Waldo, 1956), publicou um estudo “histórico-interpretativo” (Waldo, 1975) sobre o desenvolvimento da ciência política no país como tradição, disciplina, profissão, ciência e empreendimento, no qual transparecia o impacto dos eventos de final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Mesmo assumindo que a ciência política deveria ser entendida como parte de um “grande diálogo” com a tradição de pensamento político desde a antiguidade, Waldo, assim como Crick, Somit e Tanenhaus, considerava que a disciplina, particularmente no século vinte, era um fenômeno, sobretudo, estadunidense, e, como tal, a situava, então, sob o impacto dos levantes da “Nova Esquerda” e da “contracultura”, em uma “era pós-behavioralista”, caracterizada por uma “*policy turn*”, que buscava unir, de maneira ainda instável, as pretensões científicas alimentadas pela “revolução behavioralista” e a procura pela relevância política instada por seus críticos. Segundo Waldo (1975, pp. 3, 115), não estava ainda

claro, porém, se a “tentativa de ecumenismo” resultante da “proclamação de uma ‘sensibilidade pós-behavioralista’ aparecer[ia] como uma aberração temporária, outro desvio na marcha rumo a uma política mais científica” ou se daria lugar, em vez disso, a “um novo equilíbrio de forças”. Em todo caso, a história da ciência política nos Estados Unidos já não seria mais narrada dali em diante do ponto de vista, seja ele crítico ou entusiasta, da ascensão da “abordagem behaviorista”, mas sim da perspectiva de sua crise ou ocaso.

As mesmas preocupações caracterizariam uma nova leva de estudos sobre a história da ciência política estadunidense após um hiato de quase uma década. Em meados dos anos 1980, começou a despontar uma série de investigações interessadas em perscrutar o estado da disciplina na “era pós-behavioralista” a partir do exame de seu passado (Berndtson, 1987; Easton, 1985; Finifter, 1983; Janos, 1986; Ricci, 1984; Seidelman e Harpham, 1985; Weisberg, 1986). Dois desses estudos, em especial, tiveram uma repercussão significativa, servindo, até certo ponto, de estopim para um rico debate sobre o próprio ofício historiográfico da disciplina, que chegou ao ápice na primeira metade dos anos 1990, mas que reverbera até os dias de hoje (Adcock, 2007, 2014a; Almond, 1990; Ball, 1989, 1993, 1995, Berkenpas, 2012, 2016; Berndtson, 1987; Dryzek, 2006; Dryzek e Leonard, 1988; Easton, Gunnell e Stein, 1995; Farr, 1988a, 1995a, 2003; Farr *et al.*, 1990; Farr, Dryzek e Leonard, 1995; Farr e Seidelman, 1993; Gunnell, 2006, 1991, 1993, 2002, 2004, 2013).

Os livros *The Tragedy of Political Science: Politics, Scholarship and Democracy*, de David M. Ricci (1984), e *Disenchanted Realists: Political Science and American Crisis, 1884-1984*, de Raymond Seidelman e Edward J. Harpham (1985). Nas palavras de Gunnell (1991, p. 24), tais livros “fizeram muito para galvanizar um renovado interesse sobre a história da ciência política”, em parte devido à contribuição substantiva que trouxeram ao campo, que, já no final daquela década, estava no “limiar de se tornar uma especialidade distinta de pesquisa” (*ibid.*, p. 16), e em parte devido às “questões historiográficas suscitadas pelo seu projeto” (*ibid.*, p. 24). Ambos os trabalhos apresentaram uma seleção temática, em geral, muito semelhante, que vinculava explicitamente o projeto científico da disciplina com a defesa da ordem liberal nos Estados Unidos, em uma perspectiva claramente reminescente daquela adotada por Crick, à diferença de que a sua narrativa central, ao estilo “ascensão e queda do behaviorismo”, deixaria entrever a atmosfera pessimista da época, como bem se nota, aliás, na própria escolha dos títulos, que

estampavam o sentimento de “tragédia” e “desencantamento” suscitado pela crise tanto da disciplina de ciência política quanto do liberalismo.

3.1.1 Ricci e a “tragédia” da “nova matriz liberal” behavioralista

Embora o núcleo da obra de Ricci seja a história da emergência de uma “persuasão behavioral” como coroação de uma “nova visão da ciência e da política” distintiva da “matriz liberal de meados do século [vinte]”, seguida por uma “década de desilusão”, da qual nem a ciência política nem a ordem liberal haviam se recuperado, sua narrativa pretendia dar conta de duas tendências mais amplas na vida intelectual dos Estados Unidos. A primeira seria a significativa relação entre o “declínio do número de grandes pensadores e a crescente proeminência das universidades” (Ricci, 1984, pp. ix-x). “Por séculos”, diria Ricci (*ibid.*, p. ix), “aqueles livros [de Platão, Aristóteles, Santo Augustinho, São T. de Aquino, Bodin, Locke, Burke e Marx] serviram ao mundo acadêmico como o pilar do ensinamento sobre política, mas eles não eram o produto principal de um ambiente acadêmico”. O evanescimento dos grandes pensadores e intérpretes políticos associados à ascensão das modernas universidades teria mudado drasticamente e, “para a maioria dos cientistas políticos, a linhagem de pensadores de primeira grandeza da tradição ocidental chegou ao fim perto do final do século dezanove”. Na medida em que pensadores daquele calibre “presumivelmente tornavam-se escassos, as universidades cresciam inquestionavelmente como enormes centros de ensino” (*idem*). Isto teria resultado em uma segunda tendência, mais recente, qual seja, a de que “um grande número de cidadãos americanos passaram a se educar sobre a vida pública a partir da contribuição particular de especialistas acadêmicos, em vez de, como no passado, a partir de uma tradição baseada nas obras de grandes homens em suas muitas andanças pela vida” (*ibid.*, p. x).

Sobre o pano de fundo destas tendências gerais, Ricci, valendo-se inicialmente de farta literatura sobre a sociologia dos intelectuais, das profissões, e das organizações burocráticas, bem como sobre a história do ensino universitário nos Estados Unidos, tentou delinear o desenvolvimento da ciência política como profissão e disciplina acadêmica especializada desde meados do século dezanove até o seu tempo. Essa história do “crescente poder da *expertise* sobre tantos aspectos da vida”, na qual a ciência política teria adquirido um papel social “nada desimportante” de educar cidadãos e governantes na

“província dos assuntos públicos e das instituições” (Ricci, 1984, pp. 4-7 *passim*), seria profundamente marcada, segundo Ricci, pela permanente tensão originada do “compromisso da disciplina com duas finalidades que, de tempos em tempos, revelam-se incompatíveis”, quais sejam, o compromisso com a defesa da democracia liberal e a busca do conhecimento científico. A “tragédia” da ciência política nos Estados Unidos derivaria deste “conflito entre finalidades e valores opostos”, o “estudo da vida pública de modo científico” e a “devoção à política democrática” (*ibid.*, pp. 22-24, *passim*).

É entre esses dois compromissos da disciplina – a aceitação das técnicas científicas e a adesão aos ideais democráticos – que o problema começa. Cientistas políticos aspiram estudar a política de forma científica, o que é lógico para a sua comunidade. Mas tais estudos nem sempre lançam uma luz positiva sobre o objeto de suas investigações. De algum modo, a pesquisa científica continuamente nega princípios centrais da ideologia democrática, como a racionalidade dos cidadãos comuns. (...) Como indivíduos, os cientistas políticos frequentemente estavam cientes das possíveis tensões entre seus compromissos com a ciência e a democracia. Todavia, coletivamente, eles persistem – e aqui é onde as pressões de um enquadramento organizacional é crucial – em fazer seus trabalhos acadêmicos de forma a perpetuar as tensões, porque são incapazes de desenvolver outras diretrizes profissionalmente aceitáveis ao ensino e pesquisa modernos. (*Ibid.*, p. 24)

Como um protagonista trágico, as falhas coletivas da disciplina se encontram na teimosa insistência em estudar a política cientificamente, mesmo se uma investigação nesses moldes não pode assegurar a saúde da sociedade democrática. (...) Conclui-se que há algo de tragicamente errado em uma disciplina que tem conhecimento dessas coisas e, no entanto, continua a operar de um modo que pouco faz para servir o objeto que tão sinceramente venera. (*Ibid.*, p. 25)

O momento apoteótico desta “tragédia” da ciência política seria narrado por Ricci nos capítulos centrais referentes à “matriz liberal de meados do século [vinte]”. Conforme a ciência política acumulava descobertas sobre a ordem política nos Estados Unidos que contradiziam muitas das exigências e ideais básicos da teoria democrática clássica, argumentava Ricci, os cientistas políticos se viram levados a formular uma “nova ‘matriz’ de discurso liberal relativa à ciência, ao conhecimento, à política, à democracia e a outros assuntos correlatos” à luz da qual, mantendo-se preservado o caráter científico daqueles achados, poder-se-ia, ainda assim, reconhecer aquela ordem como fundamentalmente democrática, senão mesmo como o padrão exemplar de democracia liberal não apenas possível, mas desejável. “Sob as circunstâncias, era lógico para os cientistas políticos em seu papel coletivo criar ou adotar uma nova teoria democrática – uma que exaltasse as práticas e instituições liberais existentes e, ao mesmo tempo, encontrasse novas razões para aceitar os seus resultados, por vezes decepcionantes, no mundo real” (*ibid.*, p. 99). Essa nova “matriz discursiva” teria a vantagem de fazer com que os cientistas políticos não renunciassem nem à sua identidade profissional como praticantes

duma disciplina acadêmica “científica” nem aos seus valores políticos “democráticos” no contexto geral da Guerra Fria, pois “não importasse o quão desalentadores” fossem seus resultados de pesquisa, eles espelhariam necessariamente a própria natureza das democracias liberais existentes, que, frente a ameaças “autoritárias” e “totalitárias” de toda sorte, deveriam ser protegidos (Ricci, 1984, pp. 99-100, 128-131).

Essa nova “matriz discursiva liberal”, segundo Ricci (*ibid.*, pp. 100-101), “não refletia uma unanimidade”, nem era “suficientemente autoritária para impor uma ortodoxia inflexível”, a ponto de “forçar a conformidade”. “O que essa matriz oferecia, assim, era uma configuração de considerações a ser usadas na análise social, algumas vezes explícita, outras implicitamente, e sempre de forma seletiva”; “a matriz servia como molde intelectual dentro do qual certas ideias eram patentemente válidas e recomendáveis, enquanto outras pareciam equivocadas e, portanto, perigosas” (*ibid.* p. 101). “Uma vez aceito, este era o universo discursivo que permitiria aos cientistas políticos superarem as contradições de sua disciplina e reconciliarem, por uma geração de estudiosos, os impulsos profissionais gêmeos em direção à ciência e ao liberalismo” (*idem*). Mas o que definiria essa “nova matriz discursiva liberal”?

Ricci aponta para duas correntes intelectuais que teriam contribuído decisivamente para sua configuração. A primeira, que nomeia de “Deweyismo”, em referência ao filósofo estadunidense John Dewey, teria sido responsável por lançar, na primeira metade do século vinte, algumas das “noções básicas” da “nova matriz liberal”, ao estabelecer uma clara analogia entre ciência e democracia liberal. Tanto uma quanto a outra seriam “sistemas abertos” orientados por um “método experimental”, o que tornaria possível, no caso da ciência, um acúmulo de conhecimento e, no caso da democracia, uma reforma progressiva (*ibid.*, pp. 101-107). Pendleton Herring seria um dos cientistas políticos que, segundo Ricci, teriam “empregado a nova matriz liberal de maneira mais consistente antes da Segunda Guerra” (*ibid.*, p. 110). Ao avaliar o “processo político com método de reconciliação entre mudança e estabilidade”, Herring estaria se orientando de acordo com os ensinamentos de Dewey de que a “a democracia deve ser definida como um método, antes de qualquer resultado substantivo ou momentaneamente desapontador”, no caso de Herring, pelo “sistema partidário competitivo”, cujo sucesso, nas suas próprias palavras, residiria “em sua habilidade demonstrada em reduzir interesses antagônicos e conflitos de classe a termos cooperativos” (*idem*). Segundo Ricci, ao “fazer exatamente o que a emergente matriz liberal e a situação profissional da ciência política exigia”, Herring

“aceitou os fatos tais como revelados pela pesquisa e, então, projetou sobre eles uma interpretação democrática mais otimista do que a permitida pelas expectativas liberais tradicionais” (Ricci, 1984, p. 110). Dessa forma, “o fracasso em viver de acordo com os padrões rigorosos [da teoria democrática convencional] tornou-se motivo de celebração ao invés de causa de desespero” (*ibid.*, p. 111).

A segunda tendência intelectual que teria ajudado a definir a “nova matriz liberal” após o fim da Segunda Guerra Mundial e a manter nas primeiras décadas da Guerra Fria esse “pervasivo otimismo” que seria o “pressuposto não declarado subjacente à maioria das obras convencionais sobre a política americana até pelo menos 1965” seria o que Ricci denominou de “Popperismo”, em alusão ao filósofo austríaco Karl Popper (*ibid.*, pp. 113, 112, 114-132). O Popperismo seria definido por quatro princípios básicos: 1) a “testabilidade” ou a assunção de que o conhecimento para ser verdadeiramente científico deve ser testável empiricamente; 2) a “falsificabilidade” ou o pressuposto de que o conhecimento científico deve ser expresso invariavelmente em termos que possam ser eventualmente refutados; 3) a “tentabilidade” ou a convicção de que nenhuma evidência é permanentemente conclusiva e que, portanto, toda teoria, não importa o quão corroborada pelas evidências existentes, é sempre sujeita à revisão ou rejeição; 4) abarcando todos os três princípios anteriores, a noção de que o que torna um conhecimento, a rigor, científico, é o método através do qual se chegou até ele, e não o seu enunciado substantivo. Todos esses princípios que embasariam a ciência teriam sido arregimentados por Popper para justificar a democracia liberal em seu influente livro *The Open Society and Its Enemies* (1945), com grande impacto na ciência política, segundo Ricci.

Do mesmo jeito que a ciência seria intransigentemente avessa a dogmas e ortodoxias de qualquer espécie, sendo, por definição, sempre aberta a mudanças, também a democracia liberal seria contrária a quaisquer “compromissos sociais fixos” e “objetivos absolutos” (Ricci, *Op. cit.*, pp. 119, 120). “Os vínculos aqui entre natureza da ciência e ideais políticos eram inescapáveis. Assim como Dewey, Popper argumentava que uma boa sociedade deve se assemelhar à arquetípica comunidade científica, porque ela também deve ser coleção de pessoas inteiramente capazes de lidar com novas ideias, no caso, ideias políticas” (*ibid.*, p. 120). “Assim, o Popperismo muito contribuiu para acomodar a nova matriz liberal às necessidades da ciência política no pós-guerra”, sobretudo ao “declarar que as instituições democráticas existentes eram basicamente saudáveis” e “a cura para os males da democracia era mais democracia” (*ibid.*, p. 121). Os cientistas políticos,

em vez de se sentirem perturbados com as suas descobertas científicas que contrariavam os padrões clássicos da teoria democrática liberal, poderiam simplesmente passar a considerar as estruturas de governo existentes como “partes necessárias de um grande mecanismo através do qual um povo livre conduzia de forma inteligente os seus assuntos” (Ricci, 1984, p. 121).

Com a analogia entre ciência e democracia fortalecendo a noção de que o sistema político americano era realmente uma sociedade aberta, mais ou menos, um cientista social podia exaltar várias virtudes do arranjo político existente mesmo se o seu trabalho demonstrasse a necessidade de tornar aquele arranjo mais eficiente. Em princípio, poderia ser argumentado que o corpo político era fundamentalmente sólido, e esta verdade primordial, perene e tranquilizadora, poderia ser advogada todas as vezes, ao ensinar, juntamente com a ideia de que sempre haveria pequenas descobertas aguardando para serem feitas – com os resultados publicados, é claro – e pequenas reformas sugeridas. Os cientistas políticos eventualmente desenvolveram uma compreensão bastante abrangente sobre as instituições políticas americanas e como, juntas, elas constituíam uma sociedade aberta necessitando só pequenas e ocasionais mudanças. Isto, quase inevitavelmente, tornou-se o seu ensinamento. (*Ibid.*, p. 124).

Essas duas tendências complementares, o Deweyismo e o Popperismo, teriam, de acordo com Ricci, desembocado, no final dos anos 1950, no chamado “movimento do ‘fim da ideologia’”, cujo otimismo indisfarçável teria levado muitos cientistas sociais a enaltecerem vigorosamente a democracia liberal estadunidense e, ao mesmo tempo, a execrarem toda forma de pensamento utópico como sendo a antessala do totalitarismo (*ibid.*, pp. 126-132). A consumação dessas duas correntes subjacentes à “nova matriz liberal” teria sido, porém, o behaviorismo, que, além de incorporar aqueles elementos já destacados à sua noção supostamente “realista” de teoria política (preocupada com o que é) em oposição à noção “moralista” tradicional (preocupada com o que deve ser), também adotaria uma “visão linear da ciência” que postularia o acúmulo lento, gradual e seguro do conhecimento a partir da agregação confiável de resultados de pesquisa como se fossem pequenos “blocos de construção” (*ibid.*, pp. 133-149).

Um dos principais efeitos do behaviorismo para a ciência política, na visão de Ricci, teria sido o rebaixamento da teoria política a meras hipóteses empiricamente apuráveis que, ao jamais colocar em questão os fins últimos da sociedade e da ordem política, em geral somente chegavam a conclusões que realçavam a adequação das instituições e práticas políticas e sociais existentes. Assim, os cientistas políticos behavioristas postulariam que, em vez de o pesquisador cotejar o resultado de suas investigações com algum conceito previamente idealizado do que a democracia deveria ser, ele deveria simplesmente se limitar a examinar os regimes políticos considerados democráticos a fim de

averiguar como de fato eles funcionariam na realidade. A ênfase de sua pesquisa, portanto, não deveria recair sobre os objetivos almejados com a democracia, mas antes nos procedimentos estabelecidos para que tais objetivos fossem negociados pelo conjunto dos cidadãos. Mais importante do que um consenso sobre os objetivos últimos da democracia, seria um acordo amplo acerca desses procedimentos, pois eles denotariam “tolerância” e mesmo “devoção às regras do jogo”, sem as quais a democracia poderia se extinguir (Ricci, 1984, p. 152). Daí que a busca pela igualdade, por exemplo, tão acentuada pelas teorias democráticas “clássicas” ou “tradicionais”, deveria ser reconsiderada, pois, afinal, “algum nível de desigualdade”, conforme atestariam as pesquisas empreendidas pelos cientistas políticos behavioristas por meio de técnicas de coleta e análise de dados as mais modernas, teriam “efeitos altamente desejáveis sobre a sociedade americana como um todo a despeito do carga que isso poderia significar para os indivíduos afetados por essa adversidade” (*ibid.*, pp. 152-153).

Além disso, as mesmas pesquisas revelariam que a maioria dos cidadãos, além de não se comprometerem em participar ativamente do processo político democrático, como seria de se esperar ou mesmo desejar segundo os cânones da teoria democrática tradicional, tampouco se ajustariam às exigências impostas por tais teorias – ou, na visão dos behavioristas, utopias – democráticas, uma vez que estariam significativamente aquém dos altos padrões de racionalidade, razoabilidade e tolerância por elas idealizados. Longe de ser percebida como um problema, contudo, os behavioristas traduziriam essa realidade como uma necessidade vital para o próprio funcionamento dos sistemas democráticos realmente existentes. A “apatia”, diante do quadro de “irracionalidade” ou “desinformação” de grande parte do eleitorado, seria entendida como um fator de “estabilidade” das democracias e, portanto, algo não somente suportável, como almejado – qualquer participação popular mais intensa nos destinos políticos do país seria apreendida, assim, na melhor das hipóteses, com certa inquietação (*ibid.*, pp. 153-154). Os rumos efetivos do governo, como várias pesquisas demonstrariam ostensivamente, restariam nas mãos de uma parcela bastante reduzida da população, isto é, de uma elite, todavia, estas, além de, até então, parecer demonstrar venerável apreço pelas “regras do jogo”, não estariam, de forma alguma, acima das instituições, sendo as suas ações controladas e balanceadas por uma contínua disputa entre “grupos de interesse” assegurada pelo sistema de livre “competição partidária” (*ibid.*, pp. 155-157).

Tamanho “otimismo” que, segundo Ricci, teria sido “a marca registrada do behaviorista nos seus dias idílicos depois da Segunda Guerra Mundial”, não deixaria, contudo, de estar assentado em “bases de confiança muito estremecidas” (*ibid.*, 173). “Tudo se basearia, de fato, em uma relação terrivelmente frágil entre mito e realidade, que ocultaria um problema intratável para a teoria democrática fundada em descobertas científicas” (*ibid.*, 173-174). Os conflitos políticos em uma democracia apenas produziriam resultados desejáveis ou aceitáveis se esta fosse imbuída em uma “cultura que encorajasse os homens a agirem juntos calmamente para acomodarem as necessidades uns dos outros e comprometerem ao menos alguns de seus interesses em benefício de um bem maior” (Ricci, 1984, p. 174). Contudo, o que as pesquisas de cientistas políticos behavioristas indicavam sistematicamente – algo sugerido desde que Joseph A. Schumpeter publicou *Capitalism, Socialism and Democracy* (1942) e reforçado por Almond e Verba em *The Civic Culture* (1965) – era que, “num sentido puramente empírico e científico, as crenças necessárias [à manutenção da democracia] eram errôneas, equivocadas, ilusórias, incorretas ou inválidas”: “Eleições poderiam ser mantidas, mas o controle real sobre o curso do destino da América estaria nas mãos daqueles que manipulam a opinião pública e as campanhas eleitorais” ou que agem “através de intrincadas coletividades profissionais e burocráticas, que simplesmente não correspondem rapidamente, se é que o fazem, ao sentimento expresso pelo eleitor” (Ricci, *Op. cit.*, p. 174).

As pesquisas científicas revelariam que o ideal de governo democrático seria uma falácia, sem qualquer correspondência com a prática efetiva dos governos reais, porém, os cientistas políticos reconheciam que sem “legitimar o regime democrático ao atribuir-lhe aparência de sustentação popular”, aqueles que comandam as democracias não teriam “autoridade suficiente para proclamar as leis que devem ser obedecidas” (*idem*). Dessa forma, as democracias liberais estariam assentadas em um “mito” continuamente desmentido pelos cientistas políticos, mas considerado, ainda assim, indispensável. Estaria, dessa forma, tecida a trama da “tragédia da ciência política”.

Era uma situação irônica. A democracia institucional, a excelência das elites, a eficácia da apatia, o papel dos grupos, a função dos partidos, a importância da tolerância, as regras do jogo, o credo democrático, a analogia com a ciência, a própria sociedade aberta – ao agir em conjunto, essas partes da visão behaviorista somente funcionariam se o corpo geral dos cidadãos fracassasse em entender o que acontecia ao seu redor, tanto no que diz respeito à natureza dos procedimentos políticos quanto à substância da política pública. Ao mesmo tempo, a disciplina de estudos políticos estava fortemente inclinada a dizer ao público o quanto, de acordo com a última pesquisa científica, as suas expectativas mais estabelecidas sobre o sistema político eram, de fato, infundadas. Talvez os ensinamentos profissionais não eram suficientemente persuasivos

para minar a fé pública no chamado mito democrático. Mas, na década entre aproximadamente 1965 e 1975, os eventos do mundo real forçosamente revelariam aos cidadãos americanos algo sobre como a sua política verdadeiramente funcionava, e assim a antiga tensão na ciência política – entre a descoberta científica e o suporte da disciplina à democracia – retornaria à frente da cena, onde reinara nos anos anteriores ao behaviorismo. (*Ibid.*, p. 175)

3.1.2 Seidelman e Harpham e o behaviorismo em “desencanto”

Também Seidelman e Harpham enfatizariam, em *Disenchanted Realists*, o vínculo umbilical entre a ciência política nos Estados Unidos e a defesa da democracia liberal. Para os autores, tanto “a ciência da política nasceu com as doutrinas e os movimentos políticos do moderno liberalismo”, quanto “proeminentes cientistas políticos, de fato, ajudaram a definir a visão liberal moderna de democracia, sociedade e Estado nos Estados Unidos do século vinte” (Seidelman e Harpham, 1985, p. 2). Tão importante teria sido essa contribuição, que eles defendem que a ciência política nos Estados Unidos seria melhor entendida como uma tradição de pensamento liberal, uma “terceira tradição”, alternativa às duas tradições anteriores, que eles denominam de “institucionalista” (expressa na preocupação dos Federalistas com os “efeitos malévolos do governo da maioria sobre as minorias e seus direitos”) e “democrática radical” (manifesta no desejo por “contínua experimentação e formas improvisadas de poder popular associados à democracia igualitária” como encontrado nos Artigos da Confederação), ambas julgadas “retrógradas e ultrapassadas” (*ibid.*, pp. 4-7, *passim*). Sendo uma “mescla entre conhecimento acadêmico e ativismo político, uma ciência da política e uma ciência ‘para’ a política”, a “terceira tradição” seria concebida como uma “alternativa não-revolucionária para as ideologias e práticas políticas da América pré-industrial”, uma “ciência da democracia, um modo de associar o estudo objetivo profissional da política com reformas políticas” (*ibid.*, p. 2).

A “terceira tradição”, no entendimento de Seidelman e Harpham (*ibid.*, p. 7), seria uma tentativa de superar o “diálogo de surdos” entre os “institucionalistas” – presos a uma concepção “mecânica” de governo, com suas perenes preocupações em relação aos pesos e contrapesos necessários para tornar a política impermeável aos desestabilizadores anseios populares – e os “democratas radicais” – demasiadamente confiantes em uma perspectiva “espontaneísta” de governo local direto refratária aos arranjos institucionais nacionais centralizados e burocratizados. O projeto de uma nova ciência da política passaria, assim, por “substituir essas duas tradições por uma nova filosofia pública”. Nesse

sentido, bem mais do que um simples “método de estudo”, a ciência política seria “uma forma peculiar de disposição americana para o pensamento e a prática políticas” (*ibid.*, p. 8). Enquanto na Europa, conforme narrativa dos autores, os intelectuais ou se colocariam a serviço da ordem ou se engajariam em movimentos sociais e partidos anticapitalistas, nos Estados Unidos, os intelectuais teriam resolvido se organizar como uma “profissão autônoma”, pois entendiam que “as organizações profissionais tornaram-se meios de estabelecer credibilidade e influência intelectual acima do ‘mero’ partidatismo ou militância”, buscando, dessa maneira, forjar uma solução realista distinta das opções ideológicas elitistas e populistas à disposição (*ibid.*, p. 12). Assim, concluiriam, o “profissionalismo” na ciência política dos Estados Unidos teria surgido “não como um recuo em relação à política, mas como uma forma nova e distinta de expressar uma reivindicação política” (*ibid.*, 13) – enfim, uma expressão político-intelectual do suposto excepcionalismo liberal estadunidense.

Em contraste com a análise de Ricci, porém, Seidelman e Harpham não enxergavam na junção entre liberalismo e ciência algo necessariamente problemático e menos ainda “trágico”. Ao contrário, eles não só acreditavam que essa amálgama característica da chamada “terceira tradição” teria sido razoavelmente viável (ao menos por um tempo), como, de fato, se mostraram bem mais amistosos em relação a esse projeto do que Ricci.

[A] aparente inclinação [dos cientistas políticos da “terceira tradição”] por opostos indica que o seu trabalho incorpora contradições e tensões impossíveis. Mas, no fim das contas, esperamos demonstrar que tais contradições e tensões não serão encontradas em sua tentativa de união entre fatos e valores, militância e objetividade, funções políticas e profissionais. Uma fácil reconciliação desses opostos torna o seu trabalho e as suas vidas excepcionalmente interessantes, e distingue o seu projeto intelectual de parasitas disciplinares e políticos profissionais. A sua aflição será encontrada, em vez disso, nas suas reivindicações básicas sobre a política americana e sua permanente incapacidade de atingir e orientar o público que designaram como suportes naturais da reforma política. (*Ibid.*, p. 3)

O grande problema, portanto, da ciência política estadunidense não residiria na tentativa em si de buscar unir conhecimento científico, através da profissionalização acadêmica, e defesa do liberalismo, através da formulação e proposição de programas de reformas, mas sim no reiterado fracasso em converter satisfatoriamente aquelas propostas em realidade. A contínua frustração de gerações de cientistas políticos da chamada “terceira tradição” em ver seus anseios e expectativas recusados ou ignorados seria a verdadeira fonte do “desencantamento” que acometeria a disciplina, ou ao menos a parte mais significativa dela. Esse sentimento de desilusão que, ciclicamente, afetaria os cientistas

políticos desde os primórdios da disciplina, conforme se lamentavam Seidelman e Harpham, parecia ter chegado à época a um ponto crítico dificilmente reversível. Tão devastador teria sido o estilhaçamento do velho consenso liberal com o acirramento da polarização política a partir do final dos anos 1960 e tão estarrecedora a galopante ascensão conservadora a partir do final dos anos 1970, que os autores evocaram um cenário de “guerra civil cultural”, cujo desfecho, qualquer que fosse, certamente culminaria no próprio “fim da terceira tradição” (*ibid.*, p. 235) ou do fim da ciência política tal qual até então se conhecia. O liberalismo como força política decisiva nos Estados Unidos e a chamada “terceira tradição” como esteio da disciplina de ciência política teriam seus destinos profundamente entrelaçados, de forma que, se era “improvável que o futuro político do país volt[asse] a ser liberal”, seriam “muito ínfimas” as chances de a “terceira tradição” prosperar (*ibid.*, pp. 1, 236).

No epicentro dessa derradeira crise da ciência política, ao menos como a expressão de uma “terceira tradição” de pensamento político liberal, estaria o behaviorismo. Tendo sido efeito, conforme interpretação de Seidelman e Harpham, do desapontamento de muitos cientistas políticos com as limitações e dificuldades na implementação das reformas sociais e políticas almejadas com o New Deal, sobretudo a partir da deflagração da Segunda Guerra Mundial, que “soergueu a nação da Grande Depressão”, mas reorientou a intervenção estatal não no sentido de uma maior “democratização” das instituições, mas sim da criação de uma “economia de guerra permanente” arquitetada para “imprimir a vontade econômica, política e militar americana sobre um mundo cada vez mais recalcitrante”, o movimento behaviorista, com toda a sua retórica revolucionária, expressou, na verdade, o “recuo do ativismo” político derivado do “receio desenvolvido nos círculos acadêmicos no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 em relação aos movimentos políticos à direita e à esquerda” segundo o qual toda “mudança política em si mesma era considerada perigosa” (Seidelman e Harpham, 1985, pp. 149, 150). “Para a racionalidade triunfar na América do pós-guerra”, pensariam os cientistas políticos na época, “era preciso um fim da ideologia” (*ibid.*, p. 150).

Tal “impulso anti-ideológico na ciência política do pós-guerra” teria repercutido tanto no desenvolvimento intelectual quanto organizacional da disciplina, transformando o tipo de trabalho produzido pela maioria dos cientistas políticos – que passou a rechaçar as “suposições otimistas” anteriores como “politicamente ingênuas e metodologicamente

suspeitas” –, assim como os critérios de julgamento da disciplina e a estrutura institucional da profissão – que passaram a priorizar o papel da ciência política como uma “pura ciência do processo político” fundamentada menos no ensino ou no serviço público do que na pesquisa, isto é, mais como o “entendimento objetivo e empiricamente embasado” do que como um canal para a “educação cívica” ou um vetor para o “moderno planejamento econômico e social” (*idem*). Nesse sentido, a “revolução behaviorista” teve grande impacto sobre a chamada “terceira tradição”, ao exacerbar as preocupações estritamente profissionais dos cientistas políticos em detrimento de quaisquer pretensões políticas reformistas e ao reorientar a sua produção intelectual num sentido marcadamente “neopositivista” voltado para a investigação empírica unicamente ancorada no “comportamento observável das pessoas” e alheia a todo tipo de “avaliação ética” (*ibid.*, pp. 151, 152). Ademais, “o fosso científico e político que separava o behaviorismo da ciência política anterior à guerra foi aprofundado por uma série de mudanças organizacionais que varreram a disciplina no final dos anos 1940 e início dos 1950”, como a fundação de vários centros de pesquisa e “outras organizações filiadas a universidades”, que “desempenharam um importante papel na promoção da perspectiva neopositivista behavioral na ciência política”, além do aumento expressivo do financiamento proveniente de “organizações filantrópicas” que “começaram a endossar as pesquisas em ciência política, particularmente as pesquisas behavioristas”, exercendo “uma enorme influência na determinação dos problemas que seriam investigados e no modo como seriam estudados” (Seidelman e Harpham, 1985, pp. 153, 154).

Os autores de *Disenchanted Realists*, em resumo, compreendiam as críticas dos behavioristas à abordagem “tradicional” da ciência política bem menos como um ataque à debilidade dos estudos sobre democracia nos Estados Unidos a ser sanada por uma perspectiva mais “científica”, do que como uma reação às ambições reformistas frustradas da ciência política antes da Segunda Guerra, julgadas a partir de então como inúteis, ingênuas, equivocadas, precipitadas, idealistas, e mesmo perigosas. O aprofundamento desta tendência científicista na disciplina associada ao notável desenvolvimento da profissão sob a égide da “era behaviorista” seria um processo examinado sob o pano de fundo do refluxo do espírito crítico e reformista anterior à guerra e da sedimentação de uma postura conformista e desiludida com o término da conflagração.

A fim de evidenciar como a “terceira tradição” da ciência política sofreu tais transformações sob o impacto da “revolução behaviorista”, Seidelman e Harpham partem da análise atenta da obra de dois proeminentes cientistas políticos do período, V. O. Key Jr. e David Truman, por representarem, na sua visão, os dilemas e distorções da ciência política dos Estados Unidos sob a hegemonia behaviorista. “Ambos aceitaram a crença de que o problema da reconciliação das tensões entre poder e legitimidade havia sido resolvido pelas instituições estatais” e, apesar de advogarem uma “pura ciência da política”, “ambos consideravam que as suas obras ofereciam às elites políticas uma compreensão sofisticada sobre a natureza do moderno sistema político” fundamental à sua própria preservação (*ibid.*, p. 158). O projeto behaviorista de um estudo científico da política estaria, portanto, visceralmente vinculada à apologia, ainda que implícita, da ordem política liberal estadunidense, tal qual ela existia.

Key, por exemplo, preocupado em adequar as descobertas das pesquisas científicas, particularmente sobre o comportamento eleitoral e a opinião pública, que indicavam níveis muito baixos de participação e grande desinformação do eleitorado, à alguma noção viável de legitimidade democrática que desse conta da aparente e, sob o ponto de vista das teorias tradicionais da democracia, preocupante ausência de interferência da vontade popular nos rumos do sistema político e, mais do que isso, a inexistência mesmo de um consenso mínimo entre os cidadãos que justificasse falar em vontade popular, elaborou duas explicações que seriam largamente difundidas entre os cientistas políticos behavioristas. Em primeiro lugar, para explicar como as “intervenções ocasionais” dos cidadãos na política através de eleições, longe de ser uma forma rebaixada e inconsequente de participação popular, poderiam ter impacto real sobre os rumos das políticas públicas, ele cunhou a noção de “eleições críticas”, segundo a qual, de tempos em tempos, algumas dessas “intervenções ocasionais” mobilizariam intensa participação do eleitorado, provocando uma ruptura com os padrões anteriores de orientação política e redefinindo “de maneira espetacular” novas e duradouras diretrizes que perdurariam mesmo num quadro posterior de apatia política do eleitorado. “As eleições desse tipo”, diria Key, “remontam, senão a uma revolução, ao menos ao seu equivalente funcional” (*apud* Seidelman e Harpham, 1985, p. 168). Dessa forma, não era preciso que os cidadãos fossem sempre ativos participantes na política, e nem mesmo assíduos eleitores, para que se pudesse falar legitimamente em democracia. Bastaria que agissem assim esporadica-

mente. Aliás, era recomendável que assim fosse, pois qualquer participação política intensa e permanente dos cidadãos, sobretudo se extrapolasse os limites definidos pelas urnas, seria um sinal não de vitalidade democrática, mas, ao contrário, de morbidez do sistema político.

Em segundo lugar, para lidar com as evidências de que “nenhum consenso fundamental real sobre as crenças políticas de fato existia”, e que, portanto, seria equivocada a referência (e deferência) à noção de vontade popular presente nas teorias democráticas tradicionais, Key teria argumentado que tal consenso fundamental existiria, claro, mas não onde normalmente era procurado, isto é, na “opinião pública”, e sim nos “círculos de liderança dos ativistas políticos da sociedade”, “suportes da cultura política ou detentores do consenso básico acerca dos modos e estilos de ação”, quer dizer, dos procedimentos essenciais da democracia liberal (Key *apud ibid.*, p. 171). A concepção de Key sobre o papel desta elite guardião de uma “subcultura” democrática crucial para a preservação do consenso necessário à existência da democracia teria sido, nas palavras de Seideman e Harpham (*idem*), “a explicação teórica mais explícita de como as normas democráticas foram reconciliadas com o exercício do poder político no sistema político americano”. “Da perspectiva teórica de Key, o sucesso da democracia, e, logo, a reconciliação entre poder político e legitimidade democrática, restava, em última instância, nas crenças, nos padrões e na competência da elite política americana” (*ibid.*, p. 172).

Dessa forma, Key teria vislumbrado um “novo papel para ciência política behaviorista”, qual seja, a de tornar as elites políticas mais conscientes de seu papel central como garantidoras dos regimes democráticos. “Para Key, as teorias sobre o comportamento eleitoral eram importantes não por causa de seus efeitos sobre os eleitores, que raramente tomavam ciência disso, mas por causa de seus efeitos sobre a elite política” (*idem*). “Em essência, enquanto o destino da democracia pode estar nas mãos de suas elites políticas democraticamente comprometidas, o destino destas elites estava inextricavelmente ligado ao desenvolvimento de uma ciência política behaviorista” (*ibid.*, p. 173). A abordagem behaviorista de Key seria tanto uma “explicação do seu caráter democrático” quanto uma “apologia à estrutura existente de poder” (*idem*). “Para Key, uma investigação sobre a realidade da política americana era inevitavelmente uma investigação sobre a natureza da realidade democrática tal como ela existia no mundo real. Se os

fatos descobertos levantassem sérias questões sobre as noções convencionais de democracia na América, não seria o caso de culpar a democracia, mas sim a nossa compreensão sobre ela” (*ibid.*, p. 164).

Truman, “exemplo paradigmático de cientista político behaviorista profissional”, também considerava, a exemplo de Key, que o “processo político nos Estados Unidos havia efetivamente resolvido as tensões entre o poder político e a legitimidade democrática” (*ibid.*, p. 174). Nesse sentido, o papel da ciência política behaviorista não seria reformar as instituições existentes, mas tão somente oferecer uma explicação objetiva de como a democracia realmente funcionava. “Truman não procurava usar a teoria empírica como um modo de criticar e denunciar as contradições e injustiças da ordem liberal democrática. Por definição, a realidade empírica era democrática, e seu dever era estudar as condições para a sua preservação e sobrevivência” (*ibid.*, 179). Diferentemente de Key, contudo, “ao mesmo tempo em que Truman aceitava a democracia americana como algo dado, ele concentrava uma atenção considerável nas temerárias tendências que ameaçavam solapar a delicada estrutura do processo político encontrada na América pluralista” (*ibid.*, p. 175). De acordo com Truman, o “processo político” nos Estados Unidos estaria baseado em uma dinâmica e equilibrada disputa entre os mais distintos “grupos de interesse” ou “grupos de pressão” em obediência a um conjunto básico de procedimentos ou, simplesmente, “regras do jogo”, que, além de conferirem legitimidade democrática ao sistema político como um todo, permitiriam que tais conflitos fossem atenuados e conciliados, garantindo, assim, estabilidade e eficiência ao regime democrático liberal pluralista. Segundo Seidelman e Harpham (*ibid.*, p. 180), ao revelar “por que a emergência de poderosos interesses na sociedade americana não necessariamente era uma ameaça aos valores democráticos tradicionais” e ao explicar “como o processo político de grupos era o último desdobramento na evolução da cultura democrática americana”, a teoria de Truman teria se convertido, em meados do século vinte, em uma eficaz “arma científica em defesa da ordem existente”.

Todavia, o sucesso dessa ordem democrática, ponderava Truman, não poderia ser projetada indefinidamente no futuro. Haveria sempre o risco latente de “interesses não organizados” não encontrem canais satisfatórios de representação política “em consequência da rigidez dos padrões estabelecidos de acesso” e das “deficiências dos meios de comunicação”, o que eventualmente poderia levá-los a “assumir um caráter explosivo”,

“intensificado por meio de interpretações de classe das ‘regras do jogo’”, colocando, assim, em perigo todo o processo político baseado na disputa ordeira entre os grupos de interesse organizados que, tendo alcançado acesso adequado às fontes de decisão política consideradas legítimas, guardariam respeito aos procedimentos democráticos estabelecidos (Truman *apud* Seidelman e Harpham, 1985, p. 182).

Assim, a teoria de Truman, a despeito de suas pretensões em criar uma “pura ciência do processo político”, não pretendia ser apenas uma descrição fidedigna da ordem política liberal. Ao “indicar as condições para a sobrevivência de longo prazo do sistema num contexto de conflito entre grupos de interesse”, Truman acreditava estar oferecendo não só uma explicação teórica abrangente sobre o funcionamento efetivo da moderna democracia liberal, mas também uma orientação prática para sua preservação (*ibid.*, p. 179). Esse ensinamento, por sua vez, estaria dirigido, assim como em Key, não à opinião pública em geral, mas, especificamente, às lideranças políticas. “A manutenção dos procedimentos não era para ser confiada aos cidadãos, mas às elites políticas esclarecidas que seriam capazes de se erguer para proteger as regras do jogo quando ameaçadas” (*ibid.*, pp. 182-183). “Para Truman, bem como para Key, a ciência behaviorista deveria ser a educadora de uma elite guardiã que protegia e preservava os valores incorporados ao sistema democrático existente” (*ibid.*, p. 178). A ciência política behaviorista, nesse sentido, ao se despojar das pretensões reformistas da ciência política dita tradicional, desencantada e mesmo temerosa de provocar a transformação da realidade política e social, teria se abrigado sob a capa do profissionalismo e do cientificismo para promover melhor a defesa (insuspeita) da ordem vigente.

3.2 Os debates metodológicos no reinício da história disciplinar da ciência política

The Tragedy of Political Science e *Disenchanted Realists* suscitariam um intenso debate acerca da história e da historiografia da ciência política nos Estados Unidos e também, embora nem sempre explicitamente, sobre o controverso lugar ocupado pelo behaviorismo nessa história. Como reconheceu um dos mais acerbos críticos destes trabalhos, “Após Ricci e Seidelman, a questão sobre o significado geral da escrita da história da ciência política, e como e porquê conduzi-la, não pode mais ser evitada” (Gunnell, 1991, p. 28). Um dos pontos centrais desse debate dizia respeito à possibilidade de se

realizar uma história “neutra” sobre a ciência política, isto é, uma história que não fosse também, imediatamente, um julgamento sobre o passado a partir da tomada de posição sobre os *descaminhos* presentes da disciplina. Embora fosse uma unanimidade entre os cientistas políticos envolvidos no debate que tomou corpo no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 a opinião de que o entendimento sobre a história da disciplina era fundamental para a definição da identidade da profissão, muitos se mostraram preocupados que o inverso fosse também verdadeiro, quer dizer, que a identidade profissional dos cientistas políticos, a forma como eles percebiam os dilemas e conflitos da disciplina no presente, interferisse ou se projetasse sobre a sua compreensão histórica, o que a princípio acabaria por invalidar totalmente tal esforço.

3.2.1 A crítica “internalista” de Farr e Gunnell contra Ricci, Seidelman e Harpham

James Farr destacaria que, a despeito de “parecer absolutamente correta” a conexão estabelecida por Ricci entre ciência política nos Estados Unidos e política estadunidense – que “segundo a natureza da besta significa liberalismo e democracia representativa” –, a sua caracterização da nova matriz liberal a partir do chamado “popperismo” seria desprovida de fundamentos (Farr, 1988a, p. 1188). Se a descrição de Ricci a respeito do popperismo estivesse mesmo correta, concluiu, “logo, Popper *não* era popperista” (*ibid.*, p. 1189). “Considerando isso”, ironizou Farr, “o popperismo parece se ajustar até *muito* bem a história [de Ricci], como se fosse requisitado”. Ademais, para Farr, “a própria ideia de tragédia parece mais do que ligeiramente deformada” (*idem*). Apesar de “contribuir para um título retoricamente carregado e prometer um expediente narrativo dramático”, aquela ideia seria exagerada para tratar de algo que não passaria de uma “crise geracional” e não exatamente uma “agonia prolongada de autorrevelação histórica, muito menos de autodestruição, característica de um Édipo ou uma Antígona” (*idem*).

Do mesmo modo, prosseguiria Farr (*ibid.*, p. 1191), “provocações à parte, *Disenchanted Realists* adota algumas opções historiográficas e discernimentos partidários que não estão acima de questão ou crítica, particularmente aqueles referentes à própria ideia de ‘terceira tradição’”, a seu ver, bastante arbitrária. Houvessem Seidelman e Harpham selecionado outras personagens para sua narrativa, como Dahl, que antes e após o seu interlúdio behaviorista, por assim dizer, teria sustentado “inclinações socialistas de-

mocráticas”, ou figuras negligenciadas da direita neoconservadora como Samuel Huntington, que recebeu uma breve menção no último capítulo em constatação de sua “efetiva mistura entre pesquisa acadêmica e influência sobre a elite ilustrada governamental e empresarial” – ainda que em um sentido oposto ao desejado por eles – as suas conclusões, como sugeria Farr (1988a, p. 1192), possivelmente seriam outras. “A questão não parece ser apenas tipológica”, ele sublinhou, “mas antes, parece ser se a terceira tradição realmente existe ou se alguma vez existiu”, ou ainda, se “o começo e o fim da chamada terceira tradição não foram senão eventos literários de um livro” (*ibid.*, p. 1193).

Em resumo, as críticas de Farr aos trabalhos de Ricci, Seidelman e Harpham, sem contestar qualquer interpretação específica sobre algum evento, apontavam todas em comum para um único problema geral: suas histórias teriam imposto a seu objeto uma estrutura narrativa pré-concebida, abstrata e arbitrária, destinada não tanto a explicar os fatos como realmente ocorreram, mas, sobretudo, a servir de instrumento retórico para florear um juízo polêmico acerca das condições presentes da ciência política nos Estados Unidos, qual seja, de que a disciplina, sob forte pressão da tendência ao profissionalismo acadêmico e de seu etos cientificista, havia, em parte, abdicado de participar dos embates políticos concretos, e, por conseguinte, de qualquer movimento efetivo de reforma política e social, e, em parte, o que seria muito pior, se convertido simplesmente em uma fonte intelectual de legitimação do *status quo* liberal e das autoridades instituídas.

John Gunnell adotaria uma crítica semelhante e ainda mais enfática. Para Gunnell (1991, p. 24), “dado o nível da discussão contemporânea sobre a interpretação histórica, e mesmo da histórica das ciências sociais, ambos os livros seriam surpreendentemente irrefletidos metodologicamente”. Ele reconhecia que, ao abordarem as “tensões entre os compromissos científicos e políticos”, Ricci, Seidelman e Harpham talvez estivessem lidando com “questões [que] podiam ser inerentes à estrutura do discurso da ciência política americana”, contudo, “o mais problemático [seria] a maneira como tramavam a história que contavam” (*idem*). Assim como Farr, Gunnell não contestaria exatamente nenhuma interpretação mais específica sobre qualquer acontecimento na história da ciência política dos Estados Unidos, mas o enquadramento geral sobre o qual os elementos dessa história eram organizados. Para ele, “é claro que ambos os trabalhos ganham muito de sua força de estruturas narrativas que são muito mais impostas do que descobertas” (*idem*). Gunnell afirmava que não havia muito o que discutir sobre a “pressuposição

de Ricci de que a ciência política contemporânea pode e desempenha um papel significativo na educação política e que há muitos fundamentos para se criticar tanto a forma como o conteúdo, assim como quão bem ela encena esse papel”, no entanto, ele denunciava o “enredo geral que orienta a estória de Ricci, isto é, o deslocamento de uma sabedoria antiga por uma ciência política estéril”, como, “de fato, um argumento que é menos um relato histórico da ciência política do que um argumento que tem sido parte da história da disciplina” (*ibid.*, p. 25). “A abordagem de Ricci”, sentenciou Gunnell, “ainda está enraizada nos termos agora um tanto primitivos da controvérsia dos anos 1960 entre o behaviorismo e o estudo da história da teoria política” (*ibid.*, p. 24). Assim, ainda que ele admitisse a “interpenetração entre ciência política e liberalismo americano”, “a explicação de Ricci sobre esse fato histórico seria bastante a-histórica” (*ibid.*, p. 25), no sentido de que, para Gunnell, esta explicação revelaria muito mais sobre o posicionamento dos autores quanto ao estado presente da disciplina do que propriamente sobre o seu passado. Gunnell, referindo-se causticamente à “fábula trágica” de Ricci, diria que “ela não é uma estratégia retórica sem apelo e iluminação em defesa de uma antiga queixa dentro da área, mas [que] nos mantém a alguma distância da verdadeira história da ciência política e da dinâmica de seu desenvolvimento conceitual interno” (*idem*).

Crítica idêntica seria lançada por Gunnell contra a obra de Seidelman e Harpham, cuja “trama não seria alheia àquela de Ricci”. Mesmo admitindo que a seleção de cientistas políticos examinados por esses autores estaria, “em sua maioria, situada no interior da verdadeira tradição histórica da ciência política americana”, Gunnell afirmaria que “as ‘tradições que ele[s] discute[m] são construtos analíticos retrospectivos” que “parecem de alguma forma recolhidos arbitrariamente” (*ibid.*, p. 26). “Assim como o livro de Ricci, [aquele livro de Seidelman e Harpham] é menos uma história da ciência política do que uma caracterização e julgamento dessa história. A visão crítica sobre o liberalismo orientava e certamente precedia qualquer descoberta histórica e a pesquisa histórica é apropriada seletivamente para sustentar de antemão um caso”. Ainda segundo Gunnell, “apesar de Seidelman, mais até do que Ricci, penetrar nos textos e no discurso da ciência política americana”, eles não dariam conta do “desenvolvimento interno” da disciplina, porque supostamente imporiam um juízo de valor sobre a história da ciência política sem qualquer exame prévio e imparcial dos fatos (*ibid.*, p. 27). Mais do que indicar um equívoco, a crítica de Gunnell, num tom certamente acima àquela de Farr, embora no mesmo

sentido, ficava a um pequeno passo de configurar uma denúncia contra uma fraude histórica.

No centro das preocupações de Gunnell e Farr sobre como alcançar uma história “metodologicamente mais reflexiva” e evitar, assim, distorções “presenteístas” a respeito do passado, parece estar a ressalva quanto à “visão crítica sobre o liberalismo” daqueles autores, “enraizada nos termos agora um tanto primitivos da controvérsia dos anos 1960”. É a apreciação demasiadamente crítica da história da ciência política, em especial do behaviorismo, alinhada a uma perspectiva claramente à esquerda do liberalismo, o que parece suscitar as graves apreensões de ambos acerca da acuidade dos métodos historiográficos utilizados naquelas duas narrativas. Talvez não seja por acaso que as suas críticas aos trabalhos de Ricci, Seidelman e Harpham tragam argumentos curiosamente muito próximos à própria postura behaviorista em defesa do conhecimento científico imune a valores. Assim, a “verdadeira história da ciência política”, finalmente libertada dos “expedientes narrativos dramáticos” e “construtos analíticos retrospectivos” por meio da aplicação cuidadosa de métodos de investigação adequados à análise do “desenvolvimento interno” da disciplina, elaborados especialmente para prevenir o pesquisador de projetar os seus preconceitos sobre os acontecimentos históricos que examina, transformando-os, assim, em “eventos literários” de um panfleto ou libelo político feito sob medida apenas para “sustentar um caso”, acabaria, presume-se, sendo “descoberta” a partir da imersão nos próprios fatos.

Os argumentos alinhavados por Farr e Gunnell, evidentemente, seriam expostos de forma mais cautelosa e sofisticada do que esta compacta caricatura sugere. Ambos, afinal, estavam bastante conscientes de todo o extenso, acirrado e, já àquela altura, fadigante debate acerca das (im)possibilidades de um conhecimento científico ou histórico “neutro” – debate, por sinal, que remontaria às primitivas controvérsias dos anos 1960 (estendidas para os anos 1970) em que os dois se formaram intelectualmente. Todavia, a caricatura aqui esboçada não é de todo infundada. Com efeito, uma das referências teóricas mais recorrentes nos escritos de Farr e Gunnell no que concerne à correção do método historiográfico no campo da história intelectual ou do pensamento político, como concebiam a história disciplinar da ciência política, é a perspectiva conhecida como “contextualismo linguístico”, associada mormente ao nome de Quentin Skinner. Os dois se respaldaram no já famoso artigo de Skinner, *Meaning and understanding in the history of ideas*

(1969), para acusar os desvios “presenteístas” e a construção “mitológica” daqueles autores.⁵⁴ O próprio historicismo radical advogado por Skinner, ao menos num primeiro momento de sua empreitada metodológica, não seria poupado de críticas semelhantes quanto às suas inclinações “positivistas” e “antiquaristas”⁵⁵ – o primeiro viés, presente na sua proposta teórica de recuperação integral das intenções e dos contextos originais dos autores; o segundo, na recomendação metodológica feita ao historiador para que se afastasse do presente, como pré-condição para algum tipo de imersão total no passado que impedisse suas expectativas, de antemão preconceituosas, de prejudicar sua compreensão histórica. Baseando-se nessas duas premissas, Skinner (1969, p. 53) declararia que “exigir da história do pensamento uma solução para nossos problemas imediatos é cometer não só uma falácia metodológica, mas também algo como um erro moral”, uma recomendação aparentemente bem recebida por Farr e, sobretudo, Gunnell.

Não sem razão, John Dryzek e Stephen Leonard (Farr *et al.*, 1990), ao responder às críticas de Farr, Gunnell e também de Seidelman a um provocativo artigo em que defendiam um visão “pós-empirista” sobre a história da ciência política, afirmariam que “a mais notória deficiência dos argumentos dos nossos críticos é que compartilham a crença na possibilidade de escrever uma história disciplinar que seja mais ou menos neutra em relação à identidade disciplinar, tendência que identificava de forma “mais pronunciada” em Farr e Gunnell, e, inclusive com espanto, “até mesmo em Seidelman, aquele notório cético e crítico confesso da ciência política contemporânea, [que] endossa uma postura neutralista quando reivindica [que] ‘minha intenção não é criar ou destruir tradições a fim de estabelecer minha própria agenda de pesquisa, mas entender a história da ciência política’” (*ibid.*, p. 604) – uma glosa, diga-se de passagem, completamente marginal e dissociada da crítica principal de Seidelman, que, no mais, como percebem Dryzek e Leonard, assume abertamente seu ponto de vista de “esquerdista” (*ibid.*, pp. 597, 598).⁵⁶

⁵⁴ A contribuição de Skinner para Farr ficaria ainda mais clara em uma publicação em que escreveu um dos dois capítulos teóricos introdutórios, sendo o outro redigido pelo próprio Skinner (Ball, Farr e Hanson, 1989). Em relato posterior sobre esse mesmo debate, Gunnell (2004, pp. 268-269) afirmaria que “O que era evidente, no entanto, era que, já na altura em que indivíduos como Quentin Skinner e J. G. A. Pocock levantavam questões sobre a natureza da história intelectual em geral e sobre o que constituía uma autêntica recuperação do passado e uma abordagem verdadeiramente histórica, e em que o estudo das disciplinas acadêmicas já estava sendo examinada sob este prisma, não era mais possível ser metodologicamente inocente ao fazer afirmações sobre a história da ciência política”.

⁵⁵ Para uma apreciação acerca de algumas mudanças de ênfase nas propostas metodológicas de Skinner, ver: Pocock, 1985. Para um apanhado das críticas endereçadas à Skinner, ver: Tully, 1988.

⁵⁶ Dryzek e Leonard (1988), assumindo uma postura “pós-empirista”, afirmam que não há história da ciência política que seja neutra. Nesse sentido, eles apontam que todas as histórias até ali produzidas guardavam

Entre Farr e Gunnell, seria este último a elaborar uma proposta metodológica mais explícita sobre como escrever de modo mais “autoconsciente” a história disciplinar da ciência política de modo a obter uma compreensão mais neutra em relação ao seu passado. Claramente inspirado nas recomendações de Skinner, Gunnell argumentava que, “embora a história da ciência política seja um aspecto essencial da reflexão crítica sobre a disciplina, chegamos a um ponto em que devemos também ser autoconscientes a respeito tanto da forma como do conteúdo das proposições históricas” (Gunnell, 1991, p. 27). Nesse sentido, ele fez um “apelo” ao que denominou de “história internalista”, em oposição ao “gênero de presenteísmo no qual os livros de Ricci e Seidelman devem ser, em última instância, localizados”. “Tais livros”, prosseguiu, “representam um aspecto de uma nova onda de historicismo e sua ênfase nas histórias contextualistas e externalistas”, baseadas em “construtos extraídos da sociologia” que postulam “contextos sociais e históricos gerais concebidos de alguma forma abstrata” que negligenciam os “detalhes da estrutura e o conteúdo discursivo das disciplinas e seu verdadeiro contexto”, “distanciando a explicação dos detalhes da prática disciplinar, e da política na e da universidade” (*ibid.*, pp. 27- 29, *passim*). “É chegada a hora”, conclamou Gunnell, “de nos afastarmos

posições, ora a favor, ora contra certa identidade disciplinar. As histórias da ciência política se dividiriam, assim, entre “Whiguistas”, isto é, legitimadoras da condição hegemônica no presente, ou “céticas”, ou seja, críticas dessa mesma condição, em “duas categorias mutuamente exclusivas” (*ibid.*, p. 1253). Isso os faz questionar, então, se não seria possível estabelecer algum critério para julgar uma “boa história” da ciência política. Seguindo os ensinamentos de Lakatos, que, contrário ao relativismo de Kuhn, sugeria que era possível falar em progresso científico a partir não de paradigmas, mas sim de resolução de problemas concretos, Dryzek e Leonard sugerem que haveria uma forma de, respeitando o pluralismo da disciplina e sem desejar postular por decreto a neutralidade da escrita da história, definir a validade das histórias da ciência política a partir do exame de “programas de pesquisa” voltados para a solução de problemas. “Nessa perspectiva, o progresso da ciência política consiste em expandir a capacidade de lidar com a contingência no conteúdo de problemas empíricos” (*ibid.*, p. 1250). Daí a sugestão de uma história da ciência política “sensível aos contextos”, mas ao mesmo tempo avessa ao partidarismo na escrita da história, uma vez que haveria uma “pluralidade radical de tradições de pesquisa, portanto, de histórias e identidades disciplinares” e “tais histórias seriam limitadas em seu escopo” (*idem*). Enfim, somente uma, ou melhor, várias histórias, baseadas nos múltiplos “programa de pesquisa” da ciência política teriam condições de, sem pretender ser neutra, dar conta da pluralidade de perspectivas na ciência política, evitando, assim, os discursos de legitimação e condenação que dominavam a escrita da história da disciplina. Com isso, eles pretendem o melhor dos dois mundos: histórias que assumam definitivamente o seu ponto de vista necessariamente parcial e, ao mesmo tempo, estejam calcadas em algum critério de validade objetiva que lhe permitam estabelecer o progresso nas diversas áreas de pesquisa. “Assim, uma boa história disciplinar pode incrementar nossas habilidades de fazer boas escolhas contextualizadas ao tornar disponível um menu variado de abordagens alternativas para os assuntos em questão, além de evidências sobre quando cada tradição pode ser útil e quando ela pode falhar e ser irrelevante” (*ibid.*, p. 1258). Ainda que afirmassem, pois, a inviabilidade de uma história “neutra”, os autores fariam uma apreciação das obras de Ricci e Seidelman e Harpham surpreendentemente parecida com as de Farr e Gunnell. Para Dryzek e Leonard, a história escrita por Seidelman e Harpham ocultaria uma “agenda radicalmente anticapitalista para a ciência política” e “a narrativa de Ricci só faz sentido quando contrastada com sua própria agenda para a disciplina, que envolve focar mais nas preocupações chave da política democrática, do pensamento especulativo, e da grande teorização” (*ibid.*, p. 1251).

do contextualismo lamarckiano e injetarmos um pouco de pensamento mendeliano em nossas investigações”, a fim de entender a “evolução de uma prática discursiva” tal como uma “genealogia ou arqueologia do seu desenvolvimento conceitual interno” (*ibid.*, p. 29). Desta forma, “a história da ciência política é ao menos num sentido importante a história da evolução interna dos argumentos dentro da disciplina”, de modo que “é o potencial genético das formas passadas que devem ser traçadas”, já que, as “influências ‘ecológicas’” dos “contextos desempenham um papel importante, mas, em última instância, aleatório” (Gunnell, 1991, p. 29). Uma “história externa”, abalizada em “contextos que não passam de construtos sociológicos reificados ou imagens ligeiramente exorbitadas e não examinadas”, “normalmente fracassam em estabelecer as conexões concretas entre tais contextos putativos e o objeto da investigação”, tendendo, portanto, a “assumir a explicação como uma questão de justaposição” (*idem*) ou a “igualar contextualização e compreensão” (Farr *et al.*, 1990, p. 595). A proposta de uma “história internalista”, segundo Gunnell, seria, assim, a única capaz de oferecer uma “história realista talvez mais efetiva do que a retórica ficcional”, “dominada por enredos de progresso e declínio” (Gunnell, 1991, p. 30).

3.2.2. Uma defesa de Ricci, Seidelman e Harpham contra Farr e Gunnell

É no mínimo intrigante constatar como um livro como *Disenchanted Realists*, reconhecido por Gunnell por “penetrar nos textos e no discurso da ciência política americana” a partir de uma seleção de cientistas políticos, “em sua maioria, situada no interior da verdadeira tradição histórica da ciência política americana” e outro como *The Tragedy of Political Science*, saudado por Farr porque, “ao passar em revista tantos eventos, teorias e teóricos (...), reúne um tesouro bibliográfico”, cujas “notas de rodapé sozinhas irão auxiliar historiadores profissionais da ciência política americana, especialmente os que desejam caçar este ou aquele teórico, esta ou aquela crise disciplinar” (Farr, 1988a, p. 1188), sem que tenham qualquer de suas interpretações específicas sobre aqueles mesmos textos, eventos, teorias e teóricos refutada, sejam incriminados de negligenciar o “desenvolvimento interno” da disciplina e, por fim, de fabricar, por meio de uma “retórica ficcional”, “eventos literários” unicamente para “sustentar um caso”.

Para começar, as análises de Ricci, Seidelman e Harpham são em grande medida “internalistas”. Gunnell afirma que tais autores “se baseiam fortemente, tanto tematicamente quanto em evidências, mas frequentemente de maneira irrefletida e instrumental”, em uma abrangente literatura sobre a ascensão das organizações profissionais, das universidades e o desenvolvimento das ciências sociais no final do século dezenove e início do vinte, que, não obstante, avaliava como “algumas das melhores pesquisas sobre a história das ciências sociais disponíveis”. Todavia, para Gunnell, “Ricci e Seidelman aceitam essa literatura de modo muito acrítico, tanto em termos de metodologia quanto substancialmente, ao estabelecer o contexto explanatório de suas reivindicações sobre a história da ciência política”. Acontece, segundo Gunnell, que essa literatura constituiria um tipo de historiografia “externalista” que pressuporia “contextos sociais e históricos abstratos (como, por exemplo, crise de autoridade) derivado de fontes secundárias sobre o período”. Em momento algum, porém, Gunnell apresenta ou sugere fontes primárias alternativas a fim de rejeitar as interpretações daquela literatura que serviria de base para Ricci, Seidelman e Harpham.

Ademais, esses autores se baseiam, com efeito, apenas em parte nessa literatura e, mesmo assim, sem prejuízo dos “detalhes da estrutura e do conteúdo dos discursos da disciplina e de seus reais contextos”, como afirma Gunnell (1991, pp. 27-29, *passim*). Ricci, por exemplo, se respalda nessa literatura basicamente na primeira parte do seu livro, sobre “os anos iniciais” da ciência política na virada do século dezenove para o vinte, quando trata, em dois capítulos, sobre “o lócus do ensino superior” e “as contradições de uma disciplina política”, parte essa que ocupa menos de um terço da obra e não aborda o núcleo do seu desenvolvimento, sobre a “matriz liberal do meio do século”, na qual Ricci recorre sobretudo a fontes primárias, isto é, àquelas mesmíssimas fontes valorizadas por Gunnell para tratar de “teorias e teóricos”. Já Seidelman e Harpham se baseiam nessa literatura somente nos dois primeiros capítulos, o que constitui um quinto da obra, quando pretendem mostrar o desenvolvimento inicial das ciências sociais nos Estados Unidos e apontar alguns dos problemas que afligiam os praticantes da disciplina em formação, como a questão da soberania e do Estado, da cidadania e da legitimidade, da educação civil, dos dilemas da profissionalização em um meio predominantemente amador, etc. Nos demais capítulos, os autores lidam diretamente com a produção intelectual dos pares de cientistas políticos selecionados por eles para cada uma das fases históricas do desen-

volvimento da disciplina, Arthur Bentley e Charles Beard para a “Era Progressista”, Charles Merriam e Harold Lasswell para o período do New Deal, V. O. Key e David Truman para a Revolução Behaviorista do pós-guerra, e Theodore Lowi e Walter Burnham para a época “pós-behaviorista” em que a dita “terceira tradição” aparentava esgotamento diante da crise do próprio liberalismo e do esgarçamento do “centro vital”, para usarmos aqui o conceito de Schlesinger Jr. Além disso, é preciso apontar que todas as considerações de Gunnell não esclarecem exatamente como os estudos históricos e sociológicos que priorizam os ditos aspectos “externos” das disciplinas de ciências sociais necessariamente redundam em ficção literária ou, pelo menos, em um relato mais fantasioso do que as narrativas fiéis a sua suposta dimensão “interna”. Afinal, não há qualquer garantia de que a análise “interna” de “textos e teóricos” será menos “abstrata” ou “ficcional”, do que a investigação “externa” de processos sociais e políticos relacionados à disciplina. A própria distinção – e presumida hierarquização – topológica entre fatores “internos” e “genéticos”, e, portanto, essenciais, e fatores “externos” e “aleatórios”, e, portanto, inferiores, em momento algum é demonstrada, mas apenas putativamente postulada.

Tudo isso levanta a suspeita de que a causa de tanta inquietação em Farr e sobretudo Gunnell não eram tanto os possíveis equívocos de interpretação histórica de Ricci, Seidelman e Harpham, mas o modo como eles se baseavam nessas interpretações para intervir nos debates correntes no interior da disciplina, como se utilizavam do eventual *metiér d'historien* para exercerem uma inapropriada *vocation politique*, ou ainda, para recorrermos às palavras de Skinner, como eles estariam cometendo “não só uma falácia metodológica, mas também algo como um erro moral”. Paradoxalmente, isso implica dizer que Gunnell e Farr estariam, na verdade, se valendo de argumentos a princípio estritamente metodológicos para rebater e questionar, nas entrelinhas, a avaliação política de Ricci, Seidelman e Harpham em relação ao estado da ciência política nos Estados Unidos, o que contrariaria suas próprias alegações em favor de uma historiografia mais neutra e objetiva.

J. G. A. Pocock, outro eminente representante do contextualismo linguístico, certa vez, ao aludir à “forma característica” do historiador que “está interessado nas performances de outros agentes que não ele próprio e não deseja ser autor de seu próprio passado tanto quanto deseja desvendar as ações de outros autores na história e da história”, descrição que o próprio encarnava, concluiu que “essa é provavelmente uma das razões porque as suas políticas são intrinsecamente liberais, mais do que voltadas para a

práxis” (Pocock, 1985, p. 9). Essa apreciação parece se ajustar bem a Farr e Gunnell. Ambos, com efeito, ao adotarem o “modo característico” do historiador, frequentemente assimilando os próprios termos dos cientistas políticos que investigam, acabariam por ensejar certas interpretações que poderíamos também definir como sendo “intrinsecamente liberais, mas do que voltadas para a *práxis*”.⁵⁷ Essa caracterização, contudo, estaria apenas parcialmente correta, uma vez que essa interpretação histórica “liberal” não deixaria de estar, a seu modo, voltada também para uma “*práxis*”. Isso ficaria muito evidente na crítica recebida por Ricci, Seideman e Harpham do outrora expoente do behaviorismo, Gabriel Almond, em boa medida análoga à crítica tecida por Farr e Gunnell, embora isenta de qualquer veleidade ou preciosismo metodológico, e muito mais explicitamente política.

Em artigo que granjeou alguma repercussão no final dos anos 1980, *Separate Tables: Schools and Sects in Political Science*,⁵⁸ Almond (1990) equiparou a situação vivida pela ciência política nos Estados Unidos a um restaurante repleto de “mesas separadas” de acordo com uma clivagem, parte metodológica (*soft/hard*), parte ideológica (*left/right*). Neste refeitório, “a imensa maioria dos cientistas políticos ocupam de certa forma o centro ideológico moderado liberal, com uma convicção metodológica aberta e eclética”, o que ele chamou de “a grande cafeteria do centro, em que a maioria de nós escolhe seus alimentos intelectuais, e onde nos sentamos em grandes mesas com misturadas e variadas companhias” (Almond, 1990, pp. 15-16). Os quatro cantos extremos do restaurante estariam, por sua vez, ocupados por aqueles cientistas políticos que, segundo a sua opção ideológica e metodológica, seria enquadrado como “*soft-left*”, “*hard-left*”, “*soft-right*” e “*hard-right*”.

⁵⁷ Farr (1995b, p. 131) aconselharia o estudo do “desenvolvimento da ciência política” com “o ouvido para a linguagem de seus praticantes”, uma estratégia recomendada por Skinner como antídoto contra “mitologias” e “anacronismos” históricos. Para Skinner, “jamais será possível simplesmente estudar o que um autor disse (em especial em uma cultura estrangeira) sem suscitar nossas próprias expectativas e pré-julgamentos sobre o que eles devem dizer”, afinal, “os modelos e preconceitos em cujos termos nós inevitavelmente organizamos e ajustamos nossas percepções e pensamentos tendem a atuar, eles mesmos, como determinantes do que pensamos e percebemos. Precisamos classificar a fim de compreender, e só podemos classificar o que não é familiar em termos daquilo que é”. Todavia, adverte, “embora inescapável, é também perigoso (...) para os historiadores das ideias abordar o seu material com paradigmas preconcebidos”, porquanto, ao invés de alcançarem o “sentido do episódio em si mesmo”, eles ficariam propensos a projetar, em “sentido retrospectivo”, suas próprias expectativas acerca do que alguém poderia ter pretendido dizer ou fazer. Para evitar tal equívoco, Skinner recomenda que “não se pode dizer de nenhum agente que ele quis dizer ou alcançou algo que jamais poderia aceitar como uma descrição correta do que quis dizer ou alcançou” (Skinner, 1969, p. 6, 28).

⁵⁸ Originalmente publicado em 1988 na revista *PS*, vol. 21, nº 4.

Preocupava Almond que “duas interpretações recentes da história da ciência política americana mostravam que a crítica *soft-left* ao núcleo da disciplina conquistou algum momento”, a de Ricci, cujo “*soft-leftism*” seria de “uma variedade humanista moderada”, e a de Seidelman e Harpham, que seria um “tratamento mais radicalmente agudo da história da ciência política americana”. O primeiro buscava “mostrar que a ciência política, como ciência empírica, sem incluir sistematicamente valores e alternativas morais e éticos, e um compromisso com a ação política, está condenada à desilusão” e reduzida a “futilidades especializadas” (*ibid.*, p. 18). Os segundos buscariam revelar que “a realidade política se transformou em um conjunto desarticulado de “redes de questões” e “triângulos de ferro” dominados pelas elites e incapazes de perseguir uma política pública consistente e efetiva; e a ciência transformou-se num conjunto de especialidades incorpóreas sem vínculo com a política e a política pública” (*ibid.*, pp. 18-19). “O compromisso da *soft-left*”, concluía Almond, “é, portanto, um ataque ao profissionalismo da ciência política”, “um chamado para a academia se engajar na luta política e orientar seus ensinamentos e pesquisas em torno dos compromissos ideológicos da esquerda – em particular, o socialismo moderado ou revolucionário” (*ibid.*, p. 19).

Apelando a um fraseado de sabor orwelliano, Almond dizia ser urgente recolocar a história profissional da ciência política na “linha correta”, uma vez que “aquele que controla a interpretação do passado de nossa história profissional, avançou um bom pedaço no caminho para controlar o seu futuro” (*ibid.*, p. 23).⁵⁹ Ele temia que aquelas histórias elaboradas por “*soft-leftists*” acabassem obtendo sucesso em “convencer alguns de nós de que nos desviamos do verdadeiro caminho” da ciência política (*ibid.*, p. 23-24). “Ricci assim como Seidelman nos querem fazer acreditar que a ciência política moderna, com a sua ênfase em metodologia e objetividade, só pôde se desenvolver nos Estados Unidos no breve intervalo de tempo em que a democracia liberal e o profissionalismo objetivo pareciam possíveis”, mas que “na medida em que esse otimismo americano refluí, e o antagonismo partidário e de classe inevitavelmente se acirra, uma ciência política politicamente neutra se torna indefensável. Na sua visão, a ciência política deve se tornar uma parte ativa do movimento político e, para alguns, revolucionário” (*ibid.*, p. 24). Exageros histriônicos à parte (em lugar algum encontramos naquelas obras uma defesa do socialismo e, nesse sentido, podemos até dizer que o seu “esquerdismo” era “brando” não

⁵⁹ Interessado em colocar nos trilhos a história da ciência política nos Estados Unidos, o que faz em termos de história universal, Almond também esboçaria a sua versão em: Almond, 1996.

só em termos metodológicos, mas também políticos), o receio de Almond de que aquelas histórias acabassem estimulando a politização da ciência política nos Estados Unidos era claramente motivada por uma inclinação política em defesa do “centro vital” mantido pelos comensais liberais.

A larga maioria dos cientistas políticos metodologicamente ecléticos e aqueles comprometidos com o controle dos vieses ideológicos na condição de seu trabalho profissional – o que chamo de ‘cafeteria do centro’ – não deve conceder a escrita da história disciplinar a qualquer uma dessas escolas. A história da ciência política não leva a nenhuma dessas mesas separadas, e sim ao conhecimento acadêmico metodologicamente variegado e aspirante à objetividade. (Almond, 1990, p. 24)

Farr e Gunnell estariam, é claro, a léguas de distância do antiesquerdismo estridente de Almond – ele próprio um dos cientistas políticos behavioristas que mais contribuíram com seu “profissionalismo” para o esforço da Guerra Fria⁶⁰, mas eles também demonstrariam receio em relação à orientação abertamente politizada de Ricci, Seidelman e Harpham, e, no seu lugar, defenderiam uma postura mais neutra, objetiva, metodologicamente mais apurada, enfim, definitivamente mais próxima à “grande cafeteria do centro”, como sugeriu Almond, do que de qualquer daquelas “mesas separadas” em um dos cantos extremos do restaurante da ciência política. E, assim como Almond, também Farr e Gunnell não seguiriam à risca as suas próprias recomendações. Conforme salientou Dryzek e Leonard (1988), também as histórias escritas por eles ocultariam, por baixo de toda a retórica de neutralidade científica, um “programa de pesquisa” para a ciência política.

⁶⁰ Tendo trabalhado juntamente com outros cientistas políticos durante a Segunda Guerra no *Office of War Information* e se tornado diretor do *U.S. Strategic Bombing Service*, que, dentre outras coisas, avaliava o impacto dos bombardeios sobre a população civil, Gabriel Almond, aplicando o seu aprendizado sobre propaganda durante o conflito mundial, emprestou os seus dotes profissionais e científicos como expert em política comparada à batalha ideológica da Guerra Fria ao escrever *Appeals of Communism* (1954), livro que visava não só desvelar como combater os “apelos do comunismo” sobre pessoas com “problemas e dificuldades psicológicas” que buscavam “lidar com a alienação e os sentimentos e impulsos de desajuste” próximos aos efeitos “narcóticos do alcoolismo e da promiscuidade sexual” através de certos “padrões de racionalização intelectual” (Almond *apud* Oren, 2003, p. 144). Além disso foi coautor com Sidney Verba do clássico *Civic Culture* (1965), obra que por muitos anos definiu a própria área de política comparada, vindo a ser duramente criticada a partir do final dos anos 1960 por suas conotações quase colonialistas. A sua contribuição, porém, foi muito mais extensa e extrapolou em muito os muros da academia. Almond atuou várias vezes como consultor para o *State Department*, o *Office of Naval Research*, a *RAND Corporation* e o *U.S. Psychological Strategic Board*, onde participou do secreto *Working Committee on Attitudes toward Unconventional Weapons*, juntamente com seu colega behaviorista Ithiel de Sola Pool. Segundo Ido Oren (2003, p. 145), “era esperado que os cientistas sociais encontrassem meios de minimizar reações lamentáveis dos povos do Terceiro Mundo que eram alvo de armas químicas, biológicas e nucleares. O uso de agentes destruidores de plantações que poderiam causar fome generalizada estava entre os cenários trazidos ao comitê. Assim, parece que Gabriel Almond estava ocupado fazendo o serviço de segurança nacional enquanto ocupava uma posição de liderança no campo da política comparada”.

Farr, por exemplo, costuma destacar a importância da “educação cívica” como uma das dimensões fundamentais na história da ciência política estadunidense e, nesse sentido, também se revela crítico em relação a certa hipertrofia da pesquisa científica na era behaviorista em comparação ao período anterior de maior aceitação do papel do cientista político como educador e reformador (apreciação também presente na obra de Seideman e Harpham, quando tratam da Era Progressista e da época de ascensão do New Deal, e também em Ricci, quando aborda o momento anterior à consolidação das modernas “multiversidades”, em que o ensino passaria a ocupar um lugar secundário em relação à pesquisa na nova indústria de publicações especializadas). A ênfase ou o apego à “educação cívica” em Farr seria, por sua vez, acompanhada por avaliações, em geral, consideravelmente compreensivas e generosas em relação a figuras como Francis Lieber ou, mais ainda, Harold Lasswell, e a sua noção de *policy science* (Farr, 1990, 2003; Farr *et al.*, 1990; Farr, Hacker e Kazee, 2006, 2008). Sendo o mais ilustre discípulo de Charles Merriam, e considerado por muitos o grande “persuasor” dos cientistas políticos behavioristas (Eulau, 1963), Lasswell, durante os anos 1930 e 1940, desiludido quanto à capacidade do cidadão comum de agir racionalmente a fim de preservar as instituições democráticas, articulou uma visão de “*science of democracy*”, que apostaria no “controle da opinião pública” por “métodos de propaganda”, o que seria considerado um exemplo de “realismo democrático” ou de “elitismo ilustrado”, posteriormente aprimorado para dar origem à perspectiva de uma “*policy science*” que buscaria elidir as fronteiras entre pesquisa científica e aconselhamento político, empreitada, depois, fortemente rejeitada pelos seus seguidores behavioristas (Farr, 2003; Farr, Hacker e Kazee, 2006, 2008).⁶¹ Embora os esforços de Lasswell tivessem inspirado uma primeira leva de cientistas políticos behavioristas, à medida que o movimento behaviorista florescia e com isso sua inclinação para a “pesquisa básica” em oposição à “pesquisa aplicada”, a proposta de uma

⁶¹ Heinz Eulau, por exemplo, afirmara que a proposta de Lasswell por uma *policy science*, “para ouvidos científicos”, seria “aterrorizantemente ideológica”, “servindo aos valores paroquiais da democracia em vez de (...) os valores da ciência e do conhecimento que são presumivelmente universais” (Eulau *apud* Farr, Hacker e Kazee, 2006, p. 584). Para Eulau, contrariamente, “se uma ciência da política livre de valores é possível, ela pode ser colocada a serviço do bem assim como do mal, da liberdade assim como da escravidão, da vida assim como da morte. Nesse sentido, a ciência da política apenas compartilha o supremo dilema de todas as ciências, naturais ou comportamentais. Seria altamente presunçoso assumir que a ciência política tem a sua disposição o conhecimento do bem e do mal, do justo e do injusto, do certo e do errado. E eu acredito que a proposição de que é indesejável uma ciência da política livre de valores comete exatamente essa presunção” (Eulau, 1963, p. 136).

policy science foi rapidamente ofuscada, como se percebe no elogio de Herring aos “homens de entendimento” em contraste com os outrora também prestigiados “homens de fé” e “homens de ação”.

De acordo com Farr, como consequência desse deslocamento, teria ocorrido que “a despeito dos rumores de uma virada pós-behavioralista a atenção para a dimensão substantiva da política pública – não apenas suas causas, mas também seus efeitos, políticos ou outros quaisquer – permaneceu na periferia da disciplina”, o que teria aberto espaço para que tal área de estudos ficasse “quase invariavelmente dominada por economistas, e não *policy scientists* de imaginação lasswelliana”. Assim, lamentava-se Farr (2006, p. 585), “dentro da ciência política, os estudos em profundidade sobre o processo das políticas públicas frequentemente são vistos como não mais do que exercícios de contação de estórias ou compilação de inventários que falham em agregar significativamente ao estoque de conhecimento geral sobre a vida política”. “Para a maioria dos aspirantes a cientistas políticos, os anos e a energia necessários para compreender mesmo um leque muito restrito de ações governamentais cada vez mais complexas parecem ser muito trabalho para pouca recompensa” (*idem*). “E, contudo”, prossegue Farr, “a grande visão de Lasswell não terminava com a preocupação sobre o que o governo realmente fazia. Ela também tinha a ambição de que a *policy science of democracy* ‘falasse a verdade para o poder’ (...). Os cientistas democráticos estudavam a política pública não só para entender a política, mas para expandir as bases da escolha democrática” (*idem*).

Mesmo reconhecendo as “contradições” de Lasswell, “contradições em si mesmas representadas na obra, na vida e no legado de Lasswell”, e que a sua “ênfase na propaganda, por meio da qual as ‘elites’ informariam as ‘massas’, era parte integral dessa perspectiva”, “mesmo se não podemos, e indubitavelmente não podemos, aceitar a sua visão heroica da *policy science of democracy*, aquela visão”, dizia Farr (2006, p. 586), “ainda merece ser lembrada ao olharmos para o último século de desenvolvimento da disciplina”. “A *policy scientist of democracy*, em suma, era – e é – um herói muito exigente e contraditório, aspirante a ter muito poder e expertise e a sentar muito próximo e confortavelmente com aqueles que estão no poder [isso porque desejavam ‘falar a verdade para o poder’]. E, no entanto, o retrato inverso é igualmente alarmante: acadêmicos complacentes e impotentes trabalhando sozinhos ou pequenos grupos em tópicos de interesse altamente especializados, temerosos de se pronunciar sobre questões importantes sobre política e políticas públicas” (*idem*).

Está aí a conclusão de uma narrativa histórica claramente voltada para a transformação da condição atual da disciplina, no caso, saudosa de um tempo em que supostamente a ciência política nos Estados Unidos estaria mais interessada na “educação cívica” do que em épocas mais recentes. Não por acaso, a maioria dos trabalhos de Farr priorizam o estudo de um passado da disciplina anterior à sua profissionalização – quando a ciência política seria mais um “discurso” voltado para a “educação cívica” do que, segundo ele, uma “disciplina” voltada exclusivamente para a pesquisa acadêmica (Farr, 1988b, 1990, 1993, 1995b, 1999, 2003, Farr, Hacker e Kazee, 2006, 2008). A cura para os desvios cientificistas do behaviorismo na ciência política estaria, portanto, no passado da disciplina, e não no que veio depois, com os desdobramentos do chamado “pós-behaviorismo”, com sua crítica notoriamente à esquerda do liberalismo estadunidense.

Gunnell, por sua vez, a despeito de seu purismo metodológico, também teria clara intenção de modificar certos aspectos característicos da ciência política nos Estados Unidos, ao apontar criticamente para a origem e o caráter contingencial da assimetria existente entre o *mainstream* da disciplina e a teoria política, um tema recorrente em algumas das suas obras principais (Gunnell, 1988a, 1993, 2004, 2013). Um tópico central de sua narrativa histórica refere-se ao encapsulamento da teoria política em uma subárea específica e progressivamente marginal da disciplina de ciência política, como já mencionamos antes. Deste modo, ele se esforça para demonstrar que houve um tempo em que a “ciência política” e a “teoria política” nos Estados Unidos caminhavam juntas, mais do que isso, que eram necessariamente imbricadas, e que o alheamento de ambas teria sido produto não da natureza intrínseca da disciplina, mas sim de um infortúnio histórico, e, como tal, passível de ser revertido, uma vez que os cientistas políticos tomassem ciência de como esse infeliz desvio de curso teria ocorrido.

O desembarque nos Estados Unidos de vários intelectuais europeus imigrantes ou exilados nos anos 1930 e 1940, em sua esmagadora maioria alemães, muitos dos quais com impressionantes credenciais acadêmicas, e que, a despeito de suas diferenças ideológicas e filosóficas, se mostraram demasiadamente refratários ao liberalismo, acusando-o, de formas diversas, de ser vulnerável e mesmo propenso a se tornar progenitor de formas “totalitárias” de governo e sociedade, teria resultado em uma vigorosa reação por parte dos cientistas políticos nativos que, a fim de defender a ordem política estadunidense, sua tradição liberal, bem como sua própria prática profissional das muitas suspeitas e até injúrias daqueles intelectuais estrangeiros, passaram a endossar cada vez mais uma

visão estreita e rígida de ciência, que sublinhava a urgência de uma ciência política empiricamente orientada, dedicada ao estudo das formas realmente existentes de governo, e que rejeitasse, portanto, as formas convencionais e antiquadas de especulação filosófica, presas a elucubrações utópicas sobre as formas perfeitas de governo ou ainda condenadas a ruminar eternamente os escritos empoeirados de pensadores políticos desaparecidos havia séculos ou milênios, sem jamais poder dizer algo pertinente sobre o mundo político atual.

Nesse sentido, o behaviorismo, na interpretação de Gunnell, não seria percebido tanto como uma tendência distintivamente nova, mas, sobretudo, como a acentuação extremada de certas características já existentes impulsionada por pressões conjunturais. “A distinção intelectual do behaviorismo não seria encontrada em uma ruptura revolucionária com o núcleo principal da ciência política” – este, segundo Gunnell, seria basicamente o mesmo de antes – “o que *era* novo era a crise a reconstrução de sua identidade científica e a percepção da necessidade de defender suas pressuposições mais básicas” (Gunnell, 1993, p. 222). “A tentativa de construir uma identidade científica mais autoconsciente era, em alguma medida, o produto da preocupação com a inadequação do progresso da pesquisa empírica, porém, mais fundamentalmente, era função da crença de que havia a necessidade de defender a visão tradicional de ciência social das filosofias anticientíficas emergentes” (*ibid.*, p. 223).

Gunnell não deixa de ressaltar que o divórcio entre a ciência e a teoria política não foi, todavia, tão abrupto assim. Mesmo alguns notórios cientistas políticos identificados com a visão behaviorista não encamparam inicialmente uma divisão muito rígida entre as duas dimensões da disciplina. Ao contrário, alguns cientistas políticos como David Easton, Heinz Eulau ou David Truman, por exemplo, ao mesmo tempo em que buscavam refutar a teoria política dos filósofos *émigrés*, como Leo Strauss, Eric Voegelin, Max Horkheimer, Carl Friedrich, Herbert Marcuse, Hannah Arendt, Theodore Adorno, dentre outros, tomavam o cuidado de não esconjurar a teoria política de forma geral, mas, ao contrário, buscavam dar-lhe um novo caráter menos especulativo e mais empírico. Para esses cientistas políticos, ao menos inicialmente, não se tratava, portanto, de abolir a teoria política, mas conferir-lhe um aspecto mais pragmático. A questão, a princípio, seria de ênfase, e não tanto de simples e crua oposição. A “contribuição mais sofisticada”, nesse sentido, teria sido, de acordo com Gunnell, nada menos do que uma das obras pioneiras do movimento behaviorista, *The Political System* (1953), de Easton, mas, antes dele, Lasswell seria também lembrado por buscar conciliar

aquelas duas dimensões que, no decorrer do que chamou, muito propositalmente, de “reforma behaviorista”, teriam se desquitado de forma tão estridente (Gunnell, 1993, p. 231).

A explicação de Gunnell para a separação entre ciência política e teoria política, que teria, em última instância, conferido a natureza peculiar da ciência política nos Estados Unidos no século vinte, embora acompanhada por uma boa dose de lamentação, a sugerir que o destino da disciplina poderia ter sido mais alvissareiro não houvesse ocorrido aquela desventura, não deixa de ser também uma forma sutil de justificação historicista do behaviorismo. Assim como Farr seria até certo ponto condescendente em relação ao fortíssimo viés autoritário e elitista presente na visão de *policy science of democracy* acalentada por Lasswell – afinal, seria preciso relativizar esses aspectos dadas as suas circunstâncias históricas de origem⁶² –, também Gunnell guardaria certa reverência em relação ao behaviorismo.⁶³ Com efeito, para Gunnell, a separação entre a “ciência política” e a “teoria política” teria tido efeitos danosos para as duas, e, conseqüentemente, para a própria política nos Estados Unidos, que não pôde se beneficiar de uma possível e desejável interação criativa entre ambas. Porém, seria preciso que se descontasse o contexto que desencadeou essa separação. Afinal, o behaviorismo, apesar de seus excessos cientificistas e de sua adesão acrítica ao *status quo* liberal, teria sido uma resposta compreensível, e mesmo razoável, contra os ataques destrutivos da invasora tropa alemã de desterrados filósofos obscurantistas que, não se sabia bem o porquê, amaldiçoavam o relativismo humanista (Strauss), o gnosticismo (Voegelin), o iluminismo (Adorno e Horkheimer), o secularismo (Arendt), enfim, as próprias bases vitais do liberalismo, e, por esse motivo, estaria desculpado.

O que é negligenciado nessa interpretação, todavia, é o quanto os behavioristas, ao soerguerem as barricadas da ciência em favor da democracia liberal estadunidense contra os bárbaros *émigrés* que desejavam solapar o que viam como o ovo da serpente de um tipo ainda insipiente, mas nem por isso menos insidioso, de totalitarismo, eles não deixaram de incorporar às suas teorias políticas pluralistas a mesma estrutura conceitual “antitética e assimétrica”, para usarmos aqui a noção desenvolvida por Koselleck (2006), baseada na noção

⁶² Segundo Farr (2006, p. 586), “A *policy science of democracy* era claramente antifascista (como foi Lasswell durante a Segunda Guerra Mundial) e também anticomunista (como foi Lasswell durante a Guerra Fria), mas não tão obviamente democrática de uma maneira doutrinária clara”. Note o modo tortuoso com que ele aponta para o caráter antidemocrático do pensamento de Lasswell.

⁶³ A sua simpatia, por exemplo, por David Easton, ficaria marcada não apenas nos textos em que se refere ao cientista político e à sua teoria dos sistemas políticos (Gunnell, 1988a, 1993, 2004, 2013), como também em iniciativas intelectuais sobre a história da ciência política que realizaram juntos (Easton, Gunnell e Stein, 1995; Easton, John e Graziano, 1991).

de totalitarismo presente nas filosofias e teorias daqueles intelectuais – um dos aspectos centrais da dimensão normativa que, a despeito da retórica positivista, caracterizava as teorias democráticas pluralistas dos cientistas políticos behavioristas, precisamente um dos aspectos denunciado nas “primitivas controvérsias dos anos 1960”.⁶⁴

Compreende-se, desta forma, como as preocupações historiográficas de Farr e Gunnell não eram totalmente destituídas de intensões “presenteístas” e que seus métodos “internalistas”, por mais esmerados e bem aplicados que fossem, não os impediram, todavia, de projetá-las sobre suas interpretações históricas acerca da ciência política nos Estados Unidos, servindo, inclusive, para nublar certa complacência em relação ao passado da disciplina, particularmente em relação a seu vínculo com a tradição intelectual e a ordem política liberal naquele país, um aspecto mais difícil de ser encontrado, embora não completamente ausente, nas obras de Ricci, Seidelman e Harpham, talvez por estas remontarem justamente às “primitivas controvérsias dos anos 1960” particularmente em torno do behaviorismo, quando as relações entre o universo acadêmico e o aparato estatal foram expostas, tornando-se alvo de explosivas contestações que abalariam os pilares do movimento behaviorista, àquela altura já convertido em establishment. Isso nos leva a considerar alguns dos limites e deficiências da chamada abordagem “internalista”, tal como definida por Gunnell e, via de regra, abraçada, consciente ou tacitamente, pela imensa maioria das histórias disciplinares sobre a ciência política estadunidense escritas por cientistas políticos, cujas preocupações intelectuais bem como fontes historiográficas raras vezes escapam ao círculo hermético dos “textos, teorias e teóricos” que, de acordo com aquela perspectiva, constituiriam o fundamento último da “verdadeira história da ciência política”.

⁶⁴ Essa crítica seria sugerida em alguns estudos históricos, não por acaso, críticos à perspectiva “internalista” de Gunnell (Ball, 1989, 1993, 1995; Katznelson, 1997). Para uma abrangente história sobre os usos do conceito de totalitarismo, particularmente nos Estados Unidos, e sua difusão como seu “modelo” nas ciências sociais do pós-guerra, especialmente entre os chamados “soviétólogos”, mas não apenas, além das críticas que suscitou nos anos 1960, ver: Gleason, 1995. Para uma investigação sobre a história dos “estudos soviéticos” nos Estados Unidos: Engerman, 2009. Um excelente estudo sobre a participação decisiva de intelectuais alemães *émigrés* na formação ideológica da Guerra Fria nos Estados Unidos e na Europa pode ser encontrado em: Greenberg, 2014.

4 A CIÊNCIA POLÍTICA BEHAVIORALISTA ALÉM DA DISCIPLINA

Entrenched power groups in society, those who have a firm hold on a particular pattern of distribution of social goods, material and spiritual, have a special reason to look askance at this probing into the nature and source of their social positions and activities. They are prone to stimulate research of a kind that does not inquire into the fundamentals of the existing arrangements of things. In varying degrees, this is necessarily true of any society. History has yet to show us empowered groups who welcome investigation into the roots and distribution of their strength. Such knowledge is at least discomfiting, if not inherently dangerous; the underlying unifying myth concerning the location of power is seldom borne out by the facts.

David Easton (1971 [1953], pp. 50-51)

4.1 Os limites ideológicos da história disciplinar da ciência política e seus críticos

Desde que esses debates historiográficos no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 apareceram, a história disciplinar da ciência política nos Estados Unidos se desenvolveu de modo considerável. Os esforços empreendidos então para estabelecer todo um campo especializado de pesquisa foram mais do que bem-sucedidos.⁶⁵ Se, no final dos anos 1980, Seidelman pôde dizer, com modéstia, que era “apenas um autor de um novo, pequeno, mas sem dúvida crescente ramo de historiadores disciplinares” (Farr *et al.*, 1990, p. 596), e Gunnell pôde notar pouco depois que “a literatura se expandiu a tal ponto que a pesquisa deve ser enquadrada” em tópicos e questões cada vez mais delimitadas, característica de uma “especialidade distinta de pesquisa” em formação (Gunnell, 1991, p. 16), atualmente, o número de

⁶⁵ Alguns desses esforços podem ser percebidos em algumas importantes coletâneas publicadas no começo dos anos 1990 com a clara intenção de estimular a formação de um fórum para os pesquisadores do tema (Easton, Gunnell e Stein, 1995; Easton, John e Graziano, 1991; Farr, Dryzek e Leonard, 1995; Farr e Seidelman, 1993).

pesquisadores exclusivamente dedicados, ou quase, ao estudo da história disciplinar da ciência política nos Estados Unidos, inclusive com ramificações “transatlânticas” (Adcock, 2014b; Adcock, Bevir e Stimson, 2007; Backhouse e Fountaine, 2014), é impressionante, como foi recentemente observado por Farr em um posfácio escrito para a segunda edição comemorativa dos trinta anos da primeira edição de *Disenchanted Realists* (Farr, 2015, p. 245).

Em toda essa imensa e crescente literatura sobre a história da ciência política nos Estados Unidos escrita por cientistas políticos estadunidenses, a abordagem predominante ainda hoje, sem dúvida, muito embora nem sempre metodologicamente explicitada, é a perspectiva “internalista” advogada por Gunnell. Seu predomínio é tão pervasivo que talvez não seja exagero afirmar que ela define atualmente a própria identidade desta quase-subárea de estudos, voltada primordialmente, ou quase exclusivamente, para a compreensão da “dinâmica interna conceitual” da disciplina. A aceitação generalizada – mas não unânime – da perspectiva “internalista” da história disciplinar de ciência política nos Estados Unidos, apesar de ter trazido importantes contribuições à análise atenta dos textos produzidos por cientistas políticos e, desta forma, ajudado a esclarecer aspectos relevantes de teorias e conceitos – a exemplo de algumas interpretações críticas bastante atiladas como as análises de Gunnell (2004) sobre a tendência de cientistas políticos estadunidenses a confundirem sistematicamente a teoria democrática com o que descrevem como a realidade de seu sistema político, ou, para citarmos um exemplo recente, a pesquisa de Robert Adcock (2014b), declaradamente “em dívida” com os ensinamentos metodológicos de Farr e Gunnell, sobre o papel crucial dos cientistas políticos estadunidenses na “americanização do liberalismo” no século dezenove –, não deixaria, porém, de apresentar algumas amarras cruciais ao entendimento histórico daquela disciplina, especialmente na segunda metade do século vinte.

A principal limitação dessa abordagem “internalista” é a própria definição conceitual a priori de seu objeto de estudo como tão-somente uma “disciplina” que, por seu turno, é entendida essencialmente como um “discurso” que compreenderia métodos, conceitos e teorias produzidos e debatidos por intelectuais acadêmicos profissionais no âmbito daquilo que poderíamos chamar de uma comunidade epistêmica autorreferenciada. Isto, porém, seria um dos efeitos discursivos do próprio meio acadêmico do qual participa a ciência política, sendo, assim, reflexo da imagem que os intelectuais acadêmicos profissionais em geral – e os cientistas políticos em particular – costumam acalentar de si mesmos.⁶⁶ Daí a tendência a se

⁶⁶ Talvez uma das principais referências, nesse sentido, embora trate de um contexto distinto, continue sendo o clássico de Pierre Bourdieu, *Homo Academicus* (1984).

enxergar a história da ciência política sob o prisma bastante redutor de uma simples conversa intelectual entre professores, teóricos, pesquisadores instalados em cátedras universitárias e centros de pesquisa, participantes de associações profissionais, frequentadores de simpósios, conferências e palestras, e redatores de capítulos e livros, artigos e resenhas em revistas acadêmicas especializadas cujo público leitor seria composto, sobretudo, por seus pares. Dessa perspectiva, é como se a realidade da ciência política nos Estados Unidos estivesse basicamente confinada a um diálogo circular entre cientistas políticos – e alguns poucos intelectuais de outras áreas – a partir dos textos que publicam. A abordagem “internalista”, em resumo, encara a história da ciência política fundamentalmente como uma conversa entre autores e um intercâmbio entre as suas ideias. Não é nem um pouco incomum, por exemplo, que narrativas históricas “internalistas” sejam concatenadas a partir de passagens como essa: “Neste ponto, outro tipo de argumento começou a entrar na conversa” (Gunnell, 1993, p. 245). Não se trata, afinal, de uma simples opção estilística, mas sim de uma expressão que revela a compreensão de fundo sobre o que seria a natureza última da ciência política enquanto disciplina – e nada muito além disso. Ao depreciar os contextos políticos, sociais e econômicos como uma mera “influência ecológica” ou pano de fundo “aleatório” sobre o qual se desenlaçaria a “verdadeira história da ciência política” baseada na dinâmica “genética” de seu “desenvolvimento conceitual interno”, a abordagem “internalista” incidiria precisamente no erro metodológico, há muito denunciado por Antonio Gramsci (2006, p. 18), que “consiste em se ter buscado este critério de distinção [que define pessoas e grupos segundo a categoria de intelectual] no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais”. Seria esta preocupação que motivaria alguns cientistas políticos a colocar em dúvida a pertinência dessa abordagem “internalista” – ou aquilo que já chamaram, por outras razões, de “história oficial” da ciência política nos Estados Unidos (Feres Jr., 2000).⁶⁷

⁶⁷ Segundo Feres Jr. (2000, p. 102), a “história oficial” seria definida por narrativas de acordo com as quais “há primeiro um momento de idílio romântico entre uma ciência verdadeiramente engajada no aperfeiçoamento das instituições políticas democráticas e liberais americanas, depois uma queda, um processo de desencanto, em que a profissionalização excessiva, seja ela causada por motivos externos ou internos à própria disciplina, acaba por afastar os cientistas políticos da política”. Nesse sentido, além de apontar os nomes de Farr e Gunnell, ele também incluiria os de Ricci, Seideman e Harpham como parte dessa corrente oficialista. Daí não importar tanto se tais narrativas se baseavam em “motivos externos ou internos”. No entanto, as análises desses últimos autores, embora sejam predominantemente “internalistas”, como argumentei, apresentam uma avaliação muito mais crítica em relação a esse “idílio romântico” entre ciência política e democracia, sobretudo no que se refere à chamada “revolução behaviorista”, do que aquelas

4.1.1 Ball e a ciência política behavioralista no contexto da Guerra Fria

Um dos primeiros cientistas políticos a oferecer uma interpretação alternativa ainda no final dos anos 1980, antes que todo aquele debate sobre os métodos historiográficos mais adequados à compreensão do passado da ciência política nos Estados Unidos se desdobrasse completamente, foi Terence Ball. Em um breve capítulo de uma coletânea sobre a cultura e a política na Guerra Fria, Ball se propôs a explorar a “conexão entre política e ciência política nos Estados Unidos do pós-guerra”, algo que, como observou com ironia, podia parecer uma “ideia curiosa”, afinal, a “sabedoria convencional” ditava que, “ciência e política, como água e azeite, não deveriam se misturar”. Todavia, ele argumenta que a própria noção de que “as ciências sociais, enquanto ciência, não podem ser consideradas políticas ou possuírem uma política” “não se sustenta sob uma atenta análise crítica”. Além de ser, ela mesma, uma ideia com passado histórico relativamente recente, a sua própria transformação em senso comum teria se dado num contexto em que “o *welfare-warfare state* que surgiu nas eras da Depressão e da Guerra Fria criou as condições em que as várias ciências sociais – economia, psicologia, sociologia, antropologia, e ciência política – tornaram-se um complemento valioso, senão indispensável, do poder corporativo e estatal” (Ball, 1989, p. 76).

Embora o resultado desse processo, qual seja, que “as ciências sociais dependem em larga medida de subvenções governamentais e outros tipos de fundos” fosse um “lugar comum na vida acadêmica contemporânea”, Ball alega que seria “quase impossível imaginá-las prosperando como aconteceu desde a Segunda Guerra Mundial sem a enorme generosidade de fundações e outras fontes de financiamento”. Seria a aceitação banal dessa condição, em que “quase todos os pesquisadores são, de um modo ou de outro,

encontradas nos dois primeiros, e isto, acredito, se deve em alguma medida à incorporação de certas explicações “externalistas” ou “lamarckianas”, no dizer pejorativo de Gunnell, provenientes de uma literatura histórica e sociológica dos anos 1970 muito tributária das “primitivas controvérsias dos anos 1960” que tanto o incomodavam. Não por acaso, Feres Jr. (2000, p. 99, 100) identifica em texto de Gunnell, em coautoria com David Easton e Michael Stein, “a defesa mais ardente entre ciência política e democracia”, uma “compreensão que beira à autoadulação”. Assim, considero que existe um vínculo mais estreito entre a perspectiva “internalista” defendida por Gunnell e Farr (desde então generalizada nos estudos históricos ditos “disciplinares”) e certa “história oficial” que postula uma vocação intrinsecamente democrática da ciência política nos Estados Unidos. Ademais, o exemplo de autor de uma história alternativa apontado por Feres Jr., Terence Ball, adota deliberadamente uma linha investigativa mais “externalista”, em clara oposição ao método e às conclusões daqueles que advogam uma abordagem “internalista”.

dependentes de subvenções governamentais, financiamento de fundações, apoio de corporações, ou de uma combinação entre os três” que explicaria a negligência generalizada das “causas e consequências do íntimo intercâmbio entre ciência e busca do poder político” nos Estados Unidos.

Acontece, porém, Ball adverte, que “nenhum desses desenvolvimentos ocorreram de forma isolada” (Ball, 1989, p. 76). Nesse sentido, ele defenderia que “a criação do *welfare state*, a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a política da Guerra Fria forjaram o clima em que os clamores daquelas disciplinas adquiriram um apelo poderoso”, “vencendo a resistência popular e obtendo um grau de legitimidade até então desconhecido”, graças ao qual “emergiu pela primeira vez uma vasta infraestrutura institucional” que, além de garantir imenso apoio à pesquisa e ao treinamento profissional, impensável poucas décadas antes, foi crucial para selar de vez os laços entre as ciências sociais, em particular a ciência política, e o poder estatal, aqui compreendido não apenas as instituições governamentais propriamente ditas, como agências, departamentos executivos e aparatos militares, mas também um amplo leque de organizações nominalmente privadas, como fundações filantrópicas e corporações empresariais que colaborariam em alguma medida na sustentação do “*welfare-warfare state*” nos Estados Unidos (*ibid.*, p. 77).

Poucos anos depois, em capítulo publicado em coletânea dedicada exclusivamente à história da disciplina de ciência política nos Estados Unidos, editada por Farr e Seidelman, Ball desdobraria ainda mais esses argumentos, porém, dessa vez, bastante consciente quanto às diferenças (e divergências) entre a sua perspectiva e à “abordagem adotada pelos vários colaboradores deste volume”, que consistiria em “traçar a história da ciência política como um empreendimento intelectual”. “Por mais esclarecedoras que sejam tais abordagens”, diria Ball, “a minha é menos uma história intelectual do que uma história ‘institucional’, ou seja, em vez de enfatizar as ideias e as teorias que têm constituído a ciência política, eu proponho focar nos contextos políticos e matrizes institucionais que ajudaram a moldar e direcionar a disciplina”. A sua tese seria que “o desenvolvimento da ciência política não pode ser compreendido separadamente dos contextos políticos e históricos em transformação nos quais se insere e aos quais reage”. “Desenvolvimentos como a revolução behaviorista e a virada em direção à ‘ciência’, em certo sentido positivista, podem, assim, ser vistos politicamente como uma resposta racional e interessada da disciplina ao ambiente e ao temperamento da época” (Ball, 1993, p. 207).

Conforme Ball argumenta em outro ensaio, publicado em uma coletânea organizada por Farr, Dryzek e Leonard, em que novamente a sua abordagem discrepava das demais, “a história da ciência política nos Estados Unidos é, em importantes aspectos, parte da história da política dos Estados Unidos. Reivindicações sobre seu status ‘científico’, sua ‘neutralidade de valores’ e sua relevância política, sua imunidade à ‘ideologia’ e influências estrangeiras diversas – estas e outras facetas e elementos da ciência política americana só se tornam inteligíveis (e, de fato, interessantes) quando situados no contexto político e intelectual mais amplo em que esta disciplina procurou construir o seu espaço e a sua legitimidade no âmbito da política americana” (Ball, 1995, pp. 41-42).

De acordo com Ball, a Depressão e o New Deal, por terem levado à “transformação de todo um conjunto de atitudes referentes à relação entre os cidadãos e seu governo”, como a mudança de percepção sobre a responsabilidade do governo em “mitigar os males sociais”, por meio de um “planejamento econômico limitado” que mediasse os conflitos entre capital e trabalho e contrabalanceasse os “excessos” de uma “economia de mercado desenfreada”, foram, com efeito, um “divisor d’águas na história da nação” (Ball, 1989, p. 77, 80). Como resultado dessas mudanças, as ciências sociais, já envolvidas desde a “Era Progressista” em movimentos e projetos de reforma social (restritas, contudo, a iniciativas privadas, pontuais e isoladas), adquiriram notória projeção nacional, a ponto de a ativa participação de cientistas sociais nas “agências alfabéticas” do New Deal, nas palavras emprestadas de Daniel Lerner, parecer “codificar a relação entre a pesquisa social e política social” (*ibid.*, p. 80).

Todavia, pondera Ball, por mais importantes que tivessem sido estes acontecimentos para a “institucionalização e a legitimação das ciências sociais”, e a “transformação do ambiente político em que a ciência política americana se notabilizou”, ambos “empalideceriam se comparados à Segunda Guerra Mundial” (Ball, 1989, p. 80, 1993, p. 208). “A guerra”, diria Ball (1989, p. 81), “teria sido um maná dos deuses para as ciências sociais”. Isto porque ela criou novas oportunidades e aumentou significativamente os recursos destinados ao avanço das ciências sociais, alterando, inclusive, o padrão de financiamento existente até então. Antes da entrada dos Estados Unidos na guerra, apesar do estreitamento de vínculos entre cientistas sociais e governo durante o New Deal, a maior parte dos fundos para pesquisa social ainda provinham de instituições filantrópicas privadas, como Carnegie Corporation, Rockefeller Foundation, e Russell Sage Foundation, e os recursos públicos, em sua maioria, se destinavam à coleta e à publicação de dados

estatísticos. Esse quadro se alterou muito com a guerra. A colaboração intensa dos cientistas sociais nos fronts militares e civis fez do governo o maior empregador de cientistas sociais, bem como o maior financiador e consumidor de suas pesquisas. Quando a guerra acabou, o imenso contingente de cientistas sociais foi dispensado e retornou às suas atividades acadêmicas corriqueiras. Todavia, afirmaria Ball (1993, p. 210), “se eles ajudaram a mudar o curso da guerra, a guerra também ajudou a transformá-los”.

A análise de Ball, nesse ponto, parece não se diferenciar muito daquela já feita pelos próprios cientistas políticos que lideraram o movimento behaviorista no pós-guerra, como Herring, Easton e Dahl. Uma vez tendo descido da “torre de marfim” da academia, os cientistas sociais tornaram-se “realistas cabeças-duras com um sóbrio senso das possibilidades e limitações políticas” que se traduziu na “preferência pelo modelo ‘científico’ de investigação e uma suspeita que beirava a hostilidade em relação a conceitos (por exemplo, ‘o Estado’) e abordagens (especialmente a teoria e filosofia política) ditos ‘tradicionais’. Assim começou a ‘revolução behaviorista’” (Ball, 1993, p. 210). Diferentemente, porém, daquelas versões, de acordo com as quais tais contextos, por mais importantes que fossem, não teriam passado de “poderosos estímulos” que aceleraram o desenvolvimento de “atitudes e predisposições geradas na cultura americana” ou ainda “forças acidentais” que, no máximo, auxiliaram à “popularização do nome das *behavioral sciences*” (Dahl, 1961, p. 763; Easton, 1962, p. 14) – versões, não por coincidência, convergentes com a interpretação “internalista” de Gunnell e Farr –, as análises de Ball enfatizariam o caráter determinante daqueles contextos políticos e sociais, afinal, “aqueles desenvolvimentos não ocorreram, claro, num vácuo político, mas ganharam forma e cor no âmbito do complexo contexto político da América do pós-guerra” (Ball, 1993, p. 210).

A Guerra Fria, principalmente, ao dar continuidade aos esforços da Segunda Guerra – só que agora visando não mais o confronto armado com os nazistas em campos de batalha definidos, por mais vastos e espalhados que fossem, e sim a luta ideológica contra o espectro comunista em todo os recantos do globo – teria sido determinante não apenas para o sucesso na institucionalização do movimento behaviorista na ciência política dos Estados Unidos, como teria sido igualmente decisiva na conformação dos próprios conteúdos substantivos de suas teorias, métodos e conceitos. Conforme nos relata Ball, ao final da guerra, os cientistas sociais se viram envolvidos em uma nova batalha travada em Washington. Em 1945, tramitava no Congresso um projeto de lei que propunha a fundação da *National Science Foundation* (NSF), visando garantir o financiamento

permanente da produção científica do país quando concluída a conflagração mundial. O projeto, assinado pelos senadores democratas Warren G. Magnuson e Harley M. Kilgore, previa o estabelecimento de uma divisão para as ciências sociais que suscitou uma longa controvérsia, alimentada, sobretudo, pelas objeções de vários parlamentares conservadores que suspeitavam do caráter verdadeiramente científico dessas disciplinas e de suas inclinações normativas possivelmente inimigas dos valores americanos (muitos enxergavam as ciências sociais como algo equivalente ao socialismo), bem como de sua capacidade de prover resultados eficazes aos interesses nacionais, comparáveis àqueles já alcançados pelas ciências naturais, e que compensassem, portanto, o elevado investimento derivado de impostos.⁶⁸ Essa resistência acarretou, segundo Ball (1993, p. 211), “demoradas audiências em que uma parada de proeminentes cientistas políticos defendeu o caso alegando uma íntima correlação entre o financiamento de suas disciplinas e o interesse nacional”. “Um após outro, os cientistas sociais e seus aliados no governo e nas forças armadas atestaram o importante papel cumprido pelas suas respectivas disciplinas na Segunda Guerra Mundial”, notando, sempre que possível, que as guerras eram disputadas e vencidas com armas, claro, mas que estas eram empunhadas e controladas por seres humanos, cujos aspectos morais e psicológicos, sistema político, cultura, história, tradições, estrutura de classe, etc., deveriam ser também objeto de investigação das modernas ciências sociais (Ball, 1993, pp. 211-212).

Ball observa, assim, duas estratégias entrelaçadas que estiveram fortemente presentes na tentativa de cientistas sociais e, particularmente cientistas políticos, de conquistar um lugar ao sol junto ao nascente – e monumental – aparato estatal de financiamento da pesquisa científica no contexto da Guerra Fria. Em primeiro lugar, ele destacou o copioso testemunho que endossava o caráter científico das ciências sociais ancorado na “unidade básica” do “método científico” comum às ciências naturais como forma de rebater as desqualificadoras acusações de que as ciências sociais não passariam de um “playground” para reformistas sociais radicais, ou, como alegou um congressista citado por Ball (*ibid.*, p. 214), uma “organização que abrigaria um bando de mulheres de cabelos curtos e homens de cabelos longos xeretando as vidas e os assuntos privados de todo

⁶⁸ Uma iniciativa que remontava a um pedido de Franklin D. Roosevelt a Vannevar Bush, diretor do *Office of Scientific Research and Development*, o centro de coordenação de todas as pesquisas científicas aplicadas à guerra, inclusive o Projeto Manhattan, e que ficou responsável pela redação final do afamado relatório *Science, The Endless Frontier*, que serviu de base para a proposta de criação da NSF. O próprio Vannevar Bush, porém, seria contrário à criação de uma divisão para as ciências sociais no âmbito da NSF (Solovey, 2013, cap. 1).

mundo”. Em segundo lugar, associada à essa retórica cientificista, Ball identificou a enfática insistência com que os cientistas sociais evocavam o potencial e as habilidades de suas disciplinas para prestar valiosas contribuições ao serviço militar e à defesa nacional. Dessa forma, Ball argumenta que o movimento behaviorista na ciência política não apenas se ajustava bem às pressões culturais, políticas e econômicas da Guerra Fria, como, de fato, em grande medida, foi diretamente motivado por essas pressões.

Embora a *Social Science Division* só conseguisse ser ratificada em 1954, portanto, quatro anos após a fundação da NSF, sancionada por Harry Truman em 1950, isso teria sido apenas um “contratempo temporário”, “mais aparente do que real” (Ball, 1993, p. 215). Não somente o governo federal, via setores civis e militares, continuou a demandar cada vez mais os serviços de pesquisa e a buscar aconselhamento dos cientistas sociais em geral, como os recursos não pararam de fluir em volume cada vez maior para universidades, departamentos e centros de pesquisa. Quando finalmente a divisão de ciências sociais da NSF foi instaurada, “ela não criou exatamente algo novo, mas regularizou o financiamento de um fenômeno já bem consolidado” (Ball, 1993, p. 215). Ademais, Ball sublinha o papel cada vez mais proeminente das fundações filantrópicas, especialmente a Ford Foundation, que, a partir do final dos anos 1940, a despeito da multiplicação das doações realizadas pela Carnegie Corporation e pela Rockefeller Foundation, tornou-se sozinha responsável por cerca de noventa por cento de todos os recursos destinados pelas fundações filantrópicas somente para a ciência política. “Mensurados em quase todos os aspectos – verbas alocadas, escopo e magnitude dos fundos provenientes das fundações, cátedras universitárias criadas e preenchidas, bolsas de estudo concedidas, pesquisas de opinião conduzidas, número de livros e artigos publicados, teses escritas, diplomas conferidos, etc. – os anos pós-guerra foram uma época generosa para a ciência política” (*ibid.*, p. 216).

Toda essa pujança institucional, tremendamente dependente de fontes crescentes de financiamento – afinal, “as pesquisas de orientação behavioristas tendem a ser mais caras do que as realizadas por pesquisadores individuais ou pequenas instituições” – teriam levado, na avaliação de Ball, pesquisadores e instituições acadêmicas a atrelar, ainda que “não conscientemente ou diretamente, mas inconscientemente e indiretamente”, a sua produção intelectual às expectativas de seus patrocinadores (*idem*). “Podemos mesmo expressar isso em termos similares a uma lei geral de acordo com a qual quanto mais custosas são as pesquisas, menos independentes são os pesquisadores”. Nesse sentido,

considerando que os cientistas sociais passaram a depender cada vez mais de vultosos recursos para treinamento e pesquisas e que tais recursos eram quase integralmente provenientes de fontes estatais, paraestatais ou privadas comprometidas com os objetivos do Estado de Segurança Nacional no contexto da Guerra Fria, seria uma “tendência compreensível”, nas palavras da cientista política Marian Irish citadas por Ball em corroboração a seu argumento, que as ciências sociais se tornassem “*mission-supporting*”, o que traduziria por “conhecimento que poderia ser útil à tentativa de um grupo de controlar, coagir, reprimir, suprimir ou subverter outros grupos rivais” (*ibid.*, p. 217).

Esta tendência, porém, embora em alguns casos fosse bastante explícita – como seria o caso daqueles cientistas sociais que foram trabalhar diretamente para agências de governo e algumas corporações, o que seria o típico caso dos autointitulados “*defence intellectuals*”, apelidados por Noam Chomsky (2006) de “novos mandarins” –, nem sempre seria tão aberta. Na maior parte dos casos, aliás, essa tendência se manifestaria de forma velada. “Na medida em que os cientistas políticos dependem do financiamento do governo e das fundações, eles são menos propensos a se indagar certos tipos de questão, sobretudo questões sobre o locus, a distribuição e o uso do poder” (Ball, 1993, pp. 217-218). Assim, raras vezes o viés político e ideológico das pesquisas dependentes de financiamento de governo, fundações e empresas seria claramente revelado. Ao contrário, “eles tendiam a ser de tipo mais sutil, relacionados aos tipos de assuntos abordados, às premissas inarticuladas de que partiam as pesquisas e às questões que permaneciam em silêncio” (*ibid.*, p. 218).

No que concerne à ciência política do pós-guerra, o viés ideológico da Guerra Fria estaria presente, principalmente, no que Ball denominou de “base normativa do behaviorismo” (Ball, 1995, p. 55). Segundo Ball, “a ciência política americana, enquanto disciplina acadêmica, jamais se enamorou da democracia participativa”, e este traço teria se acentuado enormemente após a “ascensão dos regimes totalitários na Rússia e na Europa, e as possibilidades autoritárias e mesmo totalitárias do governo popular”, fazendo com que a “visão de democracia” de muitos cientistas políticos se “estreitasse ainda mais” (*ibid.*, pp. 56, 42). Ball examina, nesse sentido, diferentes pesquisas de orientação behaviorista desse período que convergiriam para uma perspectiva teórica sobre democracia bastante condizente com os desígnios ideológicos que imperavam no contexto de Guerra Fria. Dos trabalhos de Bernard Berelson sobre o voto, que destacavam o caráter “funcio-

nal” da “apatia” dos cidadãos para a “estabilidade democrática” e defendiam a necessidade de uma “divisão de trabalho” segundo a qual caberia às “elites” conduzir de forma mais consciente os assuntos políticos sob risco do “extremo partidatismo” e do “rígido fanatismo” das “massas” “destruir os processos democráticos”, à dura defesa de Robert Dahl da “pior das poliarquias” como a própria “terra prometida” quando comparada às “brutais ditaduras” “onde a apatia era encorajada somente nos campos de concentração”, passando pela “teoria econômica da democracia” de Anthony Downs, e as variadas teorias da “escolha racional” que explicavam a “abstenção racional” dos cidadãos como resultado da “primazia dos interesses sobre a ideologia” que tornaria as democracias liberais “imunes aos excessos de entusiasmo”, até a apologia consumada do “fim da ideologia” nas obras de Daniel Bell e Martin Seymour Lipset, cujos apontamentos sobre os “requisitos funcionais para uma democracia viável” seriam incorporadas às pesquisas de Gabriel Almond e Sidney Verba sobre a “cultura cívica”, o behaviorismo predominante nas ciências sociais do pós-guerra demonstrava estar firmemente assentado nas “bases normativas” vigentes na Guerra Fria (*ibid.*, pp. 56-64, *passim*).

4.1.2. Katznelson e a ciência política behaviorista como guardião liberal na Guerra Fria

Outro cientista político que, ao narrar a história da ciência política dos Estados Unidos no pós-guerra, também rejeitaria a abordagem “internalista”, chegando a conclusões muito próximas, seria Ira Katznelson. Escrevendo para uma coletânea de textos que eventualmente foi responsável por desencadear um vivo debate a partir do final dos anos 1990 sobre o impacto da Guerra Fria sobre a vida acadêmica nos Estados Unidos, *The Cold War and the University: toward an Intellectual History of the Postwar years* (Chomsky *et al.*, 1997), Katznelson argumentou que a Guerra Fria, ao “pôr limites” e “exercer pressões” sobre a ciência política nos Estados Unidos, teria cumprido um papel “muito mais do que contextual”, mas “intrinsecamente causal” na determinação “dos contornos e conteúdo de sua produção acadêmica” (Katznelson, 1997, p. 237). Segundo Katznelson, porém, embora a Guerra Fria tivesse sido fundamental na construção da própria “identidade dos cientistas políticos” como uma “classe de guardiões da democracia liberal”, “normalmente a história da formação da ciência política no pós-guerra não era contada desta forma”. Ao contrário, conforme a “periodização convencional” – ele cita como exemplos as versões de Easton e Gunnell no livro *The Development of Political Science*

(1991) – “o impacto específico do período de Guerra Fria é mascarado, porque as duas décadas depois de 1945 são concebidas para caber em uma longa e contínua era”, segundo a qual o “movimento positivista-behavioralista” encontraria a sua origem ainda nos anos 1920, antes da Segunda Guerra Mundial. “Ao tratar a história da ciência política quase exclusivamente como um exercício metodológico, esta narrativa tradicional subestima significativamente a peculiaridade da disciplina no pós-guerra” (Katznelson, 1997, p. 239). Essa peculiaridade, segundo Katznelson, seria a “apreensão em relação à segurança do regime liberal americano” que distinguiria a ciência política do pós-guerra daqueles “esforços mais complacentes e desinteressados dos anos anteriores” (*ibid.*, p. 238). Esse traço, longe de ser uma marca “idiossincrática” deste ou daquele cientista político do período, seria “emblemática do projeto de ciência política dos Estados Unidos do pós-guerra” (*ibid.*, p. 234).

A Guerra Fria, conforme argumenta Katznelson, afetou os contornos e os conteúdos da ciência política de inúmeras formas, algumas mais evidentes, como a reconfiguração das áreas de relações internacionais e de política comparada ou a própria invenção de um vasto campo multidisciplinar de “estudos de área”, cuja orientação original era claramente atrelada às demandas da política externa dos Estados Unidos. Todavia, a sua análise pretendia “focar no menos óbvio”, isto é, nos “estudos empíricos sobre a política americana”, o que, segundo ele, definiria o próprio “núcleo da disciplina”. “Se queremos entender o impacto da Guerra Fria sobre o desenvolvimento da ciência política no pós-guerra, é para aqui, onde seu papel foi menos transparente, que devemos olhar” (*ibid.*, p. 236).

Assim como Ball, Katznelson também sublinharia que a ciência política nos Estados seria uma combinação de “objetividade com pressuposições normativas e objetivos explícitos” (*ibid.*, p. 240). Essa amálgama, segundo ele, seria empregada exemplarmente em “arquetípicos trabalhos de referência do período”, como *The Governmental Process* (1951), de David Truman, *A preface to democratic theory* (1956) e *Who governs?* (1961), de Robert Dahl, e *Public Opinion and American Democracy* (1961), de V. O. Key Jr. “Cada um desses trabalhos mostrou como os elementos ingênuos e rústicos da ciência política anterior à guerra limitava a capacidade da disciplina para proteger e fazer progredir a democracia liberal contra os desafios de outros tipos de regimes” (*idem*). Nesse sentido, tais cientistas políticos “apreciavam soberbamente os atributos positivos [do regime liberal estadunidense]”, “especialmente considerando as alternativas”, mas, segundo

Katznelson, “jamais produziram endossamentos desqualificados do sistema político”. Seus trabalhos revelavam motivos para satisfação com o regime democrático liberal nos Estados Unidos, mas “esta geração de acadêmicos certamente não era complacente”. E, “embora não fossem apologistas ou conservadores políticos, os americanistas do pós-guerra de fato assumiam o manto de guardiões do regime liberal” (*ibid.*, p. 243). Truman vincularia explicitamente a necessidade de “perpetuar um sistema viável” à existência de “guardiões das regras do jogo” tendo em vista a possibilidade de “desastres” que poderiam levar ao colapso de um regime que, a despeito de suas qualidades, não possuiria qualquer garantia absoluta (*idem*). Key, por sua vez, se é verdade que não responsabiliza as massas pelos possíveis descaminhos do regime liberal – afinal, para ele, as “massas”, por si mesmas, não se corrompem, mas são corrompidas –, consideraria como fator vital para a salvação dos regimes democráticos liberais a existência de uma elite comprometida com o sistema e incumbida de tutelar as massas. “O elemento crítico para a saúde da ordem democrática consiste nas crenças, padrões e competência daqueles que compõem os influentes, os líderes de opinião, os ativistas políticos da ordem (...). Se a democracia tende para a indecisão, decadência, e desastre, a responsabilidade recai aqui, não sobre a massa das pessoas” (Key *apud ibid.*, p. 244). E, segundo Dahl, os regimes democráticos liberais – ou “poliarquias” (governos de minorias competitivas em acordo sobre as regras do jogo) em oposição às ditaduras (governos de uma única minoria coercitiva) – seriam “sistemas relativamente eficientes para reforçar acordos, encorajar moderação, e manter a paz social num povo incansável e imoderado, operando em uma sociedade gigante, poderosa, diversificada e incrivelmente complexa” (Dahl *apud ibid.*, p. 242). Para esses autores, se cabia a essa elite de “ativistas políticos da ordem” exercer a função crucial de “guardiões das regras do jogo” a fim de “encorajar a moderação e manter a paz social”, o dever da ciência política seria custodiar essas elites para que cumprissem bem o seu papel.

Obviamente, a nova ciência política requeria uma divisão do trabalho. Alguns acadêmicos focariam nos partidos e nas eleições, outros nos grupos de interesse, outros ainda na formação e no desenvolvimento da opinião pública. Independentemente de seus tópicos, contudo, eles se preocupariam com a sustentação do consenso sobre acerca dos valores democráticos liberais e apostariam na elaboração de uma teoria orientada para um duplo movimento entre cidadãos e seus governos. Esta ciência política iria identificar e empregar os mecanismos que fizessem a democracia liberal efetiva e estável funcionar como um modelo atraente, engendrada para competir com seus adversários totalitários. Essas ferramentas incluíam regras para proteger grupos minoritários de cidadãos do forte cerco de controle por uma minoria ou majorias populistas (Dahl); um conjunto de instituições interligadas (escolas, mídia e partidos) que moldariam e aconselhariam a opinião pública (Key); identidade e associação em grupos de interesse sobrepostos (Truman); e um grupo de líderes que operaria tais instrumentos (Dahl, Key e Truman). (Katznelson, 1997, pp. 246-247)

Toda essa visão sobre a democracia liberal pretendia ser não uma exortação, mas uma descrição científica das suas instituições e do comportamento efetivo dos seus atores. Mas, segundo Katznelson, todas essas “bravas performances” estavam necessariamente vinculadas a “arranjos históricos específicos”, “carregados dos problemas ideológicos e sentido moral” presentes na Guerra Fria, que não apenas condicionavam suas questões teóricas, suas perspectivas sobre a disciplina, e suas escolhas metodológicas, como também distorciam ou limitavam suas ênfases, conclusões e orientações. De acordo com Katznelson, “esses efeitos limitadores eram especialmente aparentes quando tais trabalhos eram confrontados com desigualdades estruturais profundamente arraigadas, em especial aquelas baseadas em raça, no que se refere aos movimentos sociais, bem como ao Estado de Segurança Nacional” (*ibid.*, p. 252).

Não seria o caso, contudo, de denunciar inclinações ideológicas pessoais apenas, mas de apontar para um traço intrínseco ao projeto de ciência política que tais autores representavam. Se tais “temas centrais”, segundo Katznelson, eram empurrados para uma “zona de silêncio”, isso se deve à “própria teoria que desenvolveram na tentativa de assegurar uma vibrante política antitotalitária” (*idem*). Todos esses cientistas políticos costumavam rejeitar qualquer definição dos grupos sociais, por exemplo, a partir de características comuns, preferindo usar como critério, em vez disso, a frequência das interações entre os indivíduos, privilegiando, assim, fatores intersubjetivos em detrimento dos fatores objetivos, perspectiva que, para eles, remetia diretamente às teorias marxistas de classe. Ao fazer isso, esses cientistas políticos não apenas deixariam de fora das suas equações políticas amplos setores sociais que viviam em condições subordinadas que restringiam a sua participação no jogo político liberal como grupos de interesse legitimamente aceitos, como também temiam que a sua eventual entrada no jogo pudesse ser disruptiva e subversiva, colocando em perigo, portanto, as próprias bases da democracia liberal. É precisamente nesse sentido que Truman ressaltaria os riscos de uma “mórbida política”: “esses cidadãos desancorados, não incorporados, o preocupavam muito porque seriam os mais vulneráveis, ele especulava, para os apelos de ideologias e movimentos antidemocráticos” (*ibid.*, p. 253).

Segundo Katznelson, seria uma “decorrência implícita” do projeto intelectual daqueles cientistas políticos a ideia de que seria “muito melhor que os excluídos se mantivessem apolíticos do que desafiassem os segredos sujos do regime. O seu temor pela política de massa e pela desordem política havia se tornado parte integral de seu programa

antitotalitário” (*ibid.*, p. 255). O mesmo aconteceria em relação à gritante omissão da “militarização da sociedade americana”. Salvo raras passagens nas obras de Key sobre a opinião pública e a política externa, e de Truman sobre a propaganda e a política externa, “tais obras marcantes literalmente nada tinham a dizer sobre o Estado de Segurança Nacional (...). Eles não tinham um lugar para o iliberalismo deste petrificado poder estatal dentro dos sistemas de participação política relativamente benignos que haviam esboçado. Ao contrário, este era colocado fora de vista, escondido nos fundamentos do estado liberal” (*ibid.* p. 255). Dessa forma, Katznelson, ao colocar em foco o contexto social e político que condicionou e em muitos aspectos determinou a produção dessas obras, que, por sua vez, representavam o projeto de ciência política behaviorista no pós-guerra, em vez de simplesmente se deter no explicitamente enunciado por suas teorias e conceitos, lançava luz sobre as suas motivações normativas ou ideológicas mais profundas e, por isso mesmo, indizíveis ou menos evidentes.

4.2 A nova históriaografia das “cold war social sciences”

Narrativas históricas críticas como as de Ball e Katznelson que buscam explicar os contornos e desenvolvimentos da ciência política nos Estados Unidos a partir de sua relação com os contextos políticos e sociais mais amplos em que a disciplina e os seus profissionais se inserem são, ainda hoje, marginais ao núcleo – ou ao *mainstream*, como costumam dizer os estadunidenses – da historiografia disciplinar escrita, preponderantemente, por cientistas políticos. Existem, é claro, notáveis exceções, como a obra de Ido Oren (2003) sobre a íntima relação entre as mudanças na política externa dos Estados Unidos e a produção acadêmica – e extra-acadêmica – de cientistas políticos ao longo do século vinte, que mostrariam o quanto os clamores por uma ciência política objetiva e neutra ocultariam uma agenda política senão totalmente subordinada, bastante complacente aos interesses políticos predominantes, além de revelar o quão frágeis eram as alegações de que a ciência política seria fundamentalmente uma “ciência da democracia”.⁶⁹

⁶⁹ De acordo com Oren, “o conhecimento relevante das ciências sociais é necessariamente estabelecido de uma perspectiva particular; as transformações das circunstâncias históricas e culturais oferecem às ciências sociais os seus objetos de investigação e moldam a construção dos esquemas conceituais que serão usados nas investigações”. Todavia, ele nota que, embora muitos pesquisadores admitam essa interferência, “os livros-textos da profissão são virtualmente silenciosos sobre esses aspectos (...). Em geral, a imagem da ciência política que emerge de seu discurso é de uma ciência objetiva que investiga a política, mas permanece fora da política, e cujas construções teóricas não são entrelaçadas aos contextos históricos e nacionais.

Também escapariam a essa tendência predominante na historiografia disciplinar da ciência política os trabalhos de Emily Hauptman (2006, 2009, 2012) sobre o papel decisivo de instituições filantrópicas, sobretudo a *Ford Foundation*, por meio do *Behavioral Sciences Program*, na constituição institucional e intelectual da ciência política behavioralista no pós-guerra.⁷⁰

Em regra, contudo, as investigações que mais têm contribuído para reconstituir os laços vitais entre a disciplina de ciência política e o seu contexto social, político, econômico, e cultural não vêm sendo realizadas por cientistas políticos, mas, principalmente, por historiadores, em especial, historiadores da ciência. Autores de trabalhos importantes como Allan Needell (1993, 1998, 2000), que demonstrou a “anexação” das ciências sociais pelos serviços de inteligência do emergente Estado de Segurança Nacional na Guerra Fria,⁷¹ Rebecca S. Lowen (1997), que revelou como a ciência política behavioralista prosperou na Universidade de Stanford graças às pressões por financiamento e a vontade da administração em contribuir para a Guerra Fria e não devido aos méritos acadêmicos ou às decisões autônomas do corpo docente,⁷² ou ainda Ron Robin (2001), que mostrou como

A noção de que a ciência política nos Estados Unidos pode refletir um ponto de vista distintamente americano não recebe quase qualquer consideração” (Oren, 2003, p. 6).

⁷⁰ Hauptman identifica bem duas abordagens mais conhecidas sobre a história da ciência política no pós-guerra que, embora identificassem eventualmente o papel das fundações privadas no impulsionamento do behaviorismo, não atribuíam a ele o devido protagonismo. A primeira abordagem, escrita ainda na década de 1960 por cientistas políticos behavioristas, apresentaria o behaviorismo, essencialmente, como “uma revolução intelectual, conscientemente arquitetada por uma parte dos cientistas políticos que rejeitavam a deficiência de seus predecessores” – ela incluiu nomes como os de Eulau, Dahl, e Easton, mas também os de Somit e Tanenhaus. Uma segunda abordagem, mais recente, “argumentaria que o behaviorismo não foi tão revolucionário assim, mas uma continuidade com algumas correntes da ciência política do início do século vinte” – ela cita os nomes de Adcock, Dryzek, Farr e Gunnell como representantes dessa corrente. Em contraste com essas abordagens, Hauptman defende a tese de que, “particularmente no período do pós-guerra, há um bom número de razões históricas para buscarmos os principais agentes da mudança acadêmica fora dos enquadramentos disciplinares – mesmo fora da academia” (Hauptmann, 2012, p. 155). Diferentemente de Ball, por exemplo, que “oferecia a discussão mais detalhada sobre a relação entre behaviorismo e financiamento externo”, ela buscou evidenciar o quanto essa relação de dependência não foi tão indireta ou recíproca como ele havia sugerido (*ibid.*, p. 162).

⁷¹ Needell, ao investigar o *Project TROY*, um amplo projeto sob coordenação do *Office of Naval Research*, que procurava desenvolver táticas de “guerra psicológica” que pudessem ser utilizadas em todo o mundo, principalmente por meios de técnicas de comunicação que atravessassem a “cortina de ferro”, desvendou que o dito “*Project TROY* também serviu para reforçar poderosamente os esforços para associar ciências sociais e naturais não apenas em termos de presumida credibilidade e objetividade das metodologias de pesquisa empregadas, mas também em termos de potencial contribuição que poderiam prestar para promover os interesses americanos pelo globo”. Alguns dos rebentos do *Project Troy* foram o *Harvard Russian Research Center* e o *Center for International Studies* (CENIS), ligado ao MIT, mas financiado pela CIA, que ficou sob a coordenação do cientista político behaviorista Ithiel de Sola Pool (Needell, 1998, pp. 2-3, 22-23).

⁷² Segundo Rebecca Lowen, que se debruçou sobre os arquivos da Universidade de Stanford, além de arquivos de governo e das fundações filantrópicas, a fim de desenhar o seu quadro de uma típica “universidade de Guerra Fria”, a fundação, por exemplo, do *Center of Advanced Studies in the Behavioral Sciences* partiu da iniciativa da Ford Foundation, que, por sua vez, seguiu orientações contidas no *Project TROY*, e

os cientistas sociais, em especial os cientista políticos adestrados nas hostes behavioralis-
tas do “complexo militar-intelectual”, foram essenciais na “transformação de uma versão
especulativa [que ele chama de “rumores”] sobre o inimigo em uma poderosa hipótese de
trabalho”,⁷³ e, por último, mas não finalmente, para ficarmos por aqui nessa breve lista
de exemplos, S. M. Amadae (2003), que desencavou a história de como a “teoria da es-
colha racional” é um típico produto da Guerra Fria, concebida nos laboratórios da *RAND*

foi aceita de bom grado pela direção da universidade tanto porque era uma contribuição para os estudos de Guerra Fria, quanto porque significava o aporte de vultosos recursos. A contratação de cientistas políticos identificados ao behaviorismo também seguiu considerações semelhantes. Alfred de Grazia foi contratado para, entre outras coisas, dirigir o *Committee on Research in the Social Sciences*, financiado pela Ford Foundation, bem como Heinz Eulau e – após os nomes de David Easton e Ithiel de Sola Pool terem sido cogitados – Gabriel Almond, que fora imposto pela administração universitária ao departamento de ciência política, após remover o seu resistente chefe, em detrimento da preferência docente pelo teórico político, crítico aberto do behaviorismo, e militante pacifista Sibley Q. Mulford. Pouco depois, a fim de suprir a falta de um professor dedicado ao ensino de filosofia política, foi contratado o arqueanticomunista Wilmore Kendall, mentor intelectual na Universidade de Yale do líder do movimento conservador William F. Buckley, Jr. (Lowen, 1997, pp. 203-218). Por essas e várias outras razões, muito bem documentadas, é que Lowen afirmaria que, “claramente, pois, o formato dos programas acadêmicos em ciências sociais no pós-guerra não era determinado unicamente pelos interesses dos acadêmicos envolvidos. Os patrocinadores que financiavam os programas e até mesmo os estabelecia em primeiro lugar favoreciam certas abordagens no estudo da sociedade e da política e, conseqüentemente, alguns acadêmicos em detrimento de outros. Isto valia tanto para as fundações privadas quanto para os patrocinadores estatais. Na verdade, é equivocado assumir que os patrocinadores privados e estatais eram ambos distintamente diferentes e completamente separados” (Lowen, 1997, p. 202). Outra importante pesquisa sobre o papel da Ford Foundation na transformação das ciências sociais no pós-guerra em favor da abordagem behaviorista é o de Peter Seybold (1987), que, embora tenha ficado na obscuridade por uma década, muito provavelmente por compor um livro de intelectuais dissidentes de esquerda sobre a “estrutura do poder americano” e o papel da “elite corporativa como classe dominante”, teve a sua análise corroborada por trabalhos como os de Lowen (1997, cap. 7) e, mais recentemente, de Hauptman (2012) e Mark Solovey (2013, cap. 3).

⁷³ Robin (2001, p. 4) classificaria esses behavioristas de “alquimistas acadêmicos responsáveis por transformar uma mixórdia de dados ambíguos num retrato fidedigno do inimigo”. Segundo ele, “os cientistas behavioristas eram observadores e ativos participantes na definição do sentido da Guerra Fria. Eles contribuíram para o retrato do inimigo que tanto refletia quanto nutria as cepas ideológicas no interior do corpo político dos Estados Unidos. Como parceiros acadêmicos do Estado de Segurança Nacional, eles foram instrumentais para definir e disseminar a cultura de Guerra Fria” (*ibid.*, p. 15). A principal tese defendida por Robin em relação à história do behaviorismo é que a narrativa convencional sobre o seu surgimento é, de fato, um “mito” segundo o qual essa abordagem teria emergido a partir de iniciativas científicas espontâneas. “Ao descrever invenções descoordenadas e simultâneas em diferentes lugares, a narrativa de criação vangloria a genialidade individual em vez do planejamento centralizado”; assim, de acordo com essa versão histórica “privatista”, “o impacto do financiamento estatal –uma fonte crucial de doações para as ciências behavioristas – está conspicuamente ausente do mito criador (...). Quando deixados por conta dos seus próprios recursos, universidades, centros de pesquisa e fundações privadas, aparentemente independentes e desconectados, se depararam com a existência das ciências behavioristas. A invenção supostamente descoordenada e simultânea do mesmo termo foi o derradeiro sinal de sua validade” (*ibid.*, p. 28). Contrariamente a tese de Gunnell, o behaviorismo não teria sido também uma simples revolta nativista contra a indesejada intrusão estrangeira. “Além de evitar prudentemente qualquer conotação com rebeliões sociais, a narrativa de criação conscientemente remove todas as referências às influências estrangeiras. Somos levados a acreditar que o behaviorismo foi uma imaculada criação americana, quando, de fato, as ciências behavioristas se beneficiaram da onda de acadêmicos refugiados que chegaram nos Estados Unidos nos anos 1930 (...). A omissão do financiamento do governo e o apagamento das raízes intelectuais cosmopolitas foram elementos centrais na reivindicação de autoridade no Estado científico após a Segunda Guerra Mundial. O behaviorismo, assim o mito fundador nos quer fazer crer, foi um exemplo do excepcionalismo americano” (*ibid.*, p. 28-29).

Corporation, instituição de pesquisa semi-privada ou para-estatal com fortes laços militares, por pesquisadores como William Riker, Kenneth Arrow e James Buchanan, com o objetivo de se tornar uma “ciência” que auxiliasse o processo decisório militar e em políticas públicas como meio de fortalecer a “democracia capitalista” contra seus críticos marxistas⁷⁴ – enfim, a imensa maioria dos estudiosos que têm contribuído para desvendar a dimensão do impacto da Guerra Fria na história das ciências sociais, em particular da ciência política, é formada, não coincidentemente, por historiadores e historiadores da ciência – e mesmo os poucos cientistas políticos mencionados costumam publicar os seus artigos e ter os seus trabalhos resenhados em revistas acadêmicas deste área.⁷⁵

⁷⁴ Segundo S. M. Amadae, “a despeito das impressões quase presunçosas de hoje, a vitória capitalista não foi historicamente inevitável”. Mais do que uma simples batalha militar e econômica, sua vitória – até aqui – foi determinada em grande medida por aspectos ideológicos. Seu livro, nesse sentido, pretende ser uma narrativa sobre “a derrota do marxismo pelo liberalismo da escolha racional: a filosofia do mercado e da democracia que foi desenvolvida em parte para dar sustentação às fundações da sociedade americana durante os anos de Guerra Fria. Dos últimos dias da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1980, a teoria da escolha racional refez os pilares dos ideais ocidentais. Os efeitos dessa reconstrução, contudo, transcendem o fim da Guerra Fria”. A repercussão desse liberalismo remodelado pelo combate ao comunismo teria sido o progressivo abandono de noções caras ao pensamento político liberal desde pelo menos o Iluminismo como “cidadania”, “bem comum”, “esfera pública” e uma ênfase desmensurada na “liberdade individual” entendida na perspectiva da “soberania do mercado”, algo que Eric Hobsbawm havia identificado muito bem não como “complemento à democracia liberal”, mas como “alternativa a ele”. Assim, Amadae oferece um impressionante “relato da ascensão da teoria da escolha nos campos da política pública, teoria da escolha social, teoria da escolha pública, e teoria política positiva, e procura entender como e por que a escolha racional se tornou predominante”, tendo vencido uma queda de braço com o marxismo, ajudada por uma monumental infraestrutura institucional com o aporte de enormes recursos financeiros por parte de governo, empresas e fundações, e, de roldão, ameaçando levar a reboque a própria democracia liberal (Amadae, 2003, pp. 2, 4, 9). Mais recentemente Amadae prossegue sua pesquisa tentando relacionar a ascensão do neoliberalismo à “teoria dos jogos” na economia, e sua ênfase nos interesses individuais e na tendência “racional” de não-cooperação (Amadae, 2016). Em ensaio histórico ainda mais recente, escrito pela jornalista investigativa Nancy MacLean (2017), esse vínculo é demonstrado por outro ângulo, através das relações entre o ganhador do Prêmio Nobel de Economia, James Buchanan, um dos “pais” da “teoria da escolha racional”, e os irmãos Charles e David Koch, magnatas do petróleo que, seguindo estratégia delineada por Buchanan ainda nos anos 1950, se tornaram um dos principais responsáveis pela construção de uma imensa rede organizacional de promoção das ideias de livre mercado nos Estados Unidos e no mundo. Especificamente sobre a RAND, e seu papel na ascensão do império americano desde o fim da Segunda Guerra, ver: Abella, 2008.

⁷⁵ Ido Oren, por exemplo, tem a maioria dos seus estudos publicados em revistas de relações internacionais ou em revistas de ciência política que não pertencem exatamente ao rol do *mainstream* da disciplina, *Perspectives on Politics* e *New Political Science*. O seu estupendo livro *Our enemies and US*, por exemplo, foi resenhado em quatorze publicações, sendo apenas duas da área de ciência política, *Journal of Politics* e *Perspectives on Politics*, sendo as demais vezes em revistas da área de relações internacionais ou história da ciência. Já Emily Hauptman costuma publicar em revistas relacionadas à ciência política, sobretudo na subárea de teoria política, seu campo de interesse original, tendo inclusive um de seus artigos sobre a história da disciplina publicado na principal revista da área, a *American Political Science Review* – que raramente publica textos sobre história da disciplina que não sejam alinhados a uma abordagem preponderantemente “internalista”. Para conferir informações, acessar os sítios: <<http://users.clas.ufl.edu/oren/>> e <<http://homepages.wmich.edu/~ehauptma/>>.

Outros exemplos igualmente importantes podem ser referidos, como Gils Gilman (2003), Joy Rohde (2009, 2011, 2013), Andrew Jewett (2012), Mark Solovey (Kleinman e Solovey, 1995; Solovey, 2001a, 2001b, 2004, 2013), Rebecca Lemov (2005, 2010) e Audra J. Wolfe (2013a). Essa acachapante predominância pode ser constatada ao se examinar algumas das principais coletâneas organizadas sobre o tema, onde fica claro a virtual ausência de participação de cientistas políticos. No ano seguinte à publicação de *The Cold War and the University* (Chomsky *et al.*, 1997), a mesma editora, *The New Press*, lançou o segundo volume da série, *Universities and Empire: Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War* (Simpson, 1998a). Dos onze capítulos deste livro, três reproduziam documentos históricos, dois foram redigidos por pesquisadores do campo de comunicação, cinco, por historiadores, e apenas um foi escrito por cientista político. Três das mais recentes e representativas coletâneas apresentam padrão semelhante. Em *Cold War Social Sciences: Knowledge Production, Liberal Democracy and Human Nature* (Solovey e Cravens, 2012), todos os quatorze colaboradores são historiadores de formação, dos quais nove são especializados em história da ciência. Da mesma forma, o livro *Uncertain Empire: American History and the Idea of the Cold War* (Isaac e Bell, 2012a) conta com nove, dentre quatorze colaboradores, que são historiadores, e apenas dois que atuam em áreas da ciência política – um professor de “políticas públicas” e outro de “estudos internacionais” –, sendo os demais um professor de “literatura comparada”, outro de “língua inglesa”, além de um “intelectual independente”. E a coletânea *How Reason Almost Lost its Mind: the Strange Career of Cold War Rationality* (Erickson *et al.*, 2013) traz a contribuição de um economista e cinco historiadores da ciência.

A princípio, isso refletiria apenas a usual falta de comunicação entre as áreas de estudos na academia dos Estados Unidos, tão assoberbada por uma miríade de especialidades e subáreas. Em parte, isso é verdade. Nas principais coletâneas organizadas por historiadores disciplinares da ciência política, a presença de historiadores da ciência é nula, o que reforça a impressão de fragmentação acadêmica e de enquistamento dessas subáreas. Contudo, não é incomum a menção a trabalhos de cientistas políticos dedicados à história disciplinar nos trabalhos feitos por historiadores da ciência, mesmo quando estes partem de uma perspectiva exclusivamente “internalista”, o que indica a relevância dessa dimensão para aqueles estudiosos, muitos dos quais se interessam justamente pelas mudanças conceituais e teóricas, e não somente institucionais, das disciplinas. O contrário, porém, está longe de ocorrer. De toda forma, ainda quando a referência às pesquisas

dos historiadores disciplinares é diminuta, isso não quer dizer que não haja, por parte desses historiadores o interesse fundamental por “textos, teorias e conceitos” da mesma forma que, em geral, os historiadores disciplinares costumam rebaixar os contextos sociais e políticos a simples pano de fundo “aleatórios”. Os historiadores da ciência, em geral, já conseguem andar com as duas pernas, enquanto os historiadores disciplinares, via de regra, capengam ainda com uma só.

4.2.1 A ciência política além dos limites disciplinares

A imagem da ciência política do pós-guerra que emerge desses estudos históricos é bastante distinta daquela traçada pela historiografia disciplinar “convencional” (Katznelson, 1997) ou “oficial” (Feres Jr., 2000). Ao transcender os limites da perspectiva “internalista” predominante nessa modalidade de estudos sobre a história da disciplina de ciência política nos Estados Unidos praticada principalmente por cientistas políticos, esse corpo de pesquisas históricas produzido preponderantemente por historiadores tende a expandir a compreensão da ciência política no período da Guerra Fria para além da simples noção disciplinar que tão bem se ajusta à autoimagem que os cientistas políticos costumam fazer de si mesmos como intelectuais acadêmicos profissionais independentes preocupados em estudar a política, mas não ao ponto de se envolver com ela. Conforme observou o historiador das ciências sociais Mark Solovey no trabalho mais completo já realizado até hoje sobre a relação entre cientistas sociais e seus patronos nos Estados Unidos depois da guerra, “as histórias disciplinares, que sempre representaram a maior parte da literatura histórica sobre as ciências sociais, têm se concentrado tipicamente em grandes escolas de pensamento, departamentos mais destacados e acadêmicos proeminentes dentro de uma mesma disciplina”, deixando de fora, “salvo raras exceções”, os “próprios patronos” que forneceram os recursos para a edificação institucional destas disciplinas. “Esta falta de atenção certamente reflete a longa tendência a usar a história das ideias como fundamento para construção de estórias abrangentes” (Solovey, 2013, p. 3). Ao ampliar esse horizonte, os historiadores da ciência vêm retratando as ciências sociais sob dois ângulos conjugados que nem sempre resultam em uma fotografia muito agradável aos olhos dos profissionais dessas disciplinas.

Em primeiro lugar, tais estudos tendem a mostrar que a “dinâmica conceitual interna” dessas disciplinas esteve muito longe de estar imune às influências causais determinantes do “ambiente ecológico” que habitam. Dito de outro modo, mas ainda nos atendo à metáfora biológica de Gunnell, eles vêm enxertando umas boas doses de “contextualismo lamarckiano” no “pensamento mendeliano” da história disciplinar. Conforme Christopher Simpson comentou na introdução de uma das coletâneas mencionadas, “como os ensaios reunidos neste livro documentam, as agências de segurança estatais e corporativas frequentemente *iniciaram* conceitos e projetos das ciências sociais, e os especialistas acadêmicos *seguiram* – não o inverso” (Simpson, 1998b, p. xiv).

Além dessa frequente inversão na relação causal na escrita da história das ciências sociais, esses estudos apontariam também para um segundo aspecto crucial, relacionado ao primeiro. Não apenas aquelas disciplinas não teriam tido um desenvolvimento tão autônomo assim – supostamente resultado de diálogo intelectual relativamente espontâneo e precipuamente autorreferenciado – como também esse desenvolvimento, tendo sido provocado, seria em grande medida efeito, senão totalmente planejado, certamente induzido, mas jamais aleatório, de fatores políticos, sociais e econômicos sistematicamente imbricados. Não por acaso, tais trabalhos mencionam frequentemente expressões como “*nationalization of the social sciences*” (Klausner e Lidz, 1986), “*military-industrial-academic complex*” (Leslie, 1993), “*academic-national security complex*” (Simpson, 1998b), “*Cold war annexation of the social sciences*” (Needell, 1998), “*military-intellectual complex*” (Robin, 2001), e “*politics-patronage-social science nexus*” (Solovey, 2013). Em comum, eles argumentam que as ciências sociais, particularmente após a Segunda Guerra, devem ser compreendidas como parte de um sistema ou, para utilizarmos o termo preferencialmente adotado – provavelmente em alusão à declaração de Eisenhower (1961) –, elas seriam o componente integral de um “complexo”.

Esta percepção, por sua vez, espelha precisamente aquela preocupação metodológica de Gramsci, mencionada antes, com o “conjunto do sistema de relações no qual estas atividades [intelectuais] (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram”. Desse ponto de vista, seria no mínimo insuficiente e, no limite, deformador, conceber o desenvolvimento das ciências sociais no pós-guerra sem qualquer referência às suas relações com o emergente Estado de Segurança Nacional no contexto da Guerra Fria. Nas palavras de Solovey (2001a), ciência e Estado na Guerra Fria tiveram suas “fronteiras borradas”. Como chegou a argumentar Simpson (1998b, p. xii) – ele próprio autor de um

estudo pioneiro sobre a “pesquisa de comunicação e a guerra psicológica” nas décadas iniciais da Guerra Fria (Simpson, 1994) – “o entrelaçamento de cientistas sociais com o aparato de segurança nacional era ao menos tão pervasivo e sufocante na União Soviética quanto nos Estados Unidos”.⁷⁶ Não foi somente do outro lado da cortina de ferro, afinal, que os cientistas sociais sofreram imposições ideológicas do conflito geopolítico entre as duas grandes potências atômicas; o mesmo ocorreu do lado de cá, a despeito da insistente ladainha sobre o “fim da ideologia”.

O entendimento de que as ciências sociais do pós-guerra estariam enleadas em um “sistema” ou “complexo” atrelado ao Estado de Segurança Nacional que emergiu da Guerra Fria se refletiria até mesmo na maneira como as ciências sociais do período passaram a ser frequentemente denominadas por essa literatura: *cold war social sciences*. Aparentemente, o termo surgiu pela primeira vez no título de uma resenha do livro de Christopher Simpson, *Science of Coercion* (Zenderland, 1994).⁷⁷ Não seria a primeira vez que a expressão *cold war* seria adjetivada para qualificar algo. Desde o final dos anos 1950, pelo menos, termos como *cold war liberalism* já eram comuns nos debates políticos, geralmente sendo utilizados por críticos liberais de esquerda para se diferenciar e se opor ao tipo de liberalismo encarnado por figuras como Arthur Schlesinger Jr., George Kennan, Robert McNamara, Daniel Bell, Seymour Martin Lipset, Bernard Berelson, etc. (Cf. Green, 1979). Sua utilização, portanto, já denotava determinado ponto de vista crítico, e à esquerda, da ordem liberal predominante depois do fim da Segunda Guerra. Todavia, o uso do termo não emplacou imediatamente. As influentes coletâneas organizadas por Chomsky et al (1997) e Simpson (1998), empregam a expressão “*cold war*” no seu

⁷⁶ Uma crítica que faria lembrar as acusações de Charles Wright Mills aos “intelectuais administrativos”, que “chefiam atualmente os carteis semioficiais de pesquisa”, “tão comprometidos com a estrutura cultural e militar, e o papel que nela desempenham, que não podem, psicologicamente, examinar e confrontar sua própria posição com o sentido político de seu trabalho”, o que, para ele, se devia ao fato de que “a condição do trabalho intelectual, bem como a distribuição de seus produtos, é cada vez mais burocrática. Em várias tendências básicas e atos oficiais, os Estados Unidos e a União Soviética se tornam cada vez mais semelhantes”. Assim, ele equiparava os adeptos da “ideologia do fim da ideologia” e os cientistas sociais behavioristas, de modo geral, aos adeptos do “realismo soviético”: “Também ali, naturalmente, as críticas ao ambiente são permitidas – mas não se deve ligar-se à crítica da própria estrutura: não se pode pôr em dúvida o ‘sistema’. Não há ‘contradições antagônicas’. (...) Também ali, o pessimismo é permitido – mas apenas episodicamente, e somente dentro do contexto do grande otimismo” (Mills, 1965, pp. 100, 101, 126).

⁷⁷ Uma tentativa recente (Gilman, 2016) de rastrear o primeiro uso do termo “*cold war*” como adjetivo em trabalhos acadêmicos apontava para uma resenha escrita por Hanna Holborn Gray (1997), *Cold War Universities: Tools of Power or Oases of Freedom?*, na revista *Foreign Policy*. Contudo, além desta resenha ter sido publicada praticamente ao mesmo tempo que o livro de Lowen, *Cold War University*, o título da resenha de Leila Zenderland sobre a obra de Simpson, *Science of Coercion*, não apenas é anterior, como vai diretamente ao ponto: *Cold War Social Science*.

título e subtítulo, respectivamente, para situar um período histórico, mas não para qualificar as universidades e as suas disciplinas, a despeito do que os seus próprios autores defendem nos capítulos (o conteúdo, no caso, ultrapassava a forma). À mesma época, Rebecca Lowen (1997) usou o termo no título para adjetivar não um sistema universitário, porém uma universidade em particular, a *Stanford University*, apelidada assim de “*cold war university*”, embora o seu livro deixe bem claro que o ocorrido à época naquela instituição não foi de forma alguma exceção, ao contrário, foi apenas um caso exemplar – o mais destacado talvez –, mas longe ser o único.

Demoraria algum tempo, todavia, para que o termo passasse a ser empregado com o atual grau de generalização. Recentemente, em uma coletânea que reuniu a contribuição de vários pesquisadores que participaram de uma conferência abrangendo áreas bem diversas, desde psicologia, antropologia, sociologia e ciência política até linguística, ciências da computação e “estudos futuristas”, a expressão “*cold war social science*” finalmente vingou, mas não sem antes suscitar alguma celeuma entre os historiadores mais cautelosos, o que gerou um interessante debate, ainda não concluído, sobre a pertinência de uma categoria histórica tão abrangente e, por isso mesmo, tão incisiva. Em todo caso, a tendência de historiadores da ciência parece ser mesmo adotar este conceito, mesmo quando acompanhada por algumas ressalvas, isso quando, em vez de indicar certas nuances e aparar certas arestas, não resolvem esticá-la tanto mais para embalar uma dimensão ainda maior. Mais recentemente, por exemplo, outra coletânea de ensaios foi além, expandindo o sentido do termo a ponto de abarcar não apenas as ciências sociais, ou seja, um punhado de disciplinas acadêmicas, como também toda uma lógica ou tipo de pensamento da época, como expressado conscientemente no termo “*cold war rationality*” (Erickson *et al.*, 2013).⁷⁸

⁷⁸ Os autores desse livro, aliás, tentam deliberadamente introduzir o termo no debate. Como se lê na introdução: “O objetivo deste livro é emplacar o rótulo ‘*cold war rationality*’. Embora se possa encontrar muitos dos elementos que compuseram esta forma de racionalidade antes, e até mesmo, sem dúvida, quem tenha reunido alguns ou todos eles num mesmo pacote, foi nos Estados Unidos, no auge da Guerra Fria, aproximadamente entre o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945 e o início da década de 1980, que este projeto de articulação de uma forma particular de raciocínio ganhou a atenção de mentes afiadas, políticos poderosos, ricas fundações e do alto comando militar. Seu lar era as ciências humanas (variadamente agrupadas e subgrupo como ciências sociais ou comportamentais, termos flexíveis com muitas definições concorrentes) – ciência política, economia, ciências, psicologia e antropologia -, mas com contribuições importantes de matemáticos, estatística – cientistas, biólogos, filósofos e cientistas da computação. Os teóricos variados, os políticos e outras figuras que navegam através dessas páginas não se inscreveram em um conjunto completo de princípios ou doutrinas, uma espécie de trinta e nove artigos de racionalidade. Em vez disso eles se alistaram em uma campanha intelectual para descobrir o que a racionalidade deveria significar e como poderia ser implantada em um mundo que estava em perigo como nunca antes na história humana” (Erickson *et al.*, 2013, pp. 2-3). “Mas então, o que era a *cold war*

Como observou Mark Solovey na introdução à coletânea *Cold War Social Science*, a difusão desse termo em muito se deve à própria “expansão impressionante” dessa seara de estudos históricos. Se há duas décadas atrás só era possível encontrar “alguns poucos estudos dispersos” sobre o assunto, e ainda no começo do século vinte e um, mesmo com o aumento do número de publicações do gênero, “ainda não existia uma área de estudos ou comunidade de estudiosos identificável”, atualmente, “apenas para seguir em dia com a torrente de artigos acadêmicos e o constante fluxo de novos livros é difícil” (Solovey, 2012, p. 2). Trata-se de “uma das mais vibrantes subáreas da história intelectual americana nos últimos quinze anos”, atesta o historiador Nils Gilman (2016, p. 507), cuja quantidade e qualidade dos resultados “cresceu explosivamente”. Nada tão surpreendente. “Com a coruja de Minerva sobrevoando a Guerra Fria, agora relegada à história”, conforme salientou o também historiador Joel Isaac (2011, p. 225), “artigos delimitando agendas de pesquisa começaram a aparecer em jornais, explorando vários objetivos, práticas e redes de patrocínio que impulsionavam o projeto de construção de uma ‘ciência behaviorista’ no pós-guerra”. Seria de se esperar, portanto, que algum termo fosse escolhido ou eleito para designar esse novo campo de estudo e seu obscuro objeto de desejo.

4.2.2 Algumas críticas marginais à categoria de “*cold war social sciences*”

Nem todos aqueles que pertencem a este novo e pujante campo de estudos, porém, se agradaram do nome escolhido – ou talvez sequer vissem necessidade e pertinência de um. O próprio Isaac levantaria algumas questões sobre a precisão e a abrangência do novo e já tão difundido conceito. Ele observa, juntamente com Duncan Bell, em uma introdução para uma coletânea recente sobre diferentes perspectivas sobre a noção de “Guerra Fria”, que, à medida que “a Guerra Fria é freqüentemente conjurada como nome

rationality? Um tipo ideal pode ser construído. Em primeiro lugar, essa racionalidade deve ser formal e, portanto, amplamente independente da personalidade ou do contexto. Frequentemente assumiu a forma de algoritmos – regras rígidas que determinam soluções únicas – que, além disso, deveriam fornecer soluções ótimas para problemas determinados, ou delinear os meios mais eficientes em relação a certos objetivos (aceitos certamente neste caso). Em segundo lugar, as tarefas e os episódios complexos foram analisados em etapas simples e sequenciais; as peculiaridades do contexto, sejam históricas ou culturais, deram lugar a generalizações transversais. A análise teve precedência sobre a síntese. E, finalmente, pelo menos idealmente, seus defensores esperavam que as regras pudessem ser aplicadas mecanicamente: os computadores poderiam ser melhores do que as mentes humanas. Este tipo ideal mostra as marcas de suas origens históricas, como veremos nos capítulos seguintes: por um lado, na matemática de algoritmos, programação linear e teoria dos jogos; por outro, na teoria e na prática da racionalização econômica” (*ibid.*, pp. 3-4).

de uma ordem política ou visão de mundo responsável pelos aspectos-chave da história americana pós-1945” e, “na literatura contemporânea, a Guerra fria, assim, não se limita mais a significar uma reunião de cúpula de grandes potências e escaramuças militares”, mas, em vez disso, “ela se ramifica por todos os domínios da história americana do pós-guerra – política, cultura, tecnologia, e vida intelectual”, a ponto de que “o termo ‘Guerra Fria’ foi transfigurado de um substantivo a um adjetivo: hoje somos instados a examinar ‘*the cold war social science*’, ‘*the cold war civil rights*’, e, de fato, ‘*the cold war America*’”, seria preciso um esforço mais aprofundado na definição do conceito antes de aceitá-lo tão prontamente (Isaac e Bell, 2012b, p. 3, 4). A sua coletânea de ensaios, nesse sentido, visa fornecer uma ampla amostra de entendimentos, alguns bastante divergentes, sobre os sentidos do conceito do “Guerra Fria”.⁷⁹

Em um desses ensaios, sugestivamente intitulado “*Deconstructing Cold War Anthropology*”, o historiador Peter Mandler seria enfático na rejeição do termo. Para ele, ao se considerar certas questões da sociologia disciplinar, alguns aspectos de mudança geracional, e contribuições da história intelectual, seria possível “estabelecer uma cena mais plural durante a Guerra Fria, em vez de determinada por ela, na qual a *behavioral science* retratada pela ortodoxia seria praticada por alguns, mas vigorosamente contestada por outros”. Não deixa de ser curioso a alusão a uma “ortodoxia” para se referir a um campo de estudo tão recente, mas, de fato, isso reflete a compreensão mais aceita ou o “emergente consenso acadêmico” entre pesquisadores dessa novíssima subárea (Gilman, 2016, p. 509). Mandler, todavia, argumenta que o seu “objetivo não é substituir o velho paradigma por um novo, nem advogar a total inaplicabilidade do paradigma da ‘*behavioral science*’ ou defender a ausência de ‘controle’ sobre o armamento dos cientistas sociais” (Mandler, 2012, p. 246). Ele insiste que o uso de termo tão abrangente assim acabaria prejudicando a capacidade explicativa dessas narrativas historiográficas. Ao não conferir o merecido destaque às iniciativas intelectuais que não se ajustavam ou mesmo se opunham às orientações políticas da Guerra Fria, essa nova “ortodoxia”, sugere Mandler, estaria as atirando, ainda que implicitamente, num mesmo saco identificado pelo rótulo “*cold war anthropology*”, sendo, portanto, omissa ou dissimulada. O nome,

⁷⁹ O debate nos dois capítulos iniciais entre Anders Stephenson e Odd Arne Westad é particularmente esclarecedor sobre os principais conflitos historiográficos que cercam a definição do conceito de “Guerra Fria”.

pois, além de não dar conta de todos os atributos da coisa, em alguma medida também ajudaria a deformá-la.

O crítico mais contundente da aplicação da categoria “*cold war social science*” seria o historiador da ciência David Engerman. Antes do termo se difundir, ele já manifestava seu desconforto com expressões como “*military-intellectual complex*”, “*cold war university*”, e afins (Engerman, 2003).⁸⁰ O seu maior incômodo decorria, assim ele argumenta, do fato de que esses termos tendiam a confundir dois tipos de eventos históricos distintos, quais sejam, os “eventos que ocorreram *durante* a Guerra Fria” e os “eventos que ocorreram *por causa* da Guerra Fria” (*ibid.*, p. 86). Ele assinala, nesse sentido, que muitos dos acontecimentos que, segundo se depreendia de tais expressões, estariam originariamente associadas à Guerra Fria, na verdade, como a própria literatura que abusava desses termos claramente apontava, tiveram suas origens bem antes do conflito geopolítico e ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética se estabelecer. “Embora várias das tendências frequentemente atribuídas à Guerra Fria, de fato, antecedam à Segunda Guerra Mundial, a guerra consolidou as redes intelectuais e institucionais que construíram a relação governo-academia em sua forma atual. Os títulos dos livros analisados aqui, todavia, sugerem uma perspectiva mais estreita do que os próprios livros” (*ibid.*, p. 82).⁸¹

De forma geral, Engerman recorre neste ensaio crítico às próprias obras examinadas para fazer “corretivos” à nomenclatura utilizada pelos seus autores. Assim, ele sublinha as evidências de que a estrutura fundamental da alcunhada “*cold war university*” – “interferência política nas indicações acadêmicas, financiamento federal, ciências sociais despolitizadas que enfatizavam o científico sobre o social, e a ascensão de membros da academia mais vinculados à comunidades de pesquisa do que às suas próprias instituições” – remontavam em parte ao período entreguerras (como os argumentos teóricos em favor de uma postura mais cientificista baseada no estudo do comportamento individual) e à própria guerra (financiamento para pesquisas por área de estudo e não por disciplina que eram subordinadas aos interesses de segurança). Para

⁸⁰ O próprio Engerman antecipa o uso da categoria de “*cold war social science*” ao reunir todas aquelas noções sob seu guarda-chuva, quando afirma, a certa altura deste artigo, que “a *Cold war social science*, portanto, foi a ciência social da Segunda Guerra Mundial com um inimigo diferente” e, logo, “a *Cold war social science* requer uma varredura cronológica mais ampla” (Engerman, 2003, p. 88).

⁸¹ Os livros que Engerman examina na ocasião são: Chomsky *et al.*, 1997; Lowen, 1997; Robin, 2001; Simpson, 1998b.

Engerman, a Guerra Fria, em grande medida, apenas estimulou o desdobramento de fatores previamente dados.

Em um segundo ensaio crítico, sugestivamente intitulado *Social Science in the Cold War*, escrito poucos anos depois, mas dessa vez em um contexto em que a expressão “*cold war social science*” já havia se difundido plenamente, galvanizando a emergente área de estudos, Engerman recuperaria seus argumentos anteriores de forma ainda mais enfática. Sucintamente, ele ressaltaria três desenvolvimentos recentes na literatura que deveriam bastar para que o afamado vocabulário fosse abolido de uma vez por todas. Em primeiro lugar, tais pesquisas indicariam que durante o período de Guerra Fria os cientistas sociais basicamente “expandiram ideias desenvolvidas por seus predecessores”; em segundo lugar, que o evento histórico que realmente promoveu “dramáticas mudanças institucionais” na academia, lançando as bases para os desdobramentos posteriores, foi a “Boa Guerra”; e, finalmente, que haveria evidências de que nem todos os aspectos das ciências sociais na Guerra Fria tiveram relação direta com as suas exigências políticas e ideológicas ou seguiram invariavelmente as expectativas dos seus financiadores. “Todas as três abordagens atribuem mais agência aos cientistas políticos, retratando-os como acadêmicos reagindo a antigas ideias enquanto trabalhavam em novo ambiente institucional e navegavam em relações complexas com os seus patronos. O resultado disso é uma imagem das ciências sociais na Guerra Fria em que as preocupações com segurança nacional eram relevantes, mas com variados, e frequentemente inesperados, impactos na vida intelectual”. Nesse sentido, ele conclama seus colegas a “alargar os contextos” de suas pesquisas em duas direções, tanto intelectual, quanto institucional, a fim de “desafiar a festiva equação” entre ciências sociais e Guerra Fria, condensada na fórmula “*cold war social science*” (Engerman, 2010, p. 393).

4.3 A ciência política behaviorista como uma *cold war social science*

Após essas críticas, os adeptos dessa expressão foram levados a defender de forma mais explícita a sua pertinência aos estudos históricos em desenvolvimento. Mark Solovey, por exemplo, argumenta que “a noção de *cold war social science* conjuga uma coleção de preocupações sobre as fundações intelectuais, interesses profissionais, e influência política das ciências sociais”, que, segundo ele, expressam de forma sintética as principais tendências e características observadas pelos estudiosos sobre o tema nessas

últimas décadas. De acordo com tais relatos, “nos mesmos anos em que as ciências sociais nos Estados Unidos passaram por uma dramática expansão e adquiriram uma influência sem precedentes, elas também se tornaram profundamente ligadas às dimensões domésticas e internacionais da Guerra Fria”. Esse entrelaçamento se manifestaria desde os “imensos recursos e recompensas profissionais recebidos” até a “fê generalizada na benevolência fundamental da nação [que] desencorajava os cientistas sociais de se engajarem em pesquisas mais do que levemente críticas às políticas centrais da Guerra Fria nos Estados Unidos ou a suas instituições, líderes e cultura. Como resultado, não apenas a empreitada das ciências sociais foi reconfigurada; ela também ficou comprometida de várias formas” (Solovey, 2012, p. 4).

Solovey reconhece, no entanto, que “algumas poucas considerações sugerem que esta noção seja menos útil do que a princípio poderia parecer”, por fazer “suposições desarrazoadas acerca da extensão com que interesses da Guerra Fria eram realmente relevantes para a pesquisa”. “Ao focar nas conexões entre os cientistas sociais e a Guerra Fria, podemos nos equivocar em nossos esforços para entender desenvolvimentos que, na verdade, foram em grande parte independentes daquele conflito” (*ibid.*, p. 5). Assim, concede inicialmente Solovey às objeções de Engerman, seria preciso reconhecer que, não importasse quão extensamente as ciências sociais estivessem enredadas à Guerra Fria, esse entrelaçamento não foi capaz de sufocar toda oposição, nem mesmo de determinar inequivocamente todos os aspectos dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos sob os auspícios do aparato de segurança nacional, além do que, por mais profundo que houvesse sido a influência da Guerra Fria no delimitamento dos contornos institucionais e intelectuais das ciências sociais, estas, por certo, não foram moldadas unicamente por aquele fator, mas também por desenvolvimentos anteriores. “Argumentar de outra forma seria grosseiramente reducionista” (Solovey, 2012, p. 15).

Apesar de todas essas considerações, Solovey sustenta que “a noção de *cold war social science* pode ainda ser valiosa, conquanto tenhamos em mente essas complicadas questões anotadas antes” (*ibid.*, p. 16). Em alguns casos, ela soaria mesmo indispensável. Certos temas, métodos e técnicas claramente ganharam proeminência por estarem estreitamente relacionados às demandas políticas e ideológicas da Guerra Fria, como revolução e contrainsurgência nos países do chamado Terceiro Mundo e simulação de modelos matemáticos, bem como áreas inteiras de investigação cuja prosperidade se explica em grande medida em termos de relevância para a Guerra Fria, como linguística,

engenharia humana, estudos soviéticos e latino-americanos, e, particularmente o movimento behaviorista na ciência política.⁸²

Na medida em que partes significativas das ciências sociais se envolveram com o conflito da Guerra Fria dessa maneira, a noção de *cold war social science* ainda parece ser útil. Quanto mais partes, mais canais, quanto mais profundas as relações e mais extensas as consequências para as ciências sociais e para suas contribuições para o conflito da Guerra Fria, mais útil essa noção será para fins de análise histórica. Se algum projeto de pesquisa, inovação metodológica, desenvolvimento teórico, mudança institucional, mudança ideológica, contribuição de política pública ou algum outro desenvolvimento importante pode ser produtivamente entendido ao discuti-lo sob a rubrica *cold war social science*, muitas vezes isso será uma questão de grau – não uma questão de sim ou não. (*Ibid.*, p. 18)

Assim, Solovey argumenta que, além de ressaltar aquelas nuances de modo a evitar qualquer tipo de reducionismo grosseiro, ressalvas que, em si mesmas, não inutilizariam de forma alguma a pertinência do uso da categoria “*cold war social science*”, talvez fosse preciso acrescentar um complemento a esse “kit de ferramentas conceituais”, qual seja, a noção de uma “*anti-cold war social science*”, a fim de dar conta da produção intelectual dissidente que sempre desafiou, ainda que marginalmente, à “*cold war social science*” (*idem*).

Nisso ele seria acompanhado pelo também historiador da ciência Nils Gilman, para quem, a Guerra Fria deveria ser representada como um “campo de força intelectual”, “dentro do qual várias possibilidades de estender ou resistir as estruturas de poder cultural, político e socioeconômico atuariam”. Segundo Gilman, haveria quatro “formas básicas” de acordo com as quais a “Guerra Fria criou linhas de força cujos vetores definiram o mapa topográfico da vida intelectual e cultural do período”: 1) uma “ciência social de Guerra Fria de primeira ordem”, em que os cientistas sociais agiriam como verdadeiros soldados na linha de frente na luta contra o comunismo, produzindo teorias dos jogos e da modernização, ou conceitos de “desenvolvimento” e “cultura política”; 2) uma “ciência social da Guerra Fria de segunda ordem”, que, “embora não diretamente envolvida no núcleo do fenômeno da Guerra Fria”, se ajustava à “agenda da Guerra Fria perseguida por Washington”, “endossando tendências sociais e políticas repressivas”; 3) uma “ciência social da Guerra Fria de terceira ordem” que “consiste no trabalho que de alguma

⁸² “O desdobramento de muitas linhas de investigação nas disciplinas estabelecidas não pode ser bem compreendido sem apreciarmos a relevância de questões e métodos enraizados no contexto da Guerra Fria. Um exemplo disso é o movimento behaviorista na ciência política, que teve fortes laços intelectuais, financeiros e pessoais com o movimento mais amplo das ciências behavioristas. Este grande movimento interdisciplinar ganhou muito da sua força de patronos privados e públicos, institutos de pesquisa e estudiosos interessados em tornar as ciências sociais relevantes aos desafios intelectuais, técnicos, diplomáticos e militares associados à Guerra Fria” (*ibid.*, p. 17).

forma emergiu como resultado das oportunidades que a academia da Guerra Fria criou, mas não se ligava ideológica e politicamente a sua agenda”; 4) por fim, fugindo ao efeito deste “centro político radioativo” e se contrapondo a ele, uma “*counter-cold war social science*”, que “explicitamente desafiava as premissas e suposições da Guerra Fria” (Gilman, 2016, pp. 514, 521). Nisso consistiria, de acordo com Gilman, “os contornos gerais de um emergente consenso acadêmico” (*ibid.*, p. 509), a despeito da crítica levantada por Engerman e alguns outros estudiosos da área.

Solovey, ao defender a utilização daquela emergente categoria, reconhece perfeitamente que o que está em questão, muito além de um nome, é “um dos desafios mais absorventes não só para a história das ciências sociais, mas para a história, a filosofia, a sociologia e a sociologia da ciência de maneira geral”, qual seja, “imaginar como os contextos políticos e culturais gerais são relevantes para o desenvolvimento das ciências e o seu papel na sociedade” (Solovey, 2012, p. 5). Ele está bastante ciente, portanto, de que a utilização do termo “*cold war social science*”, de fato, implica conferir proeminência aos “fatores externos” em relação aos “fatores internos”, ainda que ele mesmo sublinhe que essa “retórica” muitas vezes obscurece, mas do que ajuda a esclarecer a questão da determinação história, podendo ser assim abandonada. Mais do que uma “questão de sim ou não”, como ele afirma, trata-se de uma questão de ênfase que deveria ser estabelecida não à priori, mas por meio de pesquisas concretas. O que Solovey indica, no entanto, contra as invectivas de Engerman, é que, diferentemente do que este alega, os relatos históricos emergentes dessa volumosa e crescente literatura têm dado plena sustentação para o uso, ainda que nem sempre preciso, da expressão “*cold war social science*”. Nesse sentido, ele se diz favorável à recomendação da historiadora da ciência e tecnologia Naomi Oreskes, que “nos encoraja a não ficarmos refém do ‘problema do miasma’: não devemos nos intimidar em propor fortes reivindicações sobre a relação entre o contexto da Guerra Fria e o desenvolvimento científico e em argumentar como esse contexto inspirou mudanças significativas no conteúdo da ciência” (*ibid.*, p. 6).⁸³

⁸³ Solovey se refere aqui a uma fala de Naomi Oreskes na apresentação de uma conferência realizada em 2011, posteriormente transformada em livro que ela editou com o também historiador da ciência John Krieger, *Science and Technology in the Global Cold War* (2014). Com efeito, segundo Oreskes (2014, p. 17), “Os historiadores têm sido interessados em como o contexto cultural e político afeta o crescimento, o desenvolvimento e o conteúdo da ciência. Contudo, grande parte do nosso trabalho sofreu com o que se poderia chamar de ‘problema de miasma’: é fácil descrever a cultura que envolve uma determinada ciência, muito mais difícil demonstrar seus efeitos causais. (...) Uma das razões para isso é a complexidade inata da experiência humana: corretamente nos esquivamos de relatos determinantes simplistas de desenvolvimentos históricos complexos. Ao mesmo tempo, enfatizamos a necessidade de colocar a produção do conhecimento científico em seu contexto social, cultural, político e econômico completo,

Solovey, porém, aparenta não querer dar muita corda, por assim dizer, à crítica de Engerman, deixando a impressão de que não acha muito proveitoso estender a polêmica. Sua resposta, além de trazer as marcas da cordialidade acadêmica tão característica daqueles embates que envolvem participantes de um mesmo projeto (Engerman, por exemplo, é autor de um dos capítulos da coletânea organizada por Solovey e Cravens), não chega a se opor às críticas de Engerman, mas, em vez disso, acolhe em grande medida as suas preocupações, para, em seguida, afirmar que, no entanto, elas não impedem na verdade o uso daquela noção – apenas exige que os autores o façam de forma mais acurada, guardando devidamente todas aquelas advertências. Mas estas últimas, embora aparentemente razoáveis, não são de todo imunes à crítica.

Como comentamos antes, a tática argumentativa de Engerman consiste em se apoiar no conteúdo das publicações de historiadores da ciência para sugerir a inadequação dos seus títulos, que, a seu ver, sugeririam um peso exagerado da Guerra Fria como fator de explicação para o desenvolvimento das ciências sociais na segunda metade do século vinte, supostamente em detrimento de fatores anteriores que nada teriam a ver com o conflito entre Estados Unidos e União Soviética. Assim, curiosamente, ele se refere a tais autores não para desabonar as suas interpretações, mas, ao contrário, para endossá-las. Não são os seus relatos históricos que ele pretende desautorizar, mas o uso daquelas expressões que não lhes fariam plena justiça.

Dessa forma, a crítica de Engerman à categoria “*cold war social science*” não deixa de ser um tanto abstrata e genérica, endereçada muito mais a um nome do que à coisa que esse nome pretende identificar. Em momento algum, por exemplo, ele aponta o seu dedo para este ou aquele autor cujo uso dessa noção seja, de fato, associado aos erros ou equívocos de interpretação que denuncia.⁸⁴ Afinal, nenhum dos autores que ele

tendendo a ser crítico – às vezes muito duramente – de histórias que não conseguem fazê-lo. Nossos colegas sociológicos vão além, insistindo que o conhecimento científico e a sociedade são co-produzidos. Mas se o contexto é importante, e certamente é, e se o conhecimento é co-produzido, então não devemos simplesmente usar o contexto como uma espécie de ‘fundo’ – como os lagos e as árvores nas pinturas renascentistas – ou mesmo como um enquadramento que destaca apenas alguns aspectos da nossa imagem, mas sim tentar explicar as formas *particulares* de como isso é importante em uma dada situação. Dito de outra forma, qual é o sentido de situar o conhecimento em seu contexto histórico mais amplo se esse contexto não ajuda a explicar como e por que certas linhas de investigação se desenvolveram e outras linhas de pesquisa foram abandonadas ou deixadas sem ser executadas?”.

⁸⁴ As únicas acusações frontais que Engerman faz às narrativas que considera equivocadas e mesmo fantasiosas, por supostamente enaltecerem um passado idílico e imaculado das universidades nos Estados Unidos frente à corrupta “*cold war university*” – e mesmo assim *en passant* em uma nota de rodapé – são lançadas aos trabalhos de Ellen Schrecker (1986) e Jessica Wang (1999). No mais, “apenas um punhado de trabalhos torna explícita essa ideia de uma universidade sem entraves políticos e econômicos de forças externas, mas muitos mais descrevem a *Cold War University* em agudo, mas implícito contraste a este

menciona desconsidera ou menospreza fatores explicativos anteriores à Guerra Fria. Alguns, como o próprio admite, dão considerável destaque a esses fatores, como Ron Robin, que faz uma extensa análise da produção intelectual de cientistas políticos do período entreguerras, como Harold Lasswell, responsável por lançar algumas das bases conceituais e teóricas da posterior revolução behaviorista, ou Rebecca Lowen, que revela como a oferta de recursos federais ainda na época do New Deal foi crucial não somente para manter a saúde financeira de várias universidades durante a Depressão, impedindo algumas de irem à bancarrota, como a própria Universidade de Stanford, como tais recursos também foram determinantes para a reconfiguração do modo de se realizar pesquisa nessas instituições. Contudo, o que Engerman não consegue assimilar é que tais autores ainda insistam na utilização de termos como “*military-academic-complex*” ou “*cold war universities*”. Não lhe ocorre que, na prática, este uso já é muito mais matizado e complexo do que o seu purismo nominalista é capaz de inferir. Mas este não é o único problema que poderia ser identificado na crítica de Engerman.

Além de refutar *in abstracto* o conceito de “*cold war social science*”, independentemente do uso efetivo que historiadores da ciência têm feito dele, o argumento de Engerman também apresenta outros problemas mais graves. Em primeiro lugar, o que chamamos de “purismo nominalista” de Engerman parece traduzir, na verdade, certa perspectiva positivista contida no seu desejo de livrar os estudos históricos sobre as ciências sociais nos Estados Unidos de quaisquer controvérsias políticas, sobretudo, quando essas controvérsias são orientadas por uma visão crítica que condena o legado desse desenvolvimento histórico. É nesse sentido, por exemplo, que ele conclui seu último ensaio contra o uso daquela categoria com o voto de que no futuro mais pesquisas pudessem “retirar o estudo da ciência social na Guerra Fria das sombras das revelações dos anos 1960 – e das refutações de seus profissionais em relação a tais críticas –, conduzindo-o mais inteiramente ao reino da história” (Engerman, 2010, p. 400).

Como a imensa maioria dos estudos sobre a ciência social do período é motivada, claramente, por uma avaliação crítica de seu legado, e nada indica que isto mudará em breve – aliás, o florescimento desse vasto campo de estudos, em grande medida, se deve ao descontentamento desses estudiosos com o estado atual dessas disciplinas (nesse sentido, não foi o término da Guerra Fria, mas a sua sobrevivência que os motivou) –, é

ideal” (Engerman, 2003, p. 81, n.4). No artigo em que ataca diretamente a categoria “*cold war social science*”, Engerman não menciona um único autor que se utilize dela e incorra nos equívocos que aponta.

improvável que os anseios de Engerman sejam atendidos tão cedo. Isto não o impede de tentar. Assim, para limpar o céu carregado das pesadas nuvens das contestações políticas que toldam e, vez ou outra, lançam fulminantes raios condenatórios sobre a história das ciências sociais do período, Engerman insiste em buscar as origens (e as causas) da chamada *cold war social science* em épocas anteriores à Guerra Fria. O seu objetivo, nesse sentido, é claro: mostrar que muito do que se passou *na* Guerra Fria não ocorreu *por causa* da Guerra Fria. Ao fazer isso, porém, ele não deixa de abraçar certa compreensão histórica retrospectivamente determinista.

O fato de que seja possível identificar alguns dos elementos teóricos e conceituais básicos do movimento behaviorista nas ciências sociais nas décadas de 1920 e 1930, muito antes, portanto, de a “revolução behaviorista” ser aclamada por seus adeptos, não quer dizer que esta já estivesse predeterminada a ocorrer. O idioma cientificista presente na primeira metade do século vinte, embora fosse proeminente, estava longe de ter a predominância que obteve nas primeiras décadas da segunda metade, da mesma forma que a teoria pluralista desenvolvida nessa época tinha um caráter fundamentalmente descritivo e não normativo como ocorreria após a guerra, algo que, a despeito de sua enfática defesa da abordagem histórica “internalista”, até mesmo Gunnell é forçado a reconhecer que “se deve em parte ao sentimento crescente de que a política americana era o posto avançado da democracia num universo político onde o centralismo e estatismo totalitário se tornava cada vez mais destacado” (Gunnell, 1995, p. 40).⁸⁵ Conforme Somit e Tanenhaus destacaram, a visão cientificista era apenas um dos projetos que disputavam um lugar no interior da disciplina, e nada indicava à época que ele sobrepujaria seu concorrente dentro de algum tempo. Ademais, se alargamos ainda mais nossos horizontes cronológicos, como sugere Engerman, podemos afirmar, como de fato o faz Crick, que a perspectiva cientificista que imperou com o behaviorismo já estava presente no pensamento político estadunidense desde a fundação da República, pelo menos. E, no entanto, o próprio Crick não foi capaz de prever que essa visão prosperaria mais do que havia até então; ao contrário, a sua expectativa, como vimos, era outra.

⁸⁵ Uma declaração, é preciso destacar, que aparece nas últimas linhas do último parágrafo, de forma bastante contraditória com o restante das cerca de vinte páginas de análise puramente “internalista”, que ele novamente defende como “a premissa metodológica que orienta este ensaio”, quase como que para suprir uma lacuna que se torna evidente ao final de sua explicação, quando, subitamente, sem qualquer razão “interna” aparente, ele indica que o debate sobre o pluralismo “perde sua coerência”, e ele se vê obrigado a recorrer, na última linha e sem admitir sua inconsistência, à “prática da vida política americana” (Gunnell, 1995, p. 39, 40).

Do mesmo modo, o fato de a Segunda Guerra Mundial ter sido, para recorrermos as palavras de Robert Dahl, um “poderoso estímulo” para a reconfiguração das relações entre o Estado e as universidades, conforme as exigências de segurança nacional do momento, isto tampouco implicava o prosseguimento e mesmo a intensificação dessas tendências nos anos seguintes. Se a Guerra Fria foi, sob muitos aspectos, um prolongamento da Segunda Guerra Mundial, não se pode com isso afirmar que a Segunda Guerra Mundial determinou a Guerra Fria, como Engerman sugere. Antes, é possível afirmar até mesmo o contrário, já que o forte antagonismo do governo de Harry Truman em relação à União Soviética foi decisivo para o desfecho do conflito, com duas bombas atômicas despejadas sobre o Japão (ato inaugural, à quente, da vindoura Guerra Fria?). Ademais, se a Primeira Guerra Mundial pode servir de critério para alguma comparação, ao fim desta, os Estados Unidos rapidamente desmilitarizaram a sua economia, coisa que não ocorreu ao término da Segunda Guerra Mundial, muito pelo contrário.

Assim, embora seja verdade que os cientistas sociais retornaram para as suas universidades após servirem na guerra com uma mentalidade modificada, apenas isso não explica as transformações por que passaram as ciências sociais depois de encerrado o conflito. Se não fosse o processo de anexação, em boa parte voluntária, das universidades e da ciência como parte dos esforços de edificação do Estado de Segurança Nacional depois da guerra, momento em que os Estados Unidos despontavam como a maior potência econômica e militar do planeta, disposta a ocupar o lugar deixado pelas decadentes nações imperialistas europeias, e, para tanto, determinada a travar uma vertiginosa competição armamentista e ideológica com a União Soviética, dificilmente algo parecido com a chamada “revolução behaviorista” teria acontecido. Tratar esses acontecimentos, intimamente atrelados ao contexto da Guerra Fria, como derivados, principalmente, de desenvolvimentos históricos anteriores, pode ser uma estratégia formidável para retirar as ciências sociais das sombras das controvérsias políticas e do criticismo condenatório que em geral o acompanha, mas certamente isso é feito ao custo de uma distorção histórica que, a princípio, se pretendia evitar.

A historiadora da ciência, Audra J. Wolfe, notou com muita perspicácia o sentido geral da rejeição à noção de “*cold war social science*” quando retornou de uma conferência realizada pela *History of Science Society* justamente para debater a coletânea recém-lançada por Solovey e Cravens. Escrevendo para um blog na internet, ela observou que recebeu com certo “desconcerto” algumas críticas suscitadas acerca da “legitimidade do

termo ‘*cold war social science*’”. Tendo acabado de publicar um livro sobre o tema, ela “presenci[ou], com crescente alarme, seus colegas proferirem suas objeções: descoloniização, vários movimentos por direitos, o triunfo do neoliberalismo, tendências pré-existentes de pensamento social científico [notem que, à exceção do último ponto, todas são objeções nitidamente associadas à uma perspectiva de esquerda]”, e se indagou: “é mesmo correto que cada uma dessas [questões] influenciou as ciências sociais do pós-guerra tanto quanto o conflito entre Comunismo e Capitalismo? (...). Ademais, descoloniização, direitos civis, direitos da mulher, e a ascensão do conservadorismo americano não são exatamente desvinculados da Guerra Fria. O que era, então, que os críticos estavam objetando exatamente?” (Wolfe, 2013b).

Subitamente, algo estalou: esta não era uma conversa sobre o passado; era uma conversa sobre o presente. Especificamente, era sobre a culpa de cientistas sociais individuais – incluindo colegas e mentores de pessoas presentes na sala (e, possivelmente, de alguns participantes) – na produção de trabalhos que foram patrocinados ou se provaram úteis às operações americanas de defesa e de inteligência. Quando Solovey e Cravens disseram “Guerra Fria”, seus interlocutores ouviram “complexo militar-industrial”. Eles ouviram julgamento. (Wolfe, 2013b)

David Easton muito argutamente comentou em seu livro *The Political System*, que “os grupos de poder estabelecidos na sociedade, aqueles que se assentam firmemente em um padrão particular de distribuição de bens sociais, materiais e espirituais, têm um motivo especial para olhar com desconfiança para esta sondagem sobre a natureza e as origens de sua posição social e atividades. Eles são inclinados a estimular um tipo de investigação que não perscrute os fundamentos da ordem existente das coisas” (Easton, 1971, pp. 50-51). O que, segundo ele, seria “necessariamente verdadeiro para qualquer sociedade”, também pode se aplicar à história das ciências sociais da Guerra Fria. O que Pendleton Herring foi capaz de admitir, com muita franqueza e sem qualquer embaraço, no alvorecer da “revolução behaviorista”, ou seja, que a ciência política já então fazia “parte da força nacional”, “vital para a operação bem sucedida das livres instituições” (Herring, 1953, p. 961), o que para ele significava, como escreveu noutra ocasião, “aperfeiçoar os instrumentos de engenharia humana”, “ênfatizando a análise em vez da força”, no intuito de “controlar as relações humanas de maneira mais consciente e deliberada e, esperamos, mais responsabilmente do que no último século”, a fim de se opor aos “regimes totalitários” que então surgiam como o “outro extremo” (Herring, 1947, p. 2, 3), aparentemente ainda provoca certa resistência entre alguns historiadores da ciências e,

principalmente, entre os próprios cientistas políticos que estudam a história de sua disciplina.

Apesar das recentes polêmicas, que não por acaso se nutrem, em parte, das preocupações “internalistas” predominantes na história disciplinar produzida por cientistas políticos, essa não tem sido, como mencionamos, a tendência majoritária entre os historiadores da ciência, que, em geral, demonstram estar muito mais propensos a inquirir “a natureza e as origens” do “padrão de distribuição dos bens materiais e espirituais” em que se baseia a “posição social” dos cientistas sociais na “ordem existente das coisas”, do que os seus colegas cientistas políticos. O que este “emergente consenso acadêmico”, nas palavras de Gilman, tem trazido à tona nos últimos anos, como insinuaria aquela passagem de Easton, é um “conhecimento no mínimo desconfortável, quando não intrinsecamente perigoso” sobre a ascensão da ciência política behaviorista no contexto político saturado da Guerra Fria.

A noção de uma “ciência política de Guerra Fria” apoia-se na compreensão não apenas de que existiram muitos, importantes e estreitos vínculos entre a ciência política e o aparato do Estado de Segurança Nacional durante o período da Guerra Fria, mas que, para além disso, tais vínculos, a despeito de imponderáveis circunstâncias históricas, não eram completamente fortuitos, e sim, em grande medida, necessários. Muito dificilmente a Guerra Fria poderia ser adequadamente entendida sem o reconhecimento do papel que a ciência política behaviorista desempenhou na árdua batalha por “corações e mentes” neste período, da mesma forma que toda tentativa de retratar a ciência política behaviorista sem enquadrar as suas relações com o “complexo industrial-militar” resultaria em uma fotografia não somente incompleta, mas distorcida.

Ido Oren observou que “a professada identidade da disciplina como uma ciência imparcial da política, uma identidade vigorosamente defendida pela revolução behaviorista que varreu a disciplina durante a Guerra Fria, estava em desacordo com a realidade do envolvimento de cientistas políticos com a política que estudavam” (Oren, 2003, p. 126). Esse desacordo, porém, era mais aparente do que real. A revolução behaviorista na ciência política foi em grande parte expressão do envolvimento dos cientistas políticos com a política liberal da Guerra Fria, envolvimento este que foi tanto direto, quando esses cientistas políticos, individualmente ou através de instituições acadêmicas e profissionais às quais estavam filiados, ofereciam os seus serviços ao aparato de “segurança nacional”, bolando planos prodigiosos de reorganização da burocracia estatal em países do chamado

“terceiro mundo”, conduzindo pesquisas sobre ações de “contrainsurgência” que auxiliassem nas campanhas de estímulo à deserção do inimigo ou simplesmente a sua supressão violenta ou traçando propostas de “desenvolvimento econômico” para impedir a “perda” das “novas nações” ou “nações emergentes” para o comunismo, quanto também indireto, quando esses cientistas políticos elaboravam refinadas teorias empíricas sobre o funcionamento estável do regime democrático dos Estados Unidos, sem ultrapassar o horizonte ideológico estabelecido pela ordem política liberal da Guerra Fria e, portanto, sem jamais colocar em questão as suas finalidades, sempre tidas de antemão como necessárias e desejáveis, em contraste com as alternativas “autoritárias” e “totalitárias” disponíveis, prestando-se convenientemente ao papel, no dizer de Noam Chomsky (2006, p. 399), de “especialistas responsáveis”, que aceitam a sociedade como ela é e promovem seus respeitáveis valores, espécie de “contrapartida nacional do que é proposto, no cenário internacional, por aqueles que justificam a aplicação do poderio americano na Ásia” ou em qualquer outra parte do “mundo livre” contra a suposta ameaça comunista.

Nesse sentido, a ciência política behavioralista não foi apenas instrumentalizada pelo Estado de Segurança Nacional. Ela constituiu o próprio modo de produção discursiva ou matriz ideológica que ajudou a cunhar, propagar e sedimentar a retórica de promoção e legitimação da ordem liberal da Guerra Fria sem a qual o Estado de Segurança Nacional que emergiu nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial seria mesmo inconcebível ou insustentável. A posição ocupada por Pendleton Herring na interseção entre academia, Estado, principalmente o seu aparato de segurança, e as fundações privadas de fomento à pesquisa científica não foi de forma alguma peculiar, mas, ao contrário, foi emblemática da “ciência política de Guerra Fria”. Esse amálgama, de fato, apenas expressava a relação estrutural entre a disciplina de ciência política sob a égide da “revolução behavioralista” e todo o arcabouço do Estado de Segurança Nacional que emergiu no pós-guerra.

A consciência crítica acerca desse íntimo entrelaçamento entre a ciência política e o contexto da Guerra Fria, contudo, salvo raras exceções, como Charles Wright Mills, cujos escritos, sejam os de caráter mais acadêmico, sejam seus textos de verve publicista, invariavelmente atacavam as “elites do poder” e seus guardiões intelectuais na academia (que ele identificava precisamente nas ciências sociais behavioristas), só emergiria com força no momento em que a própria ordem liberal da Guerra Fria começou a revelar sinais mais claros de esgotamento, isto é, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Nesta

época, mesmo as medidas governamentais para atender as reivindicações dos movimentos negros por direitos civis e políticos, como o *Civil Right Act* (1964) e o *Voting Right Act* (1965), além de políticas públicas voltadas para acabar com a mazela da pobreza que manchava a imagem de prosperidade da “sociedade afluyente” estadunidense, como o amplo programa de reformas *War on Poverty*, não conseguiram aplacar ou arrefecer as manifestações, cada vez mais radicalizadas, de contestação contra a discriminação racial e a desigualdade social, assim como a escalada malsucedida da Guerra do Vietnã, a partir de 1965, expôs os nervos do intervencionismo imperialista dos Estados Unidos encoberto até então pela retórica oficial de proteção ao “mundo livre” e de ajuda ao “desenvolvimento” dos países do chamado “terceiro mundo”. Se havia críticas pontuais à Guerra Fria e às ciências sociais behavioristas antes desse momento de estilhaçamento do “consenso liberal”, foi somente a partir de então que elas se fundiram em uma crítica estrutural e aguda ao papel desempenhado pelas universidades e pelas disciplinas de ciências sociais como alicerces dessa mesma ordem.

O conceito metafórico sugerido por Gilman (2016) para expressar essa conexão fundamental entre as ciências sociais do pós-guerra, hegemônicas pela perspectiva ou abordagem behaviorista, e o contexto mais amplo da Guerra Fria, qual seja, o da Guerra Fria como um poderoso “campo de força” exercido sobre as ciências sociais do período, teria, nesse sentido, dois méritos básicos. Em primeiro lugar, ao indicar uma gradação do impacto ou da influência desse contexto sobre a produção intelectual de cientistas sociais, ele evitaria incorrer, conforme conselho de Mark Solovey (2012), em qualquer “grosseiro reducionismo”, que abriria o flanco para críticas como as de Engerman (2010), que rejeita por inteiro a noção de “ciências sociais de Guerra Fria” (a menos talvez para aqueles casos em que os cientistas sociais tivessem replicado, na vida real, o que, na ficção, teria sido feito pelo Dr. Strangelove).⁸⁶ Em segundo lugar, esta noção preserva o entendimento de que as ciências sociais do pós-guerra nos Estados Unidos orbitavam, mais próximas, mais distantes, em torno de um centro gravitacional claramente identificável, a Guerra

⁸⁶ Personagem satírico de Stanley Kubrick inspirado no “futurista” Herman Kahn, famoso estrategista militar da RAND Corporation e fundador do *Hudson Institute*, em 1961, no qual empregou destacados cientistas sociais como Raymond Aron e Daniel Bell. Este último, aliás, um entusiasta de primeira grandeza do “futurismo”, foi presidente da Comissão para o Ano 200 da Academia Americana de Artes e Ciências e escreveu a introdução do livro escrito por Kahn e Antony J. Wiener, *The Year 2000: a framework for speculation on the next thirty-three years* (1967), cuja edição brasileira, prefaciada por Roberto Campos, recebeu na capa o subtítulo curioso “Uma incursão no perturbador futuro próximo, realizada com científica frieza. E certeza”. Um estudo histórico sobre o “futurismo” como “ciência social de Guerra Fria” pode ser encontrado em: Tolon, 2012.

Fria. É a partir do momento em que esse núcleo começa a apresentar sinais de instabilidade, que ameaçam até mesmo desintegra-lo, que o próprio “campo de força” exercido pela Guerra Fria se torna mais perceptível e, para um número crescente de cientistas sociais que têm as suas trajetórias acadêmicas e políticas revolucionadas, insustentável.

Em nenhum outro momento a interdependência entre as ciências sociais e a ordem liberal da Guerra Fria se tornou mais evidente do que na época em que essa ordem se encontrou em crise e passou a ser frontalmente desafiada, como ocorreu a partir do final dos anos 1960. A grave crise da ordem política do liberalismo de Guerra Fria não implodiu somente o discurso hegemônico do “consenso liberal” e do “fim da ideologia”, revelando um país fraturado por desigualdades que antes se acreditava não existirem ou estarem em vias de ser superadas, mas estilhaçou o próprio modo de produção do pensamento político então manufaturado na academia pelas disciplinas de ciências sociais, muito particularmente a ciência política, sob os auspícios do Estado de Segurança Nacional e de suas fundações filantrópicas associadas. Não por acaso, quando a ordem política liberal da Guerra Fria passou a ser frontalmente desafiada nos Estados Unidos, os campi universitários do país se tornaram, inesperadamente para muitos, uma das trincheiras mais avançadas da luta política e as ciências sociais, um dos alvos prediletos de contestação.

5 CRISE DO LIBERALISMO E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DE GUERRA FRIA

The United States government made a decision that it needs knowledge about the outside world. It needs to act with a certain amount of intelligence (small i or big I) instead of stupidity. Most of the knowledge of the outside world that the CIA collects, it collects by social science research methods. (...) Social research including area studies, history, anthropology, sociology, political science, and statistics provides both important inputs and important knowledge of methods of analysis to the Intelligence community. The CIA, as its name implies, should be the central social research organization to enable the Federal government to understand the societies and cultures of the world. The fact that it uses as little social science as it does is deplorable. We should be demanding that the CIA use us more. (...) I can think of no greater contribution a social scientist could make to the intelligence of the United State government than to help improve this effort at knowledge of the outside world.

Ithiel de Sola Pool (1966, p. 114)

A political science that is mistreated and persecuted is likely to have earned that enmity because it has put its moral commitment to the truth above social convenience and ambition. It has penetrated beneath the ideological veil with which society conceals the true nature of political relations, disturbing the complacency of the powers-that-be and stirring up the conscience of society. A political science that is respected is likely to have earned that respect because it performs useful functions to society. It helps to cover political relations with the veil of ideologies which mollify the conscience of society; by justifying the existing power relations, it reassures the powers-that-be in their possession of power; it illuminates certain aspects of existing power relations; and it contributes to the improvement of the technical operations of government. The relevance of this political science does not lie primarily in the discovery of the truth about politics, but in its contribution to the stability of society.

Hans Morgenthau (1966, p. 73)

No final dos anos 1960, o acirramento de conflitos sociais e políticos que varriam os Estados Unidos, como a radicalização das lutas dos movimentos negros pelos direitos civis e políticos e a intensificação dos protestos contra a Guerra do Vietnã, foi impulsionado de forma decisiva pela rebelião estudantil nos campi universitários. A mobilização estudantil nas universidades já vinha sendo gestada, ainda que de modo insipiente, desde pelo menos o início da década de 1960 e sempre estivera interligada, no âmbito da política doméstica, aos movimentos pelos direitos civis contra a discriminação racial e, no âmbito da política externa, à denúncia às motivações intervencionistas da Guerra Fria.

Um dos episódios catalizadores da revolta estudantil em meados dos anos 1960, por exemplo, ocorreu devido à proibição das atividades políticas dentro da Universidade de Berkeley, uma ação tomada pela reitoria para impedir que os estudantes arrecadassem fundos para grupos de direitos civis dentro do campus. A recusa dos estudantes em ceder à proibição provocou manifestações espontâneas de desobediência civil e, ato contínuo, à criação do *Free Speech Movement*, que viria a ser uma das principais organizações estudantis a promover *sit-ins* em várias universidades dos Estados Unidos contra a legislação segregacionista conhecidas como *Jim Crow* e, pouco depois, contra a conscrição obrigatória de jovens para lutar no Vietnã (Kazin, 2011, cap. 6).⁸⁷ Na mesma universidade, na primavera de 1960, os estudantes já haviam se rebelado, inicialmente às centenas, depois, após dura repressão, com a prisão de dezenas deles, aos milhares, contra as audiências realizadas no campus pelo *House Committee on Un-American Activities* (famosa na era McCarthista no começo dos anos 1950),⁸⁸ por suposta “infiltração comunista” no campus (Gosse, 2005, p. 67).

Antes dessas mobilizações de massa, porém, os estudantes universitários já demonstravam em algumas esparsas iniciativas o seu descontentamento com os limites e as contradições internos e externos da ordem liberal do pós-guerra. Em 1959, por exemplo, estudantes de pós-graduação da Universidade de Wisconsin, inspirados por intelectuais

⁸⁷ Como apontaram os historiadores Maurice Isserman e Michael Kazin (Isserman e Kazin, 2004, cap. 174), “O *Free Speech Movement* cresceu, de forma significativa, dos movimentos pelos direitos civis; muitos de seus líderes passaram o verão no Mississippi, nas campanhas ‘*Freedom Summers*’ de registro de votos, do SNCC [*Students Nonviolent Coordinating Committees*]. Muitas das táticas, da retórica e das canções do FSM vieram das lutas pelos direitos civis. Num momento climático dos confrontos do FSM com a administração de Berkeley, quando os estudantes se sentavam no prédio da reitoria, Joan Baez ficou de pé ao lado das escadas encorajando-os com a entonação do hino dos direitos civis de Bob Dylan, ‘*The times they are a-changin*’”.

⁸⁸ O *House Committee on Un-American Activities* foi criado em 1938, mas remonta a comitês instalados em 1918 para investigar a presença de elementos “bolcheviques” nos Estados Unidos. Ele foi nominalmente extinto em 1975, tendo sido suas atribuições transferidas para a *House Judiciary Committee*.

como Charles Wright Mills, Paul Goodman, William Appleman Williams, Gabriel Kolko e Herbert Marcuse, todos críticos severos das limitações inerentes da democracia liberal e da política de Guerra Fria estadunidenses, fundaram o que seria, na sua breve existência, até 1967, uma das principais publicações da chamada Nova Esquerda nos Estados Unidos, *Studies on the Left*.⁸⁹ A revista, apesar da constante dificuldade financeira e de inicialmente ter um alcance de público muito restrito, foi fundamental para a formação da identidade de uma nova esquerda radical, distinta da velha esquerda, identificada ora à ortodoxia marxista-leninista e ao comunismo soviético, ora ao reformismo limitado do New Deal, e ao que caracterizavam como o “liberalismo de Guerra Fria” que vingara nos Estados Unidos após o fim da Segunda Guerra Mundial (Tomes, 1998, pp. 27-30).

Em um importante editorial da revista, intitulado *The ultra-right and Cold War liberalism*, argumentava-se que a luta contra a ultradireita nos Estados Unidos, por mais premente que fosse, deveria unir a nova esquerda aos liberais apenas taticamente. Para os representantes dessa “nova esquerda”, embora fosse vital realizar no embate político imediato uma clara distinção entre “liberais da Guerra Fria” e “ultradireita”, era preciso reconhecer, em perspectiva, o quanto os primeiros ajudavam a preparar o terreno para a germinação da última. Como afirmavam seus editores, “se a esquerda deseja começar a desempenhar um papel relevante na vida americana, ela deve se libertar da perspectiva asfíxiante da retórica liberal e a reconhecer que, em seu íntimo, os líderes dos Estados Unidos estão comprometidos com o *warfare state* como a última defesa do sistema corporativo de larga-escala”, responsável pela manutenção das condições de desigualdade social e racial no país (Editors, 1962, p. 6).

Expressões contundentes de dissidência contra o “liberalismo de Guerra Fria”, como essa acima, demorariam ainda alguns anos para migrar das margens para o centro do debate público nos Estados Unidos. No geral, até o início dos anos 1960, as críticas contra à ordem política liberal da Guerra Fria ainda oscilariam bastante entre a denúncia veemente e o compromisso tácito com os objetivos e premissas gerais do liberalismo do pós-guerra, o que só mudaria, e de forma drástica, a partir do acirramento da Guerra do Vietnã (Tomes, 1998). Os sinais da reviravolta, contudo, já eram perceptíveis e o lugar

⁸⁹ O termo “*New Left*” só seria ostentado como rótulo identitário desse grupo de dissidentes, tanto do “consenso liberal”, quanto da “velha esquerda”, a partir de 1961, quando republicam “*Letter to the New Left*”, escrita por C. Wright Mills para a revista britânica *The New Left Review*, fundada no ano anterior.

das ciências sociais behavioristas na arquitetura política do liberalismo da Guerra Fria, cada vez mais, ficaria em evidência.

5.1 Declaração de Port Huron: buscar o inalcançável para evitar o inimaginável

O comprometimento dos movimentos estudantis no início dos anos 1960 contra as desigualdades raciais e sociais, que manchavam o ideal democrático liberal do sonho americano, bem como contra a política de Guerra Fria estadunidense que, além de justificar práticas intervencionistas, tal como exemplificado pela tentativa de invasão da Baía dos Porcos, ocorrida meses depois de John F. Kennedy assumir a presidência dos Estados Unidos, em abril de 1961, também sufocava o pensamento crítico no país, ficaria simbolizado pela declaração ratificada na conferência nacional organizada pela *Students for a Democratic Society* (SDS), em 1962, em Port Huron, no estado de Michigan, conhecida como *Port Huron Statement*. A conferência reuniu 59 membros de oito dos onze núcleos da SDS, provenientes das universidades de Swarthmore, John Hopkins, Oberlin, Earlham, além de representantes não filiados de Harvard, Yale, Wisconsin e Indiana. Ao longo de cinco dias, de onze a quinze de junho, o grupo trabalhou em várias seções de um primeiro manuscrito da declaração, preparada por uma de suas principais lideranças, Tom Hayden, produzindo, ao cabo, um rico documento de 63 páginas que “eventualmente se tornou o panfleto mais lido da geração de 1960” (Klatch, 1999, p. 29).

Na primeira frase da declaração, os estudantes afirmavam que “nós somos pessoas dessa geração, criados ao menos com modesto conforto, abrigados agora em universidades, olhando desconfortavelmente para mundo que herdamos”. Este mundo de conforto teria sido “penetrado por eventos muito inquietantes para serem ignorados”, primeiro, “a degradação humana, simbolizada pela luta contra a intolerância racial [que] compeliu a maioria de nós do silêncio para o ativismo”; segundo, “o fato envolvente da Guerra Fria, simbolizado pela Bomba”. O manifesto se debruça em seguida, em uma análise bastante detalhada, sobre uma série de problemas que escapariam ao alardeado “consenso liberal”: a persistente miséria em meio à abundância da “sociedade afluyente”; a “dilapidação dos recursos materiais do planeta”; o “sistema democrático apático e manipulado”, dominado pela “sobreposição partidária”, onde haveria mais diferenças no interior dos dois partidos dominantes do que entre eles, o que “desencorajaria a discussão de

questões nacionais e internacionais”, limitando todas as opções a uma contínua manutenção do *status quo*; a consolidação de um “complexo industrial militar” e de uma “economia de guerra permanente”, determinante para a “militarização generalizada da sociedade americana”; a “dominação política e econômica por elites fantásticamente ricas”; a acomodação e inexpressividade do movimento trabalhista, que teria sucumbido à burocratização e aceitado os termos de negociação impostos pelas elites empresariais; o “isolamento dos indivíduos sob o estado de guerra” de uma “vida saturada de horror” marcada por uma “corrida armamentista importante o bastante para sacrificar as liberdades civis e o bem estar social”, etc. (SDS, 1962).

Entrelaçada a todas essas questões, a “Declaração de Port Huron” trazia ainda uma interpretação crítica fundamental sobre o papel do ensino superior e das universidades na garantia dessa ordem política e social, além de alguns apontamentos sobre as “modernas ciências sociais como instrumento de manipulação”. Os estudantes admitiam estar cientes de que eram uma “minoría – a vasta maioria das pessoas percebem os equilíbrios temporários de nossa sociedade como partes eternamente funcionais” – e de que a sua época teria “testemunhado a exaustão não só das Utopias, mas de qualquer novo começo também”. Todos esses sintomas de conformismo que caracterizariam o chamado “consenso liberal”, porém, não seriam tratados como fatalidade, mas sim como algo ativamente construído.

De acordo com os membros da SDS, “a apatia não é somente uma atitude; ela é produto de instituições sociais, e da própria estrutura e organização do ensino superior”. “A universidade ‘prepara’ o estudante para a ‘cidadania’ através de ensaios intermináveis e, em geral, através da castração de qualquer espírito crítico que existe nos indivíduos”. Toda a vida acadêmica seria voltada para reforçar ou replicar o modo como a vida fora dos muros da universidade é organizada, reproduzindo a hierarquia familiar, inculcando obediência, e conformando para a vida na “grande sociedade adiante”. Para tanto, “a academia inclui a radical separação do estudante do material de estudo”, de maneira que, “o que é estudado, a realidade social, é ‘objetificado’ até a esterilidade, apartando o estudante da vida”, assim como ele é impedido pela administração universitária de qualquer envolvimento ativo na política da instituição. A “opressora burocracia acadêmica” que estende seu domínio em toda a vida no campus, curricular e extracurricular, “contribui para o senso de complexidade exterior e impotência interior que converte a honesta busca dos

estudantes pela verdade em ratificação de convenções e, pior, no entorpecimento a respeito das catástrofes atuais e futuras”. “O tamanho e o sistema financeiro da universidade reforça o permanente domínio dos *trustees* da burocracia administrativa, seu poder conduzindo para os padrões de valores da mentalidade empresarial e administrativa dentro das universidades. Imensas fundações e outros interesses financeiros privados moldam as faculdades e universidades subfinanciadas, não apenas tornando-as mais comerciais, mas também menos dispostas a diagnosticar criticamente a sociedade, menos abertas ao dissenso”. Nesse ambiente, “os nossos professores e administradores sacrificam a contravérsia às relações públicas; seus currículos mudam mais lentamente do que os eventos vivos do mundo; suas habilidades e silêncio são comprados pelos investidores da corrida armamentista; a paixão é chamada de não-acadêmica” (SDS, 1962).

Apesar dos estudantes agrupados no SDS tecerem uma crítica amarga em relação ao papel das universidades e, dentro delas, das ciências sociais, como instiladoras de um conformismo moldado pelos interesses dominantes do “complexo industrial-militar”, sua aposta de transformação da ordem liberal da Guerra Fria passava pela convicção de que eram as universidades o melhor ponto de partida para deslanchar um movimento político capaz de aglutinar todas as forças sociais progressistas que até então estavam dispersas e à deriva. Embora, “tragicamente”, “o efeito atual da experiência universitária dificilmente se distingue daquele provocado por qualquer outro meio de comunicação – digamos, um aparelho de televisão – que transmite o estoque de verdades do dia”, “a universidade pode servir como uma importante fonte de crítica social e iniciadora de novos modos e modelos de atitude”. As universidades, afirmavam esses estudantes, “são um espaço de influência negligenciado”, “suas funções educacionais as tornam indispensáveis e automaticamente as fazem uma instituição crucial para a formação de atitudes sociais”, “uma instituição central para organizar, avaliar e transmitir conhecimento”. Se, por um lado, “os recursos acadêmicos são atualmente usados para estimular práticas sociais imorais” e os “contratos militares fizeram das universidades uma engrenagem da corrida armamentista”, “tais usos sociais dos recursos das universidades também demonstram a dependência invariável que os homens de poder possuem em relação aos homens e aos repositórios de conhecimento: isto torna a universidade funcionalmente atada à sociedade de novas maneiras, revelando novas potencialidades e novos níveis de transformação”, além do que as universidades teriam uma fragilidade inerente, elas seriam “a única instituição *mainstream* que é aberta à participação de indivíduos de praticamente todos os pontos de vista”, ao contrário das

demais instituições, muito mais rígidas e bem menos permeáveis à introdução de elementos dissonantes. Em resumo, as universidades, na avaliação dos estudantes da SDS, seriam o elo mais fraco da corrente do “establishment” liberal da Guerra Fria, ao mesmo tempo uma instituição central e insubstituível, e, não obstante, frágil e potencialmente perigosa (SDS, 1962).

A centralidade conferida às universidades como epicentro da transformação política nos Estados Unidos seria contestada por alguns representantes da “velha esquerda” presentes na conferência, dentre os quais o eminente socialista Michael Harrington, que em março daquele ano havia publicado o impactante livro *The other America: poverty in the United States* (2012). Segundo Rebecca E. Klatch (1999, p. 28), Harrington, além de criticar o esboço original por pegar muito leve na crítica ao comunismo soviético e pesado demais com o movimento sindical, “também questionou o lugar de vanguarda dos estudantes”. De fato, “a Declaração de Port Huron demonstrava a ruptura que os membros da SDS faziam com os seus antepassados. Ao atacar o stalinismo, criticar as organizações sindicais dos trabalhadores e declarar a organização anti-anticomunista, a posição anunciava o seu antagonismo com a Velha Esquerda” (*idem*). Todavia, a crítica de Harrington e de outros esquerdistas da velha guarda teve uma ligeira ressonância no documento final. Embora continuasse a enfatizar a centralidade das universidades como o loco privilegiado da luta pela transformação da ordem política nos Estados Unidos, a declaração concedia que “a universidade não pode completar o movimento das pessoas comuns que exigem uma vida melhor”. O movimento estudantil seria um desencadeador das lutas políticas: “de suas escolas e faculdades de toda nação, a esquerda militante deve despertar os seus aliados e começar o processo rumo às lutas pela paz, pelos direitos civis e do trabalhador, reinserindo a teoria e o idealismo onde frequentemente reinam a confusão e a barganha política”. “A ponte para o poder político, todavia, só será construída por meio da genuína cooperação, local, nacional e internacionalmente, entre a juventude da nova esquerda e a comunidade despertada de seus aliados”. Assim, a “união entre os estudantes e docentes” “deve realizar contatos fraternais e funcionais com os seus aliados nos movimentos dos trabalhadores, dos direitos civis e outras forças liberais fora do campus”. Nesse sentido, a palavra de ordem do manifesto de Port Huron era “democracia participativa”, um lema que acompanharia a Nova Esquerda ainda por um bom tempo (SDS, 1962).

A maior concessão que os estudantes que então representavam a SDS fizeram, no entanto, não foi às críticas da velha guarda da esquerda – estas, de fato, foram mínimas

–, mas sim à própria ideologia liberal que eles buscavam tão determinadamente superar.⁹⁰ Embora a “Declaração de Port Huron” fosse consideravelmente avançada em sua crítica ao liberalismo de Guerra Fria e trouxesse algumas inovações fundamentais para o idioma político da nova esquerda, que marcariam os futuros movimentos de contracultura, como, por exemplo, a defesa da “qualidade de vida” como critério de realização pessoal, ela não chegava a transgredir a crença basilar que o nutria, qual seja, a de que a ordem política e social nos Estados Unidos, apesar de suas profundas e atrozes injustiças, como as chagas da discriminação racial, da desigualdade econômica, da plutocratização da política, além do intervencionismo militar anticomunista, era basicamente democrática, necessitando, dessa forma, apenas ser reformada, mesmo que extensamente, tornando-se, assim, mais “participativa” e menos “elitizada”, mais “comunitária” e menos “burocratizada”, o que, por sua vez, deveria servir de “exemplo” para as “novas nações” saídas da luta anticolonial, que deveriam também ser socorridas de toda “ameaça externa”, através de incentivos que favorecessem seu processo de “industrialização” e “desenvolvimento”, mas não a sua “militarização”.

Em suma, toda uma cartilha que, a despeito de suas conotações críticas, que visavam exorcizar os fantasmas da Guerra Fria, ainda podia ser lida dentro dos limites da tradição política liberal que os estudantes deliberadamente visavam abalar. Para termos uma ideia, em todo o longo documento, não existe uma análise sequer, ainda que sumária, sobre o sistema econômico capitalista ou sobre a sua relação com as democracias liberais modernas (algo que o velho liberalismo dos anos 1930, tendo que lidar com a Depressão, e propor soluções alternativas às esquerdas socialista e comunista que então gozavam de considerável credibilidade, necessariamente precisou abordar). Aliás, a própria palavra “capitalismo” raramente é mencionada no texto. As poucas vezes em que foi evocada, era apenas para aludir descritivamente à disputa, nos termos da Guerra Fria, entre capitalismo e comunismo, à exceção de uma vez em que os membros da SDS desdenham dos “velhos slogans” da esquerda, tornados obsoletos na nova era nuclear, tais como “capitalismo não

⁹⁰ Um fato curioso: se um episódio é capaz de ilustrar bem o limite da crítica ao liberalismo por parte dos estudantes que representavam a SDS, este deve servir. Em seu livro de memórias, Tom Hayden revela que, “imediatamente depois da convenção de Port Huron, Al Harber [eleito presidente da SDS] e eu fomos para Washington levar nossa declaração para a Casa Branca. Nos reunimos lá por uma hora com Arthur Schlesinger, o historiador liberal residente [e então um dos assessores mais prestigiados de John F. Kennedy, na ocasião, um grande apoiador da atuação dos Estados Unidos no Vietnã], e ele concordou em levar nossas considerações para o presidente. Para a ocasião, eu vestia uma gravata” (Hayden, 2003, p. 93). A mesma atitude seria impensável poucos anos mais tarde.

pode ser reformado, frente unidade contra o fascismo, greve geral, todos nas ruas no primeiro de maio” (SDS, 1962). Seria de se esperar que tais slogans soassem arcaicos diante da aterradora novidade existencial imposta pelo perigo iminente de uma guerra atômica total, como os estudantes da SDS argumentavam. Porém, a Declaração de Port Huron não se furtou a traçar um “programa para a nova geração”, “rumo à democracia americana”, que incluía algumas propostas bastante ingênuas, outras triviais, e outras ainda já recorrentes nos círculos mais tradicionais da esquerda liberal ou mesmo das pequenas hostes socialistas estadunidenses. Como veremos, tais posições – ou ilusões – bastante imbuídas de certos aspectos básicos do senso comum liberal da época, a despeito de todo o ímpeto no sentido contrário, seriam rapidamente abandonadas – e castigadas – nos anos seguintes, quando passariam por uma “transição radical” (Klatch, 1999, p. 27).

A seção programática da “Declaração de Port Huron” – *What is needed?* – trazia duas perguntas básicas logo na primeira linha que demonstrariam bem o alcance da crítica ideológica à ordem liberal do pós-guerra feita até aquele momento pelos representantes do SDS. “Como terminar com a Guerra Fria? Como ampliar a democracia na América?”, perguntavam-se os estudantes, já insinuando a própria resposta: a ampliação da democracia nos Estados Unidos dependia do fim da Guerra Fria. “Um anticomunismo irracional se tornou o principal problema daqueles que pretendem construir uma América mais democrática”. O manifesto busca conjugar uma análise da política interna com uma análise da política externa dos Estados Unidos, a fim de demonstrar como esta última tornara-se um obstáculo para a primeira. Toda a linha de argumentação segue a premissa de que, extinguindo-se as pressões exercidas pela Guerra Fria, a democracia nos Estados Unidos finalmente poderia florescer, o que levaria não só à realização de grande parte de suas promessas frustradas de liberdade e igualdade dentro dos Estados Unidos, mas também, pelo seu exemplo, ajudaria a semear as possibilidades futuras de desenvolvimento democrático mundo afora. Como afirmavam os estudantes da SDS, “se o respeito à democracia deve ser internacional, então a relevância da democracia deve emanar das searas americanas”. Mas apesar de todas as propostas da Declaração de Port Huron confluírem para este ponto, elas não se esgotam totalmente nele.

No plano da política doméstica, o programa da SDS indica a necessidade de “abolir o impasse político partidário”, causado pela indistinção ideológica entre os dois principais partidos políticos. Nesse sentido, os estudantes até celebram ironicamente que ao menos o aparecimento de certa direita radical em torno do Senador Barry Goldwater

poderia contribuir para acabar com esse impasse ao tornar o Partido Republicano mais homogêneo ideologicamente, o que, por sua vez, forçaria o Partido Democrata a buscar se purificar de suas fileiras conservadoras, que emperravam qualquer possibilidade de reforma social mais progressista. Além disso, o manifesto apostava na criação de novos “mecanismos de associação voluntária”, uma vez que, “mesmo realinhados, os partidos não oferecerão saídas adequadas para o envolvimento popular”. Para tanto, as “instituições e práticas que sufocam a dissidência devem ser abolidas”, como a famigerada *House of Un-American Activities Committee*. No mais, os estudantes só tinham a oferecer a receita, sem citar o nome do prato, de certa variação requeitada de keynesianismo, com maior participação do governo no planejamento e na regulação da economia, aumento do setor público, alocação de recursos conforme demandas de consumo, com algumas pitadas de “responsabilização pública das corporações”, e, para finalizar, deixando o caldo um pouco mais encorpado, aumento da participação dos trabalhadores nas decisões das empresas, enfim, nada propriamente revolucionário ou que já não fosse realizado em boa medida em alguns países capitalistas da Europa ocidental.

No plano da política externa, o programa de reformas proposto era um pouco mais ousado, embora muito mais pueril. Os signatários do manifesto argumentavam que o “desarmamento deve ser considerado um objetivo nacional”, a ser perseguido pelos Estados Unidos a partir de uma “iniciativa unilateral”, tendo como meta final um “desarmamento universal controlado”, a partir de uma “regulação internacional pelas Nações Unidas”, o que implicaria em uma “gradual diminuição das forças da OTAN” que ajudaria, de quebra, a liberar mais recursos para fomentar a “plena capacidade nacional de produção” de modo a “empregar todos em uma economia expansiva”. Em suma, o que se propõe é a substituição de certo keynesianismo de guerra por um keynesianismo de paz, ou, para usar os termos empregados no documento, de um “*warfare state*” por um “*welfare state*”. Uma política de desarmamento unilateral, alinhada ao desenvolvimento da produção industrial voltada para o atendimento das necessidades sociais, deveria ser acompanhada ainda por uma abrangente política externa de incentivo técnico e financeiro à industrialização das nações mais pobres, sobretudo daquelas recém libertadas do jugo colonial – tudo isso sem uma palavra sobre a superação, não apenas da Guerra Fria, mas da própria condição do capitalismo avançado na sua fase imperialista, para aludirmos a noções da “velha esquerda” que seriam retomadas com força no final da década de 1960

e, sobretudo, nos anos 1970, mas totalmente ausente neste documento (a palavra “imperialismo” é mencionada apenas duas vezes, ambas para se referir ao colonialismo europeu do século dezenove). Assim, para os membros da SDS,

A tarefa de industrializar o mundo, de eliminar a disparidade entre os que possuem e os que não possuem, é uma importante questão que a América deve enfrentar. A revolução colonial sinaliza o fim de uma era para as velhas potências ocidentais e um tempo de novos começos para a maior parte das pessoas do planeta. (...). O principal objetivo dos Estados Unidos deve ser criar um mundo onde a fome, a pobreza, a doença, a ignorância, a violência, e a exploração serão substituídos como aspectos centrais pela abundância, razão, amor, e cooperação internacional. (SDS, 1962)

No intuito de alcançar esse auspicioso futuro, os Estados Unidos não deveriam, segundo a Declaração de Port Huron, “confinar o processo de desenvolvimento aos limites da Guerra Fria”. Os próprios autores do documento, todavia, não percebiam o quanto eles próprios estavam aprisionados a uma compreensão sobre a política de investimento estrangeiro dos Estados Unidos ou de estímulo ao chamado “desenvolvimento” dos países periféricos refém da retórica da Guerra Fria. Não havia ainda uma percepção contundente, como pouco depois veio a se tornar lugar-comum na nova esquerda radical, do quanto a política de Guerra Fria estava sujeita, em grande medida, à política de expansão do acesso aos mercados estrangeiros pelos Estados Unidos ou ainda de como a estratégia geopolítica da Guerra Fria era, de fato, indissociável das pretensões imperialistas estadunidenses embutidas nos planos de “desenvolvimento” no “terceiro mundo”.⁹¹ É neste sentido que os representantes da SDS afirmam que, “com raras variações, a política externa americana nos anos 1950 se orientou pela preocupação com o investimento externo com base em uma postura política anticomunista negativa ligada a uma série de alianças militares”. Assim, os estudantes podiam denunciar os equívocos de uma política externa guiada pelos imperativos da Guerra Fria por sustentar uma “aliança inapropriadamente chamada de ‘mundo livre’” que “incluía ao longo dos anos [ditadores como] Batista, Franco, Verwoerd, Salazar, De Gaulle, Boun Oum, Ngo Diem, Chiang Kai Shek, Trujillo, Somozas, Saud, Ydigoras”, mas levantavam poucas suspeitas a respeito das boas intenções que supostamente motivavam a “tarefa” que os Estados Unidos tomavam para si de incentivar o “desenvolvimento” dos países pobres da periferia capitalista ou das “nações emergentes

⁹¹ Um significativo avanço dessa compreensão se deve aos desdobramentos da recepção da historiografia revisionista liderada por William Appleman Williams, que desafiava a versão liberal predominante sobre a origem da Guerra Fria, associando-a, por exemplo, à “política de portas abertas” que remontava ao final do século dezenove (Cf. Linden, 1996, cap. 6), e ao surgimento da teoria da dependência, inspirada em nomes como André Gunder Frank, que se contrapunham enfaticamente às teorias etapistas do desenvolvimento à la Walter Rostow, propondo uma crítica radical das assimetrias inerentes à economia capitalista mundial (Cf. Gilman, 2003, pp. 235-240).

do terceiro mundo”, justamente a seara em que as habilidades e os serviços dos cientistas sociais que atuavam como guardiões do liberalismo de Guerra Fria seriam mais requisitados.

Para os participantes da conferência nacional da SDS, em Port Huron, Michigan, bastaria apartar o joio da política militar da Guerra Fria do trigo da política de “desenvolvimento” econômico dos Estados Unidos, que esta última estaria merecidamente justificada. Isto sugere o quanto a nascente crítica à ordem liberal da Guerra Fria no começo dos anos 1960 ainda não havia atingido a radicalidade que alcançaria a partir da segunda metade da década, quando os Estados Unidos iniciaram a escalada militar no Vietnã, evento que, segundo o historiador Robert E. Tomes (1998, p. 5), foi o “divisor d’águas que efetivamente desfez o anticomunismo liberal da era pós-Segunda Guerra Mundial” e “alterou radicalmente os termos do discurso da vida intelectual americana”, o que, por seu turno, teve consequências diretas sobre o estatuto das ciências sociais na ordem política liberal.

A emergência de uma posição “liberal dissidente”, inicialmente muito oscilante e minoritária, mas progressivamente radicalizada e mais numerosa, conforme os efeitos negativos da Guerra do Vietnã se tornavam indisfarçáveis, pondo a pique todas as predições otimistas do “consenso liberal” sobre o desfecho do conflito, foi uma das dinâmicas mais marcantes do debate intelectual público ao longo dos anos 1960 nos Estados Unidos, uma transformação tão profunda que posições ideológicas antes julgadas completamente residuais e marginais, restritas a inexpressivos nichos, como a “nova esquerda” radical e a “nova direita” conservadora, foram alçadas num curto espaço de tempo a uma situação de proeminência, causando uma abrupta reconfiguração nos termos do discurso político, cujos reflexos são sentidos até hoje. Essas transformações repercutiram prontamente na forma como as ciências sociais, aliadas íntimas do liberalismo de Guerra Fria até o início dos anos 60, passaram a ser reconhecidas no debate público.

5.2 A marcha da insensatez: da Universidade Estadual do Michigan ao Vietnã

Um exemplo notório dessa mudança dos ventos para as ciências sociais pode ser encontrado no emblemático caso da missão do *Michigan State University Advisory Group* no Sul do Vietnã, um empreendimento que amealhou bastante simpatia em seu começo e

gradualmente foi alvo de críticas cada vez mais duras até se tornar o epicentro de um grande escândalo nacional sobre o papel das universidades e dos cientistas sociais na condução da política externa dos Estados Unidos. De 1955 a 1962, a Universidade Estadual de Michigan desenvolveu um amplo programa de pesquisa multidisciplinar, principalmente na área de ciências sociais, no Sul do Vietnã, a fim de prestar não só consultoria e instrução nos mais diversos campos da administração pública, mas também oferecer o treinamento das forças de segurança do país, então sob comando de Ngo Dinh Diem. Esses programas de “assistência técnica”, segundo o historiador James Carter (2008), faziam parte de um esforço dos Estados Unidos em fomentar uma estratégia global de “construção nacional” não só do Vietnã, mas de inúmeros outros países do chamado “terceiro mundo”, que, após o sucesso da revolução comunista liderada por Mao Tsé-Tung na China (1949) e a subsequente Guerra da Coréia (1950-1953), além do rápido aparecimento de diversos movimentos anticoloniais de caráter socialista, pareciam caminhar perigosamente à beira do precipício comunista sino-soviético. Tratava-se, assim, segundo a retórica da Guerra Fria que balizava o projeto, de erigir novos estados-nação livres, capitalistas e democráticos a partir das ruínas deixadas pelos antigos impérios coloniais europeus, de maneira a evitar que as “nações emergentes” se tornassem presas fáceis de regimes totalitários.

Os programas de “construção nacional” desenvolvidos no Sul do Vietnã não foram os únicos implementados pela Universidade Estadual de Michigan. Outros doze países nas mesmas condições, na sua maioria governados por ditaduras militares, hospedaram equipes de cientistas sociais e outros profissionais enviadas pela universidade, entre os quais países da América do Sul, como o Brasil (Carter, 2008, p. 57). Financiados pelo *International Cooperation Administration* – agência criada em 1955 pelo governo Eisenhower em substituição ao *Foreign Operations Administration*, instituída em 1953, e que seria incorporada, em 1961, já durante o governo Kennedy, a *U.S. Agency for International Development* –, nenhum desses programas de “construção nacional” dos países do “terceiro mundo” coordenados pela Universidade Estadual de Michigan se igualou em magnitude ao colocado em prática no Sul do Vietnã (Carter, 2008; Ernst, 1998). Nos sete anos de sua existência, este programa, sozinho, consumiu mais de 25 milhões de dólares (em valores da época) de “assistência técnica” à região (Oren, 2003, p. 132). É uma pequena soma, é verdade, se compararmos aos cerca de 250 milhões de dólares investidos anualmente pelos Estados Unidos no Vietnã entre os anos de 1956 e 1960 (fora assistência

militar direta) – quantia inferior apenas à investida na Coreia do Sul – dos quais cerca de 80% foram aplicados no orçamento militar, o que incluía, além de equipamentos e treinamento, uma infraestrutura de defesa em comunicação e transporte, este último responsável por consumir em torno de 45% do total dos recursos (Carter, 2008, pp. 75-77; Ernst, 1993, p. 57). Contudo, se considerarmos que tais recursos se destinavam exclusivamente a programas de pesquisa, consultoria e treinamento realizados por cientistas sociais das mais diversas cepas, antropólogos, cientistas políticos, economistas e sociólogos, aquela soma era realmente assombrosa.

Duas razões básicas explicam a amplitude desses esforços de “construção nacional” do Sul do Vietnã. Em primeiro lugar, o receio, ou quase pânico, dos Estados Unidos em testemunhar a unificação do Vietnã sob a liderança de Ho Chi Minh, o que, na compreensão de seus estrategistas políticos e militares, além disso poder levar a um efeito em cascata em toda a península da Indochina, iria privar o Japão, agora aliado estadunidense, de acesso ao mercado de exportação de seus produtos industriais e de importação de matérias primas, o que prejudicaria os planos dos Estados Unidos de transformar aquele país na ponta de lança de sua hegemonia no Sudeste Asiático (Carter, 2008, p. 50). Os acordos sancionados na Conferência de Genebra de 1954, que sacramentou o fim do domínio colonial francês na região, estabeleciam que o Vietnã ficaria segmentado em dois, a República Democrática do Vietnã, ao Norte, sob comando de Ho Chi Minh, líder do Viet Minh, principal movimento de independência, e o Estado do Vietnã, ao Sul, sob controle recente de Ngo Dinh Diem, alçado ao posto de primeiro-ministro poucos meses antes por pressão dos Estados Unidos, que então organizavam a retirada das tropas francesas após sua derrota e se preparavam para ocupar o seu lugar. Essa divisão, no entanto, deveria perdurar apenas até as eleições nacionais previstas para o ano de 1956. A comitiva estadunidense, chefiada pelo Secretário de Defesa, John Foster Dulles, se recusou a assinar o acordo, por já saber que a vitória do Viet Minh era dada como certa (devido ao imenso apoio popular, sobretudo entre os camponeses, ao “Tio Ho”, como era conhecido Ho Chi Minh), decisão que, coincidentemente, foi seguida pelo Estado do Vietnã, os dois únicos participantes da cúpula a não ratificarem o acordo. De fato, os Estados Unidos já possuíam outro plano na manga, pois, alguns meses mais tarde, já firmavam um acordo alternativo, sem a participação dos países da península indochinesa, o Pacto de Manila, que, driblando as restrições

de Genebra, autorizavam os Estados Unidos a garantirem a “defesa, a proteção, e, o mais importante, o desenvolvimento” do Estado do Vietnã (*ibid.*, p. 52).⁹²

A segunda razão que justificou o imenso aporte de recursos humanos e financeiros na “construção nacional” do Sul do Vietnã decorre da própria situação caótica em que se encontrava, política, econômica e socialmente a região, após mais de uma década de violentas guerras de independência, primeiro na sua fase de resistência antifascista (1939-1945), na qual as forças nacionalistas aglutinadas pelo Viet Minh enfrentaram franceses e japoneses, aliadas da República de Vichy, mas que tomaram as rédeas da administração colonial durante a Segunda Guerra Mundial, o que culminou com a “Revolução Nacional Democrático Popular”, e depois, novamente, contra os franceses, apoiadas por britânicos e progressivamente por estadunidenses, na fase de luta anticolonial (1946-1954), após De Gaulle se recusar a aceitar a independência e buscar obstinadamente recuperar o império colonial francês (Visentini, 2008). Segundo Carter (2008, p. 56), “além das dificuldades políticas, a infraestrutura física e a economia do Sul do Vietnã permaneciam subdesenvolvidas, danificadas e abandonadas depois de anos de guerra (...). A maioria dos recursos naturais ficavam ao norte [do paralelo 17 que separava o Vietnã], assim como a maioria das indústrias nacionais”. Por tudo isso, aos olhos dos Estados Unidos, “Saigon [a capital do Sul] se tornou um laboratório para iniciativas de desenvolvimento” (*idem*).

O *Michigan State University Advisory Group* mobilizou um número expressivo de cientistas sociais das mais diversas áreas, em particular cientistas políticos com conhecimentos do campo da administração pública, que se engajaram em abrangentes projetos, como a criação de um Instituto Nacional de Administração, com o propósito de prover a nova burocracia estatal com servidores públicos que fizesse o Vietnã “manter o passo das tendências globais de modernização” (Carter, 2008, p. 71). Este programa se destinava a treinar os profissionais em áreas como administração comparada, administração fiscal e orçamentária, ciência política, administração de empresas, entre outros temas, e, em todas as suas modalidades, ofereceu formação para dezenas de milhares de vietnamitas (*ibid.*, p. 73). Além disso, foi instaurado um programa de envio dos “estudantes excepcionais”

⁹² De acordo com Barbara W. Tuchman (2012, p. 351), “Os Estados Unidos não tinham intenção de se ausentarem da Indochina ou de aquiescer ao que fora acordado em Genebra. A tarefa imediata de Dulles, tal qual ele a concebia, tinha face dupla: criar uma organização do tratado do Sudeste Asiático, tipo Otan e não colonial, com autoridade delegada no tocante à defesa coletiva – ou sua imagem – contra o avanço do comunismo na área; e, segundo, assegurar o funcionamento de um Estado nacional válido no Vietnã do Sul capaz de manter a fronteira com o Norte e, finalmente, recapturar o país. O secretário de Estado já estava envolvido nos dois esforços antes da Declaração de Genebra”.

para continuarem a sua formação no exterior. Entre 1955 e 1961, estima-se que cerca de 1700 estudantes tenham sido patrocinados por tal programa, dos quais aproximadamente 1000 se dirigiram para universidades estadunidenses (*ibid.*, pp. 71-72). O *Michigan State University Advisory Group* se incumbiu de inúmeras outras atividades, como a realocação de refugiados oriundos do Vietnã do Norte (compostos em sua maior parte de militares e católicos, que, voluntariamente, nos termos da Conferência de Genebra, rumaram para o Sul do Vietnã, onde se tornariam uma das poucas bases de apoio ao governo de Diem), o planejamento de uma reforma agrária (que, na prática, retirou a propriedade latifundiária de oponentes do regime e repassou para os seus apoiadores, e não beneficiou a população camponesa) e a remodelação do sistema de *préfectures* herdado da administração colonial francesa (que visava a remover do comando regional e local potenciais dissidências ou ao menos pulverizar o seu poder), além da condução de numerosas pesquisas sobre a moral dos militares e dos camponeses (a fim de traçar estratégias de propaganda para motivar as tropas e convencer os aldeões a apoiarem o regime modernizador de Diem), sem falar na participação de cientistas políticos na elaboração da nova constituição do Sul do Vietnã (Carter, 2008, cap. 2; Ernst, 1993, 1998; Oren, 2003, cap. 4, esp. pp. 131-134).⁹³

O *Michigan State University Advisory Group* também possuiu protagonismo na criação da Academia de Polícia de Saigon, responsável pelo treinamento, apenas no seu primeiro ano de funcionamento, em 1955, de mais de seiscentos oficiais e mais de onze mil policiais da Guarda Civil em áreas como manejo de tráfego, controle de manifestações de rua, manutenção e uso de equipamentos, investigação criminal, além de ações de contraespionagem, contando, para tanto, com o auxílio de agentes da CIA (Carter, 2008, pp. 66-67). Todos esses projetos dependiam, para sua execução, da realização de amplas pesquisas com os métodos e técnicas de coleta de informações e análises mais avançados das modernas ciências sociais behavioristas, que identificavam as falhas, as carências e as necessidades do novo estado-nação em construção. De acordo com Carter (2008, p. 67), “os assessores do MSU [*Michigan State University*] prosseguiram até quase reconstruírem toda a estrutura policial, atualizando equipamentos, importando métodos modernos de impressão digital e providenciando meios para construção de instalações como gara-

⁹³ Mais informações podem ser obtidas por meio de mapas interativos, uma apurada seleção de documentos, inclusive o “Relatório Final” do projeto, com uma descrição minuciosa e abrangente de todos os projetos desenvolvidos ao longo de sete anos, além de uma linha do tempo ilustrada, disponível no site do “*Vietnam Project*” da Universidade Estadual do Michigan, em: <<http://vietnamproject.archives.msu.edu/>>.

gens para veículos, barracas, centros de interrogatório, laboratórios criminalísticos, e treinamento em várias táticas policiais e armamento”. O *Michigan State University Advisory Group* foi responsável até pela criação de uma versão vietnamita do FBI estadunidense, posteriormente utilizado por Diem para aplacar seus oponentes políticos, que eram muitos, e iam muito além dos comunistas – apenas em 1956, com a instalação em Saigon do *Vietnamise Bureau of Investigation* (VBI), Diem encarcerou mais de vinte mil pessoas por suposta conspiração contra o seu governo. Os professores-assessores da Universidade Estadual de Michigan também chegaram a implementar um programa nacional de identificação civil, elaborado sob medida para capturar comunistas infiltrados, o que, ao cabo, redundou em um verdadeiro fiasco (*idem*).

A eficácia desses inúmeros projetos é bastante duvidosa. Segundo Carter (2008), uma das principais razões que levaram os Estados Unidos a escalam a guerra no Vietnã foi justamente a incapacidade que tiveram em estruturar um estado-nação minimamente estável e viável na região. Nenhum dos graves problemas que afligiam a turbulenta região foi satisfatoriamente sanado. A burocracia estatal continuou amorfa, as forças policiais seguiam fragmentadas obedecendo a diferentes facções internas, saúde e educação eram privilégio, saneamento básico inexistia fora da capital, a produtividade agrícola ficou praticamente estagnada, e a produção industrial permaneceu pífia e desordenada, o consumo de bens e serviços, dos mais básicos aos mais conspícuos, dependia quase que integralmente de financiamento externo, e a corrupção era generalizada a começar pelo próprio gabinete de Diem e de seu círculo íntimo de poder, quase inteiramente ocupado por familiares.⁹⁴ Se o colossal montante de recursos injetados pelos Estados Unidos no Sul do Vietnã produziu mudanças significativas na paisagem da região, sobretudo na capital, onde uma classe média podia ostentar, nas estradas mais bem asfaltadas, os melhores carros importados, tudo isso foi alimentado de forma completamente artificial e insustentável.

⁹⁴ Dos seis membros do seu gabinete de governo, três eram membros da família de Ngo Dinh Diem. O irmão Ngo Dinh Nhu era o principal conselheiro político de Ngo Dinh Diem, além de chefiar cerca de setenta mil membros de uma organização paramilitar chamada Can Lao, e a sua esposa, conhecida como Madame Nhu, era líder de uma importante brigada de mulheres, outro irmão, Ngo Dinh Thuc, além de Arcebispo, também era conselheiro de Diem; outro irmão ainda, Ngo Dinh Can, embora não tivesse posto oficial, comandava a região central do Vietnã como um feudo particular; o irmão mais novo, Ngo Dinh Luyen, era embaixador na Grã-Bretanha, Alemanha e Bélgica; o pai, Tran Van Chuong, era embaixador dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina e do Brasil, e sua mãe era representante do Vietnã na ONU, além de outro irmão que ocupava a posição de bispo da região de Vinh Long (Carter, 2008, p. 59; Jaffe e Taylor, 1961, p. 17).

Mas se a ação dos inúmeros cientistas sociais arregimentados pelo *Michigan State University Advisory Group* não surtiu os efeitos almejados com o “desenvolvimento” do Vietnã, o mesmo não se pode dizer sobre o impacto, nada desprezível, que a sua atuação teve sobre o desenvolvimento das ciências sociais dos Estados Unidos. Um impacto cujo efeito foi multiplicado pelo fato de que, além deste programa não ter sido o único executado pela Universidade Estadual de Michigan, esta universidade esteve longe de ser a única instituição acadêmica a participar de empreendimentos semelhantes no período. “Princeton, Harvard, Columbia, Universidade Americana, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts, e numerosos outros campi participaram do projeto de fortalecer vastas partes do planeta através do desenvolvimento político e econômico”. Como resultado, “estudantes entusiasmados participaram da explosão dos ‘estudos de área’, a fim de aprender a economias, as culturas, as políticas, as línguas e as religiões do mundo como um modo de se tornarem ‘especialistas’. O relacionamento entre os programas de estudos de área e o desenvolvimento de projetos do FBI e da CIA era aprofundado e o financiamento abundante” (Carter, 2008, p. 57).

Outro ganho que as ciências sociais desfrutaram desse intercâmbio diplomático, por assim dizer, ocorreu na subárea de administração pública comparada – posteriormente deslocada para a subárea mais abrangente de política comparada, tal como esboçada pelas contribuições de Gabriel Almond e Cia (ou CIA).⁹⁵ Segundo Ido Oren, se o encontro desses cientistas sociais pode não ter deixado uma marca muito duradoura no Vietnã – além da própria guerra, é claro, para a qual o seu auxílio à política externa dos Estados Unidos certamente contribuiu –, ao menos deixou uma marca na sua própria produção acadêmica. No final dos anos 1950 e no início dos anos 1960, os estudos comparados de administração pública, municiados pelas pesquisas de campo desenvolvidas no Vietnã e em outros países, nos mesmos moldes de colaboração entre as universidades e o governo, passaram por um verdadeiro “boom”, que, ao que tudo indica, “foi menos produto de uma dinâmica teórica interna da área do que do aumento da demanda do governo dos Estados Unidos por conhecimento útil para se contrapor ao comunismo no Terceiro Mundo” (Oren, 2003, p. 133).

Esse íntimo envolvimento entre cientistas sociais e o aparato de segurança estatal mediado pelas universidades também trouxe importantes vantagens para as suas próprias

⁹⁵ Uma análise bastante minuciosa sobre a “dupla carreira de Gabriel Almond” é encontrada em: Oren, 2003, pp. 134-146.

carreiras. O salário dos cientistas sociais empregados no *Michigan State University Advisory Group* no Vietnã era o dobro do que recebiam ministrando as suas aulas e orientando os seus estudantes nos Estados Unidos. Além disso, eles gozaram de uma série de regalias enquanto se mantiveram em Saigon, como hospedagem de primeira subsidiada. Mais significativo, porém, foi a recompensa conquistada por seu comprometimento com o projeto em seu regresso à vida nos campi universitários estadunidenses. Segundo Oren (2003, p. 132), “as suas carreiras acadêmicas floresceram. A despeito da natureza prática de suas atribuições, a maioria dos docentes da Universidade Estadual do Michigan que foram para Saigon receberam promoções durante a sua viagem de missão ou imediatamente após seu regresso. [Wesley] Fishel [cientista político, coordenador do grupo e conselheiro pessoal de Ngo Dinh Diem, do qual trataremos mais adiante] foi promovido a professor integral em 1957, apesar do seu escasso registro de publicações”. Essas recompensas acadêmicas mais do que se justificavam num contexto em que, no entendimento de John Hannah – reitor da Universidade Estadual de Michigan, que estabelecia contato direto com o chefe do Departamento de Defesa, John Foster Dulles, para acertar os detalhes da operação –, as universidades deveriam ser “‘reservatórios de poder humano’ [*manpower reservoirs*] a fim de promover os interesses dos Estados Unidos mundo afora” (*ibid.*, p. 132). Hannah, aliás, era especialmente atento aos recursos financeiros que esses projetos poderiam render para a sua universidade. Teria sido assim que, nas palavras do seu sucessor, Walter Adams, ele havia “transformado [a universidade] de uma insípida faculdade agrária em uma megauniversidade” (Carter, 2008, pp. 57-58).

O programa realizado pelo *Michigan State University Advisory Group*, embora estreitamente relacionado ao aparato de segurança dos Estados Unidos, não era segredo para ninguém durante os anos em que operou, de 1955 a 1962, período que praticamente coincidiu com o próprio governo do Ngo Dinh Diem, de 1954 a 1963.⁹⁶ Em maio de 1957,

⁹⁶ Em julho de 1954, Ngo Dinh Diem foi indicado formalmente ao posto de primeiro-ministro pelo “Imperador do Vietnã”, Bao Dai, notório colaborador do colonialismo francês, por determinação dos Estados Unidos. No ano seguinte, em outubro de 1955, um referendo fraudulento o elegeu presidente com mais de 98% dos votos, desalojando definitivamente do poder Bao Dai, que partiu para o exílio na França. O golpe militar que destituiu Diem do poder e o assassinou, em novembro de 1963, embora tenha sido arquitetado por setores militares nativos insatisfeitos com a excessiva concentração de poder nas mãos de Diem e seus familiares, obsessivamente usado para perseguir qualquer potencial dissidência, foi não só consentido, mas instigado pelos Estados Unidos, que praticamente selou seu destino quando enviou um telegrama diplomático afirmando que não se oporia a supressão de Diem caso este não afastasse seu irmão Ngo Dinh Nhu do seu círculo íntimo poder. Dias antes, os Estados Unidos haviam exigido que Diem enviasse um contingente maior de sua Guarda Nacional para o campo, a fim de apertar o cerco contra os comunistas, o que deixou o palácio do governo desguarnecido, a contragosto de Diem que, isolado, mantinha a sua guarda reforçada para a eventualidade de um golpe (Visentini, 2008).

durante um tour diplomático de Diem pelos Estados Unidos, onde foi recepcionado como “herói salvador do Vietnã e fulgurante esperança do sudeste asiático”, os estreitos laços entre a Universidade Estadual de Michigan e o governo de Diem foram ampla e favoravelmente noticiados pela imprensa (Ernst, 1993, p. 56). Em sua visita a Washington D.C., onde Eisenhower o recebeu como “patriota da mais alta ordem”, entregando-lhe a chave da capital, antes de sair em cortejo pela cidade ao seu lado a bordo de uma limusine aberta, Diem foi convidado de honra para um jantar na Casa Branca e discursou em uma sessão do Congresso, ocasião em que agradeceu efusivamente a assistência técnica e financeira dos Estados Unidos por prover uma “sólida base para a independência política democrática” do Vietnã (*ibid.*, p. 57). Em seguida, após passar alguns dias na capital para encontros oficiais com Eisenhower, seu vice, Richard Nixon e o chefe do Departamento de Defesa, Dulles, Diem rumou para Nova Iorque, onde desfrutou de um almoço com os Rockefeller, participou de uma parada na Broadway, e foi agraciado com um jantar de agradecimento, conduzido por Henry R. Luce, fundador e editor chefe da famosa revista *Time*, organizado pelo *International Rescue Committee* e o *American Friends of Vietnam*, um lobby a seu favor que contava com a ativa participação de figuras renomadas como os senadores John F. Kennedy e Michael Mansfield, o juiz da Suprema Corte William O. Douglas, o Coronel da Força Aérea Edward Lansdale (que durante anos auxiliou a contraguerrilha francesa no Vietnã), Wolf Ladejinsky (especialista em agricultura que organizara a reforma agrária do Japão durante a ocupação estadunidense e trabalhava com a Universidade de Michigan para estruturar a reforma agrária no Vietnã), o Cardeal de Nova Iorque Francis Spellman (importante lobista católico em prol de Diem), além do cientista político, coordenador do *Michigan State University Advisory Group*, Wesley Fishel. Finalmente, após uma breve visita às instalações da Ford Motor Company em Detroit, ciceroneado por Henry Ford II, Diem foi recebido com pompa na Universidade do Michigan – o governador do estado, G. Mennen Williams, para homenagear o ilustre visitante, instituiu o “Dia de Ngo Diem”. Na universidade, que pela primeira vez recebia um chefe de Estado, Diem, vestido de beca, ao ser presenteado com um diploma honorário, foi ovacionado por mais de quatro mil estudantes que atenderam à convocação do reitor John Hannah. No seu discurso, ele lembrou de sua antiga relação com a universidade e agradeceu aos serviços prestados pela instituição para o desenvolvimento do seu país (Ernst, 1993, pp. 53-60).

Durante os seus anos de exílio nos Estados Unidos, entre 1951 e 1953, Diem foi empregado pela Universidade do Michigan a pedido do cientista político Wesley Fishel. Os dois haviam se conhecido por acaso poucos anos antes no Japão, onde Diem resolvera se exilar após deixar o Vietnã, e Fishel fora trabalhar na formação de servidores públicos do país por um convênio com a Universidade da Califórnia, Los Angeles, após se doutorar em relações internacionais na Universidade de Chicago em 1948. A amizade dos dois se consolidou em torno do tenaz anticomunismo de ambos. Fishel, ao regressar finalmente aos Estados Unidos, já como professor assistente no Departamento de Ciência Política da Universidade de Michigan, conseguiu, pouco depois, uma indicação para que seu amigo Diem viajasse, com todas as despesas pagas pela universidade, para se tornar consultor para assuntos do sudeste asiático no *Governmental Research Bureau* da instituição. Ali, Diem não apenas teve ocasião de escrever um plano de reformas para o Vietnã, que viria a servir de esboço para o projeto do *Michigan State University Advisory Group*, como ele se aproveitou muito habilmente da oportunidade, criada pelos canais de comunicação da universidade com autoridades do estado, para construir a sua reputação como um ardente anticomunista e fiel aliado dos Estados Unidos no esforço de modernização capitalista do Vietnã, o que lhe valeu de recompensa o apoio das autoridades estadunidenses para a sua nomeação ao posto de primeiro-ministro do Estado do Vietnã (Carter, 2008, cap. 3; Ernst, 1993, 1998; Oren, 2003, p. 131).

A lua de mel de Diem com a opinião pública dos Estados Unidos, entretanto, iria gradativamente azedar nos anos seguintes a sua turnê. À medida que os conflitos internos não se dissipavam, a economia do Vietnã não deslanchava, e o apoio popular ao Vietminh não retrocedia, as arbitrariedades e truculência de Diem ficavam cada vez mais evidentes, colocando à prova a sua competência, bem como toda a estratégia política, econômica e militar movida pelos Estados Unidos para lhe dar suporte. Assim que não demorou muito para que rumores sobre a “ditadura” de Diem começassem a aparecer na imprensa. Isso forçou o seu amigo e conselheiro político íntimo, Fishel, a sair em seu socorro. Além da amizade, estava em jogo o programa da Universidade de Michigan que ele coordenava e anos de caríssimo investimento do governo dos Estados Unidos no fortalecimento do Sul do Vietnã como o bastião democrático contra os bárbaros comunistas do Norte. Portanto, era fundamental que a imagem pública de Diem não fosse tingida pela pecha de “ditador”.

Em artigo publicado na conhecida revista liberal, *The New Leader*, em dois de novembro de 1959, Fishel reconhecia que havia indícios suficientes de que o governo de

Diem não era o que se podia esperar de uma democracia liberal nos moldes ocidentais. As liberdades civis estavam ainda longe de serem garantidas e o Estado era demasiadamente repressivo. Contudo, ele pedia aos seus leitores para que fizessem um esforço intelectual para entender a situação política do Vietnã em seus próprios termos, e não nos termos convencionalmente aplicados no mundo desenvolvido ocidental. Afinal, “a família das nações não é mais o pequeno e confortável clube das potências europeias, mais ou menos cristãs no seu caráter (com o Japão representando uma filiação alternativa). Não, agora ela inclui todos os tipos de pagãos – muitos são marrons, outros ainda pretos, e a maioria não é cristã!” (Fischel, 1959, p. 10). Diem seria um “ditador” ou um “democrata”? Para Fischel, tais categorias, que distinguem tão claramente “deuses” de “demônios”, seriam demasiadamente rígidas para se julgar a complexa realidade política do Vietnã. Seriam necessárias categorias mais flexíveis, infelizmente ainda não inventadas por nenhum teórico político. “Se as coisas parecem confusas é porque estamos verdadeiramente presos ao nosso vernáculo político” (*idem*). Diem, conforme se deduz da visão de Fischel, seria um híbrido entre deus e demônio, democrata e ditador, um governante que “tem toda a autoridade e o poder que alguém necessita para comanda uma ditadura”, mas que, no entanto, “não dirige uma!”. Embora tivesse “plenos poderes civis e militares” – o “preço por aceitar a tarefa de tentar o impossível: proteger o país em face da torrente devastadora de vitórias militares comunistas” –, Diem teria optado pelo “caminho do governo limitado” (*ibid.*, pp. 10, 11). A virtude desse amálgama supostamente intraduzível na linguagem política ocidental seria atestada pela pertinácia do líder vietnamita. No seu primeiro ano de governo, os analistas acreditavam quase em uníssono que Diem não resistiria à tamanha provação. “E, contudo, Ngo está hoje entre nós, e agora seu regime é certamente um dos mais estáveis e honestos da periferia da Ásia” (*ibid.*, p. 12). O público estadunidense deveria abrir mão das suas noções idealizadas da política, de sua “semântica procustiana”, baseada em uma “presunção de superioridade” “bastante antidemocrática”, para entender, sem preconceitos, de forma realista, a dureza que era governar um país como o Vietnã, onde, “como em outros novos estados asiáticos que estouraram como pipoca nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, a independência não pode ser conquistada, e mantida, nas condições prevaletentes, sem uma forte liderança” (*ibid.*, pp. 13, 12). “Se os direitos humanos individuais são com frequência esquecidos ou sacrificados nesse período de infância nacional, isto não deveria ser surpresa” (*ibid.*, p. 12). Eram necessárias, conforme palavras de Diem citadas com aprovação por Fischel, “estruturas

democráticas adaptadas às condições e possibilidades do momento” (*ibid.*, p. 13). Somente encarando a dura realidade política experimentada por Diem que “talvez possamos aprender que este homem está tentando forjar uma síntese aceitável do Oriente e do Ocidente no Vietnã” (*idem*). E, apesar dos lamentos de Fishel de que não havia vocabulário capaz de condensar semanticamente esta novíssima síntese, ele mesmo cunhou uma expressão para o título: “*Vietnam’s democratic one-man rule*”.⁹⁷

Panegíricos como este lavrado por Fishel não se sustentariam por muito tempo. O próprio Fishel, embora fosse um convicto defensor da intervenção dos Estados Unidos no Vietnã, astutamente ou não, tratou de reavaliar sua posição em relação ao governo do antigo amigo depois de sua morte. Em 1964, o esdrúxulo conceito de “democracia de um homem só” foi substituído por outro, mais inteligível aos falantes da linguagem política ocidental, “*peasant-based revolutionary fascism*” (Fischel, 1964, p. 16). Certamente não era um conceito acurado – Diem jamais teve o apoio do campesinato e, por isso mesmo, foi tudo menos um revolucionário –, mas oferecia ao público um apanhado de chavões da demonologia ocidental, que Fishel, rezando convenientemente na cartilha do relativismo cultural, quisera antes exorcizar. Associar Diem a uma revolução camponesa evocava os fantasmas do atraso e da barbárie que assombravam o imaginário político estadunidense desde pelo menos a Revolução Russa, afastando-o da imagem de visionário modernizador capitalista, polida com tanto esmero por anos, quer dizer, de alguém capaz de introduzir um pouco de civilidade ocidental nos confins do Oriente. E, na impossibilidade de chamá-lo de comunista, o que seria completo despautério, sempre cabia o recurso ao xingamento político universal da era moderna – “fascista” – inegavelmente mais apropriado, mas, em todo caso, incompleto.⁹⁸

A transformação da opinião pública nos Estados Unidos sobre o governo Diem se deve, em grande parte, à mudança na avaliação de antigos defensores e apoiadores de seu regime. Em 1961, dois artigos demolidores, redigidos por ex-integrantes do *Michigan State University Advisory Group* no Vietnã, foram publicados na revista liberal *The New Republic* contra o benfeitor de outrora. Em junho, Adrian Jaffe, que havia sido professor de “Literatura e Civilização Americana” na Universidade de Saigon entre 1957 e 1958, e Milton C. Taylor, que fora “Conselheiro Fiscal” do governo Diem entre 1959 e 1960, os

⁹⁷ Na legenda que acompanha uma fotografia que estampa o rosto de Diem em quase meia página da revista, se lê: “Ngo Dinh Diem: Governo da Lei e da Virtude” (Fishel, 1959, p. 12).

⁹⁸ Uma sugestão alternativa mais condizente com a realidade poderia ser *U.S.A.-backed imperialist fascism*.

dois catedráticos da Universidade Estadual de Michigan, não mediram palavras para denunciar o insucesso da estratégia até então adotada pelos Estados Unidos para transformar o Vietnã num “bastião democrático, estável e viável do Mundo Livre”, com “crescimento econômico e conseqüente melhoria dos padrões de vida dos vietnamitas”.

Para os autores era “preciso dizer que o Vietnã não era nem estável, nem viável, nem democrático, e nem um bastião” (Jaffe e Taylor, 1961, p. 17). O governo de Diem não seria viável nem estável porque a única coisa que o mantinha de pé era a repressão; não seria democrático porque não respeitava qualquer preceito mínimo de estado de direito, encarcerando em massa os seus opositores em campos de concentração por tempo indeterminado, apelando para eleições flagrantemente fraudulentas, e mantendo um regime de “domínio familiar”; também não podia ser considerado um bastião contra os comunistas porque estes, com exceção da capital permanentemente sitiada, dominavam todo o país, apesar de contarem com recursos humanos e materiais infinitamente menores. A economia do país também estaria em frangalhos: três quartos de toda a importação, quase integralmente subsidiada, era de bens de consumo e não de capital, e outros três quartos dos recursos financeiros disponíveis ao governo eram aplicados nas forças armadas. Resultado: uma casta de “*nouveau riche* de importadores, contratantes, empregados do governo e comerciantes” esbanjavam “artigos de luxo”, enquanto o restante da população, em sua imensa maioria camponeses pobres, “carecia de alimentos, remédios, abrigos e utensílios básicos”. O retrato apresentado por Jaffe e Taylor era devastador não só para o governo de Diem, mas também para o governo dos Estados Unidos que o escorava. “Mesmo nas escassas áreas em que algum desenvolvimento econômico foi alcançado, os Estados Unidos são culpados por mal julgamento e renúncia às suas responsabilidades (...). Em vez de promover um programa inteligente de desenvolvimento, nossa abordagem básica no Vietnã tem sido patrocinar uma miríade de projetos fragmentados em diversas áreas na esperança de que eles acresçam algo no final” (*ibid.*, pp. 18-19). Assim, “em vez de termos criado um exemplo de não-comunismo em funcionamento, nós ilustramos o quanto a democracia pode ser inepta” (*ibid.*, p. 19).

Outro artigo, escrito por um ex-membro do *Michigan State University Advisory Group*, publicado em dezembro daquele ano na mesma revista, seria ainda mais incisivo. Frank C. Child, então professor de economia da Universidade de Stanford, após ter sido empregado por dois anos pela Universidade Estadual de Michigan como consultor de uma série de projetos no Vietnã, endossava a avaliação de seus colegas Jaffe e Taylor, e ainda

vaticinava: “Diem só pode adiar a derrota – ele não pode vencer (...). Nenhuma porção de ajuda dos Estados Unidos pode alongar a expectativa do regime de Diem por mais de 18 meses. Precisamos urgentemente de uma alternativa” (Child, 1961, p. 14). De acordo com Child, o Vietnã era um “estado policial – perseguições da polícia secreta, encarceramento arbitrário e brutalidade policial, prisões políticas, favoritismo econômico, constituição e controle das organizações sociais pelo governo, autoridade e poder baseados na lealdade pessoal” (*ibid.*, pp. 14-15). Mas não era isso o que mais o perturbava. “Do ponto de vista da política formulada pelos Estados Unidos, o defeito do regime de Diem não é que ele não seja democrático; é que ele é um fracasso. Ele não possui quaisquer das duas graças salvadoras de uma ditadura ‘aceitável’: não era nem benevolente, e nem eficiente” (*ibid.*, p. 15). Apesar de seu imenso aparato policiaisco e militar, Diem seria incapaz de aplacar um punhado de comunistas que rondavam o campo. Apesar de dispor de um quadro bem treinado de servidores administrativos, ele tocava o governo não com base no mérito e na competência técnica e administrativa, mas com base na subordinação pessoal. Apesar das vultosas somas transferidas pelos Estados Unidos para desenvolver o Vietnã, ele preferia nutrir uma opulenta camarilha de sicários e parasitas, em vez de estimular o crescimento econômico e, assim, melhorar as condições de vida da população. Dessa forma, Child se inquiria: “vale a pena salvar Diem?”.

Não estava em questão para Child, assim como para Jaffe e Taylor, o direito de os Estados Unidos intervirem no Vietnã e nem mesmo das universidades estadunidenses prestarem o tipo de “assistência técnica” que prestavam a um ditador aliado à luta contra o comunismo. Para Child, que previa a derrocada de Diem e a vitória de Ho Chi Minh em questão de meses caso os Estados Unidos não alterassem o curso de sua política, não era o caso de abandonar a política intervencionista, mas, ao contrário, era hora de apostar em uma intervenção ainda maior. Seria preciso “reordenar as prioridades de nossas propostas” – uma “reforma – política, econômica e administrativa – é um pré-requisito crucial para o uso efetivo da ajuda e dos serviços dos técnicos”. Ele se queixava, assim, dos pruridos de alguns representantes dos Estados Unidos em Saigon e presumivelmente em Washington por não desejarem “atar ‘cordas’ a nossa assistência, sob a justificativa de que não podemos interferir nos assuntos internos de um país aliado. Esse é um argumento imbecil. É claro que já interferimos largamente nos assuntos vietnamitas”. A questão não seria intervir ou não, mas sim de que modo intervir. Child é enfático: “Nem mais um dólar, nem um único equipamento, nem um único técnico deve ser enviado ao Vietnã a

menos que enxerguemos evidências claras e concretas de ‘bom comportamento’ do governo de Diem. Uma linha ‘dura’ dos Estados Unidos certamente será bem recebida pelos vietnamitas responsáveis, dentro e fora do governo” (Child, 1961, p. 16). Para não deixar dúvidas de que falava sério, Child, no final de seu artigo, faz uma breve análise de uma recente tentativa de golpe fracassado contra Diem, por seus líderes terem hesitado em “ir para rachar”, e tece alguns conselhos a serem levados em consideração na próxima tentativa. Afinal, “existem homens capazes e inteligentes no Vietnã que podem oferecer uma liderança efetiva e até mesmo capturar a imaginação da população. Um golpe militar pode ser o único meio através do qual esta liderança pode vir à tona” (*ibid.*, p. 16).

Jaffe e Taylor não chegaram ao ponto de exigir e instruir um golpe militar para destituir Diem, embora afirmassem categoricamente que “não há motivo para que Diem não possa continuar presidente, desde que ele reforme o seu regime e amplie o seu apoio político” (Jaffe e Taylor, 1961, p. 20). Mas eles tampouco discutem o direito, ou melhor, o dever dos Estados Unidos de intervir no Vietnã e muito menos rechaçam a necessidade de “assistência técnica” ao governo aliado. A sua grande crítica era de que tal intervenção, executada com o auxílio de gabaritados intelectuais das mais prestigiadas universidades dos Estados Unidos, não estava sendo realizada da forma correta. Eles desancam os seus antigos colegas da Universidade Estadual de Michigan não porque estes permaneciam no Vietnã prestando esse tipo de serviço, mas porque não o prestavam apropriadamente. O terrível desastre do governo de Diem não podia ser atribuído à falta de informação. Diem vivia cercado não só de militares. “Enviamos para o Vietnã, em grande número, homens de distinção nos mundos acadêmico e governamental, professores e especialistas oriundos de agências do governo e de uma das maiores *land-grant universities*”.⁹⁹ Segundo o relato de Jaffe e Taylor, “passaram-se poucos dias, desde 1955, sem que Diem não compartilhasse suas refeições com pelo menos um PhD americano, três ou quatro num bom dia”. O problema era que, “quase sem exceção, estes assessores, especialistas e professores não nos disseram toda verdade”. Sua crítica a esses intelectuais é mordaz. Eles teriam faltado com a verdade pelos motivos os mais mesquinhos: para não “matar a galinha dos ovos de ouro do ICA [*International Cooperation Administration*] e assim garantir outra viagem

⁹⁹ O termo é intraduzível. Refere-se às universidades que se beneficiaram dos *Morrill Acts*, editados entre 1862 e 1890, subsequentemente ampliados e aprimorados e válidos até hoje. Essa legislação concede às instituições de ensino o uso de terras do estado para venda e arrecadação de fundos. A maioria das *land-grant universities* são públicas, como a Universidade Estadual de Michigan e a Universidade da Califórnia, mas algumas são privadas, como a Universidade de Cornell e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

isenta de impostos, com serviços e prestígio social”, por terem ganhado “afeição por um ambiente que oferece dinheiro, status e senso de importância adicional, sem exigir ao mesmo tempo que encarem os rigores da competição nos Estados Unidos”; por “não conseguirem simplesmente ver além das aparências, ou mostrarem relutância em ofender, em uma universidade, por exemplo, a hierarquia dos diretores que podem afetar de maneira adversa futuros compromissos internacionais”. “Seja lá quais forem os motivos, porém, houve uma distorção unânime e uniforme” (Jaffe e Taylor, 1961, p. 19). Desta forma, eles condenam o “fracasso da maioria dos especialistas no Vietnã por publicar uma apreciação honesta e acurada dos fatos econômicos, sociais e políticos da vida no país, e por inundar a maioria dos jornais e revistas americanos com falsos elogios”. “O que o Departamento de Estado não pode ver, os funcionários universitários não podem escutar. De fato, esses constantes viajantes são frequentemente ignorados porque se considera que perderam sua objetividade” (*ibid.*, p. 20). Isto, porém, não os faz abandonar um projeto de intervenção ilustrada no Vietnã. Ao contrário, este deveria ser buscado de forma ainda mais resoluta.

Nós devemos usar nossos recursos não para sustentar mentiras e falsidades, mas para forçar o avanço de uma democratização estável da nação. E nós devemos fazer isso. É inútil dizer que o Vietnã é independente. Não é. Se a história nos catapultou para uma posição de poder, nós devemos usar o poder para promover objetivos democráticos não só porque estes objetivos são valiosos por si mesmos, mas porque é apenas por meio de sua realização que o comunismo pode ser mantido sob controle. (*idem*)

A crítica de Child, Jaffe e Taylor, apesar de ter causado severos danos à imagem de Diem, e de ter exposto a incompetência do governo e de seus especialistas acadêmicos associados na consecução dos objetivos estratégicos da política estadunidense no Vietnã, quais sejam, em ordem de prioridade, a contenção ou a eliminação da ameaça comunista, a modernização econômica do país, e o estabelecimento de uma democracia liberal, não se insurgiu, de modo algum, contra a pertinência desses objetivos ou contra a necessidade de se empregar as “reservas de poder humano” das universidades estadunidenses para que eles fossem devidamente alcançados. O que os antigos colaboradores do *Michigan State University Advisory Group* desejavam era que este sistema operasse de maneira mais eficiente. Para tanto, não vislumbravam outra solução senão a remoção daquele que parecia ser o maior entrave a emperrar os esforços dos Estados Unidos no sudeste asiático: Diem. Se o conselho desses professores universitários foi assimilado pelo governo dos Estados Unidos, não é certo, embora o desenrolar dos acontecimentos lhes deu razão. Não demorou muito para os Estados Unidos abandonarem seu títere à própria sorte. O certo, porém, é que os artigos que publicaram foram determinantes para o cancelamento do programa

de cooperação entre o governo vietnamita e a Universidade Estadual de Michigan. Tão logo soube desses artigos, Diem tratou de encerrar o contrato de assistência, apesar dos insistentes apelos de seu fiel amigo Fishel, dando um fim à longa parceria que o elevou ao poder (Carter, 2008; Ernst, 1993, 1998). E, assim como começou sem alarido, o *Michigan State University Advisory Group* terminou discretamente, sem suscitar muitas questões. Passaram-se alguns anos até que o caso fosse exumado, provocando, dessa vez, uma polêmica de repercussão nacional.

Em abril de 1966, a revista *Ramparts*, de origem católica inclinada à esquerda, publicou uma reportagem investigativa de capa, intitulada “*The university on the make*”, assinada pelos jornalistas Warren Hinckle, Sol Stern e Robert Sheer, na qual denunciava o envolvimento da Universidade Estadual de Michigan e de seus docentes em missões de contrainsurgência no Vietnã. A introdução da matéria foi escrita por Stanley Sheinbaum, professor do Departamento de Economia da universidade e coordenador do projeto entre 1957 e 1959. “Olhando para trás”, escreveu Sheinbaum, “eu fico perplexo como supostos intelectuais (não são os acadêmicos supostamente intelectuais?) puderam ser tão acríticos a respeito do que faziam. Havia pouca discussão e nenhum protesto sobre o cancelamento das eleições de 1956. Tampouco qualquer um de nós ficou significativamente preocupado com o fato de que nosso projeto havia se tornado um front para a CIA” (Sheinbaum, 1966, p. 13). Ele relata que apenas um “lamentável punhado de docentes, usualmente heterodoxos [*mavericks*] e entre os melhores professores, questionou o papel da Universidade Estadual de Michigan no auxílio à política externa dos Estados Unidos”, e que, mesmo assim, um deles “se tornou um entusiasta quando surgiu a oportunidade de fazer agradáveis viagens a Saigon às custas do Projeto”. Ele reconhece que alguns artigos “criticaram a opressão de Diem”. Mas, “Deus, até mesmo essas iniciativas arrojadas aceitavam a política externa dos Estados Unidos como dada e não as questionava”. No mais, os professores do projeto, que “atuavam em todos os níveis”, “jamais questionavam a política externa dos Estados Unidos que os posicionou lá e a qual, por isso mesmo, apoiavam” (*idem*).

O caso da Universidade Estadual de Michigan, segundo Sheinbaum, servia para identificar “duas falhas críticas da educação americana e da vida intelectual atualmente”. Em primeiro lugar, “o afastamento da universidade de suas funções (ou deveres) de ensino e pesquisa”; em segundo lugar, “o fracasso dos intelectuais acadêmicos em servir como *ombudsman* críticos e conscientes”. Essa situação teria levado os intelectuais acadêmicos a um “estado de deriva” e “perda de sentido histórico”.

Havíamos sido condicionados pelo nosso treinamento em ciências sociais a não fazer perguntas normativas; não possuíamos nem a inclinação nem os meios para questionar e julgar nossa política externa. Tínhamos apenas a capacidade de atuar como técnicos e especialistas a serviço daquela política. Foi esta a tragédia dos professores da Universidade Estadual de Michigan: nós éramos todos autômatos lutadores da Guerra Fria [*automatic cold warriors*]. Em todos os campi, de Harvard a Michigan, a história é a mesma. O professor de ciências sociais, treinado (não educado) a evitar grandes problemas, está fora do campus servindo como especialista para o seu governo e para seu cliente industrial cujos pressupostos ele prontamente adota (...). Nas universidades apenas os membros docentes mais excepcionais procuram recompensa e promoção via pesquisa acadêmica e ensino. A rota mais fácil e mesmo mais prestigiosa é aquela de uma nova cepa de professor com o seu PhD mecanicamente estampado que orbita a estratosfera universitária de institutos, projetos e contratos. O estudante é a menor de suas prioridades. O trabalho no qual se concentra é de mérito dúbio – em razão de seu viés contra apreciação de valor. (Sheinbaum, 1966, p. 13)

As preocupações de Sheinbaum encontrariam eco no artigo da revista *Ramparts*. A reportagem esmiuçava não apenas o “projeto oficial da universidade”, que envolvia a participação do grupo de professores nos assuntos da administração pública civil e militar do governo de Diem, mas também a “tarefa menos conhecida, e talvez mais desagradável, dos professores da MSU de oferecer um front para a unidade da CIA dos Estados Unidos”. O artigo documentava “o grau de corrupção e abjeta imoralidade de uma universidade que coloca sua respeitabilidade acadêmica a soldo da política externa americana” (Hinckle, Stern e Sheer, 1966, p. 14). Segundo os jornalistas, o caso da Universidade Estadual de Michigan era exemplar de como a “visão das modernas universidades estadunidenses é vinculada à noção liberal de que a América é a defensora do mundo livre e de que a universidade deve formar jovens cidadãos para assumir essa orgulhosa tarefa e se tornar líderes mundo afora em áreas escolhidas pelo governo federal” (*ibid.*, pp. 14-15).

O artigo prossegue com os detalhes da formação do grupo e de sua íntima relação com Diem, através da onipresente figura de Fishel, que rendeu aos professores dividendos financeiros, acadêmicos e sociais, como elevados salários, efetivação como docentes permanentes, e hospedagem para toda a família nas mansões dos vilarejos dos antigos colonizadores franceses (a maior de todas, desfrutada por Fishel, era maior até do que a embaixada estadunidense em Saigon e, após o cancelamento do contrato, foi convertida em sede da missão militar dos Estados Unidos no Vietnã). Mais comprometedor do que isso, contudo, era a revelação de que o *Michigan State University Advisory Group* serviu de “cobertura” para a ação de agentes infiltrados da CIA, credenciando-os, inclusive, com

títulos acadêmicos e diferentes postos docentes, conforme variação de seus ganhos salariais. No início, a participação dos agentes era de conhecimento apenas dos líderes mais destacados da equipe, como Wesley Fishel e Ralph Smucker, um dos primeiros chefes do projeto, além, é claro, do reitor John Hannah. Mas em poucos meses a ação de infiltração já não era segredo para ninguém dentro do grupo, embora todos ali fossem proibidos de tocar no assunto. A disseminação de rumores sobre a utilização do grupo de Michigan como fachada para uma célula da CIA no Vietnã gerou crescente embaraço entre os professores e pesquisadores, que passaram a rezear pela sua reputação acadêmica, além de temer serem confundidos, o que eventualmente acontecia. Isso acabou resultando na transferência da “seção de segurança interna”, onde os agentes estavam lotados, para os escritórios da Missão Militar dos Estados Unidos, em 1959.

Se não bastasse a Universidade de Michigan ter se prestado a acobertar a ação de espões em missão de contrainsurgência no Vietnã, a reportagem dissecou ainda o modo como os próprios professores universitários agiram como se fossem eles mesmos espões ou mercenários. Os jornalistas narram como uma das mais prementes tarefas impostas ao grupo de assessores acadêmicos de Michigan foi reconstruir as forças policiais do Vietnã. Para tanto, “os professores não apenas treinaram as forças de segurança de Diem, mas, nos primeiros anos do projeto, de fato, supriram-nas com armas e munição. Ao fazer isso, o contingente de East Lansing [cidade do estado de Michigan que abriga a universidade] ajudou a assegurar a ditadura de Diem e ofereceu a base e as armas para a ‘polícia secreta’ que mais tarde tornariam infames Madame Nhu [cunhada de Diem, considerada primeira dama] e seu irmão [Ngo Dinh Nhu, chefe da ‘polícia secreta’ de Diem]” (*ibid.*, p. 20).

A linha divisória entre as práticas de espionagem feitas pelos agentes da CIA e as pesquisas acadêmicas realizadas pelos professores universitários, como argumentam os repórteres, eram bastante evanescentes. Assim, os professores, ao testemunharem calados e ao serem coniventes com as atrocidades perpetradas por Diem, não somente teriam mostrado uma falha pessoal de caráter, mas, principalmente, o quanto sua realidade do profissionalismo acadêmico estava distante da idealização de senso crítico e independência intelectual que eles gostavam de acalentar. Se, por um lado, a “Aventura do Vietnã”, como os integrantes do *Michigan State University Advisory Group* comumente se referiam à esta experiência, acabou despertando em alguns, ainda que tardiamente, alguma fagulha de senso crítico, como ocorreu a Sheinbaum, por outro lado, ela também serviu para reafirmar, em outros, velhas convicções arraigadas. Ralph T. Smuckler, por

exemplo, continuou a “ver o futuro das ciências sociais no amplo panorama mundial dos projetos de ‘ação’ que ele hoje dirige – em Formosa como fez no Vietnã. ‘Ensino em sala de aula é um negócio maçante’, disse Smuckler, ‘e todos aqueles que não percebem como sua disciplina se ajusta nas operações da Universidade no estrangeiro já está obsoleto’” (Hinckle, Stern e Sheer, 1966, p. 22).

A controvérsia acerca do *Michigan State University Advisory Group* se alastrou rapidamente pelos campi dos Estados Unidos, ajudando a incendiar um ambiente já então altamente inflamado pelas mobilizações estudantis contra a Guerra do Vietnã e o conluio das administrações universitárias e de parte considerável do corpo docente com o aparato de segurança nacional. Professores que tiveram sua participação no projeto desvendada foram alvo recorrente de escrachos, especialmente Fishel, que se tornou o objeto favorito da ira dos estudantes durante as manifestações que eclodiram no campus (Ernst, 1998).

Um dos fatores que ajudou a impulsionar a polêmica em torno do grupo de Michigan foi certamente a exposição, no ano anterior, de um ambicioso projeto de pesquisa, financiado pelo Departamento de Defesa, sobre a dinâmica do processo revolucionário em mais de vinte e cinco países, a maioria dos quais na América Latina, e que atendia pelo codinome de *Project Camelot*. O Projeto Camelot foi um ambicioso projeto de pesquisa planejado e executado pelo *Special Operations Research Office* (SORO), sediado na *American University* desde 1956, em Washington, D.C., mas verdadeiramente coordenado e financiado pela *Social Science Research Division*, uma agência do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O projeto, que começou a ser planejado em 1964, objetivava desenvolver um vasto estudo comparado envolvendo pelo menos 23 países, a maioria da América Latina, mas também alguns poucos do Oriente Médio, da Ásia e da Europa, sobre as condições sociais geradoras de instabilidade dos sistemas políticos e de emergência de movimentos insurgentes, a fim de que fosse desenvolvido, entre outras coisas, um modelo matemático para prever esses fenômenos e, assim, auxiliar as forças armadas dos Estados Unidos na prevenção e combate de potenciais levantes revolucionários. O projeto contava com a participação de mais de uma centena de cientistas sociais das mais diversas áreas, psicólogos, sociólogos, cientistas políticos, economistas, e antropólogos, e, além de ter um orçamento previsto de seis milhões de dólares (em valores da época), o que o tornava o mais caro projeto singular em ciências sociais da história. Devido a uma série de acontecimentos fortuitos, o projeto acabou se tornando o epicentro de um conflito diplomático e, conseqüentemente, de uma polêmica nacional e internacional

de magnitude equiparável ao próprio projeto, o que, em 1965, ocasionou seu cancelamento formal (Herman, 1998; Horowitz, 1967; Rohde, 2009, 2011, 2013; Solovey, 2001b).

A controvérsia em torno do Projeto Camelot teve início quando um professor de antropologia da Universidade de Pittsburgh, Hugo Nutini, nascido chileno e naturalizado estadunidense, foi ao Chile em maio de 1965 para uma aparente missão de recrutamento. Ele se encontrou com numerosos acadêmicos chilenos e com o vice-chanceler da Universidade do Chile, Alvaro Bunster, que desejava saber detalhes do projeto. À mesma época, o professor da Universidade de Oslo, John Galtung, associado da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), estava no Chile, quando recebeu o convite para participar no mês seguinte de uma conferência em que seria apresentado um projeto preliminar de pesquisa sobre o potencial desenvolvimento de irrupções e guerras civis e seus efeitos sobre as ações dos governos. O memorando recebido por Galung informava que, só por aceitar participar da conferência, ele receberia dois mil dólares, e, além disso, revelava a fonte pagadora, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Galung, além de se recusar a integrar o projeto, devido a seus claros “aspectos imperialistas”, espalhou também a notícia para os seus colegas chilenos. Em uma segunda reunião entre Nutini e Bunster, este, desconfiado do projeto, sobretudo por atender a um codinome, chamou a sua sala o professor de sociologia Eduardo Fuenzalida, que portava cópia do memorando enviado a Galung, e o utilizou para desmascarar as intenções de Nutini. Não tardou para a notícia sobre o Projeto Camelot estampar as manchetes da imprensa chilena, sobretudo da imprensa socialista, muito forte então. O caso logo acabou no Congresso chileno, onde os Estados Unidos foram duramente denunciados por ferir a soberania nacional do Chile.

O conflito diplomático que se instaurou repercutiu de forma muito negativa na imprensa estadunidense, gerando imediatamente um acalorado debate público sobre o papel do governo, em especial das forças armadas, no financiamento de pesquisas em ciências sociais voltadas para atender os interesses da política externa estadunidense, bem como uma onda de protestos nas universidades contra o projeto e seus congêneres, sediados em inúmeros outros centros de pesquisa universitários dos Estados Unidos. Uma série de audiências no Congresso estadunidense e a atmosfera conflagrada desencadeada pelos protestos contra a submissão das ciências sociais nos Estados Unidos aos imperativos da política externa imperialista do governo acabou forçando este a encerrar formal e publicamente o projeto.

Como afirmou Mark Solovey (2001b, p. 172), a controvérsia em torno do Projeto Camelot foi crucial para destacar, no debate público, “a importância do nexos política-patronagem-ciência social na revolução epistemológica” que viria a seguir. “Longe de ser um simples caso acadêmico interno, o desafio dos anos 1960 à visão dominante das ciências sociais, que sugeriam que deviam seguir os passos das ciências naturais, tornou-se em meados da década um caso político nacional”. A polêmica acerca do Projeto Camelot “cumpru um papel central em tornar o status intelectual e a relevância política das ciências sociais um tema de controvérsia nacional”, que inspirou “mudanças nos padrões do debate”, ao focar na “importância da política da Guerra Fria e do financiamento militar na configuração (e talvez distorção) da ciência social americana”, além de despertar considerações críticas e forte oposição à “compreensão ortodoxa da ciência social como um empreendimento acadêmico neutro em relação aos valores e imune às influências (especialmente ideológicas e políticas) extracientíficas” (*ibid.*, p. 173).¹⁰⁰

Numerosos intelectuais e cientistas sociais se pronunciaram publicamente sobre as controversas revelações envolvendo o Projeto Camelot e, subsequentemente, uma série de outros projetos, como o da Universidade de Michigan no Vietnã. Tais posicionamentos envolviam desde a defesa desavergonhada da participação de cientistas sociais em projetos de pesquisa patrocinados pelo governo para fins de utilização pelos serviços de segurança e inteligência, como exemplificado por Ithiel de Sola Pool, professor de ciência política do Instituto de Tecnologia de Massachusetts e diretor do *Center for International Studies* (CENIS), que se soube ser um dispositivo acadêmico da CIA,¹⁰¹ até condenações veementes contra a subordinação dos acadêmicos e pesquisadores das ciências sociais aos objetivos de ocasião do poder instituído em troca de benesses materiais e deferência social no lugar de cumprir o dever intelectual de buscar a verdade a todo custo, como exemplificado por Hans Morgenthau – iriam balizar nos anos seguintes os intensos conflitos que

¹⁰⁰ Um excelente apanhado de publicações que ensejaram essa controvérsia bem como uma rica e abrangente introdução a esse conturbado episódio, podem ser encontrados em: Horowitz, 1967. Das pesquisas mais recentes sobre o Projeto Camelot, abordando, inclusive, os seus desdobramentos após o seu cancelamento formal (em grande medida o projeto prosseguiu secretamente com outros nomes e sediado em outras instituições acadêmicas, já que a Universidade Americana, sob forte ataque, acabou cortando seus laços com o SORO), certamente o mais completo é: Rohde, 2013 (esp. cap. 3). Segundo Rohde, paradoxalmente, o encerramento do Projeto Camelot levou o governo não a desistir de pesquisas como essa, mas a se cercar de mais cuidados, tornado inúmeros projetos, antes desenvolvidos mais abertamente nas universidades, em projetos secretos, altamente classificados – uma evidência do quanto, até as controvérsias a partir do final anos 1960, a academia era bastante receptiva e estava plenamente integrada ao complexo industrial-militar da Guerra Fria.

¹⁰¹ Informações detalhadas sobre a carreira acadêmica de Ithiel de Sola Pool e os trabalhos do CENIS, podem ser encontrados em: Oren, 2003, cap. 4, esp. pp. 139-152.

tomariam conta das universidades e associações disciplinares nos Estados Unidos acerca do papel desempenhado pelas ciências sociais na sustentação da ordem liberal da Guerra Fria.

6 A REVOLTA CONTRA A CIÊNCIA POLÍTICA BEHAVIORALISTA E A GÊNESE DE UMA “NOVA IMAGEM” PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

A new revolution is under way in American political science. The last revolution – behavioralism – has scarcely been completed before it has been overtaken by the increasing social and political crises of our time. The weight of these crises is being felt within our discipline in the form of a new conflict in the throes of which we now find ourselves. This new and latest challenge is directed against a developing behavioral orthodoxy. This challenge I shall call the post-behavioral revolution. The initial impulse of this revolution is just being felt. Its battle cries are relevance and action. Its objects of criticism are the disciplines, the professions, and the universities. It is still too young to be described definitively. Yet we cannot treat it as a passing phenomenon, as a kind of accident of history that will somehow fade away and leave us very much as we were before. Rather it appears to be a specific and important episode in the history of our discipline, if not in all of the social sciences.

David Easton (1969, p. 1051)

6.1 O *Caucus for a New Political Science* e o clamor por “relevância e ação”

Durante o encontro de 1967 da *American Political Science Association* (APSA), em Chicago, um grupo de cientistas políticos indignados com o silêncio e a complacência da associação em relação aos mais perturbadores conflitos políticos e sociais da época, a exemplo da Guerra do Vietnã e das insurreições raciais que eclodiam nas cidades do país, decidiu fundar o *Caucus for a New Political Science* (CNPS). A ideia de constituir uma organização ao mesmo tempo paralela e interna a APSA para confrontar o seu imobilismo frente às turbulências do mundo político surgiu de forma espontânea, até mesmo abrupta. Alguns profissionais e estudantes, que uma reportagem chamou de “os membros menos conservadores” da associação, consternados com a flagrante ausência dessas questões no

programa da convenção, resolveram, sob liderança informal de Mark Roelofs, da Universidade de Nova Iorque, e Christian Bay, da Universidade de Alberta, convocar uma reunião para debater a situação (Nelson, 1968, p. 1117). O encontro reuniu algumas dezenas de participantes em debate acalorado em que a APSA foi acusada de negligenciar temas políticos controversos deliberadamente, tornando-se, sobretudo num contexto de embates tão decisivos, totalmente irrelevante para a sociedade. Mais até do que isso, nas palavras de Bay (1968, p. 36), muitos ali percebiam “a APSA correta ou incorretamente como um aparelho controlado pelo establishment da *Ivy League*,¹⁰² politicamente ou apoliticamente, casado com o *status quo*”. Essa aliança, por sua vez, no entendimento de muitos, estaria cimentada pela visão behaviorista predominante na associação, cuja defesa da venerável neutralidade científica serviria na prática de álibi para a sustentação da ordem política nos Estados Unidos. A lastimável condescendência do “establishment” da APSA, refletida na completa ausência de reflexão sobre a gravidade da situação política que despertara o país da mórbida placidez do suposto consenso liberal, não seria, portanto, casual, mas estaria inscrita na sua própria constituição, epistemologicamente (e politicamente) fundamentada na perspectiva behaviorista.

Assim, naquela mesma noite, outro encontro, estimulado pelo intenso debate do primeiro, amealhou mais de uma centena de pessoas. Foi quando, finalmente, veio à tona a proposta de criar um “cáucus”, uma ideia então bastante em voga, e que fora replicada em várias outras associações profissionais de ciências sociais e nos campi universitários do país. O “Cáucus por uma Nova Ciência Política” teria o objetivo de “opor e confrontar a principal diretriz da ciência política *dentro* da organização”, o que, “taticamente, trouxe uma série de vantagens como a utilização das salas da convenção da APSA e outras facilidades”, como formar um “fórum para o enfrentamento face à face” em que os membros dissidentes poderiam “ser reconhecidos e ouvidos por aqueles que precisamente mais desejavam não os ver nem ouvir”. Assim, no dia seguinte, quase trezentos cientistas políticos compareceram à reunião de fundação da nova organização (Resenbrink, 1979, p. 58). Foi estabelecido, conforme resoluções iniciais, que, “enquanto a APSA, em suas convenções e revista, fracassou substancialmente em estudar, num espírito radicalmente crítico, tanto as grandes crises dos dias de hoje quanto a fragilidade inerente do sistema político

¹⁰² Originalmente um termo empregado para se referir a uma liga desportiva composta de oito universidades do Nordeste dos Estados Unidos, o termo é utilizado usualmente para aludir, às vezes de forma pejorativa, às universidades mais aristocráticas do país. As universidades são: Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, Pennsylvania, Princeton, e Yale.

americano”, o CNPS se comprometeria a “promover um novo interesse na Associação por nossas grandes crises sociais e uma nova e ampla oportunidade para realizarmos enquanto acadêmicos nossas obrigações com a sociedade e a ciência” (Bayer *et al.*, 1968, p. 39).

O tema da responsabilização dos profissionais acadêmicos com a sociedade foi, de fato, um ponto alto nos inflamados debates que tomaram conta da convenção da APSA naquele ano. Não era somente o silêncio da associação em relação aos turbulentos eventos políticos nos Estados Unidos e no mundo legitimado por sua aderência ao behaviorismo o que perturbava muitos dos cientistas políticos presentes ao encontro. Era também a sua profunda cumplicidade com a ordem política liberal em desintegração. Se, por um lado, vários profissionais denunciaram a irrelevância da organização por sua incapacidade de se posicionar claramente diante do turbilhão de conflitos que revirava a estrutura do poder político do país, galvanizando o debate público nacional, por outro, alguns acusavam-na precisamente do oposto. Alan Wolfe, então professor de ciência política da Universidade Estadual de Nova Iorque, e Charles McCoy, *Fulbright Professor* de política dos Estados Unidos na Universidade Monash, Melbourne, Austrália, foram dois dos cientistas políticos dissidentes que argumentaram incisivamente que, longe de ser irrelevante, como afirmava a maioria dos descontentes, era preciso reconhecer que a APSA era, de fato, relevante ao extremo, não no sentido que muitos ali almejavam, isto é, como espaço privilegiado para o pensamento crítico, mas sim como instituição legitimadora da ordem que oferecia uma “ciência política a serviço do sistema” (Resenbrink, 1979, p. 58).

Um dos estopins da rebelião que impulsionou a criação do CNPS foi a leitura em plenário de relatório preliminar sobre ética profissional, cuja produção havia sido determinada meses antes em resposta a uma petição entregue à APSA demandando a remoção de dois dos mais influentes membros do alto escalão da associação, devido à revelação de seu envolvimento com os serviços de inteligência (Barrow, 2008; Nelson, 1968; Oren, 2003). Em 19 de fevereiro de 1967, uma reportagem do *New York Times*, do jornalista Neil Sheehan, conhecido por suas críticas a Guerra do Vietnã, expôs uma vasta rede de instituições acadêmicas, públicas e privadas, e de seus profissionais, ligados ao aparato estatal de segurança e de inteligência. A matéria revelava, entre tantas coisas mais ou menos sórdidas, que a empresa *Operations and Policy Research* (OPR), fundada e presidida pelo Diretor Executivo da APSA, Evron Kirkpatrick, e por seu amigo de longa data,

o conselheiro legal e tesoureiro da associação, Max Kampelman, era financiada com recursos de fundações que operavam como fachada para a CIA, como a *Asian Foudation*, e que o seu trabalho, além de envolver pesquisas secretas, também admitia atividades de propaganda anticomunista na América Latina e na Ásia.¹⁰³

¹⁰³ Cabe um longo parêntese sobre Evron Kirkpatrick. As suas ligações com o Estado de Segurança Nacional iam muito além de suas atividades na OPR. De fato, os seus vínculos com os órgãos estatais de inteligência e contraespionagem remontavam à Segunda Guerra Mundial e perduraram ao longo de toda a sua vida. Não é uma suspeita exagerada afirmar que a sua própria indicação para a diretoria executiva da APSA se deva a essas relações e que o seu lendário sucesso em reestruturar a associação possa ser em parte atribuído aos seus estreitos contatos no mundo e no submundo da política. Kirkpatrick não era conhecido por seu trabalho acadêmico, tendo publicado escassamente, mas sim por sua importância como Diretor Executivo da APSA por vinte e sete anos (1954-1981). Sob seu comando, os encontros anuais da APSA foram reestruturados, o número de membros da associação dobrou, ela finalmente se sanou financeiramente, seu periódico APSR se tornou uma das publicações acadêmicas em ciências sociais mais prestigiadas dos Estados Unidos, vários importantes convênios e bolsas de estudo foram firmados, como o *Congressional Fellowship*, que financiou incontáveis pesquisas no congresso estadunidense, além do que a ciência política passou a ser reconhecida como uma ciência social pela *Social Science Division* da *National Science Foundation*, e recebeu constante patrocínio do *National Election Studies* e do *Inter-university Consortium on Political and Social Research*, sem mencionar os recursos vultosos provenientes do *Behavioral Science Program*, da Ford Foundation, de cujo diretor, Bernard Berelson, Kirkpatrick foi amigo. Kirkpatrick foi também decisivo para o alinhamento behaviorista da APSA. Apesar de não ter se envolvido muito nas polêmicas sobre o behaviorismo (Cf. Kirkpatrick, 1962), ele foi um grande incentivador da abordagem nos seus bastidores. Foi dele a indicação decisiva dos behavioristas Austin Ranney e mais tarde Nelson Polsby para editores da APSR (Oren, 2003; Somit e Tanenhaus, 1967; Solovey, 2015). O que explicaria a chegada desse cientista político ao posto mais importante da APSA, único posto realmente de comando permanente na instituição, e o que teria garantido a sua longevidade na instituição, a despeito de ter se tornado um dos alvos mais críticos dos protestos dos anos 1960 e 1970? Talvez uma rápida olhada no seu currículo antes de ingressar na APSA possa esclarecer algo. Kirkpatrick se doutorou em ciência política pela Universidade de Yale em 1939, e foi professor da Universidade de Minnesota, onde alcançou o posto de *full professor* em 1948. No final da Segunda Guerra Mundial ele atuou como Diretor Assistente da Divisão de Pesquisa e Análise do *Office of Strategic Services* (OSS), predecessora imediata da CIA, e posteriormente transferido, acabada a guerra, para o Departamento de Estado, onde permaneceu na Seção de Inteligência por oito anos. Nesse período, ocupou os cargos de Diretor Assistente de Pesquisa e Controle de Projetos de Pesquisa e Inteligência e foi chefe da Equipe de Pesquisas Externas, e, nos seus últimos anos no departamento, chefe da Equipe de Pesquisa e Inteligência Psicológica, sendo promovido, em 1954, a chefe do Escritório de Pesquisa de Inteligência. Foi desse posto que Kirkpatrick aceitou a indicação para ser Diretor Executivo da APSA. Um dos serviços de Kirkpatrick no Departamento de Estado, segundo Ido Oren (2003, pp. 155-156), era “orquestrar propaganda disfarçada de trabalho acadêmico”. Ademais, ele teve papel central no recrutamento de acadêmicos refugiados do leste europeu para integrar um instituto de pesquisa supostamente privado que seguiria uma linha anti-soviética, o Instituto de Munique para o Estudo da URSS. Ao menos oito desses refugiados eram comprovadamente ex-colaboradores nazistas, como o presidente do instituto, Boris Alexandrovich Yakovlev (Diamond, 1992, p. 99). Kirkpatrick também concordou em colocar seu nome e credenciais acadêmicas em livros de contrapropaganda publicados por editoras privadas, mas, de fato, escritos por pesquisadores do Departamento do Estado, entre os quais Jeane Jordan, com quem viria a se casar e transferir seu sobrenome (Oren, 2003, p. 156). De fato é intrigante saber por que ele teria abandonado uma ascendente carreira nas altas esferas do Departamento de Estado para aceitar trabalhar em uma associação profissional que passava naquele momento por dificuldades financeiras (Somit e Tanenhaus, 1967). A rigor, porém, Kirkpatrick jamais abandonou seu trabalho para os serviços de inteligência e nem se afastou das altas esferas de poder. Além de ter fundado a OPR, junto com seu amigo Kampelman, prestando serviços contínuos para a CIA, Kirkpatrick, bem como outros cientistas políticos das principais comissões da APSA, como Austin Ranney, Jack Petalson, Herbert McCloskey, Nelson Polsby, Seymour Martin Lipset, Samuel Huntington e Zbigniew Brzezinski, entre outros nomes importantes, participavam da entourage política do senador e vice-presidente Hubert Humphrey, de quem foi professor, conselheiro político e amigo íntimo (Oren, 2003, pp. 158-161). O círculo de poder em torno de Humphrey e o círculo de poder da APSA basicamente coincidiam. Tudo isso é bastante sugestivo não somente do porquê uma figura como Kirkpatrick manteve-se à frente da APSA por tanto tempo (ele só saiu

O então presidente da APSA, Robert Dahl (1966-1967), abriu uma sindicância, formada por quatro ex-presidentes, para avaliar o caso. Os investigadores, sem mencionar os dilemas provocados por uma situação que contradizia as elevadas aspirações de neutralidade científica da profissão, simplesmente concluíram que, por se tratar de ações empreendidas no âmbito de uma instituição separada da APSA, mesmo envolvendo diretamente dois de seus mais eminentes membros, não haveria qualquer comprometimento da associação e que, portanto, nenhuma sanção seria aplicável. Ao contrário, o relatório fazia questão de ressaltar a “total confiança” depositada nos profissionais (Oren, 2003, p. 161). Bay, comentando toda a situação, que “beirava ao grotesco”, afirmou que, “no verdadeiro sentido acadêmico”, o relatório apresentado pelo comitê “conseguiu trazer à baila quase todas as questões éticas concebíveis, menos aquelas que estavam à mão, e concluiu com recomendações completamente descompromissadas” (Bay, 1967, p. 1096). Apesar dessas críticas, o relatório preliminar acabou sendo referendado pela assembleia, seguindo orientação do conselho diretor da associação.

Além dessa “investigação”, Dahl determinou também a instituição de um comitê para analisar as questões éticas relacionadas à prática profissional na ciência política, cujo relatório final só seria publicado no verão de 1968, gerando novo desapontamento entre os “membros menos conservadores” da associação. Embora esse relatório reconhecesse, por exemplo, que “a ameaça dominante que emergiu em anos recentes recai na influência sobre e o controle da pesquisa pelo governo”, ele garantia que a “pesquisa dos cientistas políticos podem ser financiadas e patrocinadas por agências governamentais, fundações privadas, e outras unidades não governamentais”, desde que algumas precauções fossem tomadas, sobretudo em pesquisas em áreas sensíveis à política externa. Aceitando as recomendações do *Foreign Area Research Coordination Group*, criação do governo federal em resposta ao escândalo internacional envolvendo o *Project Camelot*, o comitê apenas ressaltou que “um dos objetivos elementares das instruções é acabar com o apoio secreto de instituições acadêmicas para pesquisas no estrangeiro e reconhecer a responsabilidade do governo em evitar ações que coloquem em risco a integridade acadêmica das instituições” (Committee on Professional Standards and Responsibilities, 1968, p. 19). O próprio relatório, no entanto, era ambíguo ao frisar que “os contratos de pesquisa financiados com o governo devem, no processo e nos resultados, ser *idealmente* desclassificados, mas as

do posto quando a esposa assumiu o cargo de representante da ONU no governo Ronald Reagan, em 1981), mas também das profundas ligações do establishment político-militar com a associação.

necessidades práticas da nação no mundo moderno podem exigir que alguma porção [das pesquisas] fique sujeita à classificação; o equilíbrio entre tornar o trabalho público ou secreto deve, sempre que possível, se inclinar em direção a torna-lo público”, aconselhavam os autores do relatório. “No entanto, outras responsabilidades do governo devem às vezes prevalecer”, ajuizavam. “Abandonar por inteiro restrições desse tipo pode impor sérias limitações ao uso de pesquisas contratadas pelas agências [de governo]” (ibid., p. 21, grifo meu).

As recomendações do relatório ficaram muito aquém de atender às reivindicações dos membros do CNPS para que cientistas políticos não se submetessem mais a “servir o sistema”, principalmente no que se referia ao uso de pesquisas científicas como suporte para uma política externa cada vez mais repreensível. O relatório, mesmo sob protesto de alguns integrantes do CNPS, também acabou aprovado. Estes, no entanto, aproveitando-se de suas brechas, apresentaram uma moção para impedir funcionários ou nomeados da APSA de “engajar-se em atividades de inteligência e em outras atividades secretas e de usar suas posições para fazer avançar qualquer interesse político particular”. A moção, para surpresa geral, seja dos membros do conselho diretor da APSA, seja dos próprios membros do CNPS, foi aprovada, o que foi noticiado corretamente na imprensa como, “claramente, uma bordoadada direta no Diretor Executivo Evron M. Kirkpatrick e no Tesoureiro Max M. Kampelman”, este último identificado na reportagem como “um amigo e conselheiro do vice-presidente Hubert Humphrey” (Nelson, 1968, p. 1117).

Essa foi uma das primeiras vitórias do CNPS. No ano anterior, na sua fundação, várias moções haviam sido apresentadas sem sucesso durante a convenção da APSA. As propostas introduzidas pleiteavam, entre outras coisas, que o comitê encarregado de planejar o programa da associação para o encontro anual seguinte, em 1968, em Washington, reservasse um dia inteiro da convenção para debater a Guerra do Vietnã, que a APSA se incumbisse de realizar uma pesquisa com todos seus membros sobre seu posicionamento a respeito da guerra, e que, além disso, a APSA repudiasse todas as tentativas da *House of Un-American Activities Committee* de obter uma lista dos participantes da organização envolvidos nas mobilizações recentes nos campi universitários (Bayer *et al.*, 1968). Todas as propostas foram sistematicamente rejeitadas, não baseadas em seu mérito, mas sim sob a alegação de que a constituição da APSA vetava terminantemente o seu posicionamento político, a não ser em matérias que dissessem respeito diretamente à profissão, e que, se esta disposição fosse contrariada, além da associação poder ser faccionada por contendidas

políticas entre seus membros, ela também poderia perder o seu status legal de organização isenta de tributação fiscal (Barrow, 2008; Bayer *et al.*, 1968; Nelson, 1968).

Essas críticas não passaram, todavia, sem contestação. Bay retorquiu que não havia risco de os cientistas políticos se dividirem, porque eles já estavam divididos, e que, diante da magnitude dos problemas enfrentados, preocupações com a condição fiscal da APSA eram o que menos importava no momento. Segundo Bay (1968, p. 36), “o argumento mais convincente para a politização da APSA é nossa obrigação enquanto cientistas políticos de ensinar os princípios da políticas uns para os outros e para nossos camaradas cidadãos, inclusive nossos governantes”. Todavia, ele alertava, “temos que reconhecer o quão longe, como profissão, fomos na direção oposta, afastando-nos de todo inconveniente e compromisso político e moral que não fosse rentável”. Evocando recentes posicionamentos públicos do cientista político Hans Morgenthau, Bay notou, em tom de correção, que “o tipo de conhecimento que nossa profissão produz, de fato, ‘descobre verdades’, mas principalmente em áreas úteis à manutenção do sistema, do *status quo*, e não o tipo de verdade que serviria à justiça e à humanidade, questionando os arranjos existentes” (*ibid.*, p. 37).

Apesar dessas duras considerações, prevaleceu na convenção de 1967 o entendimento, exposto pelo professor da Universidade de Columbia, Harvey C. Mansfield, de que os cientistas políticos “temos muito mais a perder do que a ganhar com essa ‘politização’”. Mansfield jamais fora um cientista político behaviorista, mas um filósofo político conhecedor de pensadores como Aristóteles, Edmund Burke e Aléxis de Tocqueville, bastante influenciado por filósofos como Leo Strauss (inimigo declarado do behaviorismo), e eventualmente um expoente do pensamento político neoconservador nos Estados Unidos, mas, naquele debate, ele não teve dúvidas em se unir aos behavioristas contra a tentativa de Bay e outros de tentarem politizar a APSA “como se nossa [associação] fosse a Legião Americana ou as Filhas da Revolução Americana”. Mansfield confessava ter um “zelo ciumento pela reputação da Associação por sua probidade e acredit[ava] que esta poder[ia] ser mais bem mantida ao se preservar as nossas proclamações oficiais dentro dos limites da presente constituição”. Demonstrando grande apego pelas “salvaguardas procedimentais”, Mansfield defendeu que os cientistas políticos deveriam continuar “satisfeitos, *faute de mieux*, com votos de salão usualmente incontestados graças à transação de categorias de assuntos limitadas na convenção anual, justamente porque as questões colocadas em geral não eram políticas”, e “as categorias eram limitadas,

entre outras razões, porque não temos meios de assegurar ou proteger a integridade da apuração completa de opiniões de todos os associados sobre questões controversas” (Mansfield, 1968, p. 39). Assim, o filósofo político tradicionalista evocava os argumentos em geral utilizados pelos cientistas políticos behavioristas para descrever (e legitimar) a estabilidade dos regimes políticos democráticos no ocidente. A APSA, em suma, para permanecer uma instituição pluralista, deveria se manter constitucionalmente despolitizada.

Essa inflexível disposição geral da convenção contra uma indevida “politização” da associação atenuou-se no ano seguinte, um ano, em todos os sentidos, muito mais turbulento do que anteriores, possibilitando a conquista de algumas importantes concessões ao CNPS. 1968, nos Estados Unidos, como no resto do mundo, foi um ano ímpar. Iniciou com a “Ofensiva do Tet”, uma ampla ação militar comunista no Sul do Vietnã que chegou a bombardear a embaixada estadunidense em Saigon, mostrando ao mundo que os Estados Unidos definitivamente estavam longe de ganhar a guerra, ao contrário do que diziam as fontes oficiais; o ano prosseguiu com ininterruptas demonstrações antiguerra algumas das quais com centenas de pessoas presas e outras tantas feridas; testemunhou o assassinato de Martin Luther King, Jr., o que desencadeou massivas rebeliões antirracistas em mais de cem cidades, resultando em dezenas de mortos; também assistiu atônito ao assassinato de Robert F. Kennedy, candidato que liderava a disputa pela nomeação presidencial pelo Partido Democrata e que já então defendia abertamente a retirada dos Estados Unidos do Vietnã; viu os Panteras Negras ganharem força política, enfrentando a repressão policial de manifestações, em muitos casos, com armas em punho; também viu as primeiras grandes greves de professores, além de centenas de protestos estudantis, muitos dos quais no formato de *sit-ins*, com tremendo impacto na opinião pública, que duravam dias a fio em universidades e praças de todo o país. Algumas semanas antes do encontro anual da APSA de 1968, um incidente conflagrou ainda mais o clima: durante a Convenção Nacional do Partido Democrata, em Chicago, onde se decidiria a nomeação do candidato presidencial, imensas manifestações antiguerra foram reprimidas com extrema violência por colossais forças policiais enviadas pelo prefeito democrata Richard J. Daley. O candidato indicado, que herdara os delegados do presidente Johnson, que desistira de concorrer, foi o seu vice, Hubert Humphrey, que teve que enfrentar uma tempestade de vaias dos delegados que ali representavam seus adversários, o falecido Robert Kennedy, além de George McGovern e Eugene McCarthy, ambos também comprometidos com o fim da Guerra do Vietnã, ao

contrário de Humphrey, um autêntico *liberal cold warrior*, além de conhecido *habitué* na alta sociedade da APSA.

Foi nessa atmosfera, portanto, que ocorreu em Washington, em 1968, o encontro anual da APSA, certamente um dos fatores que pesou na balança a favor dos dissidentes do CNPS, que, assim, puderam arrancar da convenção algumas importantes conquistas. A principal delas, sem dúvida, foi a alteração do artigo da constituição da APSA evocado exaustivamente no ano anterior para barrar todas as moções apresentadas pelo CNPS. O primeiro Comitê Executivo da CNPS¹⁰⁴ propôs uma emenda ao Artigo II da constituição da APSA, que deveria passar a ter a seguinte redação:

Artigo II. A Associação como tal não é partidária. Não apoiará partidos políticos ou candidatos. Não comprometerá seus membros em questões de ordem pública nem assumirá posições que não sejam imediatamente relacionadas com seu objetivo direto, conforme mencionado acima [redação original]. *Mas a Associação, todavia, incentiva ativamente, em sua composição e no seu periódico, a pesquisa e a preocupação com importantes problemas políticos e sociais e políticas públicas contemporâneas, por mais polêmico e sujeito a discursos partidários na comunidade em geral que isso possa ser* [adendo proposto pelo CNPS]. (Bayer *et al.*, 1968, p. 39).

A emenda, que flexibilizava consideravelmente a rígida postura da APSA, para surpresa de muitos, foi aprovada. Nem todos os membros da associação presentes ficaram satisfeitos. E não foram somente os representantes oficiais da APSA. Alguns integrantes do CNPS julgaram a emenda insuficiente. Bay – que sendo um dos motivadores do CNPS não integrava seu comitê executivo – declarou que, embora reconhecesse o avanço dessa emenda, “lament[ava] intensamente o fracasso em eliminar a mencionada sentença”. “Em outras palavras”, afirmava, “deploro a falta de vontade da liderança do cáucus, até agora, em desafiar a postura confortavelmente antipolítica da própria APSA” (Bay, 1968, p. 38). Na opinião contundente de Bay (1967, p. 1096, grifo nosso), “se a APSA não puder ser levada a colocar o interesse pela política acima das mais convenientes preocupações com relações públicas e governamentais, *certamente precisaremos de uma nova Sociedade para o Estudo dos Problemas Políticos*, para os que entre nós querem sair debaixo das asas de nosso próprio establishment”.

¹⁰⁴ O primeiro comitê foi composto por Ronald Bayer (Universidade de Chicago), Tom Blau (Universidade de Chicago), Alex Gottfried (Universidade de Washington), Edward C. Hayes (Universidade da Califórnia, Berkeley), Sanford V. Levinson (Universidade de Harvard), Alden E. Lind (Universidade da Carolina do Norte), Charles A. McCoy (vice-presidente, Universidade de Temple), Paul Minkoff (tesouraria, Faculdade do Brooklyn), David Morris (*Institute for Policy Studies*), Anna Navarro (secretário, Universidade de Princeton), Mark Roelofs (presidente, Universidade de Nova Iorque), e Marvin Surkin (então da Faculdade Moravian).

A confrontação aberta de Bay com o establishment da APSA destoava do posicionamento, embora crítico, muito mais amistoso de vários participantes do primeiro Comitê Executivo da CNPS. Este, por ocasião da publicação de suas primeiras resoluções, onde garantia dedicar “todas as suas energias” na elaboração de um programa próprio em 1968, (sob o título “A democracia americana em crise”), fez questão de sublinhar que, durante as tratativas entre os representantes do CNPS e da APSA, “estes cavalheiros se mostraram simpáticos e generosos”, e advertiram os seus leitores de que “o programa do Cúrculo de modo algum deve conflitar ou estorvar a programação planejada pelos comitês regulares da associação”, afinal, era “preciso enfatizar que o *Caucus for a New Political Science* é um grupo *dentro* da associação”, o qual “não é dedicado a qualquer ortodoxia –ou heterodoxia– em metodologia, inclinação ideológica ou objeto temático de interesse”, apenas “preocupado com o estudo de problemas que a associação pode bem ser acusada de ter ignorado” (Bayer *et al.*, 1968, pp. 39-40, grifo dos autores).

Bay, por sua vez, não demonstrava disposição para contemporizações desse tipo; para ele “a APSA até agora tem sido muito receosa; eu aceito a vocação Política não para ser uma apologia ou serviço técnico de políticas de governo monstruosas, mas para esclarecer alternativas políticas e impulsionar uma Política mais esclarecida” (Bay, 1967, p. 1096). Assim, para ele, se o CNPS estivesse realmente disposto a alterar radicalmente o *status quo*, primeiro, teria que considerar seriamente a possibilidade de total ruptura com a APSA, caso esta se mostrasse demasiadamente resiliente e não fosse demovida de sua postura conivente com a ordem política vigente (a disputa interna, pois, não deveria aceitar como dados os limites impostos pela estrutura da associação); segundo, o CNPS teria que estar disposto a buscar uma visão em comum, seja em relação ao tipo de “nova ciência política” que se almejava construir, seja em relação aos princípios e objetivos da ação política que se aspirava para mudar a situação – duas exigências, uma de ordem organizativa e a outra intelectual, que seriam vigorosamente debatidas pelos membros do CNPS.

Se a atuação do CNPS não se aprofundasse nesse sentido, como temia Bay (1968, p. 38), a despeito dos “sinais encorajadores”, havia o “perigo real de que o seu impacto em rede pudesse ser usado para canalizar organizacionalmente as pressões de mudança no interior da APSA, e assim, tornar mais fácil para a velha organização manter-se em guarda na defesa do *status quo*”. Com efeito, como fora noticiado à época, três dos membros mais aguerridos do CNPS, não identificados, fizeram uma declaração durante a convenção da APSA de 1968 de que “mesmo o *Caucus for New Political Science* mostra

graves deformações conservadoras”. A referida notícia concluía o seu relato informando que “o Comitê Executivo do *Caucus for New Political Science* [que então fora refeito] recomendou que o tópico para o painel de debates do próximo encontro da APSA fosse ‘Perspectivas de Revolução na América’. Mas no momento parece que qualquer ‘revolução’ na sedada *American Political Science Association* está em vias de ser contida ou assimilada” (Nelson, 1968, p. 1118). O receio (e a ironia) se justificava.

O “espírito de oposição leal”, como Clyde Barrow (2008, p. 224) classificaria a postura ambivalente da primeira Comissão Executiva do CNPS, pode ser explicado, em grande medida, pela falta de unidade do conjunto dos cientistas políticos dissidentes que ela representava, o que se agravava pela falta de integração entre eles ao longo de um ano entre uma convenção e outra da APSA, mais até do que por sua compleição liberal inicial, embora isso também tenha sido fator relevante. Na verdade, que os membros da primeira Comissão Executiva do CNPS não fossem além da crítica liberal ao liberalismo, se deve muito ao fato de a maioria dos cientistas políticos aglutinados espontaneamente em torno do CNPS terem pontos de vista bastante diversos. “Com efeito”, observaria David Ricci (1984, p. 189), “não existe uma forma satisfatória de resumir em sua totalidade as crenças acolhidas pelos membros do Cáucus em relação ao que deveria ser realizado na sociedade americana como um todo ou dentro da ciência política como disciplina acadêmica. Isso porque o cáucus era menos um círculo de estudiosos formando uma escola de pensamento do que uma facção flutuante percorrendo as correntezas do descontentamento”.

Conforme ilustraria mais tarde um dos membros mais destacados do CNPS, “alguns [dos cientistas políticos dissidentes] queriam que a ciência comportamental fosse usada como instrumento dos que não possuíam poder em vez de usada por poderosos. Outros eram simples luditas que desejavam esmagar os computadores e retornar para um inglês claro. Alguns reclamavam que os cientistas políticos deveriam dar mais atenção a questões de valores. Outros ainda acreditavam que as ciências comportamentais já estavam muito permeadas de valores ocultos, e valores conservadores por sinal” (Parenti, 1983, p. 192). Como entre os primeiros cientistas políticos a apoiarem a iniciativa de um “cáucus por uma nova ciência política” havia desde radicais socialistas até filósofos tradicionais e como quase todos ali inicialmente se preocupavam mais em conseguir vantagens táticas mais imediatas do que em estabelecer objetivos estratégicos mais duradouros (Resenbrink, 1979), não deveria ser encarado com surpresa o fato de a postura inicial da Comissão Executiva do CNPS – em que pese toda a combatividade de seus membros

individuais durante as plenárias da APSA – ter sido, por um lado, de transigência respeitosa em relação às instâncias oficiais da associação, e, por outro, de generosa abertura em relação ao conjunto dos membros insatisfeitos.

Esta atitude inicial mais flexível, senão mesmo dúbia ou indulgente, do CNPS, apesar das críticas de seus membros mais radicais, não deixou de trazer, porém, alguns avanços significativos, sobretudo se considerarmos as disparidades internas do grupo e os métodos muitas vezes improvisados de seus membros, sem mencionar a escassez de seus recursos. O principal avanço, certamente, foi a conquista de certa legitimidade necessária ao CNPS para se firmar como uma reconhecida organização crítica ao establishment da disciplina, capaz de atingir uma vasta audiência de cientistas políticos e demais cientistas sociais ou intelectuais filiados à associação, ou que eventualmente atendiam às suas chamadas. Em 1968, por exemplo, o CNPS dobrou o número de seus membros para 500 – cerca de 14% dos presentes à convenção anual, mas apenas 4% do total – e atraiu um público expressivo para sua programação, ao passo que a programação oficial da APSA, que se recusara um ano antes a acatar qualquer proposta temática do CNPS, não apresentou um único trabalho sequer sobre a Guerra do Vietnã, ou sobre as rebeliões raciais e distúrbios urbanos que se alastravam pelo país (Barrow, 2008, p. 225; Ehrenberg, 1999, p. 417; Surkin, 1968). Tudo isso contribuiu para reforçar em muitos a impressão de que a APSA realmente necessitava de urgentes transformações para poder navegar pelas águas turvas da época, enquanto que o CNPS havia indiscutivelmente se afirmado, naquela conjuntura, como uma organização indispensável para dar alguma relevância à disciplina e, quem sabe, se tornar o veículo, intelectual e organizacional, das transformações esperadas.

A falta de homogeneidade entre os participantes do CNPS não impediu que este avançasse, com muitas idas e vindas, em um processo – ou em uma “práxis” como preferiu um de seus antigos presidentes em uma história prematura de sua evolução (Resenbrink, 1979) – prenhe de ambivalências e contradições, não exatamente para uma “nova ciência política”, mas, ao menos, para uma crítica consistente aos que viam, por contraste, como a “velha ciência política”: a ciência política behaviorista. Nesse sentido, os historiadores da disciplina e comentadores sobre a história do CNPS, de forma geral, estão corretos em ressaltar o seu aspecto fundamentalmente negativo. “Em compasso com a dissidência política dos anos 1960”, resumiu bem John S. Dryzek (2006, p. 490), “o

Cáucus exigia tudo aquilo que o behaviorismo não era: uma orientação para os problemas sociais e a crise política da época e uma disciplina que tomaria posicionamentos coletivos sobre questões políticas controversas”. Assim, o “pós-behaviorismo”, como eventualmente passou a se denominar esta crítica e, por extensão, todo o período subsequente a sua emergência (até hoje, segundo virtualmente toda a historiografia) “indicava a determinação comum de deixar algo para trás em vez de uma noção comum em direção a qual a disciplina deveria se dirigir” (Ricci, 1984, p. 189). “A ‘era pós-behavioralista’ na ciência política”, afirmavam Seidelman e Harpham (1985, pp. 189, 192), seria “definida mais pelo o que ela é contra do que por qualquer foco em comum acerca da natureza da ciência política ou de sua relação com a política”; “como o próprio nome sugere, o pós-behaviorismo na ciência política representou a confissão dos pecados passados da disciplina, mas mostrava um pouco de confusão e não poucos desacordos sobre a natureza da penitência”.

Com efeito, essas apreciações até aqui estão corretas e realmente não há muito o que se discutir. Porém, é muito comum que venham acompanhadas de uma avaliação em retrospecto sobre o alcance da chamada crítica “pós-behavioralista” que aponta quase que invariavelmente para seu fracasso ou seu êxito limitado dentro do estreito contorno da disciplina de ciência política, sem que se reconheça o seu impacto ou a sua dimensão “positiva” – em conjugação, evidentemente, com todo o movimento dissidente dos anos 1960 e 1970 nas universidades e, em especial, nas ciências sociais – sobre as estruturas de poder político e ideológico liberal nos Estados Unidos, isto é, sem que avalie o quanto a crítica ao behaviorismo na ciência política (e ciências sociais em geral) contribuiu, em grande medida, para a desestabilização da própria ciência política e social da Guerra Fria, assentada nos múltiplos centros de pesquisa de numerosas universidades, e, além disso, para o impulso originário de criação de um novo tipo alternativo de espaço institucional do que podemos vagamente chamar de contrapoder, ainda que eventualmente este último tenha sido ocupado e desenvolvido com muito mais eficácia por forças políticas da direita conservadora e não pela esquerda radical (daí as aspas em “positivo”).

Voltaremos a essa questão no último tópico do capítulo. Antes, porém, é preciso explorarmos mais detidamente o teor da crítica do CNPS ao behaviorismo, isto é, a sua dimensão eminentemente negativa, para compreendermos como tais intelectuais ativistas, a partir dos dilemas enfrentados seja no campo propriamente intelectual, isto é, ao lidar criticamente com os aspectos teóricos e metodológicos do behaviorismo, seja no campo

mais especificamente organizacional, isto é, ao tentar construir formas institucionais mais adequadas para combater o establishment liberal dentro e fora da academia, conceberam, traçaram e procuraram pôr em prática estratégias positivas de superação da ordem liberal da Guerra Fria e de sua matriz ideológica.

6.2 As armas da crítica do CNPS e a busca da superação teórica do behavioralismo

Os cientistas políticos dissidentes que formaram o CNPS não foram os primeiros a criticar a ciência política behavioralista nos Estados Unidos e nem mesmo, pelo menos num primeiro momento, os mais enfáticos. De fato, alguns desses cientistas políticos que eventualmente se organizaram sob a sigla do CNPS, já haviam publicado algumas críticas ao behaviorismo bem antes de qualquer um deles ter imaginado participar de um grupo ou movimento como esse, como Christian Bay, Mulford Q. Sibley, Morton Baratz e Peter Bachrach, para ficar em alguns poucos exemplos. Todavia, as primeiras críticas e aquelas que eram mais eloquentemente contrárias ao behaviorismo vieram de filósofos políticos ditos tradicionais, em geral conservadores, como Eric Voegelin e Leo Strauss, ou mesmo de um improvável economista (reconhecido conservador, apesar de suas negativas),¹⁰⁵ como Friedrich Hayek, para mencionarmos, com alguma parcimônia, somente os mais ilustres.

Aliás, muitas das críticas presentes nesses últimos (primeiros) pensadores, curiosamente, curiosamente coincidirão com a dos primeiros (últimos). Eric Voegelin, por exemplo, no seu livro *“The New Science of Politics”*, publicado em 1952 a partir de uma série de conferências pronunciadas no ano anterior, na Universidade de Chicago, sob os auspícios da Fundação Charles R. Walgreen, foi um acerbo crítico da “destruição da ciência política através do positivismo” característico dos behavioristas, que em geral subordinariam a pertinência dos problemas políticos à disponibilidade dos métodos, o que resultaria em uma “acumulação de fatos irrelevantes”, ainda que não de uma “irrelevância absoluta”, graças à “pressão do ambiente” de uma “civilização com tradições teóricas”, e

¹⁰⁵ Hayek expressou o seu desacordo com a etiqueta de “conservador” de forma enfática em seu influente texto *Why I am not a conservative*, publicado como posfácio do livro *The Constitution of Liberty* (Hayek, 2011 [1960]).

na “interpretação errônea de fatos pertinentes”, tudo isso devido à busca mecanicista por uma “objetividade através da exclusão de valores” (Voegelin, 1979, pp. 17-31, *passim*).

Leo Strauss, por sua vez, rejeitaria veementemente o postulado de uma ciência política baseada no modelo das ciências naturais, isto é, de uma ciência política que, por supostamente se basear na razão, se consideraria superior e apartada do senso comum, fundamentado em valores, quando a ciência política (como a filosofia política clássica) deveria ser o esclarecimento do senso comum (não a sua pura e simples refutação). Conforme Strauss argumentaria no influente epílogo à coletânea editada por Herbert Storing, *Essays on the Scientific Study of Politics*, publicada em 1962, a “nova ciência política”, como ele se referia ao behaviorismo (como Voegelin), era governada pelos pressupostos de que haveria uma distinção fundamental entre filosofia e ciência, que, além de levar à depreciação do senso comum, conduziria também à artificial separação entre fatos e valores e ao postulado enganoso da neutralidade axiológica, e, por fim, à negação de toda possibilidade de estabelecer, por meios racionais, um conceito de bem comum, uma vez que a racionalidade desta “nova ciência política” tenderia a reduzir sempre o todo a suas partes, deixando de fora quaisquer considerações éticas relevantes, daí, portanto, não só a vulgaridade inerente ao seu formalismo positivista, mas também a sua inclinação paradoxal para aceitar supersticiosamente os valores predominantes como dados. Tudo isso, segundo Strauss, teria como consequência a incapacidade dos cientistas políticos behavioristas, em sua maioria liberais, de traçarem a distinção cabal entre um bom e mal regime político; porque “o novo cientista político como puro espectador não é comprometido com qualquer valor, ele é neutro no conflito entre democracia liberal e os seus inimigos” (Strauss, 1962, p. 324).

Hayek também se empenhou no combate ao que chamava de “cientificismo” ou “cientismo”, tema recorrente em sua obra, mas objeto de um estudo em particular, com o sugestivo título *The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason*, publicado em 1952, depois, portanto, do célebre *The Road to Serfdom*, de 1944, que o notabilizou nos Estados Unidos. Para Hayek, as pesquisas sobre economia ou sobre os fenômenos sociais de forma geral, ao longo de seu moroso desenvolvimento até meados do século dezenove, selecionava seus métodos sobretudo de acordo com os problemas que enfrentavam, “sem muita reflexão sobre o caráter dos métodos ou sua relação com os de outras disciplinas de conhecimento”; assim, “os estudiosos de economia política podiam descrevê-la alternativamente como parte da ciência ou da moral ou da filosofia social sem

o menor receio de seu tema ser científico ou filosófico”. O próprio termo “ciência” ainda não teria assumido o seu “sentido especialmente estreito de hoje”, e nem as chamadas ciências naturais haviam conquistado a “especial dignidade” e proeminência em relação às demais. Tudo isso iria mudar a partir de meados do século dezenove. Não somente as ciências físicas e biológicas passariam a clamar para si o epíteto de “ciência”, alegando rigor metodológico e objetividade ausentes nas demais, como também o seu sucesso teria exercido uma “extraordinária fascinação naqueles que trabalhavam em outras áreas e que rapidamente começaram a imitar os seus ensinamentos e vocabulário”, dando início, assim, à “tirania dos métodos e das técnicas das Ciências” (Hayek, 1952, p. 13). Desde então, a “ambição em copiar a Ciência em seus métodos em vez de seu espírito tem dominado os estudos sociais”, o que, não obstante, “contribuiu escassamente para nossa compreensão dos fenômenos sociais”, e não impediu que “exigências de mais esforços nesse sentido [fossem] ainda apresentados como as inovações revolucionárias mais recentes, que, se adotadas, assegurarão o rápido e jamais sonhado progresso” (*ibid.*, p. 14). Hayek destaca, porém, que os métodos copiados pelas ciências sociais raramente são os mesmos usados pelos cientistas naturais, daí ele aplicar os termos “cientismo” e “cientificismo” para nomear “a imitação servil do método e da linguagem da Ciência” e a “aplicação mecânica e acrítica dos hábitos de pensamento de diferentes áreas” (*ibid.*, pp. 15, 16).

Todas essas críticas, que muito se aproximariam daquelas lançadas pelo CNPS ao behaviorismo, eram bastante conhecidas já nos anos 1950. Como observou Gunnell (1988b, 1993), a ênfase dos cientistas políticos estadunidenses na abordagem científicista em oposição à abordagem filosófica em parte se deve a uma reação a essas críticas vindas de intelectuais europeus imigrantes ou refugiados. O que teria tornado a crítica à ciência política behaviorista feita pelos membros do CNPS particularmente bombástica é que, ao contrário dessas críticas anteriores, ela, em primeiro lugar, não descartava inteiramente os méritos e avanços conquistados pelos behavioristas (muitos se viam, pelo menos no início, como behavioristas reformadores, como o próprio Christian Bay), e, em segundo lugar, porque, diferentemente das críticas dos filósofos políticos (e economista) europeus imigrantes, a crítica desenvolvida pelos cientistas políticos ativistas do CNPS, em geral, não tinham traços conservadores ou mesmo reacionários (Voegelin culpava a decadência do pensamento ocidental, bem antes dos behaviorismo entrar em cena, ao agnosticismo; Strauss elegeu a ciência da política hobbesiana como o responsável pela degeneração do

pensamento político ocidental; e Hayek era um inimigo declarado não só do positivismo, mas de todas as formas de historicismo, origem de todo o pesadelo da engenharia social, do totalitarismo soviético ao reformismo socialdemocrata). Ao contrário, a crítica levada a cabo pelo CNPS variava de uma posição liberal de esquerda até o socialismo radical. Os seus membros não repudiavam terminantemente toda e qualquer forma de planejamento social via políticas públicas ou mesmo a subversão da ordem social instituída pelo uso da razão, mas apenas o tipo de engenharia social subordinada aos interesses das elites e das classes dominantes, em detrimento das necessidades sociais dos oprimidos.

Bay identificou claramente essa distinção entre a sua crítica ao behaviorismo e aquela derivada desses filósofos políticos. Ao contrário destes, Bay não desprezava as teorias políticas empiricamente informadas em favor da filosofia política especulativa; ao contrário, mesmo afirmando que não se considerava mais um “liberal”, mas sim “radical” ou “humanista”, ele afirmava, no prefácio à terceira edição de seu livro *The Structure of Freedom*, originalmente publicado em 1958, que “ainda me considero um behaviorista (...). Eu ainda acredito que é de vital importância construir uma ponte sobre o fosso que existe entre as investigações políticas principalmente normativas, muito frequentemente escolásticas e inteiramente especulativas em sua abordagem, e as investigações principalmente empíricas, apenas orientada para os fatos e em geral sociológicas na abordagem” (Bay, 1970, p. v). De acordo com Bay, ao contrário da filosofia política “escolástica” de Strauss e os seus discípulos, a quem se refere explicitamente, ele não pleiteava fazer uma defesa de valores em oposição nua e crua aos fatos, mas sim unir dialeticamente as duas dimensões. Nesse sentido, seu argumento é de que os filósofos políticos tradicionais, na verdade, cairiam na mesma armadilha que em geral os behavioristas ficaram presos, ou seja, a dura dicotomia entre fatos e valores, porém, com sinais trocados. Esse mesmo livro de Bay, bastante considerado na época, tanto que teve três edições em doze anos, já trazia uma crítica bem definida ao behaviorismo, mas Bay a acentuaria consideravelmente nos anos seguintes. No extenso prefácio de sua segunda edição, de 1965, Bay argumentaria que, embora mantivesse o contorno geral de suas ideias, “seis anos mais velho e presumivelmente seis anos mais sábio”, ele avançou na sua crítica de que “as tendências predominantes da pesquisa política behaviorista, e, em uma extensão consideravelmente menor, as pesquisas em política comparada também, restringiram o papel que a investigação política poderia desempenhar a serviço das necessidades humanas” (Bay, 1970, p. ix).

Os argumentos de Bay seriam expostos de forma polêmica num artigo publicado em 1965 no periódico da APSA, *American Political Science Review* (APSR), intitulado *Politics and Pseudopolitics: a critical evaluation of some behavioral literature*. No artigo – em que se defronta abertamente com behavioristas como Dahl, Almond, Eulau e outros –, Bay denuncia a “indolência intelectual” dos behavioristas e categoricamente afirma que “muito do trabalho corrente sobre o comportamento político falha em articular seus próprios preconceitos de valores muito reais, e que o impacto político desta suposta literatura neutra é geralmente conservadora e num sentido especial apolítica” (Bay, 1965, p. 39).

Um dos principais problemas que Bay encontrava na literatura behaviorista era “a ausência de qualquer referência a um propósito público”. De fato, os behavioristas teriam contribuído significativamente para o conhecimento sobre o poder e a autoridade, mas para Bay a “significância deve ser aferida em relação a algum critério”. “A ‘política’ deve se referir ao poder, mas o termo deve também se referir a alguma concepção de bem-estar humano e bem público; a ‘política’ tem sido definida conseqüentemente de uma maneira institucional e behavioral simples, sem qualquer relação com concepções normativas de toda sorte”. Em vez disso, Bay defende a “necessidade de a teoria política lidar com as necessidades humanas básicas, tanto quanto outros desejos explícitos e outros aspectos observáveis do comportamento”. Ao abdicar e esconjurar essa tarefa, o grosso da ciência política behaviorista teria aceito “a débil compra do rigor ao preço da exclusão de muito da carne e do espírito da política”. Nesse sentido, Bay oferece como um “começo modesto e fragmentado em direção a uma teoria mais apropriada” a distinção entre o que considera ser a verdadeira “política” e a “pseudopolítica”.

Como “política”, Bay entenderia “toda a atividade que objetivava o melhoramento e a proteção das condições para a satisfação das necessidades e demandas humanas em uma dada sociedade e comunidade, de acordo com alguns esquemas de prioridades universais”, ao passo que a “pseudopolítica” se referiria à “atividade que se assemelha à atividade política, mas é exclusivamente preocupada, seja em aliviar neuroses pessoais, seja em promover vantagens pessoais ou de grupos de interesse privados, desimpedidos por qualquer concepção articulada e desinteressada do que seria justo ou correto para outros grupos” (*ibid.*, p. 40). Segundo Bay, não se podia evitar o “reino das questões normativas” e abdicar de qualquer “escolha de compromisso”, como parecia ser o caso dos currículos de ciência política na maioria das universidades, a menos que se quisesse

com isso aceitar o risco de “contra a própria vontade se tornar instrumento do compromisso de outras pessoas” (*ibid.*, p. 41). “Se os cientistas sociais conselheiros não se sentem chamados a investir o melhor de suas energias para estudar os fins últimos de nossas políticas nacionais, é improvável que qualquer outra pessoa influente o faça” (*ibid.*, pp. 41-42). Assim, Bay afirmava que a sua “desavença não é com a pesquisa sobre a pseudopolítica em si, mas com o modo que as descobertas eram normalmente reportadas e interpretadas. Eu rejeito a tendência de muito da literatura behaviorista de lidar quase exclusivamente com os aspectos pseudopolíticos do comportamento, e dar a entender que o predomínio da pseudopolítica é e sempre será natural ou mesmo a situação desejável na democracia” (*ibid.*, p. 41).

A crítica de Bay seria desdobrada em profundidade por outros cientistas políticos dissidentes em uma importante coletânea, organizada por Charles McCloy, da Universidade de Temple, e John Playford, da Universidade de Monash, sendo o primeiro deles o vice-presidente do primeiro Comitê Executivo do CNPS. O livro *Apolitical politics: a critique of behavioralism*, publicado em 1967, por muitos considerado um “primeiro manifesto da nova ciência política” (Barrow, 2008, p. 219), reunia doze artigos de quatorze cientistas políticos interessados em preencher uma lacuna na crítica ao behaviorismo. Conforme argumentava McCoy no prefácio, a crítica ao behaviorismo não era propriamente uma novidade. Estudantes interessados nos escritos behavioristas estavam mais ou menos familiarizados com as críticas de Leo Strauss, W. G. Runciman, John Hallowell e Bernard Crick. Contudo, o “balanço crítico não parecia adequado”, pois, apesar de essas críticas articularem os problemas metodológicos e filosóficos do behaviorismo, elas “falhavam em lidar com os escritos concretos dos behavioristas; tampouco se teciam comentários suficientes sobre os valores mais implícitos do que explícitos na escola behaviorista de pensamento” (McCoy e Playford, 1967, p. v). A ideia básica seria oferecer aos estudiosos interessados nos textos behavioristas um apanhado representativo das principais críticas sistemáticas e substantivas de autores como Robert Dahl, David Easton, Harold Lasswell, Richard S. Snyder, Seymour Martin Lipset, Gabriel Almond, Anthony Downs, William H. Riker, David Truman, “para mencionar os mais frequentemente discutidos” (*idem*).

Não obstante a intenção a princípio singela desta coleção, *Apolitical Politics* teve impacto imediato nos debates políticos que brotavam na APSA. Como sublinhou Clyde

Barrow (2008, p. 220), como a maior parte das críticas contra o behaviorismo proviham até então de filósofos políticos tradicionais que objetavam totalmente o behaviorismo, quando não demonstravam profundo desprezo pela democracia liberal, e “na medida em que os behavioristas mantinham firmemente sob controle os postos oficiais da APSA, o conselho editorial da APSR, além de incentivos financeiros da SSRC, eles podiam facilmente ignorar tais críticas como resmungos”. O mesmo, porém, não seria possível fazer com as críticas incorporadas em *Apolitical Politics*, descritas no próprio livro como uma “crítica ‘liberal’” (McCoy e Playford, 1967, p. 10). Ao contrário das antigas críticas dos filósofos políticos tradicionais, estas “não podiam ser tão facilmente desdenhadas pelo establishment acadêmico” (Barrow, *Op. cit.*, p. 219). Como os autores de *Apolitical Politics* não deixariam de notar,

As diferenças entre este volume e aquele editado por Storing [*Essays on the Scientific Study of Politics*] são numerosos. O volume de Storing argumenta que algumas coisas *não deveriam* ser analisadas; este aqui tende a argumentar que algumas coisas *não podem* ser analisadas. O volume de Storing lida com a metodologia como um capricho e considera os behavioristas como ingênuos; este livro tende a ver a ênfase na metodologia como uma condição patológica e o ‘establishment’ do behaviorismo como uma ortodoxia restritiva.¹⁰⁶ O volume de Storing assume que o real conhecimento é filosófico; este volume afirma que o real conhecimento do mundo político é o conhecimento prático. O volume de Storing deseja substituir uma ortodoxia por outra; este volume se opõe a qualquer ortodoxia como tal e defende que há muitos caminhos para o reino. (McCoy e Playford, *Op. cit.*, pp. 9-10)

Os autores de *Apolitical Politics* admitiam que, “no passado, cientistas políticos americanos estiveram demasiadamente interessados num tratamento filosófico, legalista, ou descritivo das instituições políticas”, e que, nesse sentido, “os behavioristas, na sua aplicação de seu método científico rigoroso, na sua insistência na importância da criação teórica, e no seu crescente uso das descobertas da sociologia e da psicologia, contribuíram significativamente para a expansão das fronteiras e para o alargamento da perspectiva na ciência política” (*ibid.*, p. 3). No entanto – e este seria o “foco unificador” do livro –, eles se contrapunham ao que denominavam de “síndrome behaviorista”, isto é, a condensa-

¹⁰⁶ Este ponto contra a “ortodoxia” é feito, no entanto, por Strauss (1962, p. 307), ainda que este não use a linguagem acusatória que entrou em voga nos anos 1960 contra o establishment. Em vez disso, com ironia, ele chama dos behavioristas de “forte minoria da direita”, ao passo que identifica também uma “pequena minoria de esquerda” e um “centro que consiste de cientistas políticos à moda antiga”. “Pode soar estranho que eu chame os aderentes da nova ciência política [isto é, o behaviorismo] de ala direita e seus intransigentes oponentes de ala esquerda, tendo em vista que os primeiros são quase todos liberais e os últimos tenham o odor do conservadorismo. Contudo, desde que eu ouvi os intransigentes oponentes da nova ciência política descritos como heterodoxos [*unorthodox*], eu concluí que a nova ciência política é a ortodoxia da profissão, e o lugar natural para a ortodoxia é à direita”.

ção de três proeminentes características, implícitas ou explícitas, nos escritos behavioristas, a saber: o seu “conservadorismo”, o seu “medo da democracia popular” e a sua “evasão de qualquer questão política vital” (McCoy e Playford, 1967, pp. 3, 10). Embora, de uma forma ou de outra, quase todas as contribuições lidavam com todos os três aspectos, elas foram distribuídas em três partes, cada qual enfatizando uma dessas dimensões, além de um breve e isolado artigo em uma quarta parte conclusiva, em que o autor reivindicava as responsabilidades dos cientistas políticos, “a despeito das dificuldades impostas pelo presente clima intelectual”, na elaboração de teorias políticas dedicadas a ajuizar valores (*ibid.*, p. 231).

A primeira parte, “O novo realismo dos behavioristas”, trazia, além do artigo já comentado de Bay, *Politics and Pseudopolitics*, outras duas contribuições que procuraram, em conjunto, evidenciar o quanto as obras de destacados behavioristas eram “permeadas por implícitos e não reconhecidos valores conservadores” (*ibid.*, p. 3). No conteúdo e no teor, os autores dos artigos dessa parte seguiam de perto as pegadas deixadas por Bay e denunciavam a adesão desses behavioristas aos valores e instituições aceitos pelas elites, em uma postura condizente à apologia de Bell e Lipset ao “fim da ideologia”, de acordo com a qual “tudo o que deveria ser já era”, não cabendo mais aos intelectuais senão a tarefa de celebrar, através da elaboração pseudopolítica abstrata de sofisticados sistemas, modelos, e jogos ditos “realistas”, a chegada da Utopia.

A segunda parte, “O novo conservadorismo dos behavioristas”, era composto de quatro artigos republicados que, em comum, argumentavam que, apesar da retórica realista, que supostamente renuncia a necessidade de elaboração de uma teoria fundada em valores, as teorias empiricamente informadas, como usualmente eram descritas as teorias desenvolvidas pelos cientistas políticos behavioristas, na verdade eram, de cima a baixo, eivadas de valores, no caso, profundamente conservadores, em que pesassem os posicionamentos políticos individuais dos behavioristas, muitos dos quais reconhecidos liberais.

A crítica nessa seção não se limitava aos aspectos propriamente metodológicos da abordagem behaviorista, mas avançava na análise de sua irmã gêmea, a “teoria pluralista da democracia”. James Petras, então professor na Universidade Estadual da Pensilvânia, identifica três tendências ideológicas na ciência política estadunidense. A primeira, que chamou de “equiliberalismo”, abarcaria autores como Talcott Parsons, Ber-

nard Berelson, Samuel Stauffer, Robert Dahl e Gabriel Almond, que teriam uma preocupação excessiva com a estabilidade e equilíbrio do sistema, dependente, por sua vez, da habilidade das elites em preservá-lo e da baixa intensidade de participação dos cidadãos, revelando pronunciados “valores subjacentes burkeanos ou conservadores”. Para a segunda escola, composta por “teóricos de grupo”, como Earl Lathan, Grant McConnell e David Truman, o Estado seria menos o produtor de poder do que o protetor e árbitro de conflitos de grupo com distintos interesses, atuando para que as “regras do jogo” não fossem tensionadas a ponto de tornar o sistema disfuncional. A terceira corrente, dos “autonomistas políticos” como Harlan Matthews, conferiria demasiado protagonismo aos políticos oficiais como figuras centrais do sistema político.

Apesar das diferenças entre essas tendências, segundo Petras, todas estariam “subsumidas a um conjunto de pressuposições comuns” que caracterizaria, assim, os contornos ideológicos da ciência política nos Estados Unidos. Todas elas aceitariam a estrutura socioeconômica institucional do país como expressão da democracia, sem jamais examinar os seus fundamentos, e, por isso, tentariam estabelecer as condições necessárias para preservação do poder das elites e revelariam um “pavor hobbesiano” de movimentos de massa, daí a sua inclinação, sempre que a teoria democrática entrasse em desacordo com a realidade contemporânea, a corrigi-la, ajustá-la ou simplesmente descartá-la para que se adequasse às exigências do sistema. Isso explicaria, segundo Petras (1967, p. 92), “a visão universal entre os cientistas políticos de que o Estado, em si mesmo, não está comprometido com qualquer grupo particular ou extrato da sociedade (talvez, eu posso sugerir, ele esteja *tão* comprometido que isso sequer é questionado), mas funciona como um ‘agenciador’ e distribuidor de benesses para toda a sociedade de forma desigual, mas não injusta (um ‘não problema’)”.

Outro artigo da mesma seção que desenvolveria uma crítica teórica e metodológica à teoria pluralista defendida quase em uníssono pelos cientistas políticos behavioristas seria o de Peter Bachrach e Morton Baratz, professores de ciência política e economia, respectivamente, em Bryn Mawr College, intitulado “*Two faces of Power*”, um artigo que teria bastante repercussão entre os dissidentes do CNPS. Bachrach e Baratz exploravam as divergências entre cientistas políticos “pluralistas” e sociólogos “elitistas”, os primeiros apontando para a existência de comunidades de poder “amplamente difusas”, os segundos para estruturas de poder “altamente centralizadas”, “descobertas fortemente

discrepantes”, que, a seu ver, seriam “produto, não de mera coincidência, mas de diferenças fundamentais nos pressupostos e métodos de pesquisa de ambos” (Bachrach e Baratz, 1967, pp. 146-147).

Os autores concediam a uma série de críticas tecidas pelos pluralistas, como Robert Dahl e Nelson Polsby, aos chamados elitistas, como Floyd Hunter e Charles Wright Mills. Todavia, eles argumentavam que, “a exemplo dos elitistas, eles utilizam uma abordagem e pressuposições que predeterminam suas conclusões” (*ibid.*, p. 147). Ao se concentrarem não nas fontes de poder, mas exclusivamente no seu exercício, isto é, no “processo de participação na tomada de decisões”, os pluralistas deixariam entrever duas deficiências. A primeira seria desprezar o fato de que o poder pode ser exercido justamente ao confinar o escopo do processo decisório a “questões relativamente ‘seguras’”, isto é, que nem todo o poder é “totalmente incorporado ou plenamente refletido em ‘decisões concretas’”. A segunda seria de que o modelo por eles defendido, baseado no estudo de uma série de “decisões políticas chave”, não apresentaria qualquer critério objetivo para distinguir questões importantes ou desimportantes na arena política, ou seja, esta seleção de casos chave seria determinada subjetivamente pelos pluralistas (*ibid.*, pp. 148, 149).

Segundo Bachrach e Baratz, os pluralistas apenas conseguiriam enxergar uma face do poder, a mais visível, e, portanto, sujeita aos métodos de mensuração de comportamentos observáveis, ao passo que deixariam na sombra a outra face do poder, em geral oculta, mas, talvez por isso mesmo, a mais decisiva. Antecipando o que ficaria conhecido como um problema de “definição de agenda”, eles argumentavam que o poder não é exercido somente quando A toma decisões que afetam B, mas também “quando A devota suas energias para criar ou reforçar valores sociais e políticos e práticas institucionais que limitam a abrangência das considerações públicas sobre o processo político a apenas aquelas questões que são comparativamente inócuas para A” (*ibid.*, p. 149).

Ancorando-se noção de “mobilização de preconceitos”, criada por E. E. Schattschneider, no livro *The Semi-Sovereign People* (1960), Bachrach e Baratz desenvolveriam sua própria noção de “processo não-decisório” de acordo com a qual um dos aspectos mais relevantes no estudo das relações de poder seria o processo pelo qual certas pessoas ou grupos poderiam limitar o processo decisório a questões relativamente pouco controversas, isto é, a questões que não ameaçassem seus interesses. Como o poder de prevenir a erupção de dissenso sobre questões fundamentais seria sistematicamente ignorado nos estudos pluralistas, estes adotariam um entendimento completamente arbitrário

e enganoso sobre o que seriam as “questões chave na política”, qual seja, o de normalmente estas envolverem demonstrações públicas de discordância. Contudo, na medida em que o poder é realmente efetivo, as verdadeiras “questões chave na política” seriam justamente aquelas reprimidas e silenciadas, consciente ou inconscientemente, por indivíduos e grupos.

Dessa forma, a teoria pluralista não ofereceria garantia alguma de que as questões privilegiadas nas suas pesquisas seriam de fato relevantes; ao contrário, havia fortes evidências de sua irrelevância, na medida em que não penetrariam no núcleo obscuro das relações de poder. “A distinção entre as questões importantes e desimportantes”, acreditavam Bachrach e Baratz, “não podem ser tornadas inteligíveis na ausência de uma análise sobre a ‘mobilização dos preconceitos’ na comunidade; dos valores dominantes e dos mitos, rituais e instituições políticas que tendem a favorecer interesses especiais de um ou mais grupos em detrimento de outros” (*ibid.*, p. 152). Em uma palavra (não utilizada pelos autores), os pluralistas negligenciariam, nos seus estudos sobre o poder, a questão fundamental da ideologia e tenderiam, conseqüentemente, a retificá-la, adotando, portanto, uma postura conservadora diante das estruturas de poder vigentes.

A terceira seção de *Apolitical Politics*, “A nova democracia dos behavioralistas”, composta de quatro capítulos que avaliavam a “teoria democrática” dos behavioralistas em oposição a suas predecessoras, trazia uma importante intervenção de Jack L. Walker, que lhe rendeu um debate com Robert Dahl nas páginas da APSR no ano anterior.¹⁰⁷ Em *A Critique of the Elitist Theory of Democracy*, Walker examina o “movimento revisionista” empreendido pelos behavioralistas contra o seu “principal objeto de ataque”, uma elusiva teoria democrática clássica, segundo a qual as políticas seriam expressão do bem comum estabelecido por cidadãos informados e ativos após longa deliberação, uma miragem que, conforme atestada empiricamente por pilhas de indigestas pesquisas, seria procurada em vão em qualquer sociedade. A reformulação behaviorista dessa ilusória teoria democrática seria classificada por Walker, seguindo uma indicação deixada por Lipset na sua famosa introdução ao livro de Robert Michels, *Political Parties. A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy* (1962), de “teoria elitista da democracia”.

¹⁰⁷ Os comentários de Robert Dahl ao artigo de Jack L. Walker, seguido de uma réplica deste último, pode ser encontrado em: Dahl, 1966.

De acordo com Walker, a teoria democrática behaviorista padeceria de duas deficiências básicas. Primeiramente, “na sua busca por realismo, os revisionistas alteraram fundamentalmente o significado normativo da democracia, tornando-a uma doutrina mais conservadora no processo” (Walker, 1967, p. 200). Como no centro da teoria elitista haveria a presunção de que o cidadão comum seria inadequado, as democracias modernas deveriam se basear na capacidade de seus líderes políticos. O que diferenciaria a democracia, nesse sentido, de regimes autoritários seria a existência de eleições competitivas entre os membros dessa elite. Assim, para os teóricos elitistas a democracia seria concebida, sobretudo, em termos procedimentais, o que, a seu ver, garantiria não só a eficiência administrativa do governo, mas também certo grau indispensável de responsabilidade pública, tornando supérflua, e, mais do que isso, indesejável, a participação direta dos cidadãos nos assuntos públicos, o que poderia levar à ruína do sistema. Enquanto que a “teoria clássica” era “um arcabouço, um conjunto de prescrições para uma política ideal”, a “teoria elitista”, no seu afã realista, teria transformado a estabilidade e a eficiência nos principais objetivos da ordem política. “Se esses revisionistas estão corretos, surge o perigo de que, na sua luta por desenvolver explicações mais confiáveis sobre o comportamento político, os cientistas políticos irão também se tornar sofisticados apologistas da ordem política existente” (*ibid.*, p. 206).

Tal não seria único problema, contudo. Conforme sublinhou Walker, haveria também sérios problemas relativos à qualidade da acuidade descritiva que comprometeriam a teoria elitista como um “guia para pesquisa empírica”, principalmente à luz de acontecimentos recentes na sociedade estadunidense. Os teóricos elitistas costumavam se comprazer com a ideia de que os cidadãos em geral seriam passivos e apolitizados, preocupados bem mais com seus afazeres privados e domésticos do que com o destino da vida pública. Walker concede que “ninguém pode negar que haja uma apatia política generalizada entre muitos setores do público americano. Mas é importante saber por que é assim e não simplesmente explicar como esse fenômeno contribui para o suave funcionamento do sistema”. Polsby e Dahl argumentariam, por exemplo, que o sistema político democrático operaria em geral por inércia, uma vez que as principais questões políticas já estariam há muito resolvidas, e que seria falacioso assumir que cidadãos, sobretudo de estratos sociais inferiores, teriam qualquer queixa a menos que eles se expressassem dessa forma.

Mas é difícil crer, nesses dias de demonstrações de protesto, de *Black Muslims* e *Deacons of Defense and Justice*, que o ânimo de cínica apatia em relação à política que

afetam tantos negros americanos é uma indicação de sua satisfação com o sistema político e com as alternativas frágeis e essencialmente sem sentido que comumente são oferecidas a eles. Assumir que a apatia é um sinal de satisfação neste caso é negligenciar a trágica história dos negros na América e o sistema de repressão violenta há muito usado para lhes recusar qualquer entrada nos canais regulares do processo decisório democrático”. (*Ibid.*, pp. 208-209)

Ao contrário, assim, da percepção dos teóricos elitistas, a apatia política, que eles tomavam como uma espécie de não-problema, senão como a solução do sistema político democrático, poderia estar “enraizada nas estruturas institucionais da sociedade”, isto é, ela poderia ser reflexo da ausência de estruturas democráticas e não condição para seu desenvolvimento estável. Nesse sentido, afirma Walker (*ibid.*, p. 210), “uma das principais características de nosso sistema político tem sido o seu sucesso em suprimir e controlar conflitos internos” e não a “criação de satisfação e consenso”. Em síntese, Walker acusa os “teóricos elitistas” não apenas de subverterem o sentido normativo da teoria democrática clássica em uma direção mais conservadora, como também os denuncia por apresentarem um retrato bastante irreal da sociedade estadunidense. Sem ter os méritos da teoria democrática clássica, a chamada teoria elitista teria todos os seus defeitos.

Apolitical Politics foi a primeira tentativa dos cientistas políticos dissidentes do CNPS de reunirem suas reflexões dispersas num conjunto coeso de crítica ao *status quo* da ciência política behaviorista, mas não foi a única e nem a mais radical e incisiva. Em meio às disputas políticas no interior da APSA e na sociedade estadunidense de forma geral em que estes intelectuais ativistas estavam engajados, uma nova reunião de ensaios críticos foi lançada: *An End to Political Science. The Caucus Papers*. A coletânea, publicada em 1970, refletia não só o acúmulo de debates nos anos recentes, mas representava também uma inflexão no teor geral da crítica, de um sentido mais “liberal”, como reconheciam os organizadores de *Apolitical Politics*, para um sentido declaradamente mais “radical”. Esta mudança espelhava, por sua vez, transformações no interior do próprio CNPS ou, ao menos, em seu núcleo mais atuante.

Em 1968, durante a convenção nacional da APSA, uma nova Comissão Executiva do CNPS foi eleita, sendo composta, dessa vez, por integrantes relativamente mais jovens e consideravelmente mais inclinados à esquerda. No prefácio à coletânea, *An End to Political Science*, os seus organizadores, Marvin Surkin, professor da Universidade Adelphi, e um dos poucos remanescentes da primeira comissão do CNPS, e Alan Wolfe, professor da Universidade Estadual de Nova Iorque, e um dos integrantes mais eloquentes da nova comissão, apresentavam-na da seguinte forma:

Esse livro é uma crítica à política americana e à ciência política americana por um grupo de jovens professores universitários, estudantes de graduação, ativistas políticos. Ele representa um esforço coletivo do *Caucus for a New Political Science* (CNPS) (...). Ele é, assim, parte de um novo movimento nas associações profissionais e universidades, procurando criar uma força crítica e radical entre acadêmicos e intelectuais. Muitos cáucuses radicais foram formados recentemente para desafiar os propósitos e orientações sociais e políticas de suas associações acadêmicas, disciplinas e universidades. (Surkin e Wolfe, 1970, p. 3)

Nas palavras de Barrow (2008, p. 230), *An End to Political Science* representava a passagem de bastão das antigas lideranças, com suas “críticas liberais educadas”, para as novas, “declaradamente marxistas, socialistas, e democratas radicais”. Essas mudanças seriam percebidas desde a introdução. Em vez de uma crítica dirigida simplesmente aos equívocos intelectuais de cientistas políticos behavioristas, como em *Apolitical Politics*, o novo volume denunciaria também os desvios políticos concretos da disciplina e de seus profissionais. *An End to Political Science* tinha o objetivo de “desafiar a complacência da ciência política americana, seu conservadorismo, suas ligações com o governo, e, acima de tudo, o que os dissidentes têm chamado de ‘irrelevância’ da disciplina”. Esta, diziam seus organizadores, “em grande medida foi devotada a perpetuar a dominação institucional e os interesses ideológicos da sociedade americana” e, como se descobrira, “muitos cientistas políticos aconselhavam e faziam pesquisa para a CIA e o Departamento de Defesa”.

Desse modo, “os cientistas políticos dissidentes, com o atual conhecimento da realidade da disciplina e em vista de seu descontentamento com a Guerra do Vietnã e as necessidades sociais não atendidas no país, denunciavam a orientação insidiosa que tantos profissionais tomavam” (Surkin e Wolfe, 1970, p. 3). Não se rejeitava, com isso, o papel de cientistas políticos na configuração de política públicas, mas somente “o uso deliberado de sua disciplina para sustentar e reforçar o liberalismo corporativo na América”, uma vez que a ciência política havia se convertido no “reflexo contrarrevolucionário da América em suas políticas domésticas e estrangeiras”. “Quando o CNPS declarou que a ciência política era irrelevante”, reinterpretavam em sentido mais radical a oposição inicial a APSA, “queria dizer com isso que a pesquisa não estava sendo utilizada para servir aos interesses dos pobres e oprimidos em todo mundo, mas para servir, ao invés disso, aos interesses do governo dos Estados Unidos e do establishment empresarial, para o qual a pesquisa em ciência política era o expediente estratégico mais valioso” (*ibid.*, p. 4).

An End to Political Science começaria, assim, onde *Apolitical Politics* havia terminado. Apesar de parte substancial de suas críticas ainda serem endereçadas à ciência

política behaviorista, bem como à teoria pluralista da democracia, o novo volume buscaria ir além em alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, houve o esforço de superação da crítica negativa pura e simples para se chegar a uma elaboração teórica positiva, isto é, não apenas voltada para a rejeição do *status quo* behaviorista da disciplina, mas também dedicada à construção de teorias e métodos alternativos. Ademais, tal esforço foi acompanhado de perto por uma preocupação muito mais pronunciada com a práxis política, tanto no âmbito da disciplina de ciência política, quanto na sociedade em geral.

Assim como em *Apolitical Politics*, os autores de *An End to Political Science* se dedicaram a expor as contradições entre uma ciência política supostamente “neutra e não-ideológica” governada pelas “regras do método científico” e as suas práticas disciplinares fundidas à ordem liberal da Guerra Fria, concluindo, dessa forma, que “o cientificismo é política por outros meios” (*ibid.*, 4). Mas o clamor por uma “nova ciência política”, para os autores mais radicais, não deveria se deter na arma da crítica, para usarmos uma velha expressão de Marx, mas também passar à crítica das armas. Para ser realmente efetiva, a crítica da “velha ciência política” deveria ir além da mera interpretação do mundo e forjar a sua transformação na prática. “E para tornar isso possível, o CNPS exigia uma reforma tanto intelectual quanto política” (*ibid.*, p. 5). Em vista das urgências da época, as simples críticas acadêmicas ao behaviorismo e à teoria pluralista não eram mais suficientes. Como os organizadores argumentaram no prefácio,

À medida que a sociedade americana está sendo cada vez mais cindida por conflitos raciais, por aventuras imperialistas mundo afora, por uma crise de autoridade de suas maiores instituições, por táticas repressivas do estado, pela pobreza e poluição, é muito importante que a crítica ao pluralismo seja estendida e expandida (...). O que nós devemos agora começar a disputar não é apenas o valor da crítica ao pluralismo, mas também as limitações dessa crítica; não apenas o desejo por relevância, mas o sentido da relevância; não apenas a necessidade de reforma, mas a possibilidade de reforma; e, finalmente, não apenas as virtudes da ciência, mas também seus usos. Em resumo, enquanto a crítica do pluralismo é necessária, devemos ir além da crítica na medida em que ela é limitada pelo próprio paradigma pluralista. Se os cientistas políticos dissidentes pararem para revisar o paradigma e suas definições de relevância ou ciência em vez de estilhaçá-lo, então o resultado sem dúvida será a aceitação tácita daquilo que se rejeita (...). Assim, em nossa visão, esse livro representa mais apropriadamente um fim à ciência política do que a emergência de uma ‘nova’ ciência política. (*Ibid.*, p. 6)

Esse ímpeto simultâneo de transformação intelectual e política ficará evidente, no que se refere à primeira dimensão, nas próprias referências intelectuais mobilizadas. Enquanto os textos de *Apolitical Politics* se referem na sua imensa maioria a trabalhos de cientistas políticos estadunidenses, demonstrando certo provincianismo da crítica liberal

ao liberalismo, os artigos de *An End to Political Science*, além destes, mencionam diversos autores estrangeiros, na sua maioria filósofos europeus claramente associados à esquerda, como Georg Lukács, Maurice Merleau-Ponty, Jean Paul Sartre, Jürgen Habermas, Franz Neuman, Otto Kirchheimer e Herbert Marcuse além de vários outros pensadores políticos não contemporâneos, como Rousseau, Kant, Hegel, Heidegger, Cassirer, Husserl, Freud, Mannheim, e, claro, Marx.

No que tange a segunda dimensão, a preocupação com a práxis política é notada desde aspectos sutis como a publicação de poesias, como a que introduz o volume, *Why I became a Social Scientist*, escrita pelo poeta e professor da Universidade da Carolina do Norte, Lewis Lipsitz, e a que o encerra, com o surrealista título de *Report on the American Political Science Association Convention*, de autoria de David Underhill, então estudante de doutorado em ciência política na Universidade de Columbia, que se apresentava como “um participante observador de vinte e oito anos à deriva que acumulou graduação em Harvard, alguma experiência em jornalismo, e vasta visão sobre várias coisas no Alabama e no Mississippi”, e que também escreveria um relato sobre as rebeliões no campus de sua universidade, intrigantemente intitulado *Death at a Larger Age: Political Science versus the Columbia Rebellion*, até a incorporação de uma seção completamente dedicada à política externa dos Estados Unidos (tema ausente em *Apolitical Politics*), com dois capítulos sobre as intervenções militares e econômicas na Ásia (Edward Friedman, Universidade de Wisconsin) e na América Latina (James Petras), além de um artigo sobre o “Comsat”, um projeto de controle da comunicação global pelos Estados Unidos (James Weeks, *Institute of Policy Studies*), todos os três, como anotaram os editores, preocupados em oferecer, no “ímpeto dos movimentos antiguerre”, uma renovada crítica da “*cold war scholarship in the social sciences*” (Surkin e Wolfe, 1970, p. 169). Com efeito, a ênfase na imbricação entre as tarefas de transformação intelectual e transformação política daria ao livro *An End to Political Science* um tom que ia muito além da crítica mais comportada e restrita aos meandros da vida acadêmica, tal como observado em *Apolitical Science*.

Essencial para qualquer esforço para criticar e transformar a ideologia da sociedade Americana e reestruturar suas instituições e relações sociais é o desenvolvimento de novos modos de pensamento político e ação radicais. Na medida em que esses ensaios compartilham desta concepção, eles reconhecem que quaisquer novas teorias serão inevitavelmente julgadas pela assertividade de suas críticas aos dogmas existentes da mesma forma que pela maneira que seu próprio pensamento reflete ou influencia o curso da ação social. (*Ibid.*, p. 11).

Seguindo esse mesmo espírito crítico, o último capítulo dos *Caucus Papers, The Professional Mystique*, de Alan Wolfe, faria um balanço dos caminhos até então trilhados

pelo CNPS, apresentando uma análise contundente de seus limites e possibilidades. Para Wolfe, as tarefas que haviam sido colocadas para o cáucus, de fato, eram imensas. De um lado, havia a necessidade de intervir nas lutas políticas da época para mudar a realidade, de outro, a necessidade de mudar a própria maneira como essa realidade era pensada pela ciência política. Entre uma coisa e outra, os cientistas políticos dissidentes imediatamente perceberam que havia também a necessidade de engajamento em uma luta interna contra o establishment behaviorista da disciplina que impedia qualquer possibilidade de avanço na transformação do pensamento político na academia, da mesmo forma como bloqueava todas as chances de intervenção progressista efetiva da disciplina sobre o desenrolar dos acontecimentos. Ao constatarem que a resposta do establishment da APSA ao desafio do CNPS foi uma defesa intransigente do “profissionalismo”, definido segundo o cânone do próprio behaviorismo predominante, os cientistas políticos dissidentes logo resolveram passar à ofensiva também nesse terreno.

Conforme notou Wolfe (1967, p. 291), o “profissionalismo” em ciência política baseava-se na ideia de que a disciplina era uma “ciência neutra, ‘pura’ e não um corpo de especialistas e de conhecimento imediatamente aplicável, como o direito ou a medicina”. Assim, qualquer inclinação nesse sentido era imediatamente tachada pelos guardiões do profissionalismo como sinal deplorável de “antiprofissionalismo” ou “amadorismo”. Diante dos eventos da época, porém, era cada vez mais aparente a hipocrisia que cercava essa ética profissional. Como escreveria mais tarde, em uma outra coletânea de escritos do CNPS,¹⁰⁸ o então presidente de sua Comissão Executiva, Lewis Lipsitz (1969-1970),

Apesar da impressão que a convenção ou as principais revistas profissionais podem dar, os cientistas sociais estavam envolvidos na tomada de decisões políticas significativas – pacificando o Vietnã; projetando bombardeio; criando o regime Diem; pensando em uma “guerra” contra a pobreza. Além disso, a profissão de ciência política como um todo, em seus principais trabalhos, havia dado provas de um vergonhoso e impensado endossamento do *status quo* americano; um endosso que muitas vezes era incorporado nos seus pressupostos e explícito nas conclusões de muitas das pesquisas. (Lipsitz, 1972, p. 173)

O próprio código de ética profissional behaviorista que prescrevia neutralidade científica foi usado como arma contra os próprios behavioristas e os inúmeros institutos de pesquisa universitários que controlavam com a generosa ajuda financeira proveniente

¹⁰⁸ Além de *Apolitical Politics* (1967) e *An End to Political Science* (1970), foram organizados outros livros coligindo textos de integrantes do CNPS. Os mais significativos foram *The Bias of Pluralism*, organizado por William E. Connolly (1969), *Power and Community*, organizado por Philip Green e Stanford Levinson (1969), e *The Post-Behavioral Era: Perspectives on Political Science*, organizado por George J. Graham Jr e George W. Carey (1972).

de agências civis e militares do governo, grandes fundações e mesmo empresas privadas. Era evidente para qualquer um que a alegada neutralidade não os impedia de colocar suas credenciais acadêmicas a serviço de “questionáveis atividades dentro das universidades”, desde pesquisas sobre os efeitos sociais decorrentes do uso de armamentos químicos em guerras no estrangeiro até o treinamento de forças policiais para o combate aos protestos de rua nos Estados Unidos (Wolfe, 1967, pp. 291-292). Dessa forma, uma avalanche de questões embaraçosas começou a despencar sobre o establishment acadêmico:

Alguém pode proclamar neutralidade de valores e ainda assim pesquisar métodos de contrainsurgência? Alguém pode se manter silencioso diante de uma guerra imoral e dizer que ele não está sendo político? A liberdade acadêmica dá ao membro do corpo docente o direito de ensinar um curso de controle de protestos de rua? É adequado o um jovem professor aceitar as regras do carreirismo determinados pelos professores estabelecidos? A exigência por publicação não seria uma demanda por conformidade política?” (*Ibid.*, p. 292)

Mas em vez dessas perguntas receberem alguma resposta, as próprias perguntas foram atacadas. “Uma das rubricas convenientemente usadas para todas as acusações era a de que os dissidentes agiam de modo ‘antiprofissional’. Dessa forma, os conservadores nas universidades faziam a distinção entre agir politicamente e agir profissionalmente”. O que estava em questão nessas acusações, segundo Wolfe, não era exatamente a conduta profissional, mas sim a conduta política dos que levantavam as desconcertantes questões. “Essa tentativa de definir a conduta profissional é um ato político, (...) é uma tentativa de definir a conduta política. Para os que fazem essa distinção, o que é político não é profissional e vice-versa” (*idem*). É, nesse sentido, que Nelson Polsby, ardoroso advogado da ciência política behaviorista contra os que desdenhosamente chamava de “*caucusites*”, faria a distinção entre os que desejavam fazer política e os que desejavam estudá-la (Resenbrink, 1979, p. 64). “Defender o profissionalismo se tornou o modo pelo qual os conservadores acadêmicos se agarravam a uma expressão respeitável para justificar sua adesão ao *status quo*”, de modo que “a exigência de uma conduta profissional é a exigência de uma política conservadora” (Wolfe, 1967, p. 292, 296).

O conservadorismo político embutido na defesa do profissionalismo acadêmico se expressaria na ciência política, segundo Wolfe, ao menos de quatro formas diferentes. Primeiramente, o profissionalismo serviria para justificar a manutenção de uma elite sem representatividade na associação que, de posse de uma posição privilegiada, determinaria o caráter da disciplina. Daí a “natureza oligárquica da APSA”, uma associação dirigida por um “pequeno grupo de notáveis” que emanaria a “atmosfera de clube de cavalheiros”.

“Na estranha lógica que permeia essas coisas, apoiar uma oligarquia sem representatividade e desejar ter pouca voz na associação que toma decisões que afetam a sua vida era considerado responsável e profissional, enquanto tentar transformá-la através dos meios considerados altamente apropriados no sistema político mais amplo (voto, persuasão, organização) era considerado demagógico, antiprofissional e, em geral, desprezível” (*ibid.*, p. 297).

Em segundo lugar, o profissionalismo seria usado para legitimar a exclusão de pontos de vista diferentes, que vão contra a opinião do establishment da disciplina, o que diria respeito não só a pontos de vista ostensivamente políticos, mas também a pontos de vista teóricos e metodológicos. O uso da retórica do profissionalismo, nesse sentido, teria chegado mesmo ao cúmulo de listas negras de profissionais circularem nos departamentos de ciência política, conforme as fortes evidências apresentadas por Wolfe (*ibid.*, p. 298). Em terceiro lugar, o profissionalismo seria usado para justificar o pertencimento a grupos de clientela que davam sustentação a políticas nacionais e internacionais dos Estados Unidos, seja de forma indireta, endossando a ideologia pluralista, até direta, trabalhando para os Departamentos de Estado e Defesa via institutos de pesquisa universitários como os de Columbia, Stanford e Harvard, etc. Além disso, esse uso da retórica do profissionalismo serviria ainda para confundir o que seria aceitável esperar de um profissional com aquilo que era esperado pelas grandes fundações financiadoras, receptivas a algumas ideias, mas bastante hostis a outras (*ibid.*, pp. 299-300). Por fim, o profissionalismo seria amplamente usado ainda para reforçar um modelo de pesquisa exclusivo, em que algumas publicações seriam aceitas e não outras, com consequências diretas sobre as possibilidades de inserção dos cientistas políticos no mercado de trabalho, o que induziria muitos a simplesmente se enquadrar nos padrões e convenções estabelecidos pelas revistas acadêmicas ditas respeitáveis, para não arriscar o progresso na carreira (*ibid.*, p. 301).

Após uma longa análise sobre os efeitos deletérios do “profissionalismo” na área de ciência política (e na vida acadêmica de forma geral), o que teria levado, com razão, muitos cientistas políticos a se insurgir contra esse estigma institucional que era a base ideológica do conservadorismo acadêmico, Wolfe imprime uma guinada brusca em sua argumentação para se deter naquilo que percebia como as maiores limitações nas duas principais estratégias que haviam sido adotadas até ali pelos acadêmicos radicais no interior das disciplinas e que, “embora inicialmente essenciais”, teriam “chegado ao ponto de, ao menos na ciência política, se tornarem contraproduativas” (*ibid.*, p. 303). A primeira

atividade seria o que denomina de “denuncismo” [*muckrake*] dentro da profissão”, isto é, a prática de divulgar polemicamente as falhas, incoerências e contradições da disciplina e de seus profissionais. “Provar a existência de preconceitos políticos, mostrar como as oligarquias controlam as associações profissionais, confrontar as limitações da sabedoria recebida da liberdade acadêmica – todas essas atividades, que venho realizando agora por quase dois anos, são divertidas. Todas, ademais, se tornaram cansativas” (*ibid.*, p. 303). Teria chegado o ponto em que os cientistas sociais insurgentes deveriam deixar de gastar sua munição em debates internos nas disciplinas e associações profissionais e “concentrar suas atenções em coisas mais importantes”. Wolfe declarava que de sua parte aquele seria o último artigo que escreveria sobre a situação profissional da ciência política e concitava “as organizações como o cáucus a desviarem a sua atenção das disciplinas e de seus problemas para tarefas mais produtivas” (*ibid.*, p. 304).

A segunda tarefa que vinha sendo executada pelos cientistas políticos dissidentes e que igualmente teria se esgotado seria a própria “organização dentro da profissão para fins radicais”. Para Wolfe, os cientistas políticos radicais teriam extenuado suas energias em vão buscando expandir as suas bases no interior de uma associação e uma disciplina, para todos os efeitos, profundamente conservadora e demasiadamente recalcitrante. Era verdade que organizações radicais em outras associações e disciplinas haviam obtido bem mais sucesso (sociologia e história, por exemplo, mas certamente não economia), como, por exemplo, a organização de “Professores por uma Sociedade Democrática”, de Nova Iorque. Mas, nesses casos, havia menos resistências ao desenvolvimento organizacional. O mesmo não ocorria em ciência política. “A ciência política é uma daquelas profissões em que uma organização radical não faz sentido”. Assim, urgia que os cientistas políticos dissidentes, pelo menos os mais radicais dentre eles, encarassem francamente a realidade: “organizações radicais não podem tomar lugar em profissões onde há poucos radicais” (*idem*). Mesmo as críticas à ideologia pluralista dominante teriam chegado ao seu limite. Estaria claro àquela altura que as críticas liberais ao próprio liberalismo (que “vinham de ótimos acadêmicos [Henry Kariel e Theodore Lowi, dois membros originais do CNPS], mas que dificilmente podem ser considerados radicais”) seriam assimiladas à disciplina, esvaziando o potencial desafiador das críticas radicais. “Com a escassez de pensamento radical do lado esquerdo da disciplina, não é uma surpresa que a ciência política seja tão conservadora no centro e à direita”. A postura do CNPS em aceitar em suas fileiras todo cientista político interessado apenas em tornar a disciplina mais “relevante” já era prova

da fragilidade de uma organização radical em ciência política. A avaliação final de Wolfe é ríspida: “os radicais, em poucas palavras, não existem realmente na disciplina de ciência política” (*ibid.*, p. 305).

As inferências de Wolfe não deixam de contradizer o seu próprio empenho em atacar o “profissionalismo”. No fim das contas, por mais bem fundamentados que fossem, suas acusações seriam inócuas. A disciplina de ciência política e sua associação profissional seriam praticamente impermeáveis a críticas, muito menos sujeitas a transformações radicais, o que, no limite, tornariam o próprio CNPS inútil. Assim, o co-editor dos *Caucus Papers* e co-autor de seu prefácio havia chegado ao fim do livro completando um giro de 180 graus. Ao invés de decretar “um fim para a ciência política”, Wolfe parecia lacrar o caixão da natimorta “nova ciência política”. Mas não era exatamente isso o que ele tinha em mente. O seu argumento era de que a “nova ciência política” para ser verdadeiramente “nova” deveria extrapolar de vez os muros da torre de marfim da academia. O verdadeiro horizonte de transformações radicais não estaria contido nos limites estreitos das universidades, disciplinas acadêmicas e associações profissionais, embora, sempre que possível (o que, para Wolfe, definitivamente já não era mais o caso da ciência política), os radicais devessem fincar os pés nesses espaços institucionais, cuja posição, altamente estratégica, deveria servir de ponta de lança para um ataque ao sistema com um todo.

Nesse sentido, Wolfe convoca os seus companheiros cientistas políticos radicais a darem um passo além na sua crítica à ordem política e nas suas formas de organização. “Tendo a crítica e a organização radical interna se tornado menos produtivas na profissão de ciência política, a questão que se coloca é definir certos passos positivos que aqueles etiquetados de ‘antiprofissionais’ podem tomar” (*idem*). Era preciso evitar que uma “escalada sem sentido de expectativas” levasse à “passividade cínica” dos cientistas políticos radicais. Dessa forma, eram indicados dois passos imediatos que poderiam ser tomados para que os profissionais dissidentes não acabassem “insanos”. O primeiro deles consistia em buscar apoio junto aos insurgentes de outras disciplinas de ciências sociais, um caminho que, segundo ele, já estava sendo trilhado. O segundo seria obter suporte de dissidentes de outras áreas. Ainda que fosse, inicialmente, um avanço limitado, tendo em vista os objetivos bem mais abrangentes desses intelectuais ativistas, ao menos isso asseguraria aos cientistas políticos radicais um ponto firme para se aventurar em voos mais altos na luta política mais ampla para que novos públicos fossem alcançados.

As recomendações feitas por Wolfe não seriam aceitas tão facilmente e nem tão cedo pelos membros do CNPS. Demoraria alguns anos para que passos mais consistentes nesse sentido pudessem ser seguidos. Todavia, se analisarmos as lutas intestinas do CNPS perceberemos que estes dilemas sempre estiveram presentes e, a despeito do pessimismo de Wolfe quanto ao potencial transformador da dissidência radical dentro da disciplina, o CNPS, apesar de suas derrotas, conseguiu chacoalhar de forma significativa a APSA e o establishment behaviorista na ciência política. Além disso, embora a busca por formas mais definidas de organização para além do confinamento disciplinar tenham tardado a aparecer com mais clareza para os membros do CNPS (e de outros agrupamentos radicais nas universidades e associações acadêmicas), é inegável que, em meio às antinomias presentes no decurso de suas lutas, algumas formas embrionárias de organização envolvendo a conjugação entre ativismo político radical e atuação acadêmica profissional emergiram de forma mais ou menos delineada e que, eventualmente, acabaram servindo de impulso para a edificação de um novo espaço institucional de produção discursiva e atuação política nos interstícios da estrutura de poder nos Estados Unidos. A crise das universidades e das disciplinas de ciências sociais, que ao mesmo tempo era uma manifestação da crise da ordem liberal do pós-guerra e uma de suas forças propulsoras, alimentou, simultaneamente, o processo de construção, a princípio tateante, de uma nova modalidade institucional de produção discursiva avessa à matriz ideológica liberal da Guerra Fria, antes respaldada na suposta neutralidade e objetividade científicas e no profissionalismo acadêmico responsável, tal como advogado pelo movimento behaviorista nas ciências sociais.

6.3 A crítica das armas do CNPS e a busca da superação prática do behaviorismo

Durante a convenção anual de 1968, a hierarquia behaviorista da APSA mostrou, nas palavras de Dryzek (2006, p. 491), uma “resistência feroz” ao CNPS, a despeito das (pocas) conquistas arrancadas pelos cientistas políticos dissidentes nas suas assembleias. A tenacidade com que a oficialidade da associação bloqueou a maior parte das iniciativas do CNPS levou os membros deste à avaliação de que não podiam mais limitar as suas ações ao mero protesto durante as plenárias (quando até mesmo microfones lhes foram negados) e que, para a sua crítica intelectual e política ao establishment da disciplina ser efetiva, o CNPS não poderia ser *apenas* uma organização *interna* a APSA (como era a intenção de sua primeira Comissão Executiva), o que o levaria inevitavelmente ao

isolamento, e sim se constituir *também* como uma *contra*-organização, a disputar a hegemonia da profissão e, assim se esperava, da disciplina.

Com a eleição da nova Comissão Executiva, composta por membros mais radicais que a antiga, tomou corpo o entendimento de que dificilmente ocorreria qualquer avanço no movimento por uma nova ciência política se a organização da própria associação não fosse institucionalmente desafiada. Nenhum tipo de refundação intelectual na disciplina e, portanto, nenhuma mudança significativa no curso da atuação política de seus profissionais na sociedade seriam conquistados a menos que os cientistas políticos rebeldes atacassem diretamente o núcleo de poder dos behavioristas dentro da associação profissional. Reforma intelectual e profunda reforma política seriam percebidas, assim, como algo indissociável de uma reforma do aparato institucional que definia os contornos gerais da profissão. Como este havia se mostrado demasiadamente inflexível, não bastaria apenas denunciá-lo, a espera que ele se dobrasse às exigências do CNPS. Seria necessário tomá-lo como “uma forma de mostrar abordagens alternativas para a disciplina” (Wolfe, 1967, p. 292).

Bastante influente para essa mudança de posição foi o argumento desenvolvido por Alan Wolfe, naquela época ainda não decidido a “concentrar suas atenções em coisas mais importantes”, de que a APSA, sob domínio behaviorista, havia se convertido em uma verdadeira “oligarquia”, e isso não a despeito de suas teorias pluralistas, mas justamente por causa delas, de modo que, se era o propósito do CNPS destronar a falaciosa teoria democrática pluralista, esta deveria ser desafiada não apenas em termos teóricos, mas sobretudo na prática, isto é, dentro da própria associação. De acordo com Wolfe, que publicou a sua análise às vésperas da nova convenção da APSA em 1969, a associação, sob controle dos behavioristas, seria o espelho de suas próprias teorias pluralistas: os “cientistas políticos criaram para si uma instituição onde a apatia é louvada, a participação feita praticamente impossível, a política é declarada inconstitucional, e a democracia não existe em lugar algum” (Wolfe, 1969, p. 354).

Tudo isso seria irrelevante se a associação não tivesse tanto peso na determinação do caráter geral da disciplina e da profissão, mas não era assim. Através de um intrincado sistema de recompensas materiais e imateriais, a APSA seria a principal responsável pela natureza “apolítica” da ciência política nos Estados Unidos. Convênios com o Congresso, com oferta de bolsas de estudo e financiamento de pesquisas, serviriam para estabelecer uma “pequena elite” de estudiosos propensos a compartilhar uma perspectiva

semelhante a dos congressistas, além de “cimentar uma relação amigável e próxima entre a APSA e o Congresso”, baseada na “mútua promessa” de que os “os cientistas políticos se recusam a dizer aos congressistas como fazer o seu trabalho desde que os congressistas não digam aos cientistas políticos como fazer o seu”; os editores do periódico da associação, a APSR, garantindo o “monopólio da competição” entre os jornais acadêmicos, decidiriam quais artigos mereceriam ser publicados e quais não, determinando, conseqüentemente, quais os cientistas políticos que teriam sucesso acadêmico e quais não; os encontros nacionais da APSA ofereceriam a oportunidade para os cientistas políticos “agirem profissionalmente” por meio de apresentação de trabalhos, participação em oficinas e *talk shops*, dessa forma, provendo-os com um conjunto de atividades que reforçariam uma identidade “compatível com os seus próprios interesses: a visão de um cientista político neutro, não-controverso e não-reformista, trabalhando próximo aos centros de poder para coletar os seus dados”. Em suma, não haveria jeito de um cientista político ser bem-sucedido na profissão sem aceitar as recompensas que somente a APSA poderia oferecer. “Sem Associação, não há carreira”, concluía Wolfe, o que tornava a “questão de quem governa a Associação importante” (*ibid.*, pp. 354-357, *passim*).

Aplicando à APSA técnicas de pesquisa usadas pelos behavioristas para analisar as estruturas dos sistemas políticos, Wolfe apresentou sérias evidências do quanto a associação, para todos os efeitos, havia se transformado em uma engessada oligarquia. O nível de participação nas reuniões anuais, bem como o tempo destinado às discussões, era baixíssimo; as nomeações eram estabelecidas por um comitê cuja metade dos integrantes eram indicados pela presidência e cuja principal função seria prevenir a apresentação de mais de um nome para qualquer posto; ademais, entre 1958 e 1967, coincidentemente o período de ascensão do movimento behaviorista, apenas 37 pessoas haviam participado deste comitê, pessoas cujos perfis discrepavam enormemente do conjunto dos membros da APSA (eram homens de meia idade formados e empregados nas universidades mais prestigiadas das costas leste e oeste, ao passo que a associação possuía um número expressivo de estudantes e profissionais com outros perfis). Num ambiente como este, eleições eram de fato insignificantes.

No mesmo período examinado, nenhum dos 149 membros indicados para todos os postos, de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e conselheiro, havia sido contestado uma única vez. Em toda a história da APSA não havia ocorrido uma única disputa eleitoral para presidência. Não por acaso, algumas pesquisas de opinião realizadas

apontavam para a sensação generalizada de que a profissão de ciência política era dirigida por um establishment. “Todas as evidências apontavam na mesma direção. Mecanismos formais desenhados para excluir a participação, apatia generalizada entre os associados, funcionários que se autoperpetuavam, eleições proforma, existência de um establishment, e, finalmente, a admissão por esse mesmo establishment [ele se refere a uma declaração de Robert Dahl] de que o sistema tem sido antidemocrático – todas essas coisas revelam, conclusivamente, que a Casa da Ciência Política está em apuros” (*ibid.*, pp. 367-368).

De acordo com Wolfe, este estado de coisas não seria acidental e era preciso que os membros do CNPS compreendessem isso para traçarem uma estratégia política correta. De quase nada adiantaria os cientistas políticos descontentes fazerem numerosas propostas avulsas de reforma em resposta a problemas específicos e imediatos, “sem apreender jamais o contexto que originou as condições que buscavam reformar”. Agindo assim, os dissidentes estariam fazendo “má ciência política”. O risco de um movimento reformista irrefletido e inconsequente, que não levasse em consideração uma explicação convincente do porquê a associação havia se transformado em uma oligarquia, era o de “simplesmente perpetuar aquela oligarquia e, ao mesmo tempo, fazer a maioria de nós se sentir melhor” (*ibid.*, p. 368). A explicação sugerida por Wolfe era de que “a APSA, considerada como um sistema político, se aproximaria do que resultaria se os valores políticos de muitos de seus representantes oficiais e membros ativos fossem realizados” (*ibid.*, p. 369), em uma palavra, diria ele, “somos criaturas de nossas teorias políticas” (*ibid.*, p. 372). Segundo as suas análises, haveria uma “tendência *normativa* dentro da profissão de ciência política”, “antiparticipatória em ênfase, otimista em perspectiva e conservadora nos efeitos”. A APSA, desse modo, com todo o seu pavor por intensa participação política, a sua crença no progresso gradual das reformas (se e quando reformas eram julgadas necessárias), e a sua celebração acrítica das instituições existentes, representaria, de maneira cabal, a própria consumação da “Nova Ciência Política Conservadora” (*ibid.*, p. 369).

Na Associação existia apatia e baixa participação dos eleitores, mas muita atividade de massa perturba a delicada estabilidade dos sistemas políticos, então talvez seja o melhor. Existia uma estrutura de poder, mas uma liderança forte é necessária em qualquer sistema político. Além disso, o poder é um termo ambíguo, e se estudamos as decisões de perto, talvez possamos descobrir que uma estrutura de poder realmente não existia. As eleições tendiam a ser sem sentido, mas isso não é exatamente correto porque o propósito das eleições apenas secundariamente é eleger pessoas. Elas são bem mais importantes como indicadores de tendências. Toda atmosfera da Associação de Ciências Políticas era apolítica, caso em que tivemos sorte, porque a controvérsia política é uma coisa ruim que pessoas inteligentes devem evitar. Os associados, de acordo com a única pesquisa realizada, pareciam estar extremamente alienados da sua liderança, mas eles apenas expressavam as suas próprias percepções

autoritárias. Um exame intensivo mostraria que eles realmente estão felizes com a maneira como são as coisas. As propostas de mudança estão agora confrontando o sistema; mas mesmo isso está bom porque sistemas políticos precisam ser desafiados, desde que os desafios não sejam frequentes e possam ser atendidos com o mínimo de reformas necessárias. (*Ibid.*, pp. 371-372)

Em vez dessa “nova ciência política conservadora”, Wolfe propôs uma “ciência política participativa”, que ele não define muito bem, mas apenas sugere que ela poderia “ajudar a alterar radicalmente a sociedade que explora não apenas os seus cidadãos, mas aqueles de outros sistemas políticos também” (*ibid.*, p. 373). Os argumentos de Wolfe, e também a sua própria atuação como membro eleito da nova Comissão Executiva do CNPS, agora muito mais propensa a confrontação direta com o establishment da APSA, foram traduzidos em uma nova estratégia política e organizacional. Assim, na convenção anual da APSA de 1969, em uma ação inédita, o CNPS propôs uma candidatura alternativa ao nome indicado pelo comitê de nomeação da associação, Robert Lane. O candidato selecionado, de maneira condizente com a nova postura do cáucus, foi Christian Bay.

Coincidentemente (ou não), no mesmo ano em que a APSA testemunharia pela primeira vez uma disputa eleitoral desde sua fundação, em 1903, a diretoria da associação adotou uma atitude mais conciliatória com os seus membros dissidentes. David Easton, o presidente eleito naquela ocasião, instruiu o conselho diretor a aceitar propostas temáticas do CNPS para os painéis da programação oficial. Também foi acatado o pleito do CNPS para que o relatório anual da associação, antes apenas de circulação interna para membros nomeados, fosse amplamente distribuído aos associados presentes na convenção. Porém, esses eram somente expedientes indolores, nada que significasse, em absoluto, uma nova inclinação favorável ao CNPS.

No entanto, na abertura da convenção, um acontecimento provocaria fortes abalos. Easton, para surpresa geral, tanto dos membros do establishment behaviorista, quanto do cáucus, aproveitou o seu discurso presidencial para enaltecer o que chamou de a “nova revolução pós-behaviorista”. Talvez ainda inspirado pela noção trotskista da “revolução permanente”, de uma revolução que atropela a outra mal iniciada, como uma força irresistível, e se coloca como a única chance de completar as suas tarefas inacabadas e seguir adiante rumo a um horizonte ainda mais amplo de libertação, Easton, saudou a iniciativa dos cientistas políticos dissidentes.

Uma nova revolução está a caminho na ciência política Americana. A última revolução – behaviorismo – mal se completou antes que fosse ultrapassada pelas crescentes crises política e social de nosso tempo. O peso destas crises tem sido sentido em nossa disciplina na forma de um novo conflito em cujos

tormentos nos encontramos agora. Esse novo e último desafio é dirigido contra o desenvolvimento da ortodoxia behaviorista. Este desafio, eu o chamarei de revolução pós-behaviorista. O impulso inicial dessa revolução começa apenas agora a ser sentido. Suas palavras de ordem são *relevância* e *ação*. Seus objetos de crítica são as disciplinas, as profissões e as universidades. Ela ainda é muito jovem para ser descrita definitivamente. Porém, não podemos tratá-la como um fenômeno passageiro, como um tipo de acidente da história que irá de algum modo evanescer e nos deixar da mesma forma que éramos antes. Em vez disso, ela parece ser um episódio específico e importante de nossa disciplina, senão de todas as ciências sociais. (Easton, 1969, p. 1051).

Easton defendeu esse novo impulso “pós-behaviorista” porque, ao contrário de reações prévias contra o behaviorismo, vindas mormente de filósofos tradicionalistas, este não era voltado para o passado, e sim “orientado para o futuro”. Nesse sentido, ele dizia que a “revolução pós-behaviorista” buscava “adicionar, em vez de rejeitar o nosso legado”. Seria, em suma, uma “genuína revolução”, “não uma contrarreforma” (*idem*). A bandeira “pós-behaviorista”, seu “credo da relevância”, deveria, assim, ser abraçada pela ciência política se ela não quisesse perder seu compasso com o desenrolar alucinante dos acontecimentos. Afinal, questionava, “como a pesquisa behavioral, com o seu reconhecido ritmo glacial e aparente distanciamento, espera enfrentar as exigências que são agora colocadas sobre nossa disciplina?” (*ibid.*, pp. 1054-1055).

O tempo não está mais do nosso lado (...). Em face duma situação humana como essa, o movimento pós-behaviorista na ciência política (e nas outras ciências sociais simultaneamente) está nos apresentando *uma nova imagem de nossa disciplina* e das obrigações de nossa profissão. Ela exige pesquisas mais relevantes. Ela exige uma orientação para o mundo que irá encorajar os cientistas políticos, mesmo na sua capacidade profissional, a prescrever e agir a fim de melhorar a vida política de acordo com um critério humano. (*Ibid.*, p. 1053, grifo meu)

A “nova imagem” para a ciência política, segundo Easton, deveria envolver duas mudanças fundamentais. A primeira seria uma reversão na ênfase da “velha imagem” do behaviorismo dada à chamada “ciência básica” em favor da “ciência aplicada”. “Temos que aceitar a validade de nos dirigirmos diretamente para os problemas do dia para obter respostas rápidas e imediatas com os instrumentos e generalizações disponíveis hoje, não importa o quão inadequados sejam. Não podemos mais aceitar a posição científica ideal do behaviorismo de que, por causa das limitações de nossos conhecimentos, a sua aplicação é prematura e deve aguardar futuras pesquisas básicas” (*ibid.*, 1055-1056). Assim, ele afirmava que a “ciência aplicada” nas ciências sociais devia ganhar legitimidade e, tão importante quanto, recursos materiais para o seu desenvolvimento.

A segunda mudança fundamental na “nova imagem” da ciência política vislumbrada por Easton seria a busca mais insistente na “construção criativa de alternativas políticas”. O momento de profunda crise histórica não deixava dúvidas. Era preciso “contemplar criativamente novas formas de sistemas políticos” (*ibid.*, p. 1058). Nesse sentido, Easton não poupou críticas aos seus colegas behavioristas que esposavam uma teoria pluralista da democracia. “Como uma disciplina”, asseverou Easton, “provamos ser incapazes de escapar do comprometimento com o nosso próprio sistema político. (...) Hoje os perigos de negligenciar as nossas pressuposições normativas estão muito flagrantes”. Nos dez anos anteriores, ele denunciou, a APSR só havia publicado três artigos sobre crise urbana, quatro sobre conflito racial, um sobre pobreza, e dois sobre desobediência civil e violência nos Estados Unidos. Era premente, portanto, admitir a existência de um “tapa-olhos coletivo que nos impediu de reconhecer os maiores problemas” da época. Ao abordar explicitamente as interpretações pluralistas correntes, Easton fez ecoar as críticas do CNPS, concluindo que, “coletivamente, parecemos mais apologistas de sucessivas interpretações governamentais dos interesses americanos do que analistas objetivos das políticas nacionais e suas consequências” (*ibid.*, 1057). Não poderia haver uma forma mais bombástica de iniciar o encontro anual da APSA.

A despeito desse surpreendente mea-culpa de David Easton, talvez um dos mais comemorados cientistas políticos behavioristas da época, um mea-culpa endereçado, na verdade, a toda a disciplina e profissão – o que lhe rendeu inúmeras reprovações por parte dos colegas mais apegados ao “credo behaviorista” defendido em *The Political System*, e o obrigou, em uma segunda edição do livro, a adicionar, além desse discurso, um capítulo à parte para expor melhor a sua nova posição (Easton, 1971) –, o CNPS, não só por saber se tratar de uma postura individual atípica, mas, em todo caso, encorajadora, manteve a sua decisão de concorrer aos postos eletivos da associação, convencidos que estavam (talvez agora mais do que nunca) de que a construção de uma “nova imagem” para a disciplina passava, necessariamente, por uma reconstrução da profissão.

Dessa forma, além da apresentação do nome de Christian Bay para concorrer à presidência da APSA, o CNPS também indicou outros candidatos para a vice-presidência (David Kettler, Mark Roelofs, Alan Wolfe), secretaria (Paul Minkoff), tesouraria (Robert Clarke), e conselho (Henry Kariel, Lewis Lipsitz, Jewel Prestage, Theodore Becker, Alex Gottfried, William Connolly e Philip Green). Apesar do cenário de confronto aberto entre a Comissão Executiva do CNPS e o Comitê de Nomeação da APSA, este último, em uma

tentativa de abrandar a situação, também decidiu endossar, além, claro, dos nomes de sua indicação (John Kessel, Samuel Huntington, Robert Salisbury e Ellis Waldron), os nomes de Kariel e Lipsitz.

Um grupo dos “mais renomados acadêmicos da área”, insatisfeitos com a “concessão” feita ao CNPS, sob a liderança de Donald G. Herzberg, criou o Comitê Ad Hoc pelo Voto por Correio [*Ad Hoc Committee for a Mail Ballot*], que garantiu que a eleição não fosse conduzida na assembleia, como até então era feito para referendar as indicações do Comitê de Nomeação da APSA. Wolfe chegou a comentar com ironia (mas certamente com razão) que “Herzberg leu o livro de um ex-presidente da associação, David Truman, que mostrava como o expediente do voto por correio era frequentemente usado por líderes de grupos para se manter no poder quando dissidentes apareciam” (Cf. Truman, 1971, pp. 197-198; Wolfe, 1967, p. 293). Em seguida, o mesmo Herzberg criou o Comitê Ad Hoc por uma Lista de Candidatos Representativa [*Ad Hoc Committee for a Representative Slate*], indicando, para disputar com Kariel e Lipsitz, os nomes de Herbert McClosky e Alan Sindler, dois “proeminentes conservadores” (Wolfe, 1971, p. 398).¹⁰⁹

Antes mesmo de as cédulas de votação alcançarem os 13.061 membros da associação, uma carta assinada por Herzberg em nome do Comitê Ad Hoc foi distribuída entre os associados. Na carta, Herzberg destacava que “esta eleição irá determinar se a Associação será uma organização profissional baseada em interesses e conhecimentos acadêmicos, de ensino e pesquisa, comuns ou se irá se tornar um grupo de ação política”, tendo em vista que “o Cúcus defende uma politização em larga escala da associação e o uso dos seus recursos para fazer avançar um programa de ação política” (Herzberg, 1969, p. 704). Herzberg aproveitava a oportunidade para solicitar aos associados que votassem em McClosky e Sindler, “acadêmicos com elevada competência e sucesso”, em vez de Kariel e Lipsitz, classificados simplesmente como “membros do Comitê Executivo do Cúcus por uma Nova Ciência Política” (*idem*). A carta provocou uma resposta incisiva de James W. Prothro contra as “implícitas acusações de incompetência” lançadas por Herzberg contra Lipsitz e Kariel. Além de defender a reputação acadêmica dos seus colegas de

¹⁰⁹ Um fato interessante: o único nome a receber o endosso de todos os grupos foi o de Jewel Prestage, primeira mulher negra a conseguir um diploma em ciência política nos Estados Unidos, que mais tarde teria um papel importante em políticas de educação, chegando a ocupar o posto, sob o governo de Jimmy Carter, de presidente do *National Advisory Council on Women's Educational Programs*, do *U.S. Department of Education*.

profissão, Prothro não deixou de assinalar, causticamente, o aparente paradoxo envolvendo uma carta escrita em suposta defesa do profissionalismo acadêmico e da neutralidade política acabar tendo “o mesmo efeito, ainda que sem intenção, do tipo de tática nojenta de último minuto associada ao nível mais sujo de política policialesca: uma carta denunciatória cronometrada para chegar pouco antes da entrega da cédula da APSA, sem tempo algum para que os atacados pudessem se defender” (Prothro, 1969, p. 702).

Na apuração dos votos se aferiu a vitória de Robert Lane (66,1% dos 8.291 votos válidos) sobre Christian Bay (33,9%). Dos demais nomes indicados pelo CNPS, somente Kariel conseguiu ser eleito. Lipsitz, apesar de ter recebido o endosso do Comitê da APSA ficou de fora, e o Comitê Ad Hoc conseguiu emplacar os nomes de McClosky e Sindler (“Election Results”, 1969). A derrota não desestimulou o CNPS. Ao contrário, o fato de terem recebido um terço dos votos em condições tão adversas o animou ainda mais para formar uma nova chapa na convenção da APSA do ano seguinte. Dessa vez, o selecionado para concorrer à presidência da associação em 1970 foi Hans Morgenthau, provavelmente o cientista político mais renomado dos Estados Unidos, e internacionalmente reconhecido por sua oposição à Guerra do Vietnã. Morgenthau obteve um resultado melhor do que o de Bay um ano antes (42,9% dos votos), porém não o suficiente para derrotar o candidato indicado pelo Comitê de Nomeação da associação, Heinz Eulau, talvez o porta-voz mais enfático do credo behaviorista.¹¹⁰

Já por essa época, alguns membros do CNPS resolveram sair da organização por discordarem do peso excessivo que vinha sendo dado à estratégia eleitoral, entre eles Alan Wolfe e Theodore Lowi, teórico que se tornara célebre por sua obra *The End of Liberalism* (1969). Os dois, após saírem do CNPS, publicaram suas críticas ao que percebiam como os descaminhos da organização. Curiosamente, apesar de apontarem para soluções quase diametralmente opostas, ambos coincidiam na avaliação de que o CNPS estava perdendo

¹¹⁰ No seu relatório presidencial da APSA, Eulau voltou à carga contra os dissidentes do CNPS ao enfatizar que “os membros da associação são muito heterogêneos” e que, “a despeito de seu presumível interesse comum pelas coisas políticas, é improvável que os interesses de todos os membros possam ser satisfeitos a maior parte do tempo ou que mesmo os interesses de alguns de seus membros possam ser satisfeitos por algum tempo”. “Isto significa, essencialmente, que alguns interesses serão atendidos em algum tempo, outros interesses em outro tempo. E como este parece ser o caso e provavelmente a única forma em que a ‘paz doméstica’ pode ser razoavelmente mantida, conclui-se que, dada as mudanças de composição do conselho e dos grupos de funcionários ao longo do tempo, nenhum conjunto abrangente de prioridades de longo alcance é viável ou aconselhável” (Eulau, 1972, p. 436). Além do que, por “seus membros diferirem bastante entre si” e por ser a APSA “um sutil e frágil mecanismo social”, não caberia transformar os periódicos da associação como plataforma ou fórum para apresentação de pontos de vista pessoais sobre a solução de problemas nacionais (*ibid.*, p. 438).

seu tempo e seu precioso entusiasmo em infrutíferas disputas organizacionais no interior da APSA. De acordo com Lowi, o CNPS, “o movimento insurgente singularmente mais importante a jamais emergir dentro da profissão”, desde o início, ainda que de forma não muito clara, sempre apresentou dois elementos básicos: o primeiro, uma revolta dirigida contra a “pseudoneutralidade científica”, em que os insurgentes denunciavam o domínio dos fatos sobre os valores e do rigor sobre a relevância (esta seria, em suma, uma revolta intelectual); o segundo, uma revolta voltada contra a “não neutralidade organizacional”, em que os rebeldes atacavam o comprometimento da associação e de vários dos seus mais ilustres profissionais com a ordem política, como nos casos revelados envolvendo a CIA (esta seria, enfim, uma revolta organizacional) (Lowi, 1973, p. 44, 47).

No começo, entre os dois braços da revolta encarnada pelo cáucus, teria prevalecido a “revolta intelectual”, mas, a partir de 1969, o “cáucus de alguma forma clarificou o segundo elemento da sua revolta, e, uma vez que essa clarificação tenha ocorrido, o embate entre os dois propósitos conflitantes começou” (*ibid.*, p. 47). Na leitura de Lowi, ainda que muitos membros individuais do CNPS tenham continuado a escrever artigos dando a entender que a revolta intelectual continuava viva, não havia dúvidas de que a tendência predominante se tornara a revolta organizacional. A partir do seu segundo ano de existência, os esforços envolvendo, seja a organização de painéis próprios, para se contrapor aos painéis oficiais, seja a preparação para a disputa eleitoral, teriam acabado por consumir progressivamente o tempo, a energia e os recursos disponíveis ao CNPS, empurrando o objetivo original da reforma intelectual para um segundo plano cada vez mais longínquo.

A principal implicação disso tudo foi que não havia nada de muito errado com o fato de que a APSA pudesse ser culpada por muitos anos de incentivo coletivo à pesquisa individual ao longo de linhas que possuíam sérios vieses sociais e intelectuais. A única coisa errada era que os vieses não eram aqueles pelos quais um típico membro do Cáucus tinha total simpatia. A intenção do Caucus, tal como explicitado na letra e no espírito de suas plataformas, era simplesmente tomar a Associação a fim de que ela servisse um grupo diferente de mestres. A melhoria seria que, sob a regra do Cáucus, a Associação serviria aos novos mestres aberta e despidoradamente em vez de servir aos antigos mestres secreta e inconscientemente. (*Ibid.*, p. 50)

Lowi se mostrou particularmente perturbado com o que qualificou de “supressão política” causada pela exigência de que membros do CNPS aderissem a uma “plataforma” política pré-definida. Nesse sentido, ele julgava ser o CNPS ainda mais culpado do que a APSA. Assim, dizia ele, quando Morgenthau aceitou a indicação para disputar a eleição à presidência da associação, ele teria necessariamente jurado fidelidade a essa plataforma

e, portanto, emprestado o seu imenso prestígio para uma organização que, já então, havia abdicado de suas intenções reformadoras intelectuais para se dedicar integralmente a uma revolta organizacional. “Ao fazer isso ele ajudou a converter o *Caucus for a New Political Science* num *Caucus for a New Political Science Association*” (*ibid.*, p. 51).

As próprias respostas da APSA às exigências e protestos do CNPS teriam contribuído para acentuar a tendência. Instalação de novos comitês, abertura de espaço para novos painéis, alteração de procedimentos administrativos, até mesmo a criação de um novo periódico, como *PS*, para dar vazão aos debates num fórum oficial, e propiciar um novo canal para publicação de artigos, “em nenhum desses assuntos houve qualquer confrontação intelectual entre a organização regular e os insurgentes” (*ibid.*, p. 53).

A resposta da Associação a essas demandas é, em certo sentido, a confirmação mais clara de muitas das acusações feitas pelo Cáucus contra ela. Ou seja, a Associação foi culpada de adotar cinicamente uma resposta pluralista e gradualista, na qual a maioria não indaga os seus próprios padrões e sua própria ideologia, mas simplesmente espera para ver que demandas que serão feitas. E o conseqüente conservadorismo da abordagem neutra ou realista da política tem sido claro. As confrontações foram redefinidas em questões desagradáveis; essas questões foram então comprometidas, e os custos e ganhos parcelados, um pouco para todos. A seriedade do confronto original logo foi destruída. Como resultado, o Cáucus e a Associação desenvolveram-se cada vez mais de modo semelhante. Ambos se mostraram organizações que procuram o mesmo tipo de objetivos. Por isso uma abordagem incremental se tornou possível. A Associação poderia continuar a se comportar como um grupo de interesse – poderia simplesmente adotar alguns, mas de modo algum todos, os interesses do Cáucus. (*ibid.*, p. 54)

Lowi concluiu, assim, que a “politização” do CNPS foi a principal razão de seu fracasso, quer dizer, da dissipação da “revolta intelectual” que havia sido almejada no seu início. O desperdício de energias na disputa organizacional interna na APSA havia levado ao esgotamento da promessa de uma “nova ciência política” e à conversão do CNPS em uma espécie de parceiro menor num jogo de cartas marcadas. A avaliação de Wolfe neste ponto é similar. Também ele acreditava que os esforços empreendidos na organização do CNPS *dentro* da APSA o tinham desviado dos verdadeiros objetivos, metamorfoseando-o, no caminho, em algo próximo do inimigo contra o qual inicialmente se insurgiu (Wolfe chega a aludir ao livro de George Orwell, *Animal Farm*, fazendo com que a cena final em que os porcos, revolucionários de outrora, começam a andar sobre duas patas, tal qual os humanos, inimigos de antes, brotasse na cabeça).

Contudo, nesse aspecto fundamental, a análise de Wolfe não poderia ser mais simetricamente oposta à de Lowi. Para Wolfe, ao invés de pecar por politização desmedida, o cáucus teria pecado por comedida politização. A sua análise, nesse sentido, é ainda

mais áspera do que a de Lowi: “na sua tentativa de transformar radicalmente os métodos pelos quais a política é ensinada e praticada nos Estados Unidos, o *Caucus for a New Political Science* cometeu um erro fundamental: ele veio a existir”. Isso porque, “ao decidir não se relacionar com os movimentos de esquerda fora da *American Political Science Association*, aqueles que criaram o Cáucus se puseram à deriva da dinâmica de transformação política na América, e, assim, perderam contato com a realidade” (Wolfe, 1971, p. 393). De acordo com Wolfe, ao dedicar tanto esforço para organizar seções de debate, planejar painéis, programar encontros em hotéis, jantares para membros, além, é claro, de arquitetar disputas eleitorais, o CNPS “estava decidindo macaquear a APSA”, “tomando um passo definitivo rumo à postura reformista sem sequer se engajar num debate sobre quais os benefícios que uma postura reformista poderia ter” (*ibid.*, p. 394)..

Havia um “problema básico” que se colocava para o CNPS desde o começo, de acordo com Wolfe. Por ser um conjunto de cientistas políticos radicais dentro de uma associação eminentemente conservadora, o paradoxo da situação era gritante: afinal, “como pode o Cáucus ser a um só tempo amplo e radical?” (*idem*). Essa antinomia teria induzido o CNPS, ou pelo menos a uma maioria de seus membros, ainda que por margem pequena, como Wolfe destaca, a uma série de equívocos absurdos. Um deles, talvez o mais chocante, teria sido a aceitação, sob “histórica objeção” de Wolfe, pela diferença de apenas um voto, de dois nomes para a composição do Comitê Executivo do CNPS em 1969 que “simbolizavam para alguns de nós exatamente aquilo que o CNPS deveria combater”: o sociólogo Morris Janowitz, que possuía sólidos vínculos militares, e um ano antes havia publicado *The Social Control of Escalated Riots*, que pretendia ser exatamente o que o título indicava, um manual para combate das manifestações de massa, e Daniel Patrick Moynihan, na época assessor de Nixon, porém, mais conhecido pelo seu famoso e repulsivo relatório *The Negro Family*, em que ele argumentava, para simplificar, que a principal causa da pobreza dos negros nos Estados Unidos era a predominância de famílias com mães solteiras.

Janowitz e Moynihan logo abandonariam o CNPS, mas deixando atrás de si um dano quase irreparável à imagem da organização. Em todo caso, ao destacar esse esdrúxulo episódio, Wolfe chama atenção para o fato de que isso não era um erro casual, mas resultado direto da aceitação tácita da compreensão de que o cáucus deveria adotar um modelo pluralista, aceitando em suas fileiras qualquer um que desejasse simplesmente uma ciência política mais “relevante”, independentemente do que se entendesse por isso.

Erros tão caros como esse não voltariam a ocorrer (talvez para a decepção de Lowi, que certamente consideraria a exclusão de figuras desse calibre um caso exemplar de “supressão política”). De toda forma, era este o ponto principal da crítica de Wolfe: a ausência de uma concepção mais clara sobre os propósitos do CNPS só o induzia a copiar o modelo que a princípio desejava subverter.

A proposta de campanhas eleitorais na APSA teria padecido de igual equívoco. Wolfe admite que foi um dos principais incentivadores de uma candidatura própria, a qual já valia a pena só pelo ineditismo do feito. Mas não apenas por isso. Também ele julgava à época que uma eleição poderia ser uma excelente estratégia para desmascarar o caráter profundamente antidemocrático da APSA, além de “parecer um bom instrumento organizativo”. Todavia, sem que houvesse esclarecimento dos objetivos do grupo, aquilo que poderia ter sido um dispositivo efetivo de organização se tornou uma atividade dispersiva. “O resultado foi que entramos na eleição apenas para ganhar. E, ao fazer isso, sem dúvida contribuimos para o nosso ocaso” (*ibid.*, p. 397). A perseguição obsessiva de uma tática eleitoral, sem uma reflexão consistente sobre os objetivos estratégicos do CNPS, não teria contribuído nem para aumentar a respeitabilidade da organização entre os seus membros menos radicais, que a viam como expressão de uma inapropriada politização da profissão, e nem servido para atrair potenciais adeptos entre os mais radicais, que enxergavam o seu alegado radicalismo como uma simples “abstração”. “No ano em que o Presidente Nixon continuava a lutar uma guerra imperialista, em que nenhum passo havia sido dado para combater o racismo, em que a cidade e o campo descobriram uma sufocante poluição, os cientistas políticos radicais decidiram gastar o seu tempo disputando postos oficiais na APSA” (*ibid.*, p. 398).

No ano seguinte, em 1970, nada muito diferente aconteceria. “Novamente o foco estava nas eleições. Novamente a política da situação era confusa”. Embora a campanha de Hans Morgenthau tivesse obtido bem mais votos do que Christian Bay no ano anterior, a sua candidatura não havia contribuído em nada para aclarar os problemas. Sem conseguir baixar a guarda de muitos membros menos radicais, que o viam como uma voz extremada contra a Guerra do Vietnã (já que a sua crítica era sobretudo de cunho moral e não baseada em argumentos pragmáticos, como a maioria dos liberais contrários à guerra), e sobretudo sem conseguir aproximar-se dos membros mais radicais da profissão, desconfiados de seu anticomunismo e alheios ao seu entusiasmo pelo “realismo” no plano da teoria das relações internacionais, Morgenthau pouco ou nada poderia ter feito para o

avanço do CNPS. Assim, declarou Wolfe, “a invasão do Camboja e a repressão do Partido Pantera Negra finalmente me esclareceram a necessidade de fugir do tipo de trabalho do Cáucus para engajar as minhas atividades em outros lugares” (*ibid.*, p. 399).

O ponto crucial na extensa análise que Wolfe realizou sobre o fracasso do CNPS é que este jamais se dedicara a uma reflexão aprofundada sobre o porquê de realmente se opor tão tenazmente no *interior* de uma associação como a APSA, certamente a mais conservadora de todas as organizações profissionais das disciplinas de ciências sociais e, quiçá, da academia estadunidense, em vez de buscar construir formas de atuação política *fora* da associação. Ele sublinhava, nesse sentido, que, a despeito de na última década ter ficado patente para toda a esquerda a “notável interconectividade das instituições na sociedade americana”, lamentavelmente, este ponto crucial havia sido negligenciado pelos membros do CNPS.

Toda vez que um ataque consistente ao processo decisório de uma universidade/sindicato/hospital/centro de assistência social foi realizado, os insurgentes geralmente se encontravam diante de um sistema de poder fora da organização, mas influente sobre a sua conduta. Quando os estudantes se defrontam com um presidente da universidade apenas para se achar cara à cara com banqueiros, empresários imobiliários e presidentes de corporações na sala acarpetada da administração, eles experimentavam essa interdependência. Buscar mudança social dentro de qualquer organização, *por si só*, tornou-se sem sentido porque qualquer busca dessa poderia revelar rapidamente as conexões sistêmicas que sustentam a existência de qualquer instituição. Aqueles que perderam de vista esse ponto, ou escolheram não vê-lo em primeiro lugar, acharam-se ascendendo ao poder na organização em vez de transformá-la, o que talvez tenha lhes caído bem. Mas para aqueles com uma perspectiva mais radical, a experiência da insurgência em qualquer instituição desconectada de uma compreensão mais ampla de como essa instituição funciona no interior de toda a sociedade é altamente suspeita. (*Idem*)

Em 1969, quando Wolfe publicou a sua análise sobre a constituição oligárquica da APSA, ele atribuiu esse fenômeno à íntima natureza conservadora da teoria pluralista defendida unanimemente pelos cientistas políticos behavioristas que predominavam na estrutura organizacional da associação. Em 1971, contudo, Wolfe afirmava que a crítica, embora a princípio correta, era incompleta, de um modo particularmente comprometedor para o destino do CNPS. Ausente de sua avaliação poucos anos antes estava uma pergunta fundamental que ele (nem ninguém, à exceção de James Petras, que fora incompreendido) fizera à época: “qual era, afinal, a relação entre a ideologia dominante na ciência política e o sistema capitalista corporativo dentro do qual ela é praticada?”

Se aquela questão tivesse sido perguntada, não teria terminado minha exposição como terminei – que era impossível democratizar a APSA até que a teoria pluralista fosse substituída por algo mais humano – mas com a proposição de que tal mudança não viria a menos que as condições que deram origem àquelas teorias, toda a ordem corporativa, fosse transformada. Em suma, eu teria

olhado para além da *American Political Science Association* para buscar a mudança na sociedade em geral. (*Ibid.*, 400)

Com efeito, Wolfe reconhecia que a APSA possuía alguns recursos importantes para distribuir na sociedade, o principal deles sendo a sua “habilidade de definir o que era um acadêmico bem-sucedido e, logo, de moldar o caráter da pesquisa e da escrita sobre a política nos Estados Unidos”. Todavia, para ele seria um erro imaginar que uma rebelião no interior da associação pudesse alterar significativamente esses hábitos. “A causalidade estava noutra lugar: apenas mudanças no pensamento poderiam modificar as prioridades e apenas transformações na sociedade, fora da organização, poderiam produzir mudanças no pensamento” (*ibid.*, p. 401). Isso não queria dizer que os cientistas políticos dissidentes não pudessem se organizar no interior das associações profissionais ou nas universidades, mas que esta organização, uma vez aclarados seus objetivos políticos mais gerais, deveria necessariamente buscar estabelecer sólidas conexões fora da organização.

Um ano antes, em seu capítulo de encerramento de *An End to Political Science*, Wolfe já havia sugerido alguns caminhos que poderiam ser percorridos nesse sentido como a criação de laços com as organizações dissidentes de outras disciplinas acadêmicas a fim de se constituir ampla rede de intelectuais que pudesse se voltar com mais eficácia para o debate público. Em 1971, Wolfe apontava para a necessidade de formação de outros vínculos, primeiro com os estudantes, a “clientela” natural dos professores rebelados, uma dimensão muito negligenciada ainda pelo CNPS, e que, caso perseguida, o conduziria a “negar a própria *raison d’être* da existência do Cáucus, a negar a importância das associações profissionais acadêmicas”, em geral constituídas justamente para isolar os acadêmicos de seus alunos; segundo, com as comunidades que abrigavam as universidades e faculdades, muitas das quais “vizinhanças urbanas onde a opressão era uma realidade diária” – “o compromisso com essa clientela, se o termo faz algum sentido, novamente significa mais do que um painel sobre o assunto” (outros cáucuses, como o de sociologia, já haviam avançado muito mais nessa direção). O que parecia não fazer mais sentido, entretanto, era a insistência do CNPS em manter como seu público privilegiado outros cientistas políticos, ainda mais tendo consciência de que em sua maioria eram liberais conservadores, muitos dos quais diretamente envolvidos na concepção e execução das políticas públicas que eram o alvo principal dos insurgentes (*ibid.*, pp. 402-404, *passim*).

O fato era que não havia nenhum sentimento de esquerda substancial dentro da APSA para ser organizado. Em ciência política, a direita é mais à direita do

que em qualquer outra associação comparável, o centro é onde a maioria da direita está, e a esquerda, sob tais condições, só poderia ser liberal, jamais radical. O motivo pelo qual o Cáucus não pôde mover os liberais para esquerda é porque, em si mesma, ele se constituía de liberais. *Ele era a sua própria vanguarda.* (*Ibid.*, p. 404).

A crítica liberal de Lowi e a crítica radical de Wolfe convergiam em cheio para o coração do CNPS, mas, vindas cada qual de um lado diametralmente oposto, também elas estavam miradas uma na outra. De um lado, Lowi acusava o cáucus de ter abdicado de uma sonhada revolução intelectual na disciplina de ciência política para se dispersar em uma luta organizacional inócua. De outro lado, Wolfe acusava o cáucus de ter se desviado da almejada revolução política na sociedade em geral para se concentrar em disputas profissionais inconsequentes. No primeiro caso, uma excessiva politização havia sido o pecado original que condenara o CNPS ao purgatório das escaramuças organizacionais. No segundo caso, uma débil politização o havia empurrado para a lata do lixo da história das vaidosas contendidas carreiristas. Em ambos, contudo, o diagnóstico geral era um só: o CNPS havia lamentavelmente trocado os fins pelos meios, privilegiando táticas circunstanciais em vez de uma estratégia necessária. O que deveria ter sido, portanto, um recurso momentâneo para auxiliar a conquista de objetivos maiores no futuro – fosse a revolução intelectual da disciplina, fosse a revolução política da sociedade – teria terminado por se converter no próprio objetivo principal dos cientistas políticos rebelados. O resultado, no julgamento incisivo de Lowi e Wolfe, teria sido que, inadvertidamente, os rebeldes cada vez mais teriam passado a agir como o próprio establishment que visavam superar.

As conclusões alinhavadas por Lowi e Wolfe no começo dos anos 1970 seriam, de modo geral, aceitas até hoje pelas (poucas) interpretações históricas sobre o CNPS. (É preciso se frisar, aliás, que, em geral, tanto a historiografia disciplinar predominantemente “internalista”, quanto a historiografia das ciências sociais com maior ênfase nos aspectos “externos”, costumam concentrar a maior parte de seus esforços no estudo de movimentos e correntes intelectuais considerados hegemônicos, ortodoxos ou oficiais, restando assim pouco espaço para a investigação de movimentos mais dissidentes). Porém, essas leituras, apesar do evidente antagonismo nas posições defendidas por Lowi e Wolfe – o primeiro, conferindo prioridade à “reforma intelectual” da disciplina, denunciando de um ponto de vista liberal o excesso de politização do CNPS; o segundo, dando prioridade à “revolução política” da sociedade, denunciando de um ponto de vista radical a precária politização do CNPS –, tendem a destacar o seu aspecto complementar ou convergente, qual seja, o de que o CNPS, no curso de suas lutas em prol daqueles dois objetivos maiores, por uma

miopia qualquer, que o impedia de enxergar muito longe, acabou sucumbindo à estreiteza das tarefas imediatas e se transformando num pastiche da APSA.

Assim, de acordo Dryzek, graças às batalhas travadas pelo CNPS, houve uma ampla “proliferação de programas de pesquisa, mas não mais uma revolução”. “Em vez de desenvolver vínculos com os movimentos políticos e sociais da contracultura, o Cáu- cus logo investiu a maior parte de suas energias em esforços mais profissionais”. “Tendo o seu assalto ao alto comando da APSA falhado, o Cáu- cus se assentou para viver como uma das sempre proliferantes Seções Organizadas da APSA, bancando o seu próprio conjunto de painéis (eventualmente bem pequenos), e publicando seu jornal, *New Political Science*, largamente ignorado pelo restante da disciplina” (Dryzek, 2006, p. 491).

Para Seidelman e Harpham (1985, p. 189), “alguns afirmariam que um saudável ecletismo permeia a disciplina e que tal diversidade é um ganho dos críticos dos pluralistas. Há espaço o suficiente para todos na disciplina agora, e aparentemente existem ‘abordagens’, subáreas e ideologias o bastante para acomodar todo o empenho possível”. “Para os modernos que escrevem e trabalham como cientistas políticos nos anos 1970 e 1980, a fragmentação da disciplina pode ser justificável, e mesmo bem-vinda, considerando as alternativas” (*ibid.*, p. 190). Contudo, os autores, que aceitam inteiramente as conclusões de Wolfe e Lowi, lamentam que este estilhaçamento da disciplina significou, na verdade, o derradeiro capítulo da “terceira tradição” de cientistas políticos reformadores. “O atual ecletismo e fragmentação da ciência política pós-behavioralista simboliza o colapso de uma das principais bases do Progressismo liberal Americano. O otimismo do passado não pode mais ser legitimamente sustentado. Simultaneamente, o público externo da ciência política encolheu e às vezes até desapareceu, embora os dissidentes na disciplina clamem por ‘relevância’” (*idem*).

O “eclipse da unidade” (título do último capítulo de *Disenchanted Realists*): é assim que Seidelman e Harpham compreendem a “era pós-behavioralista”. Escrevendo em uma época de ascensão galopante do movimento conservador nos Estados Unidos, tema de preocupação no prefácio e na conclusão do livro, os autores queixam-se do “estranho destino duma tendência intelectual cujas principais reivindicações estiveram fundadas na utilidade das explicações científicas para a transformação política” (*ibid.*, p. 191). “A pesquisa por novas conexões com os públicos reformistas, a exigência por relevância na pesquisa, a orientação crítica, mas esperançosa de uma nova ciência, o interesse

pela crise do sistema político – tudo ecoa preocupações passadas” (*idem*). Mas o que teria acontecido afinal? Sua resposta pouco se difere da apresentada por Lowi e Wolfe.

Em primeiro lugar, argumentariam Seidelman e Harpham (*idem*), “as análises pós-behavioristas não se concentraram tanto nos males políticos, mas antes nos males dos métodos behavioristas na ciência política. O pensamento político pós-behaviorista substituiu a análise política pela análise política, e transformou a dissidência em estranhos e por vezes arcanos debates sobre a própria disciplina de ciência política”. Em segundo lugar, “a ciência política tornou-se relevante não por estabelecer uma nova relação com os ativistas políticos. Em vez disso, a maioria dos pós-behavioristas buscou a reestruturação interna da disciplina em si mesma” (*idem*). “Os constituintes da reforma da reformada ciência política tornaram-se outros cientistas políticos” (*ibid.*, p. 198). Seria verdade que, dentro de “limitados objetivos”, o CNPS obteve sucesso na “democratização dos procedimentos da APSA”, mas estes ganhos reduzidos apenas serviam para “destacar a fragilidade da corrente de pensamento dominante no cáucus” (*idem*). Dessa forma, mais uma vez “a revolta interessada em transformar os modos pelos quais os intelectuais pensavam, agiam e se comunicavam foi convertido num debate sobre padrões profissionais. A ira contra a Guerra do Vietnã e a injustiça social foi convertida em debates sobre metodologia, objetividade e vieses acadêmicos” (*ibid.*, pp. 198-199). Os autores argumentam que o CNPS acabou se enquadrando nas “regras do jogo” estabelecido pela APSA, rebaixando os seus objetivos originais mais elevados a tarefas mais concretas e imediatas como todo “grupo de interesse” que troca “incertezas das atividades de um movimento pelo pedaço maior do bolo existente” (*ibid.*, p. 199).

Assim, embora todas as interpretações não deixem de assinalar, com o benefício da perspectiva histórica que nem Lowi e nem Wolfe poderiam ter, os diversos aspectos positivos da atuação do CNPS para o desenvolvimento da disciplina e da profissão de ciência política nos Estados Unidos, o que se observa é que a história do CNPS tem sido interpretada invariavelmente sob o signo do fracasso, senão até da insignificância, e muito pouco no sentido das potencialidades criativas que essa experiência – em combinação com a de tantas outras similares na época – engendrou em resposta (e como desencadeadora) da crise das universidades e ciências sociais estadunidenses, mesmo que o resultado desses esforços não tenham sido o mesmo pretendido pelos intelectuais ativistas envolvidos na empreitada.

Em suma, se há algo que a história do CNPS revela é que ela não foi *somente* o processo de esgotamento dos seus dois maiores propósitos, o de reforma do pensamento político (contra o behaviorismo) e de reforma política (contra a ordem liberal da Guerra Fria), em infrutíferas rinhas internas na APSA, mas que foi *também* a história da gestação de novas formas de combinação entre reflexão intelectual e intervenção política, distintas das que haviam se estabelecido e predominado no contexto do pós-guerra. Nesse sentido, o chamado “pós-behaviorismo”, como desafio que lançou não somente contra o modo dominante de pensamento político nos Estados Unidos, a sua “matriz liberal”, como diria Ricci, cimentada no postulado behaviorista da neutralidade científica e na tese pluralista sobre a democracia, mas também contra a própria ordem política e social que se ancorava nesse modo de pensamento, o liberalismo de Guerra Fria, teria que ser apreendido a partir de um olhar sobre as tensões criativas das antinomias de sua práxis.

As únicas fontes referidas por Seidelman e Harpham, assim como por Dryzek, para extraírem essa dura avaliação sobre o “estranho destino” do CNPS foram justamente as invectivas de Lowi e Wolfe contra os desvios, por um lado, de politização e, por outro, de despolitização do CNPS. Não é de surpreender, assim, que as suas conclusões sejam tão desalentadoras. Contudo, mais de uma década havia se passado desde que estes últimos se retiraram do CNPS e escreveram as suas críticas até que Seidelman e Harpham redigissem o seu comentário, e muito mais do que isso até que Dryzek escrevesse o seu breve relato. Que Lowi e Wolfe, após a sua saída do CNPS, tenham tido as suas razões para decretar o seu fim (ou mesmo declarar que ele sequer deveria ter nascido), não significa, porém, que este não tivesse tido uma vida posterior e que esta vida não admitisse desenvolvimentos distintos daqueles que eles pressentiram, ainda que, ao cabo, nem uma reforma intelectual profunda tivesse ocorrido, menos ainda uma reforma política de caráter progressista. Este hiato está ausente nessas interpretações históricas sobre a experiência do CNPS.

Com efeito, as críticas escritas por Lowi e Wolfe no início dos anos 1970, cada qual com os seus objetivos, parecem ter uma validade surpreendente e dificilmente superável quando se analisam os perigos que implicou para o CNPS a ênfase exagerada na disputa organizacional interna na APSA. Todavia, embora este perigo estivesse sempre presente, trazendo inúmeras armadilhas e tropeços, é preciso reconhecer que isto esteve bem longe de significar a simples e imediata supressão e anulação dos principais objetivos

do CNPS, como sugeriram Lowi e Wolfe em suas diatribes. Na verdade, a crítica de ambos pode ser mais bem entendida, em conjunto, como a representação dos dois polos de uma antinomia política e intelectual criativa vivenciada pelo CNPS – e outras tantas organizações semelhantes no período. Nesse sentido, em vez de se olhar apenas para o resultado do CNPS, isto é, o seu eventual fracasso em forjar uma “nova ciência política”, atuante e relevante, no sentido da reforma simultânea do pensamento político e da ordem política nos Estados Unidos, é preciso também se deter no seu processo, que não se resumiu simplesmente ao esgotamento prematuro de seus maiores objetivos, como apontam de forma convergente as distintas e polêmicas análises de Lowi e Wolfe (e de toda a historiografia disciplinar subsequente), mas refletiu uma permanente tensão criativa entre seus dois polos antinômicos.

Com efeito, a própria busca pela via organizacional foi, em certo momento, uma das formas ou expressões assumidas por essa antinomia inerente ao CNPS e, para a qual, tanto Lowi quanto Wolfe ofereciam distintas soluções. Lowi pensava que a melhor forma de se chegar a um arranjo adequado entre as duas tarefas colocadas ao CNPS, a reforma intelectual e a reforma política, seria sujeitando a última a primeira. Na perspectiva liberal de Lowi, à reforma intelectual da ciência política se seguiria uma transformação geral na forma de pensamento político e, por conseguinte, uma transformação das instituições políticas liberais, com repercussões progressistas em toda a sociedade. Já na visão radical de Wolfe, a reforma política da sociedade havia adquirido precedência sobre qualquer reforma intelectual. Enquanto Lowi queria um CNPS dedicado a tarefas eminentemente intelectuais, como a crítica à ideologia liberal e às perspectivas behaviorista e pluralista predominantes na academia, bem como à proposição de soluções metodológicas, teóricas e, sobretudo, normativas para crise de então (mais ou menos como próprio irá buscar fazer em seu livro *The End of Liberalism*),¹¹¹ Wolfe, por sua vez, exigia que o CNPS se lançasse diretamente nos embates políticos de seu tempo e, levando às últimas consequências o

¹¹¹ Como diria Lowi nos comentários finais do seu livro, no contexto de crise do que chamou de “liberalismo de grupos de interesse”, “no tempo presente, eles [os líderes do país] persistem na busca de explicações distantes para as tensões Americanas, e usualmente as vítimas ou a sociedade recebe toda a culpa. Mas em último caso eles devem enxergar que eles, os líderes, são o problema, seu sistema de crenças é a fonte da patologia, e suas políticas não sucederão senão por um alto custo político e econômico. À medida que esse momento se aproxima, haverá uma oportunidade para grandes mudanças. *Mas essas mudanças terão que ser guiadas por uma nova filosofia pública, e uma nova filosofia pública não surge do nada. Ela surgirá do tipo de discurso político em que poucos de nós se engajaram durante o falso consenso de nossa geração. Como contribuição para esse discurso, eu ofereço a democracia jurídica*” (Lowi, 1979, p. 298, grifo meu).

seu raciocínio, deixasse finalmente de existir enquanto CNPS, ou seja, como uma organização limitada pelo horizonte profissional e disciplinar do círculo acadêmico (como o próprio Wolfe faria ao procurar participar de novas instituições que buscavam conjugar intervenção política com a reflexão intelectual).¹¹² A tensão entre essas duas dimensões, ora pendendo para a reforma intelectual, ora para a reforma política, foi inerente à experiência política e intelectual, ou à práxis, do CNPS (e, diversamente, em todas as iniciativas similares que varreram naqueles anos os campi universitários e associações disciplinares, principalmente no âmbito das ciências sociais).

A via organizacional da disputa eleitoral no interior do APSA ainda seria seguida por alguns anos pelo CNPS, até que, a partir da segunda metade dos anos 1970, uma nova orientação começou a ser tomada. No decurso desses anos, porém, apesar dos empecilhos identificados por Lowi e Wolfe à busca efetiva dos objetivos originais do CNPS, algumas iniciativas importantes se desdobraram nesse sentido, que servem para indicar o quanto as formas institucionais estabelecidas para a atuação intelectual e política desses cientistas políticos – e cientistas sociais e acadêmicos de forma geral – não eram percebidas como satisfatórias, e o quanto, em consequência, se buscou com certa urgência construir novas bases para a conjugação das duas tarefas, a renovação intelectual do pensamento político nos Estados Unidos e a transformação política da sociedade estadunidense num contexto de crise, um dilema enfrentado por toda uma geração de intelectuais ativistas de esquerda, a maioria dos quais estreitamente vinculada ao contexto das rebeliões na academia ocorridas a partir do final dos anos 1960 e com reflexos ao longo de todos os anos 1970. Ainda que os laços que uniam grande parte desses intelectuais ativistas à vida acadêmica eventualmente nunca se romperam por inteiro, o que pode, de fato, ter limitado drasticamente as possibilidades de uma intervenção mais efetiva no debate público, sobretudo quando comparados à sua contraparte na direita conservadora, que se lançou mais resolutamente (e com o auxílio, sempre bom lembrar, de recursos materiais infinitamente superiores) no

¹¹² Wolfe, após sair do CNPS, atuou em inúmeras frentes. Mas uma foi especialmente significativa, pois lhe permitiu fundir ação política direta e produção intelectual, a sua atuação, em boa parte dos anos 1970, junto ao *Institute for Policy Studies*, que servia de ponte entre movimentos progressistas e acadêmicos engajados, um destino de vários de seus colegas do CNPS. Eventualmente, no início dos anos 1980, Wolfe, que nunca perdera seus laços com o mundo acadêmico, retornou para a vida universitária, mantendo-se, todavia, um ativo intelectual público. No prefácio a um livro que publicou dois anos depois de sair do CNPS, *The Seamy Side of Democracy. Repression in America* (1973), Wolfe apresentaria um ponto de vista bastante diferente daquele apresentado por Lowi na nota anterior: “Eu não acredito que o estudo da sociedade é o resultado de estudiosos individuais procedendo de forma individualista. O Conhecimento é um produto social e, nesse sentido, este livro não é somente o meu trabalho, mas o produto de um movimento social a partir do qual ele se desenvolveu” (Wolfe, 1973, p. ix).

projeto de edificação de um contra-establishment hostil às universidades, mais livres, portanto das amarras que tais instituições impõem a um tipo de produção intelectual mais engajada, o empenho criativo dos membros do CNPS (um exemplo de um conjunto bem maior de organizações congêneres criadas pelos intelectuais ativistas de esquerda rebeldes contra as universidades e disciplinas acadêmicas comprometidas com a ordem liberal) foi uma incubadora muito rica de uma “nova imagem”, não só para a ciência política, como vislumbrara David Easton, mas, com efeito, para todo um novo empreendimento político e intelectual que começou a emergir de modo mais ou menos definido nesses anos.

Após a candidatura derrotada de Morgenthau, em 1970, o CNPS se aventuraria em novas candidaturas em mais oito ocasiões, até que ficou bastante claro, após inúmeras disputas internas e reviravoltas na composição de seus membros, que este curso da disputa organizacional teria que ser definitivamente superado, o que ocorreria, em definitivo, no final da década. Em 1971, a maioria dos integrantes do CNPS, ainda convencidos de que não haveria avanços significativos na ciência política se não houvesse a captura de postos chave da administração da APSA, lançaram a candidatura de Richard Falk à presidência da associação.¹¹³ Falk conquistaria proporção equivalente de votos daquela obtida um ano antes por Morgenthau, 42%. Nesses primeiros anos, como havia ressaltado Wolfe, havia uma diversidade ainda muito grande entre os membros do CNPS, apesar de, em 1969, os membros mais radicais terem conseguido emplacar o nome de David Kettler para liderar o CNPS (1969-1970), além de outros para o Conselho Executivo. Segundo o relato de um de seus futuros presidentes, John Resenbrink (1974-1976), baseada em sua correspondência com outro presidente do CNPS Edward Malecki (1970-1971), “a diversidade produzia

¹¹³ Essas informações mais detalhadas sobre os interstícios das disputas internas no CNPS estão baseadas em grande medida no relato de John Resenbrink (1979). São alguns os motivos que levam a isso. Em primeiro lugar, não há, em toda a literatura da história disciplinar, pesquisas nesse sentido sobre o período abordado, os anos 1970. Ricci, Seidelman e Harpham e Dryzek, autores mais conhecidos na história disciplinar, não tratam dessa questão. Como mencionei antes, além de serem escassos os trabalhos sobre o CNPS, quando existem, eles simplesmente param no início dos anos 1970, aceitando integralmente as observações críticas deixadas por Lowi e Wolfe. A única exceção é o excelente trabalho de Clyde Barrow (2008) – que, aliás, acaba de receber uma nova versão revisada e ampliada no número de comemoração dos 50 anos do CNPS editada por seu periódico *New Political Science*, aquele mesmo que Dryzek condenou por ser “largamente ignorado na disciplina”. Contudo, a pesquisa de Barrow (cujas notas bibliográficas são riquíssimas e muito ajudaram no levantamento bibliográfico inicial sobre o CNPS) se baseia também no relato de Resenbrink. Um detalhe: Barrow, assim como Resenbrink, foi membro e presidente do CNPS. Uma última razão é que o trabalho de Resenbrink contém fontes de primeira mão não disponíveis, a não ser em pesquisas de arquivo, como correspondências pessoais, observação participante, menção à documentos internos não publicados, entrevistas, etc. Quando foi possível identificar documentos disponíveis, publicados, por exemplo, na revista *New Political Science*, essas fontes foram consultadas diretamente.

tumultos internos, falhas de comunicação, suspeitas infundadas e animosidades pessoais” (Resenbrink, 1979, p. 62). Mas, além disso, também produziu certo nível de polarização interna entre duas tendências – uma primeira, defendida por membros mais liberais, que desejava um CNPS sem compromisso filosófico ou ideológico declarado, além de aberto de modo pluralista a todos aqueles interessados em uma ciência política mais relevante, e, uma segunda, defendida pelos membros mais radicais, que se dividiam entre aqueles que reivindicavam uma retirada da APSA a fim de forjar uma organização autônoma e aqueles que demandavam uma clarificação maior acerca dos princípios filosóficos e ideológicos que guiariam a organização e delimitariam o perfil de seus integrantes.

No primeiro caso, a opção pela estratégia eleitoral era predominante, ao passo que, na segunda, prevalecia o entendimento de que o *cáucus* deveria ser, sobretudo, um veículo para a conscientização política, ainda que isso significasse sacrificar a disputa eleitoral, o que não era consenso. Além disso, havia no primeiro grupo uma ênfase maior na perspectiva de transformação intelectual da disciplina, enquanto que no segundo grupo o foco mais pronunciado era na transformação política da sociedade. Em ambos os casos, porém, com a exceção de uma reduzida parcela de radicais que, a exemplo de Wolfe, defendia o abandono definitivo da APSA, os dois grupos aceitavam, uns mais ostensivamente, outros mais tacitamente, que a perseguição de um caminho eleitoral era, naquelas circunstâncias, não só legítima, como também necessária aos propósitos a que cada grupo conferia maior peso.

Nesse sentido, a via organizacional ou eleitoral, embora tivesse os seus limites quando medida pelos seus objetivos declarados, era também uma forma de estabelecer certa unidade ou coesão em um grupo tão diversificado. A eleição dentro da APSA era o momento em que as diferenças entre os membros do CNPS ao menos momentaneamente se dirimiam, e as diferenças entre eles e o *establishment* da APSA se acentuavam. Assim, pelo menos nesse sentido, o esforço do CNPS em trilhar o caminho da disputa organizacional teve o papel positivo de manter o grupo minimamente unido, talvez a sua própria existência. Mas sendo o grupo dividido por posições tão claramente contrapostas, o expediente unificador das eleições não seria capaz de simplesmente dissipar o tensionamento interno.

Entre os anos de 1972 e 1974, o pêndulo do CNPS se inclinou mais em direção ao primeiro grupo de liberais dissidentes sob liderança de Dankwart Rustow (1972-1973) e Philippa Strum (1973-1974), esta última responsável por introduzir alguns importantes

elementos no CNPS, como uma maior ênfase na libertação feminina (o que se traduziu, inclusive, na substituição do termo *chairman* por *chairperson*). Rustow, por sua vez, deu destaque à busca por maior “abertura e equidade” tanto no que se referia às minorias como mulheres e estudantes, quanto no que se referia às orientações filosóficas e metodológicas dos cientistas políticos (Resenbrink, 1979, p. 60). Assim, falando para uma convenção de cientistas políticos da Pensilvânia, Rustow defendeu que o dever dos cientistas políticos seria com “a verdade, a imaginação e a enunciação pública e clara de nossas descobertas”. Para ele, na medida em que todas as declarações dos cientistas políticos eram também um ato social e político, seria a sua obrigação oferecer ao público uma “margem de escolha” sobre os assuntos públicos. Segundo Resenbrink (*ibid.*, 61), “essa perspectiva constituiu a base filosófica do Cáucus nessa época”; assim, “mesmo não rompendo decisivamente com o liberalismo, o Cáucus, de fato, proveu uma voz para reforma significativa dentro da APSA e a desafiou a enfrentar a participação desigual, o estreito profissionalismo, e o cinismo político”.

Essa perspectiva parece ter tido fôlego dentro da APSA, pois, em 1972, o candidato do CNPS à presidência da APSA, Peter Bachrach, obteve 49,5% dos votos, perdendo por apenas 59 num total de 6.471 votos válidos, e, concorrendo novamente no ano seguinte, um pouco menos, 45,6%. Os avanços do CNPS pareciam ser tão irresistíveis que, em 1974, em uma atitude que teria sido inimaginável anos antes, o próprio Comitê de Nomeação da APSA indicou o nome de um membro do CNPS, James Macgregor Burns, “sob instigação vigorosa de Strum, que ignorou advertências de cooptação” (*idem*). Dessa forma, o CNPS, naquele ano, abdicou de indicar um concorrente. Ademais, como relata Resenbrink, para estupefação geral, naquela mesma eleição o CNPS abocanhara nove do total de quatorze contestações, cinco concorrendo apenas com o apoio do cáucus e quatro com o endosso da APSA. Ainda que isso não fosse o suficiente para formar uma maioria no conselho da associação, composto por vinte e seis membros, pela primeira vez o CNPS teria uma representação de peso. A eleição de Burns trouxe alguns ganhos para o CNPS. Assim que eleito ele nomeou a cientista política radical Frances Fox Piven para coordenar o comitê de planejamento da programação anual de 1976. A seleção elaborada por Piven foi contestada pelos membros conservadores do conselho, por ser “muito de esquerda”, mas, tendo sido mantida, provou ser exatamente isso, certamente a programação anual mais de esquerda da história da APSA. Tendo em vista esse progresso do CNPS pela via eleitoral,

não é de admirar, portanto, que ele tenha persistido nessa estratégia a despeito das críticas em contrário.

Mas nem tudo estava ganho e a resistência do establishment da APSA podia ser tão feroz quanto em anos anteriores. Em 1975, durante a vigência do mandato de Burns, nenhuma das propostas encaminhadas pelo CNPS para alterar a estrutura (garantindo uma quota para orientações filosóficas minoritária nos comitês), a constituição (tornando sua linguagem mais politizada), e os procedimentos (permitindo direito a voto somente para os membros eleitos) da APSA conseguiu ser aprovada. A resistência da oficialidade da APSA foi tão dura e os debates tão abrasivos que, conforme diria Resenbrink (*ibid.*, pp. 62-63), “as reuniões do conselho da APSA em 1975 provaram ser o ponto mais alto e o divisor d’águas dos esforços do Cáucus para influenciar, senão ‘tomar’, a maquinaria do governo da APSA”. Algumas mudanças internas ao CNPS já vinham lentamente tomando forma desde o ano anterior, quando John Resenbrink foi eleito seu presidente, e ganharam corpo após as experiências de 1975. Crescia a exigência de que o CNPS atuasse com mais empenho na luta pela conscientização política na profissão e na disciplina em geral, o que envolvia, no entendimento de seus membros mais radicais, que em número crescente, “a necessidade de confrontar questões relativas às alternativas entre capitalismo e socialismo e às definições liberais de conhecimento que dominavam a APSA e seus órgãos” (*ibid.*, p. 63).

Embutida nessa exigência havia a preocupação quanto à definição dos princípios filosóficos e ideológicos que orientariam a ação do CNPS. Dúvidas brotavam sobre se era mesmo pertinente manter o tipo de pluralismo permissivo até então predominante ou se não seria já o caso de definir explicitamente uma posição do CNPS em relação à sociedade capitalista e estabelecer assim um perfil mais restrito para os seus membros. Conforme o CNPS angariava apoio cada vez maior de acadêmicos mais jovens e críticos, perdia força a estratégia eleitoral da disputa organizacional interna, que apelava para a aceitação de um conjunto moderado de profissionais, diluindo assim o potencial contestador da organização. Como um dos membros do CNPS eleito para o conselho da APSA em 1974, Leonard Binder, se questionou: “De que vale termos algum poder se não sabemos para quais fins usá-lo?”.

O debate em torno desse tema levou à criação de um comitê para se discutir a estrutura e os propósitos do CNPS. Assim, em uma conferência do CNPS de junho de 1975 foi apresentado o “Relatório do Comitê do CNPS sobre Estrutura”, mais conhecido

como “Relatório Wallis”, em referência a seu coordenador, Victor Wallis, que futuramente seria presidente do CNPS (1977-1978). O relatório defendia que uma tomada de posição clara da organização, em termos práticos e teóricos, contra a economia e a política capitalistas. Ademais, recomendava que o CNPS passasse a se organizar como um organismo dual: em parte, como uma organização dependente da APSA, isto é, como uma organização *interna*, voltada para a transformação da profissão e da disciplina; e, em parte, como uma organização independente, quer dizer, como uma organização *externa*, orientada para a “educação política de massa” (*ibid.*, p. 64). Imediatamente, “os debates e discussões passaram a ser sobre *como* esclarecer e expandir o significado prático e teórico de uma posição de esquerda, em vez de se deveria haver alguma”. O relatório, com efeito, foi um ponto de inflexão no CNPS. Assim, no mesmo ano em que o CNPS atingiu seu ponto alto de influência dentro da APSA, ele passou por uma transformação sensível justamente no sentido oposto, de busca por influência fora da APSA.

O “Relatório Wallis”, embora aprovado por maioria na conferência, provocou a firme contestação da ala mais liberal do CNPS, avessa a se comprometer expressamente com uma linguagem clara de condenação do capitalismo e de defesa do socialismo. “Eles expressavam o receio de que isso significasse o abandono do pluralismo. Eles tendiam a ser fortemente associados com nossas tradicionais atividades eleitorais na APSA” (*ibid.*, p. 65). Essa ala liberal ficou ainda mais furiosa quando o Comitê Ad Hoc, uma verdadeira reação conservadora no interior da APSA, reproduzindo, assim, um padrão que se notava na própria sociedade em geral, usou a linguagem contundente do relatório para atacar o CNPS diante dos associados da APSA, como se estivesse desmascarando um lobo que se passava por cordeiro. O Comitê Ad Hoc, contudo, a despeito de sua paranoia, identificava claramente uma contradição existente no CNPS (e que seria igualmente diagnosticada por Wolfe anos antes): o CNPS adotava a via eleitoral buscando expandir sua receptividade, para tanto, tendo que abrandar seu tom na esperança de ser acolhido pelos membros mais moderados da APSA, e, ao mesmo tempo, nutriam objetivos políticos radicais, que, sabidamente, afrontavam a maior parte dos seus associados. Em uma carta de Christian Bay a Ken Sherrill, um dos representantes mais influentes dessa ala liberal do CNPS, ele buscou convencer o colega de que a estratégia eleitoral adotada até então estava equivocada. Se, de fato, como argumentara Sherrill, havia em torno de quarenta por cento de associados da APSA dispostos a votar no CNPS, “se *isto* for mesmo o caso, do que duvido, então, na minha impertinente visão, deve haver algo radicalmente errado com a posição de

CNPS! Eu continuo a ver nossa função”, escreveu Bay, “como sendo primordialmente educacional e ‘negativa’, no sentido de Marcuse, e, se for assim, no curto prazo mais propensa a antagonizar mais colegas do que a os atrair; mas eventualmente atraindo mais estudantes e jovens colegas do que os repelindo” (*ibid.*, p. 67).

Dali em diante o CNPS seguiu um curso mais radical e, de fato, muito próximo aquele traçado por Wolfe (à exceção, claro, de que continuou a existir). Algumas candidaturas ainda seriam apresentadas, mas, dessa vez, de nomes escolhidos a dedo para antagonizar a APSA, precisamente no sentido negativo desejado por Bay. Assim, em 1975, o CNPS apresentou a candidatura de Murray Edelman (que obteve 40,6% dos votos válidos), em 1976, Frances Fox Piven (37,9%), em 1977, C. B. MacPherson (29,5%), em 1978, Bertell Ollman (28.4%), e, em 1979, Michael Parenti (21,1%), todos bem mais à esquerda do que a esquerda convencional da APSA, e todos, definitivamente, muito mais preocupados em desmistificar a APSA do que em ganhar a sua simpatia (Barrow, 2008, pp. 237-238).

Esta última candidatura selou a participação do CNPS em disputas eleitorais, ao menos para a presidência da APSA. Com o abandono da via eleitoral, o CNPS, agora sob uma liderança bem mais homogeneamente radical, comprometida com as diretrizes gerais estabelecidas pelo “Relatório Wallis”, buscou promover de forma articulada os seus dois objetivos de, por um lado, incentivar a produção intelectual do grupo tendo em vista a transformação do pensamento político dominante, e, por outro lado, articular as conexões externas com movimentos sociais e comunitários. No primeiro caso, um dos primeiros passos foi buscar transformar o boletim de notícias do CNPS em uma revista, o que começou a ser feito entre 1976 e 1978, sob a liderança de Steve Sachs (1976-1977) e Victor Wallis (1977-1979). O jornal *New Political Science* finalmente veio a público em 1979.¹¹⁴

¹¹⁴ De fato, o CNPS já havia se lançado nessa empreitada já em 1970, com a publicação da revista *Politics and Society*, sob a editoria de Ira Katznelson, e conselho editorial formado por Gordon Adams, Phillip Brenner, Judith Coburn, Lewis Lipsitz e Alan Wolfe. A lista dos quinze revisores, como observou Barrow (2008, p. 238), “era uma verdadeira lista de ‘quem é quem’ da nova ciência política”: Michael Parenti, Christopher Lasch, Peter Bachrach, Henry Kariel, Ralph Miliband, Philip Abrams, entre outros. *Politics and Society* visava rejeitar “a despolitização do estudo da política, a pobreza das análises críticas, o uso desnecessário e paroquial do jargão pseudocientífico”, e se apresentava como um “fórum alternativo” para cientistas sociais “lidando com importantes questões políticas”, escapando, assim, como havia recomendado Wolfe em *An End to Political Science*, do “estéril debate behaviorismo-antibehaviorismo” (“Editorial Introduction”, 1970). Era uma revista, portanto, talhada para intervir no debate público. No entanto, em 1973, como relata Barrow, todos os conselheiros editoriais foram substituídos e a revista, que, no seu início, havia sido um dos principais veículos para análises políticas marxistas, foi repaginada para eventualmente se tornar o principal canal do “novo institucionalismo” e, no final dos anos 1970, já não tinha mais nada a ver com o CNPS (Barrow, p. 238).

Na introdução de seu primeiro número, os editores assinalavam a mudança das circunstâncias históricas, com os ataques cada mais intensos contra os intelectuais radicais nas universidades, em uma era em que o velho discurso da liberdade acadêmica parecia ter se tornado oco diante de tantas provas da absorção das universidades pelo Estado, e evocava a necessidade urgente de os intelectuais de esquerda passarem ao “ativismo intelectual”, não só para defender as suas posições, que no momento se fazia indispensável, mas também para contra-atacar, e, dessa forma, intervir com mais força no debate público (“Introduction”, 1979).

Já no segundo caso, o CNPS procurou se aproximar de forma mais sistemática de movimentos sociais, estreitando os seus laços com outras organizações radicais, acadêmicas ou não, com forte ênfase na conscientização política. Segundo Resenbrink (1979, p. 69), a nova plataforma do CNPS “refletia o abandono final de qualquer laço duradouro com o liberalismo e uma afirmação de uma unidade de propósito baseada na oposição a um ‘sistema que depende da cumplicidade e da aceitação tácita de suas estruturas, padrões, e recompensas’, e um compromisso com uma nova disciplina cuja preocupação inclui ‘a mobilização de indivíduos e movimentos trabalhando para a radical transformação da sociedade’”. O CNPS, nas palavras de Wallis, vivia, assim, “um ponto de virada”, deixando de ser um mero “cáucus” para se tornar uma “contra-instituição” (Wallis, 1979, p. 89). Segundo os presidentes do CNPS de então, Jane Gruenebaum e Paul Thomas (1978-1979), que haviam sido eleitos justamente com a incumbência de enraizar a organização em bases sociais mais amplas, o CNPS deixava de ser uma “oposição leal” dentro da APSA para “construir uma forte e agressiva organização e traduzir em ação aqueles valores que nós compartilhamos como como cientistas políticos radicais” (Gruenebaum e Thomas, 1979, p. 92). Nesse sentido, a identidade dual do CNPS foi ratificada inclusive legalmente como organização sem fins lucrativos e isenta de taxaço de impostos, sob a inscrição número 501(3)(c) do *Internal Revenue Code*, precisamente o tipo de regime jurídico que é adotado pelos *think tanks* (Barrow, 2008, p. 239).

É interessante observar, no entanto, que membros individuais do CNPS já vinham atuando ativamente em instituições com características similares praticamente desde a sua fundação. Se analisarmos, por exemplo, as notas biográficas dos autores que contribuíram para o livro *An End to Political Science*, vemos uma característica peculiar, sobretudo se comparamos às notas biográficas do livro *Apolitical Politics*. Enquanto todos

os autores desta última coletânea eram acadêmicos profissionais, à exceção de dois estudantes de doutorado, os autores de *An End Political Science*, além de também contar com um estudante de doutorado e oito professores universitários, apresentavam outro perfil, o de “intelectual ativista” vinculado a institutos de pesquisas não universitários, que buscavam precisamente unir produção intelectual e intervenção política. Um dos cientistas políticos acadêmicos, Matthew A. Crenson, antes de se tornar professor na Universidade de John Hopkins, havia atuado como pesquisador na *Brookings Institution*. Outros dois colaboradores da coleção atuavam no *Institute for Policy Studies* (IPS), considerado por alguns como o primeiro modelo de *think tank* dos anos 1960, tendo inclusive sido reproduzido em vários aspectos pela *Heritage Foundation* – que inicialmente se apresentava como seu homólogo da direita conservadora (Medvetz, 2012) –, James Weeks, pesquisador recém-formado na *Case Western Reserve University*, e Marcus Raskin, co-fundador e diretor do mesmo instituto. Alguns anos depois, outros dois colaboradores dos “*Caucus Papers*” também atuariam no IPS, Alan Wolfe e Michael Parenti, então professor da Universidade de Vermont e um dos principais organizadores do CNPS nos seus primeiros anos. Quando Parenti se candidatou a presidente da APSA, em 1979, ele já era associado ao IPS. Além disso havia também um integrante do IPS na primeira Comissão Executiva do CNPS, David Morris. E outra de suas lideranças, que fora membro do Comitê Executivo do CNPS e participou como conselheiro editorial da revista *Politics and Society*, Philip Brenner, também trabalhou no instituto, sem citar Hans Morgenthau, que por alguns anos foi um eminente *trustee* do IPS, principal referência da esquerda radical nesse universo nascente de *think tanks*, e, não apenas isso, um de seus iniciadores (Institute for Policy Studies, 1966).¹¹⁵ Em suma, como tais evidências sugerem, desde o início a oposição ao establishment behaviorista na disciplina de ciência política nos Estados Unidos esteve vinculada a formas de organização e ativismo intelectual para além dos muros universitários, uma tendência que se aguçaria com o tempo, mas não sem apresentar no processo, como vimos, alguns sérios dilemas e conflitos.

¹¹⁵ Estes foram somente os nomes que foram possíveis de identificar a partir do cruzamento de documentos do IPS com os documentos e relatos sobre o CNPS conhecidos. Em uma entrevista pessoal com o diretor do IPS, John Cavanagh e o seu co-fundador, Marcus Raskin, na sede do instituto, em Washington D.C., em 12 de maio de 2015, ambos confirmaram que durante os anos 1960 e 1970 vários intelectuais ativos em vários cáucuses na academia, não somente em ciência política, mas nas outras ciências sociais trabalharam por lá. Infelizmente, os arquivos do IPS haviam sido transferidos para Universidade de Wisconsin, o que impossibilitou o aprofundamento da pesquisa.

Surpreendentemente, uma das percepções mais lúcidas sobre o potencial transformador da “revolução pós-behavioralista” nas ciências sociais foi articulado pelo próprio David Easton. Usualmente, toda vez que lemos menções ao seu célebre discurso presidencial da APSA, o que sempre se destaca é o seu endosso ao clamor por “relevância e ação” trazido pela crítica pós-behavioralista, e às vezes alguma alusão às suas críticas mais duras aos colegas behavioristas como ele. O que é ignorado por inteiro, porém, são as considerações que ele faz ao final de seu discurso sobre a necessidade de se forjar novas formas institucionais que abrigassem, legitimassem e incentivassem uma ciência política relevante e engajada.

Dizia Easton que os cientistas políticos em geral podiam se envolver em três tipos de tarefas – o de professor e pesquisador, por um lado, e o de político, por outro, e, entre os dois, o de consultor. E ele se perguntava: “É possível construir uma única organização que possa servir aos propósitos coletivos da profissão ao facilitar os três tipos de atividade? Parece altamente improvável”, ele respondia. Mas “podemos oferecer alguma sensível divisão de trabalho entre diferentes organizações que irão permitir a plena manifestação de todas aquelas tarefas para as quais a profissão de cientista político está sendo impingida nesses tempos críticos? Isto parece possível”, sugeria. De acordo com Easton, uma organização profissional devotada ao tipo de ação que “ajuda a adicionar ao nosso estoque de conhecimento e facilita a comunicação entre nós e entre as sucessivas gerações de cientistas políticos” já existiria; seriam as organizações profissionais como a APSA, “delineadas para ajudar o ensino e a pesquisa”.

Contudo, prosseguia ele, “podemos imaginar outros tipos de organizações profissionais que poderiam se preocupar em estruturar a aplicação de nossos saberes aos atuais críticos problemas sociais. Esse tipo de organização, ainda não a temos na ciência política, ou, aliás, nas ciências sociais como um todo”. Isto, para Easton, era dificultado pelo fato de que as associações profissionais eram analíticas e se orientavam para as disciplinas, picotando a realidade social em especialidades, ao passo que, para confrontar os problemas sociais, “nós temos que reunir as disciplinas novamente em uma única organização”. Nesse sentido, ele sugere que, “para essa finalidade, é hora de aceitarmos a nossa responsabilidade especial como estudiosos da política. Nós temos que tomar a iniciativa de convocar a formação de uma *Federação de Cientistas Sociais*”, cujas tarefas seriam

“identificar as principais questões do dia, esclarecer os objetivos, avaliar as ações tomadas por outros, e estudar soluções alternativas, e pressionar vigorosamente por elas na esfera política” (Easton, 1969, p. 1060, grifo meu).

Essa organização que reuniria diversas disciplinas, seria orientada para soluções de problemas concretos e exerceria vigorosa pressão no mundo político para obter a sua implementação, enfim, tal organização que, nem a ciência política, nem quaisquer outras ciências sociais disporiam, damos hoje o nome, ao menos no discurso público nos Estados Unidos, de *think tank*. É verdade que Easton não prevê uma organização que fosse “ideologizada”. Não era isso o que ele tinha em mente quando concitou os seus colegas a criar uma “Federação de Cientistas Sociais”. O próprio conceito, de certa forma, sugeria não dissenso, mas consenso, não confrontação, mas aliança. Não por acaso, ele evocava a figura do intelectual independente conforme imaginara Karl Mannheim para ilustrar a sua proposta. Ademais, Easton argumentou que, para tal Federação não se sujeitar aos interesses nacionais mesquinhos, como ocorrera com as ciências sociais behavioristas, ela necessariamente teria que ser internacional. Descontando, porém, esses aspectos cruciais, a descrição de Easton é surpreendentemente próxima aos modernos *think tanks* que ele então não podia conceber.

Se não bastasse essa miragem, no capítulo que publica como apêndice à segunda edição de *The Political System, Continuities in Political Analysis*, para explicar melhor o seu ponto de vista sobre a “revolução pós-behaviorista”, Easton reelabora sua defesa de mudança de ênfase da pesquisa básica para a aplicada. O behaviorismo, para ele, teria dado ênfase à primeira num contexto político e social que não parecia tão desesperador, e quando era possível ainda se pensar que, com o tempo, seria possível colher os frutos acumulados dos esforços de pesquisa. Somente uma pequena “minoridade pessimista leu os sinais dos anos 1950, apontando inevitavelmente para uma crise mundial cada vez mais profunda. Acabou acontecendo, como agora podemos ver, que esta minoria demonstrava maior sabedoria”. Os tempos, porém, haviam mudado, e exigiam uma resposta mais imediata aos problemas sociais e políticos agravados. Assim, o contexto dos anos 1970 exigia que a pesquisa aplicada ganhasse maior ênfase e legitimidade. “Agora vejo como imperativo que, sem abandonar a pesquisa pura como o objetivo contínuo principal, nos organizemos para a aplicação de qualquer conhecimento que tenhamos, não importa o quão inseguros nos sintamos sobre a sua validade” (Easton, 1971, pp. 353-354). Não se tratava, como ele vinha sendo acusado por alguns, de uma “concessão” às pressões de “populistas

de esquerda para a destruição da ciência abstrata”, mas sim “a expressão de preocupação com o conhecimento que se desviou demasiadamente das realidades complexas da nossa época atual”.

Agora, no entanto, em vez de sugerir a fundação de uma “Federação das Ciências Sociais”, Easton sugere algo mais à mão. “À medida que a ênfase na ciência aplicada a problemas não coloque a ciência básica em perigo, isto deve nos despertar para a necessidade de reconsiderar as estruturas da universidade de forma que o compromisso histórico com o entendimento básico não será minado pelas nossas manifestas necessidades de curto prazo”. “Para colocar o problema de forma breve e geral, precisaremos reorganizar a universidade de forma que dentro de seus muros unidades educacionais orientadas para a ação e a aplicação [de conhecimento] possam ser estabelecidas com legitimidade própria”. “Se resistirmos intransigentemente a todos os esforços sob as crises atuais para realinhar nossas visões e rejeitar adaptar as próprias estruturas das universidades a estes objetivos, nós poderemos facilmente encontrar a universidade irreparavelmente danificada como um centro histórico de aprendizagem” (*ibid.*, p. 356). Curiosamente, a tendência para qual Easton aponta, de reestruturação das universidades para adequação às tarefas práticas colocadas na ordem do dia, iria acontecer em poucos anos com a explosão de cursos de *policy science* e escolas de governo, que, por sua vez, também acompanharia de perto a proliferação de *think tanks* nos Estados Unidos (Anderson, 2003; Rich, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Raymond Seidelman e Edward Harpham, no fim de suas considerações sobre as desventuras do *Caucus for a New Political Science*, cuja resposta à crise política do seu tempo havia se transformado em uma “autorreflexão de sua própria impotência na política”, se perguntaram despretensiosamente: “Podia ter sido de outra forma? Podia o Cáu- cus ter transcendido os limites disciplinares que o encapsularam?”. “Afinal”, concluíram brevemente, “nos anos 1970 os cientistas políticos se tornaram ativos novamente em uma série de organizações que, de alguma forma, cobriam o fosso entre o conhecimento acadêmico e a política. A *American Enterprise Institute* e o *Institute for Policy Studies* podiam ter servido, apesar de ideologicamente opostas, como modelos chave” (Seidelman e Harpham, 1985, pp. 199-200).

A menção aos *think tanks* é ilustrativa por duas razões. Em primeiro lugar, como eles observam, pela disparidade entre os dois, que ia muito além do posicionamento político, todavia: um eminentemente de direita, com financiamentos milionários, responsável por armar o governo Reagan, junto com a *Heritage Foundation*, com munição conservadora pesada, como as noções de *trickle down economics* e *supply-side economics*, que o próprio vice-presidente dos Estados Unidos então, George H. W. Bush outrora chegara a chamar de “*voodoo economics*” (não se sabe ao certo se porque ele as achava uma crendice absurda ou se ele acreditava piamente nas suas consequências nefastas); outro radicalmente de esquerda, ou pelo menos à época muito mais à esquerda do que todo o espectro ideológico estadunidense, e que, na mesma época em que os *think tanks* de direita gozavam de estupendas benesses, sofria todos as formas de perseguição, política, econômica, policial e até literária (investigações ilícitas pelo FBI, processos de cancelamento retroativo da isenção tributária desde a fundação, campanha difamatória na imprensa, inclusive na literatura, ficcional e não-ficcional).¹¹⁶ Ora, o CNPS era uma organização radical de esquerda. A comparação não podia ser meramente formal. Em segundo lugar, a observação dos autores surpreende porque demonstra o quanto eles ignoravam o

¹¹⁶ Em 1981, Arnaud De Borchgrave e Robert Moss publicaram pela Avon Books o romance “*The Spike*”, um thriller de espionagem que retratava mal disfarçadamente o IPS como uma plataforma de espionagem soviética. Após ameaça de processo, os autores resolveram atenuar as comparações para tornar o livro publicável (Medvetz, 2012, p. 128). Além disso, 1987, o cientista político formado pela Universidade de Chicago, escreveu um livro pretensamente investigativo pela Green Hill Publishers alegando exatamente isso, intitulado “*Covert Cadre. Inside the Institute for Policy Studies*”, com introdução do ex-radical convertido a arqueconservador, David Horwitz.

importante papel que muitos cientistas políticos ligados ao CNPS tiveram nas primeiras duas décadas do IPS, quando o instituto foi do ápice à decadência (ou, pelo menos, a uma vida muito mais difícil, primeiro durante o governo Nixon, depois, no governo Reagan). Em suma, Seidelman e Harpham conseguem captar um importante paralelo entre o CNPS e o surgimento dos *think tanks*, a sua mútua dedicação à produção intelectual e à atividade política, mas não avança na análise concreta da analogia que apenas insinuam.

As análises que existem sobre o CNPS tendem a atribuir exclusivamente às suas antinomias internas as causas de seu fracasso, isolamento, impotência, mas poucas vezes é observado o contexto mais amplo que condicionou a práxis política do CNPS e também lhe impôs sérios constrangimentos. A década de consolidação dos *think tank* foi os anos 1970, mas a verdadeira proliferação dessas organizações ocorreu mesmo a partir dos anos 1980. Nos anos 1960, contabilizou-se 98 *think tanks* nos Estados Unidos; nos anos 1970, essa cifra passou para 161; nos anos 1980, ela dobrou para 324; nos anos 1990, o número foi para 602, nos anos 2000 (até 2006), havia chegado a 1106 (Government Research Service, 2007, p. 1). Esse período coincide – não por coincidência – com a intensificação da mobilização empresarial em torno do projeto ideológico conservador nos Estados Unidos (Edsall, 1984, cap. 3; Himmelstein, 1990, cap. 5; O’Connor, 2008; Piven e Cloward, 1982, cap. 1; Saloma III, 1984). Diante desse ataque frontal de um inimigo com recursos tremendamente maiores, a pergunta de Seidelman e Harpham pode ser recolocada: afinal, podia ter sido de outra forma? O exemplo do IPS é significativo. Após um período de grande influência nos meios da esquerda nos Estados Unidos no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando desempenhou papel vital na luta contra a Guerra do Vietnã, sendo, por exemplo, responsável pelo vazamento dos célebres *Pentagon Papers* e tendo publicado o principal livro a circular em *sit-ins* dos movimentos antiguerra, *The Viet-Nam Reader* (1965), o IPS foi duramente castigado por crises financeiras, com retração de suas doações, além de todas as perseguições sofridas (houve um momento durante o governo Nixon que houve mais de 60 infiltrados do FBI no instituto).¹¹⁷ A consequência foi que, da mesma forma que os movimentos de esquerda se retraíram ao longo dos anos 1970, o IPS também entrou em módulo de sobrevivência (às duras penas).

No começo dos anos 1980, o CNPS estava plenamente ciente do que aguardava a esquerda nos Estados Unidos. Num editorial de *New Political Science*, o autor iniciava o texto com um alerta: “A administração Reagan trouxe consigo uma ideologia e uma

¹¹⁷ Entrevista com Marcus Raskin e John Canavagh em 12 de maio de 2015.

prática que não mas lida com os problemas sociais tolerando e absorvendo as fontes do conflito, mas confrontando-os e desafiando-os frontalmente” (“Introduction”, 1981, cap. 3). O inimigo, agora, não era mais o liberalismo munido de sua teoria pluralista. Ele era muito mais inflexível e agressivo. E pior, ideologicamente ativo, e não “apolítico”. “O problema é ainda mais intensificado pela tentativa da direita em moldar o pensamento americano e reeducar os objetivos do público. Claramente, uma ofensiva ideológica foi lançada no terreno da mente e da cultura” (*idem*). Como, afinal, podia ser de outra forma? Medvetz argumenta que três fatores principais determinaram o sucesso de *think tanks* de direita como a *Heritage Foundation* e o fracasso de *think tanks* de esquerda (bem poucos) como o *Institute for Policy Studies*. Em primeiro lugar, a diferença na disponibilidade de recursos materiais era brutal. Os *think tanks* conservadores tinham verbas simplesmente incomensuráveis em comparação aos *think tanks* radicais (ou mesmo liberais, com poucas exceções, como a *Brookings*, que em pouco tempo migrou para o espectro mais conservador da política estadunidense, inclusive desenvolvendo projetos junto com a anterior arque-inimiga *American Enterprise Institute*). Em segundo lugar, havia a repressão que os *think tanks* e os grupos, movimentos e partidos de esquerda de forma geral sofrem nos Estados Unidos, uma pressão simplesmente ausente sobre os movimentos conservadores, mesmo os mais radicais. Em terceiro lugar, o fato de o *Institute for Policy Studies* ser de fato um *counter-establishment*, ao passo que a *Heritage Foundation* e outros *think tanks* de direita, por mais que tenham um discurso anti-establishment, sempre estiveram integrados ao Estado, com congressistas, o Partido Republicano, empresários, fundações de peso, etc (Medvetz, 2012, pp. 124-129). É exatamente o que sociólogo Jerome Himmelsstein (1990, pp. 7, 78) quando apontou para a “combinação paradoxal de respeitabilidade e rebeldia”, de guardião da ordem política e social dos Estados Unidos e simultaneamente desafiador do *status quo*, o que, segundo ele, seria “a maior força do movimento conservador”. A também socióloga Sarah Diamond (1995, p. 13) abordaria essa característica como uma junção entre “oposição tática e, não obstante, sustentação do sistema”. Enfim, dificilmente se pode culpar o CNPS única e exclusivamente por sua debacle.

Quem atentaria bem para essa questão seria Clyde Barrow, não por acaso um exímio teórico marxista do estado. Segundo Barrow (2008, p. 241), “o fato é que capturar a APSA nunca foi crucial para os objetivos políticos ou intelectuais das novas ciências políticas, porque a APSA não organiza essas relações. As relações políticas que foram condenadas pelo Caucus inicialmente foram organizadas diretamente através da CIA, da

National Science Foundation, do SSRC, das fundações privadas, e de uma rede de relacionamentos de consultores privados e corporativos e de muitas outras ligações que não têm nada a ver com a APSA e que a APSA não pode obstruir nem facilitar com qualquer grande capacidade. Estes são relacionamentos organizados pelas corporações e pelo Estado”.

Num pronunciamento, em setembro de 1979, na sessão plenária do CNPS, em Washington, D.C., o convidado Alan Wolfe, iniciou sua fala reconhecendo que “o sentimento político na América, como tantos outros aspectos de sua cultura, é uma coisa bem feia, e no momento, uma mentalidade conservadora está definitivamente na moda. Para a geração que amadureceu emocional e politicamente durante os anos 1960, a mesma geração do *Caucus for a New Political Science*, o estado de espírito é particularmente difícil de aceitar”. Assistir os estadunidenses aceitarem o militarismo e a desigualdade, lamentava, era uma “experiência deprimente”. Todavia, ele convidava seus ouvintes a uma reflexão positiva. “As coisas”, procurava ser otimista, “não são desmoralizantes como parecem à primeira vista” (Wolfe, 1981, p. 7).¹¹⁸ E aqui vale a pena transcrever integralmente a sua fala:

Porque, bem embaixo de nossos narizes, os intelectuais radicais receberam um modelo de sua vocação, um conjunto de diretrizes sobre o relacionamento entre os entendimentos das ciências sociais e o universo político maior em eles ocorrem. Há um grupo de cientistas sociais que atuam na América neste momento que tem um senso coletivo de sua identidade, reconhece a natureza da interminável luta entre as classes sociais, usa sem desculpas sua formação e idéias para promover os interesses da classe escolhida, ignora a distinção entre fatos e valores ao reconhecer a natureza política de seu empreendimento e envolve uma campanha decidida para assegurar que suas ideias se tornem as ideias dominantes na cultura, reconhecendo que as ideias não triunfam simplesmente porque são “corretas” [“right”]. Esse grupo é geralmente chamado de neoconservador, um termo infeliz que implica que os seus membros nalgum momento do passado não foram conservadores, mas que pelo menos é um termo que nos permite caracterizar uma tendência que precisa ser examinada, não tanto pelo que ela diz, mas como ela diz. (*Ibid*, pp. 7-8).

Wolfe não deixa escapar a terrível ironia de seu comentário. Muitos dos agora conhecidos neoconservadores, Irving Kristol, Daniel Patrick Moynihan, Daniel Bell, Nathan Glazer, Aaron Widavsky, James Q. Wilson, Samuel P. Huntington, Edward Banfield e muitos outros ofereciam no passado “a ortodoxia complacente contra o qual o Caucus se formou para começar. De fato, pode-se dizer que os intelectuais radicais estão engajados num debate contínuo com os neoconservadores ao longo de toda a sua vida profissi-

¹¹⁸ O pronunciamento de 1979 só foi publicado dois anos depois.

onal. Que irônico, portanto, que o grupo cujas ideias tantos de nós execramos deve constituir um modelo de como formular e disseminar as ideias em uma época política difícil” (*ibid.*, p. 8).

O lamento de Wolfe, bem como sua sagacidade em reconhecer que a direita havia feito o dever de casa, e que, a despeito de todas as dificuldades, sobretudo de recursos, a esquerda devia olhar o seu exemplo, só deixa de notar uma outra ironia, a volta final no parafuso. Essa mesma direita, então triunfante, havia se espelhado, lá atrás, nas mesmas práticas e estratégias da esquerda. Muitos dos chamados neoconservadores (e até alguns dos conservadores propriamente ditos), na sua primeira geração ao menos, tiveram uma boa dose de contato com os meios intelectuais radicais dos anos 1930 e 1940. E quando o quadro de polarização se aguçou nos Estados Unidos nos anos 1960 eles não demoraram a escolher suas fileiras. Abandonando rapidamente suas velhas apologias ao “fim da ideologia”, eles logo se acomodaram rapidamente no papel de ideólogos. Podia ter sido de outra forma? Talvez. A história não é um círculo fechado. Mas, em todo caso, a pergunta não deve ecoar para o passado. E sim para o futuro. Como escreveu Bertold Brecht, “exclusivamente voltada para a luta, nossa causa pode talvez vencer, mas não pode substituir a que foi vencida”.

REFERÊNCIAS

- ABELSON, D. E. **Do think tanks matter? Assessing the impact of public policy institutes**. 2. ed. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2009.
- ADCOCK, R. Interpreting Behavioralism. *In*: ADCOCK, R.; BEVIR, M.; STIMSON, S. C. (Eds.). . **Modern political science: Anglo-American exchanges since 1880**. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 180–208.
- _____. A Disciplinary History of Disciplinary Histories. *In*: BACKHOUSE, R. E.; FOUNTAINE, P. (Eds.). . **A Historiography of the Modern Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014a. p. 211–236.
- _____. **Liberalism and the Emergence of American Political Science: A Transatlantic Tale**. Oxford: Oxford University Press, 2014b.
- ADCOCK, R.; BEVIR, M.; STIMSON, S. C. (EDS.). **Modern political science : Anglo-American exchanges since 1880**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- ALMOND, G. A. **Appeals of Communism**. Princeton: Princeton University Press, 1954.
- _____. Political Theory and Political Science. **The American Political Science Review**, v. 40, n. 4, p. 869–879, 1966.
- _____. **A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science**. Newbury Park: Sage Publications, 1990.
- _____. Political Science: The History of the Discipline. *In*: GOODIN, R. E.; KLINGERMAN, H.-D. (Eds.). . **A new handbook of political science**. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 50–96.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. **Civic Culture**. 2. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1965.
- AMADAE, S. M. **Rationalizing Capitalist Democracy: The Cold War Origins of Rational Choice Liberalism**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- _____. **Prisoners of Reason: Game Theory and Neoliberal Political Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- ANDERSON, L. **Pursuing Truth, Exercising Power. Social Science and Public Policy in the Twenty-first Century**. New York: Columbia University Press, 2003.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Two Faces of Power. *In*: MCCOY, C. A.; PLAYFORD, J. (Eds.). . **Apolitical Politics: a Critique of Behavioralism**1. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1967. p. 146–157.
- BACKHOUSE, R. E.; FOUNTAINE, P. (EDS.). **A Historiography of the Modern Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- BALL, T. The politics of social science in postwar America. *In*: **Recasting America:**

culture and politics in the age of Cold War. Chicago: The University of Chicago Press, 1989. p. 76–92.

_____. American Political Science in its postwar political context. *In: FARR, J.; SEIDELMAN, R. (Eds.). . Discipline and history: political science in the United States.* Ann Harbor: The University of Michigan Press, 1993. p. 207–221.

_____. An ambivalent alliance: political science and American democracy. *In: Political Science in History: Research Programs and Political Traditions.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 41–65.

BALL, T.; FARR, J.; HANSON, R. L. (EDS.). **Political innovation and conceptual change.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

BARROW, C. W. The Intellectual Origins of New Political Science. **New Political Science**, v. 30, n. 2, p. 215–244, 2008.

BAY, C. Politics and Pseudopolitics: A Critical Evaluation of Some Behavioral Literature. **The American Political Science Review**, v. 59, n. 1, p. 39, 1965.

_____. To the Editor. **American Political Science Review**, v. 61, n. 4, p. 1096–1098, 1967.

_____. For an American Political Science Association. **PS: Political Science & Politics**, v. 1, n. 3, p. 36–38, 1968.

_____. **The Structure of Freedom.** 3. ed. Stanford: Stanford University Press, 1970.

BAYER, R. *et al.* Communications. **PS**, v. 1, n. 1, p. 38–40, 1968.

BELL, D. **O fim da ideologia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

BELL, D.; KRISTOL, I. What is The Public Interest? **The Public Interest**, n. 1, p. 3–5, 1965.

BERELSON, B. Introduction to Behavioral Sciences. *In: BERELSON, B. (Ed.). . The Behavioral Sciences Today.* New York: Harper Torchbooks, 1964. p. 1–11.

BERELSON, B.; LAZARFELD, P. F.; MCPHEE, W. **Voting.** Chicago: University of Chicago Press, 1954.

BERKENPAS, J. R. “The Behavioral Revolution?”: **History and Myth in American Political Science.** Portland: [s.n.].

_____. **The Behavioral Revolution in Contemporary Political Science: Narrative, Identity, Practice.** [s.l.] Western Michigan University, 2016.

BERNDTSON, E. The Rise and Fall of American Political Science: Personalities, Quotations, Speculations. **International Political Science Review**, v. 8, n. 1, p. 85–100, 1987.

BLUMENTHAL, S. **The Rise of Counter-Establishment. From Conservative Ideology to Political Power.** New York: Times Books, 1986.

BOORSTIN, D. J. **The genius of American Politics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1953.

BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris: Les Édition de Minuit, 1984.

BROWN, D. S. **Richard Hofstadter. An intellectual biography**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

BURGIN, A. **The Great Persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

CARTER, J. M. **Inventing Vietnam. The United States and State Building, 1954-1968**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CHILD, F. C. Vietnam: the eleventh hour. **The New Republic**, p. 14–16, dez. 1961.

CHOMSKY, N. *et al.* **The Cold War and the University: toward an Intellectual History of the Postwar years**. New York: The New Press, 1997.

_____. **O poder americano e os novos mandarins**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

COMMITTEE ON PROFESSIONAL STANDARDS AND RESPONSIBILITIES. Final Report of the American Political Science Association Committee on Professional Standards and Responsibilities: Ethical Problems of Academic Political Scientists. **PS**, v. 1, n. 3, p. 3–29, 1968.

CONNOLLY, W. E. (ED.). **The Bias of Pluralism**. New York: Atherton Press, 1969.

CRICK, B. **The American Science of Politics: its Origins and Conditions**. Berkeley: University of California Press, 1959.

_____. **In Defense of Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

DAHL, R. A. The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest. **The American Political Science Review**, v. 55, n. 4, p. 763–772, 1961.

_____. Further Reflections on “The Elitist Theory of Democracy”. **The American Political Science Review**, v. 60, n. 2, p. 296–305, 1966.

DIAMOND, S. **Compromised Campus. The Colaboration of Universities with the Intelligence Community, 1945-1955**. New York: Oxford University Press, 1992.

DIAMOND, S. **Roads to Dominion. Right-Wing Movements and Political Power in the United States**. New York: The Guilford Press, 1995.

DIGGINS, J. P. (ED.). **The Liberal Persuasion: Arthur Schlesinger Jr. and the Challenge of American Past**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

DOMHOFF, G. W. **The myth of liberal ascendancy. Corporate dominance from the Great Depression to the Great Recession**. Boulder: Paradigm Publishers, 2013.

DREW, S. N. (ED.). **NSC-68: Forging the strategy of containment. With analyses by**

Paul H. Nitze. 2. ed. Washington D.C.: National Defense University, 1996.

DRYZEK, J. S. Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 487–492, 2006.

DRYZEK, J. S.; LEONARD, S. T. History and Discipline in Political Science. **American Political Science Review**, v. 82, n. 4, p. 1245–1260, 1988.

EASTON, D. Introduction: The Current Meaning of “Behavioralism” in Political Science. *In*: CHARLESWORTH, J. C. (Ed.). . **The Limitations of Behavioralism in Political Science**. Philadelphia: The American Academy of Political and Social Science, 1962. p. 1–25.

_____. The New Revolution in Political Science. **The American Political Science Review**, v. 63, n. 4, p. 1051–1061, dez. 1969.

_____. **The Political System: an inquiry into the state of Political science**. 2. ed. New York: Alfred A. Knopf, 1971.

_____. Political Science in the United States: past and Present. **International Political Science Review**, v. 6, n. 1, p. 133–152, 1985.

EASTON, D.; GUNNELL, J. G.; STEIN, M. B. **Regime and Discipline: Democracy and the Development of Political Science**. Ann Harbor: The University of Michigan Press, 1995.

EASTON, D.; JOHN, G.; GRAZIANO, L. **The Development of Political Science: A Comparative Survey**. [s.l: s.n.].

Editorial Introduction. **Politics and Society**, v. 1, n. 1, p. 2, 1970.

EDITORS. The ultra-right and Cold War liberalism. **Studies on the Left**, v. 3, n. 1, p. 3–8, 1962.

EDSALL, T. B. **The New Politics of Inequalities**. New York: W. W. Norton, 1984.

EHRENBERG, J. Comentary: History of the Caucus for a New Political Science. **New Political Science**, v. 21, n. 3, p. 417–420, 1999.

EISENHOWER, D. D. **Dwight D. Eisenhower’s Farewell Adress Speech to the Nation**. Disponível em: <https://www.eisenhower.archives.gov/all_about_ike/speeches/farewell_address.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2015.

ELDERSVELD, S. J. *et al.* Research in Political Behavior. **The American Political Science Review**, v. 46, n. 4, p. 1003–1045, 1952.

Election Results. **PS**, v. 2, n. 4, p. 670, 1969.

ENGERMAN, D. Rethinking Cold War Universities: Some Recent Histories. **Journal of Cold War Studies**, v. 5, n. 3, p. 80–95, 2003.

ENGERMAN, D. C. **Know your Enemy: the Rise and Fall of America’s Soviet**

Experts. Oxford: Oxford University Press, 2009.

ENGERMAN, D. C. Social Science in the Cold War. *Isis*, v. 101, n. 2, p. 393–400, 2010.

ERICKSON, P. *et al.* **How Reason Almost Lost Its Mind: The Strange Career of Cold War Rationality.** Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

ERNST, J. Forging a Fateful Alliance: The Role of Michigan State University in the Development of America's Vietnam Policy. *Michigan Historical Review*, v. 19, n. 2, p. 49–66, 1993.

_____. Tutoring Democracy: Michigan State University and the Politics of Reform in South Vietnam. *In*: WEST, P.; LEVINE, S.; HILTZ, J. (Eds.). . **America's Wars in Asia: a Cultural Approach to History and Memory.** Armonk: M. E. Sharpe, 1998. p. 233–244.

EULAU, H. **The Behavioral Persuasion in Politics.** New York: Random House, 1963.

_____. Tradition and Innovation: On the Tension between Ancient and Modern Ways in the Study of Politics. *In*: EULAU, H. (Ed.). . **Behavioralism in Political Science.** New York: Atherton, 1969. .

_____. Report of the President, American Political Science Association, 1971-72. *PS*, v. 5, n. 4, p. 436–438, 1972.

EULAU, H.; EDELRSVELD, S. J.; JANOWITZ, M. (EDS.). **Political Behavior: a Reader in Theory and Research.** Glencoe: The Free Press, 1956.

FARR, J. The History of Political Science. *American Journal of Political Science*, v. 32, n. 4, p. 1175–1195, 1988a.

_____. Political Science and the Enlightenment of Enthusiasm. *The American Political Science Review*, v. 82, n. 1, p. 51–69, 1988b.

_____. Can Political Science History Be Neutral? *The American Political Science Review*, v. 84, n. 2, p. 587–607, 1990.

_____. Francis Lieber and the Interpretation of American Political Science. *Journal of Politics*, v. 52, n. 4, p. 1027–1049, 1990.

_____. Political Science and the State. *In*: FARR, J.; SEIDELMAN, R. (Eds.). . **Discipline and History: Political Science in the United States.** Ann Harbor: University of Michigan Press, 1993. p. 63–80.

_____. Remembering the Revolution: Behavioralism in American Political Science. *In*: FARR, J.; DRYZEK, J. S.; LEONARD, S. T. (Eds.). . **Political Science in History: Research Programs and Political Traditions.** New York: Cambridge University Press, 1995a. p. 198–224.

_____. From Modern Republic to Administrative State: American Political Science in the Nineteenth Century. *In*: EASTON, D.; GUNNELL, J. G.; STEIN, M. B. (Eds.). . **Regime and Discipline: Democracy and the Development of Political Science.** Ann Harbor: University of Michigan Press, 1995b. p. 131–168.

_____. John Dewey and American Political Science. **American Journal of Political Science**, v. 43, n. 2, p. 520–541, 1999.

_____. The new science of politics. *In*: BALL, T.; BELLAMY, R. (Eds.). . **Twentieth-Century Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 431–445.

_____. Afterword: A science of politics, a science for politics. *In*: **Disenchanted Realists: Political Science and American Crisis, 1884-1984**. 2. ed. New York: SUNY Press, 2015. p. 240–258.

FARR, J.; DRYZEK, J. S.; LEONARD, S. T. (EDS.). **Political Science in History: Research Programs and Political Traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FARR, J.; HACKER, J. S.; KAZEE, N. The Policy Scientist of Democracy: The Discipline of Harold D. Lasswell. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 579–587, 2006.

_____. Revisiting Lasswell. **Policy Sciences**, v. 41, n. 1, p. 21–32, 2008.

FARR, J.; SEIDELMAN, R. (EDS.). **Discipline and History: Political Science in the United States**. Ann Harbor: The University of Michigan Press, 1993.

FERES JR., J. Aprendendo Com Os Erros Dos Outros: O Que a História Da Ciência Política Americana Tem Para Nos Contar. **Revista de Sociologia e Política**, v. 15, p. 97–110, 2000.

FINIFTER, A. (ED.). **Political Science: the state of the discipline**. Washington D.C.: American Political Science Association, 1983.

FISCHEL, W. R. Vietnam's Democratic One-Man Rule. **The New Leader**, p. 10–13, nov. 1959.

_____. Vietnam: is victory possible? **Headline Series, Foreign Policy Association**, n. 163, fev. 1964.

GALBRAITH, J. K. **A sociedade afluyente**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1972.

GILMAN, N. **Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.

_____. The Cold War As Intellectual Force Field. **Modern Intellectual History**, v. 13, n. 2, p. 507–523, 2016.

GLEASON, A. **Totalitarianism: the Inner History of Cold War**. New York: Oxford University Press, 1995.

GOSSE, V. **Rethinking the New Left**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

GOVERNMENT RESEARCH SERVICE. **Think Tank Explosion. Growth of the Independent Think Tank Industry in the United States**. Topeka, Kansas: [s.n.].

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo.** Vol. 2, 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAY, H. H. Cold War Universities: Tools of Power or Oases of Freedom? **Foreign Affairs**, v. 72, n. 2, 1997.

GREEN, P. Cold War Liberalism. **Reviews in American History**, v. 7, n. 4, p. 591–596, 1979.

GREEN, P.; LEVINSON, S. V. (EDS.). **Power and Community. Dissenting Essays in Political Science.** New York: Pantheon Books, 1969.

GREENBERG, U. **The Weimar Century: German Émigrés and the Ideological Foundations of the Cold War.** Princeton: Princeton University Press, 2014.

GRUENEBAUM, J.; THOMAS, P. CNPS 1979. **New Political Science**, v. 1, n. 1, p. 92–94, 1979.

GUNNELL, J. The Founding of the American Political Science Association: Discipline, Profession, Political Theory, and Politics. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, 2006.

GUNNELL, J. G. American Political Science, Liberalism, and the Invention of Political Theory. **The American Political Science Review**, v. 82, n. 1, p. 71–87, 1988a.

_____. American Political Science, Liberalism, and the Invention of Political Theory. **The American Political Science Review**, v. 82, n. 1, p. 71–87, mar. 1988b.

_____. The Historiography of American Political Science. *In*: EASTON, D.; GUNNELL, J. G.; GRAZIANO, L. (Eds.). . **The Development of Political Science: a comparative Survey.** New York: Routledge, 1991. .

_____. **The descent of political theory: the genealogy of an American Vocation.** Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

_____. The Declination of the “State” and the Origins of American Pluralism. *In*: FARR, J.; DRYZEK, J. S.; LEONARD, S. T. (Eds.). . **Political Science in History: Research Programs and Political Traditions.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 19–40.

_____. Handbooks and History: Is It Still the American Science of Politics? **International Political Science Review / Revue internationale de science politique**, v. 23, n. 4, p. 339–354, 2002.

_____. **Imagining the American Polity: Political Science and the Discourse of Democracy.** Pennsylvania: Pennsylvania State university Press, 2004.

_____. The Reconstitution of Political Theory: David Easton, Behavioralism, and the Long Road to System. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 49, n. 2, p. 190–210, mar. 2013.

HACKER, J. S.; PIERSON, P. **Off Center. The Republican Revolution and the**

Erosion of American Democracy. New Haven: Yale University Press, 2006.

HARRINGTON, M. **The Welfare State and Its Neoconservative Critics.** Disponível em: <<https://www.dissentmagazine.org/article/the-welfare-state-and-its-neoconservative-critics>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

_____. **The Other America: Poverty in the United States.** 5, 50th An. ed. New York: Scribner, 2012.

HARTZ, L. **Economic Policy and Democratic Thought: Pennsylvania, 1776–1860.** Cambridge: Harvard University Press, 1948.

_____. **The liberal tradition in America.** New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1955.

_____. American Historiography and Comparative Analysis: Further Reflections. **Comparative Studies in Society and History**, v. 5, n. 4, p. 365–377, 1963.

_____. **The founding of new societies: studies in the history of the United States, Latin America, South Africa, Canada, and Australia.** New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1964.

_____. **A Synthesis of World History.** Zurich: Humanity Press, 1984.

HAUPTMANN, E. From Opposition to Accommodation : How Rockefeller Foundation Grants Redefined Relations between Political Theory and Social Science in the 1950s. **American Political Science Review**, v. 100, n. 04–November, p. 643–649, 2006.

_____. **The Constitution of Behavioralism: the influence of the Ford Foundation's Behavioral Sciences Program on Political Science**6th Annual Spring Workshop on History of Economics as History of Science. **Anais...**Cachan: École Normale Supérieure de Cachan, 2009

_____. The Ford Foundation and the Rise of Behavioralism in Political Science. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 48, n. 2, p. 154–173, jun. 2012.

HAYDEN, T. **Rebel: A Personal History of the 1960s.** New York: Red Hen Press, 2003.

HAYEK, F. A. **The Counter-Revolution of Science. Studies on the Abuse of Reason.** Glencoe: The Free Press, 1952.

_____. Why I am not a conservative. *In*: HAMOWY, R. (Ed.). . **The Constitution of Liberty: the definitive edition.** Chicago: The University of Chicago Press, 2011. p. 519–533.

HERMAN, E. Project Camelot and the Career of Cold War Psychology. *In*: **Universities and Empire. Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War**1. Christophe ed. New York: The New Press, 1998. p. 97–133.

HERRING, P. Political Science in the Next Decade. **American Political Science Review**, v. 39, n. 4, p. 757–766, 2 ago. 1945.

_____. The Social Sciences in Modern Society. **Items**, v. 1, n. 1, p. 2–6, 1947.

_____. On the Study of Government. **American Political Science Review**, v. 47, n. 4, p. 961–974, 2 dez. 1953.

_____. **The impact of war: our American democracy under arms**. 2. ed. Port Washington, NY: Kennikat Press, 1972.

HERZBERG, D. G. Communications to the Editor. **PS**, v. 2, n. 4, p. 703–704, 1969.

HIMMELSTEIN, J. L. **To the Right. The Transformation of American Conservatism**. Berkeley: University of California Press, 1990.

HINCKLE, W.; STERN, S.; SHEER, R. The university on the make. **Ramparts**, p. 12–22, abr. 1966.

HOBSBAWM, E. Introduction: Inventing Traditions. *In*: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Eds.). . **The Invention of Traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 1–15.

HOFSTADTER, R. **Anti-intellectualism in American Life**. New York: Vintage Books, 1962.

_____. **The Progressive Historians: Turner, Beard and Parrington**. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

_____. **The American political tradition and the men who made it**. 2. ed. New York: Vintage Books, 1973.

HOROWITZ, I. L. (ED.). **The rise and fall of Project Camelot**. Cambridge: The MIT Press, 1967.

HORWITZ, R. B. **America's Right. Anto-Establishment Conservatism from Goldwater to Tea Party**. Cambridge: Polity Press, 2013.

INSTITUTE FOR POLICY STUDIES. **The First Three Years**. Washington D.C.: [s.n.].

Introduction. **New Political Science**, v. 1, n. 1, p. 8–10, 1979.

_____. **New Political Science**, v. 2, n. 1, p. 3–5, 1981.

ISAAC, J. Introduction: The human sciences and Cold War America. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 47, n. 3, p. 225–231, jun. 2011.

ISAAC, J.; BELL, D. (EDS.). **Uncertain Empire: American History and the Idea of the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2012a.

_____. Introduction. *In*: ISAAC, J.; BELL, D. (Eds.). . **Uncertain Empire: American History and the Idea of the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2012b. p. 3–16.

ISSERMAN, M.; KAZIN, M. **America divided: the Civil War of the 1960s**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2004.

JAFFE, A.; TAYLOR, M. C. **A Crumbling Bastion. Flattery and Lies Won't Save**

Vietnam. **The New Republic**, p. 17–20, jun. 1961.

JANOS, A. C. **Politics and Paradigms: Changing Theories of Change in Social Science**. Stanford: Stanford University Press, 1986.

JEWETT, A. **Science, democracy, and the American university: from the Civil War to the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

JR., G. J. G.; CAREY, G. W. (EDS.). **The Post-Behavioral Era: Perspectives on Political Science**. New York: David McKay Company, 1972.

KATZNELSON, I. The subtle politics of developing emergency: Political science as liberal guardianship. *In*: CHOMSKY, N. ET AL. (Ed.). . **The Cold War and the university: Toward an intellectual history of the postwar years**. New York: The New Press, 1997. p. 233–258.

KAZIN, M. The Grass-Roots Right: New Histories of U.S. Conservatism in the Twentieth Century. **The American Historical Review**, v. 97, n. 1, p. 136–155, 1992.

_____. **American dreamers. How the left changed a nation**. New York: Alfred A. Knopf, 2011.

KEY JR., V. O. **Politics, Parties and Pressure Groups**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1942.

_____. **Southern Politics in State and Nation**. New York: Alfred A. Knopf, 1949.

KIRKPATRICK, E. M. The Impact of Behavioral Movement on Traditional Political Science. *In*: RANNEY, A. (Ed.). . **Essays in the Behavioral Study of Politics**. Urbana: University of Illinois Press, 1962. .

KLATCH, R. E. **A Generation Divided: the New Left, the New Right, and the 1960s**. Berkeley: University of California Press, 1999.

KLAUSNER, S. Z.; LIDZ, V. M. (EDS.). **The Nationalization of the Social Sciences**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1986.

KLEINMAN, D. L.; SOLOVEY, M. Hot Science/Cold War: The National Science Foundation After World War II. **Radical History Review**, v. 63, p. 110–139, 1995.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. Puc-Rio, 2006.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign**. 2. ed. New York: Duell, Sloan and Pearce, 1948.

LEMOV, R. **World as Laboratory: Experiments with Mice, Mazes, and Men**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2005.

_____. "Hypothetical Machines": The Science Fiction Dreams of Cold War Social Science. *Isis*, v. 101, n. 2, p. 401–411, 2010.

LÊNIN, V. I. O Estado e a Revolução. *In: Obras Escolhidas, Volume 2*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. p. 219–305.

LESLIE, S. W. **The Cold War and American Science**. New York: Columbia University Press, 1993.

LINDEN, A. A. M. VAN DER. **A revolt Against Liberalism. American Radical Historians, 1959-1956**. Amsterdam: Rodopi, 1996.

LINDEN, P. A Guide to America's Think Tanks: Powerhouses of Policy. **Town & Country**, p. 99–106, jan. 1987.

LIPSET, S. M. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **American Political Science Review**, v. 53, n. 1, p. 69–105, 1959.

_____. **Political Man: the Social Bases of Politics**. New York: Doubleday & Company, Inc., 1960.

_____. Introduction. *In: MICHELS, R. (Ed.). . Political Parties. A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. New York: The New Press, 1962. p. 15–39.

LIPSITZ, L. Vulture, Mantis, and Seal: Proposals for Political Scientists. *In: JR., G. J. G.; CAREY, G. W. (Eds.). . The Post-Behavioral Era: Perspectives on Political Science*. New York: David McKay Company, 1972. .

LOWEN, R. S. **Creating the Cold War University: the transformation of Stanford**. Berkeley: University of California Press, 1997.

LOWI, T. J. **The End of Liberalism**. New York: W. W. Norton, 1969.

_____. The Politicization of Political Science. **American Politics Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 43–71, 1973.

LOWI, T. J. **The End of Liberalism**. 2. ed. New York: W. W. Norton, 1979.

LUIZ, J. V. R. Think tanks nos Estados Unidos e teoria crítica do Estado. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 24, n. 2, p. 275–296, 2015.

_____. Think tanks conservadores e a reconstrução da hegemonia estadunidense. *In: ARANCIBIA, P. A. et al. (Eds.). . Pesquisando a hegemonia estadunidense na América Latina*. Florianópolis: Em Debate/ UFSC, 2016. p. 47–64.

MACLEAN, N. **Democracy in Chains: The Deep History of the Radical Right's Stealth Plan for America**. New York: Viking, 2017.

MANDLER, P. Deconstructing "Cold War Anthropology". *In: Uncertain Empire: American History and the Idea of the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 245–266.

MANSFIELD, H. C. Comment. **PS**, v. 1, n. 3, p. 38–39, 1968.

MAYER, J. **Dark Money. The Hidden History of the Billionaires Behind the Rise of the Radical Right**. 2. ed. New York: Anchor Books, 2017.

MCCOY, C. A.; PLAYFORD, J. (EDS.). **Apolitical Politics: A Critique of Behavioralism**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1967.

MCGANN, J. Academics to Ideologues: A Brief History of the Public Policy Research Industry. **PS: Political Science and Politics**, v. 25, n. 4, p. 733–740, 1992.

MEDVETZ, T. **Think tanks in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

MERRIAM, C. E. Recent Advances in Political Methods. **American Political Science Review**, v. 17, n. 2, p. 275–295, 1 maio 1923.

MILLS, W. C. **The Power Elite**. New York: Oxford University Press, 1956.

_____. **Poder e Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MORGENTHAU, H. The Purpose of Political Science. *In*: CHARLESWORTH, J. C. (Ed.). . **A Design for Political Science: Scope, Objectives, and Methods**. Philadelphia: The American Academy of Political and Social Science, 1966. p. 79.

NEDELL, A. A. “Truth Is Our Weapon”: Project TROY, Political Warfare, and Government-Academic Relations in the National Security State. **Diplomatic History**, v. 17, n. 3, p. 399–420, 1993.

_____. Project TROY and the Cold War Annexation of the Social Sciences. *In*: **Universities and Empire. Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War**. New York: The New Press, 1998. p. 1–38.

_____. **Science, Cold War and the American State: Lloyd V. Berkner and the Balance of Professional Ideals**. New York: Routledge, 2000.

NELSON, B. Political Scientists: More Concern about Political Involvement, Ethics. **Science**, v. 161, n. 3846, p. 1117–1118, 13 set. 1968.

NOVICK, P. **That Noble Dream: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

O’CONNOR, A. Financing the Counterrevolution. *In*: SCHULMAN, B. J.; ZELIZER, J. E. (Eds.). . **Rightward Bound. Making America Conservative in the 1970s**. Cambridge: Harvard University Press, 2008. p. 148–168.

OREN, I. **Our Enemies and US: America’s rivaries and the making of political science**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

ORESQUES, N. Science in the Origins of the Cold War. *In*: **Science and Technology in the Global Cold War**. Cambridge: The MIT Press, 2014. p. 11–31.

PARENTI, M. The State of the Discipline: One Interpretation of Everyone' s Favorite Controversy. **PS**, v. 16, n. 2, p. 189–196, 1983.

PARSONS, T. **The Social System**. Glencoe: The Free Press, 1951.

PESCHEK, J. G. **Policy-Planning Organizations. Elite Agendas and America's Rightward Turn**. Philadelphia: Temple University Press, 1987.

PETRAS, J. Ideology and United States Political Scientists. *In*: MCCOY, C. A.; PLAYFORD, J. OHN (Eds.). . **Apolitical Politics: a Critique of Behavioralism**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1967. p. 76–98.

PHILLIPS-FEIN, K. Conservatism: A State of the Field. **Journal of American History**, v. 98, n. 3, p. 723–743, 2011.

PIVEN, F. F.; CLOWARD, R. A. **The New Class War. Reagan's Attack on the Welfare State and its Consequences**. New York: Pantheon Books, 1982.

POCOCK, J. G. A. Introduction: the state of the art. *In*: **Virtue, Commerce, and History. Essays on Political Thought and History, Chiefly in the Eighteenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 1–34.

POOL, I. D. S. The Necessity for Social Scientists Doing Research for Governments. **International Studies Association**, v. 10, n. 2, p. 111–122, 1966.

POPPER, K. **The Open Society and Its Enemies**. London: Routledge, 1945.

PROTHRO, J. W. Communications To the Editor. **PS**, v. 2, n. 4, p. 700–705, 1969.

RASKIN, M.; FALL, B. B. (EDS.). **The Viet-Nam Reader. Articles and Documents on American Foreign Policy and the Viet-Nam Crisis**. New York: Vintage Books, 1965.

RESENBRINK, J. A study in Praxis: The caucus for a new political science. **New Political Science**, v. 1, n. 2–3, p. 57–70, 1979.

RICCI, D. M. **The Tragedy of Political Science: Politics, Scholarship, and Democracy**. New Haven: Yale University Press, 1984.

RICH, A. **Think tanks, public policy, and the politics of expertise**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ROBIN, R. **The Making of the Cold War Enemy. Culture and Politics in the Military-Intellectual Complex**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

ROHDE, J. Gray matters: Social scientists, military patronage, and democracy in the Cold War. **The Journal of American History**, v. 96, n. 1, p. 99–122, 2009.

_____. The last stand of the psychocultural Cold warriors: Military contract research in Vietnam. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 47, n. 3, p. 232–250, jun. 2011.

_____. **Armed with Expertise: The Militarization of American Social Research during the Cold War.** Ithaca: Cornell University Press, 2013.

ROSTOW, W. W. **The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto.** New York: Cambridge University Press, 1960.

SALOMA III, J. **Ominious Politics. The New Conservative Labyrinth.** New York: Hill and Wang, 1984.

SAUNDERS, F. S. **The Cultural Cold War: the CIA and the World of Arts and Letters.** New York: The Free Press, 1999.

SCHLESINGER JR., A. **The Age of Jackson.** Boston: Little, Brown and Company, 1945.

_____. **The Age of Roosevelt: the Crisis of the Old Order, 1919-1933.** Boston: Mariner Book, 1957.

_____. **The Age of Roosevelt: the Coming of the New Deal, 1933-1935.** Boston: Mariner Book, 1958.

_____. **The Age of Roosevelt: the Politics of Upheaval, 1935-1936.** Boston: Mariner Book, 1960.

_____. **The Vital Center. The Politics of Freedom.** 2. ed. New York: A Da Capo Press, 1988.

SCHLESINGER JR., A.; GRAZIA, A. DE. **Congress and the Presidency: Their Role in Modern Times.** Washington D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1967.

SCHLESINGER JR., A.; ROVERE, R. **The General and the President, and the Future of American Foreign Policy.** New York: Farrar, Straus and Young, 1951.

SCHRECKER, E. W. **No ivory tower: McCarthyism and the Universities.** Oxford: Oxford University Press, 1986.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy.** New York: Harper and Brothes, 1942.

SDS. **Port Huron Statement of the Students for a Democratic Society.** Disponível em: <<http://www.coursesa.matrix.msu.edu/~hst306/documents/huron.html>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

SEIDELMAN, R.; HARPHAM, E. J. **Disenchanted Realists: Political Science and the American Crisis.** 1. ed. New York: State University of New York Press, 1985.

SEYBOLD, P. The Ford Foundation and the Transformation of Political Science. *In*: SCHWARTZ, M. (Ed.). . **The Structure of Power in America: The Corporate Elite as a Rulling Class.** New York: Holmes & Meier, 1987. p. 185–198.

SHEINBAUM, S. K. Introduction. **Ramparts**, p. 12–13, abr. 1966.

SHILS, E. The end of ideology? **Encounter**, n. 5, p. 52–58, 1955.

SIMPSON, C. **Science of Coercion: Communication Research and Psychological Warfare, 1945-1960**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

_____. (ED.). **Universities and Empire: money and politics in the social sciences during the Cold War**. New York: The New Press, 1998a.

_____. An Introduction. *In*: SIMPSON, C. (Ed.). . **Universities and Empire. Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War**. New York: The New Press, 1998b. p. xi–xxxiv.

SKINNER, Q. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3–33, 1969.

SMITH, J. A. **The Idea Brokers: Think Tanks And Rise Of The Policy Elite**. New York: The Free Press, 1991.

SOLOVEY, M. Science and the State During the Cold War: Blurred Boundaries and a Contested Legacy. **Social Studies of Science**, v. 31, n. April, p. 165–170, 2001a.

_____. Project Camelot and the 1960s Epistemological Revolution: Rethinking the Politics-Patronage-Social Science Nexus. **Social Studies of Science**, v. 31, n. 2, p. 171–206, 2001b.

_____. Riding natural scientists' coattails onto the endless frontier: The SSRC and the quest for scientific legitimacy. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 40, n. 4, p. 393–422, 2004.

_____. Cold War Social Science: Specter, Reality, or Useful Concept? *In*: SOLOVEY, M.; CRAVENS, H. (Eds.). . **Cold War Social Science: Knowledge Production, Liberal Democracy, and Human Nature**. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 1–22.

_____. **Shaky Foundations: The politics-patronage-social science nexus in Cold War America**. First Pape ed. New Brunswick: Rutgers University Press, 2013.

SOLOVEY, M.; CRAVENS, H. (EDS.). **Cold War Social Science: Knowledge Production, Liberal Democracy, and Human Nature**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

SOMIT, A.; TANENHAUS, J. **The Development of American Political Science: from Burgess to behavioralism**. Boston: Allyn and Bacon, 1967.

STAHL, J. **Right Moves: the conservative think tank in American political culture since 1945**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

STRAUSS. Epilogue. *In*: STORING, H. J. (Ed.). . **Essays on the Study of Politics**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1962. p. 307–327.

STUART, D. T. **Organizing for National Security**. [s.l.] Strategic Studies Institute. U.S. Army War College, 2000.

- SURKIN, M. Political Science: the Battle for Integrity. **The Nation**, 2 set. 1968.
- SURKIN, M.; WOLFE, A. (EDS.). **An End to Political Science: The Caucus Papers**. New York: Basic Books, 1970.
- TAFT, R. A. **A foreign policy for Americans**. Garden City: Doubleday & Company, Inc., 1951.
- TOLON, K. Future Studies: A New Social Science Rooted in Cold War Strategic Thinking. *In: Cold War Social Science: Knowledge Production, Liberal Democracy, and Human Nature*. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 45–62.
- TOMES, R. R. **Apocalypse then: American intellectuals and the Vietnam War, 1954–1975**. New York: New York University Press, 1998.
- TROTSKY, L. **História da Revolução Russa, Tomo Um**. São Paulo: Sundermann, 2007.
- _____. **Teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Sundermann, 2010.
- TRUMAN, D. B. The Implications of Political Behavior Research. **Items**, v. 5, n. 4, p. 37–39, 1951.
- _____. The Impact on Political Science of the Revolution in the Behavioral Sciences. *In: Research Frontiers in Politics and Government*. Washington D.C.: The Brookings Institution, 1955. p. 202–231.
- _____. Disillusion and Regeneration : The Quest for a Discipline. **The American Political Science Review**, v. 59, n. 4, p. 865–873, 1965.
- _____. **The governmental process**. 2. ed. New York: Alfred A. Knopf, 1971.
- TUCHMAN, B. W. **A marcha da insensatez: de Troia ao Vietnã**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2012.
- TULLY, J. (ED.). **Meaning and context: Quentin Skinner and its critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- ULTER, G. H.; LOCKHART, C. (EDS.). **American Political Scientists: a Dictionary**. Westport: Greenwood Press, 2002.
- VISENTINI, P. F. **A Revolução Vietnamita. Da libertação nacional ao socialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- VOEGELIN, E. **A Nova Ciência Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- WALDO, D. **Political Science in the United States of America: A Trend Report**. Paris: UNESCO, 1956.
- _____. Political Science: Tradition, Discipline, Profession, Science, Enterprise. *In: GREENSTEIN, F.; POLSBY, N. W. (Eds.). . Handbook of Political Science*. Reading:

Addison-Wesley, 1975. .

WALKER, J. L. A Critique of the Elitist Theory of Democracy. *In*: MCCOY, C. A.; PLAYFORD, J. (Eds.). . **Apolitical Politics: a Critique of Behavioralism**1. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1967. p. 199–219.

WALLIS, V. The Caucus at a turning point. **New Political Science**, v. 1, n. 1, p. 89–92, 1979.

WANG, J. **American Science in the Age of Anxiety: scientists, Anticommunism, and the Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.

WAXMAN, C. I. (ED.). **The end of ideology debate**. New York: Simon and Schuster, 1968.

WEISBERG, H. F. (ED.). **Political Science: the Science of Politics**. New York: Agathon, 1986.

WHITFIELD, S. J. **The culture of the Cold War**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

WOLFE, A. The Professional Mystique. *In*: SURKIN, M.; WOLFE, A. (Eds.). . **An End to Political Science: the Caucus Papers**1. New York: Basic Books, 1967. p. 288–309.

_____. Practicing the Pluralism We Preach: Internal Processes in the American Political Science Association. **Political Science**, v. 29, n. 3, p. 353–374, 1969.

_____. Unthinking about the Thinkable: Reflections on the Failure of the Caucus for a New Political Science. **Politics and Society**, v. 1, n. 3, p. 398–406, 1971.

_____. **The Seamy Side of Democracy: Repression in America**. New York: David McKay Company, 1973.

_____. Radical Intellectuals in a Conservative Time. **New Political Science**, v. 2, n. 1, p. 7–19, 1981.

WOLFE, A. J. **Competing with the Soviets: Science, Technology and the State in Cold War America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2013a.

_____. **Defending Cold War Science**. Disponível em: <<http://www.berfrois.com/2013/08/cold-war-social-science-by-audra-j-wolfe/>>. Acesso em: 15 set. 2016b.

ZELIZER, J. E. **Arsenal of Democracy: the Politics of National Security from World War II to the War on Terrorism**. New York: Basic Books, 2010a.

_____. Rethinking the History of American Conservatism. **Reviews in American History**, v. 38, n. 2, p. 367–392, 2010b.

ZENDERLAND, L. Cold War Social Science. **Science**, v. 264, n. 5161, p. 992–993, 1994.